

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre forras e escravas no pequeno comércio de Vila Rica, 1753 a 1797

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

Maykon Rodrigues dos Santos

Campinas
Agosto de 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA - CRB nº 7432-BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Sa59c	<p>Santos, Maykon Rodrigues dos, 1984- Cruzando o Atlântico : a construção da identidade Mina entre forras e escravas no pequeno comércio de Vila Rica, 1753 a 1797 / Maykon Rodrigues dos Santos. -- Campinas, SP : [s. n.], 2011</p> <p>Orientador : Robert Wayne Andrew Slenes Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Diáspora africana. 2. Identidade. 3. Africanos - Identidade étnica. 4. Escravos libertos - Minas Gerais. 5. Vila Rica (MG) - Comércio - 1753-1797. I. Slenes, Robert Wayne Andrew, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Crossing the Atlantic : the construction of Mina identity among freed and slave women involved in small scale commerce in Vila Rica, from 1753 to 1797

Palavras-chave em inglês:

African diaspora

Identity

Africans - Ethnic identity

Freed slaves - Minas Gerais

Vila Rica (MG) - Commerce - 1753-1797

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em

Banca examinadora: Mestre em História

Robert Wayne Andrew Slenes [Orientador]

Flávio dos Santos Gomes

Sidney Chalhoub

Data da defesa: 26-08-2011

Programa de Pós-Graduação: História

MAYKON RODRIGUES DOS SANTOS

“Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre forras e escravas no pequeno comércio de Vila Rica, 1753 a 1797”.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26 / 08 / 2011.

BANCA

Robert Slenes
Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes – DH/IFCH/UNICAMP
(orientador)

Sidney Chalhoub
Prof. Dr. Sidney Chalhoub – DH/IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes – UERJ

Marina de Mello e Souza
Profa. Dra. Marina de Mello e Souza (suplente) - USP

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord (suplente) – Pós-Doc/UNICAMP

AGOSTO/2011

Resumo

Neste trabalho estudamos as escravas e libertas do grupo étnico Mina que atuaram no pequeno comércio de Vila Rica entre os anos de 1753-1797. Enfatizaremos como um saber aprendido ainda na África, atuação no pequeno comércio, foi utilizado por tais mulheres para construir uma identidade relacionada ao passado e em torno da procedência comum, como também ser parte das estratégias de ascensão social que envolveu a compra da liberdade e de escravos, inserção em irmandades e acúmulo de patrimônio. Tal processo se consolida na formação de um grupo étnico: o Mina. Assim, estudamos os registros de licença de vendas de Vila Rica com o objetivo principal de comprovar a alta participação forra e escrava na atividade. Após isso, cotejamos tal fonte com testamentos para identificar nosso objeto, mulheres do grupo étnico Mina, e a partir das pretas Mina comerciante deciframos o universo social e econômico do grupo étnico.

Abstract

In this paper, it was studied the slave and freed women from the ethnic group Mina which took part in the small scale commerce in Vila Rica between the years 1753-1797. It is emphasized how the knowledge learned back in Africa, participation in small scale commerce, was used by those women to build such identity related to the past and around their common origin, as well as being part of strategies for social mobility that involved the purchase of freedom of slaves, insertion into brotherhoods and heritage accumulation. This process was consolidated in the formation of an ethnic group: Mina. Thus, records of sale license from Vila Rica were studied aiming at proving the high participation of freed and slave women in the activity. Then, that source was compared to testaments in order to identify our object, women of the ethnic group Mina, and the social and economic universe of the ethnic group was deciphered from Mina black traders.

À minha família. Porto Seguro e fonte inesgotável
de incentivo, afeto e amor!

Agradecimentos

Digitar. Ler. Deletar! Digitar novamente. Ler novamente. Deletar novamente. Como um ciclo, repeti esta operação várias vezes até chegar ao último ponto final. Enfim, acabei! Resta-me, agora, agradecer aos que foram essenciais para que esse último ponto final chegasse.

O fim deste trabalho representa o encerramento de mais uma etapa em minha vida. Mesmo não sabendo ao certo o que me espera na próxima cena, só cheguei até aqui porque pude contar com pessoas que, das mais variadas formas e nos mais diversos momentos, me ajudaram a seguir em frente. Aos vários outros atores do espetáculo, dirijo meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Quero dizer obrigado à minha família. Ao Manoel e à Lenilde, meus pais, posso dizer tudo e, ainda assim, será pouco. Aos senhores devo tudo! Saibam que seus exemplos de vida são meu maior valor. Meus irmãos, Nem, Nide, Nete, Edmilson, Rosa, Emerson e Enio, sempre foram bons exemplos para o caçula que tanto os ama. E o que dizer dos filhos (as) deles? Minhas amadas sobrinhas Jéssica, Thais, Isabele, Marcela, Maria Luiza, Julia, Ana Clara, Maria Clara, Emilly e Alice. E meu amado sobrinho João Pedro. Falo: os amo muito. Ter uma família tão unida como a nossa é uma grande dádiva em minha vida! Esta conquista é mais de vocês do que minha.

Ainda na adolescência, formei amizades que trago até hoje: Ananda, Julio e Danny. A falta de contato que temos atualmente nunca me fez esquecer a importância que vocês tiveram e têm em minha vida.

Desde a graduação a vida acadêmica me proporcionou conhecer muitas pessoas e de algumas me tornei amigo e assim pretendo ser por toda vida. Da faculdade ao mestrado pude contar com a amizade do David, amigo inseparável, um irmão! Da graduação trago, até hoje, as amizades da Joelma, Denise e a do Ezequiel. A turma de formandos em História da UFOP 2006/2 sempre estará em meu coração, em especial Taty, Simone, Tágila, Mingau, Heloisa, Cris e Thais. Desse tempo também vieram as amizades formadas a partir da convivência no mesmo lar, a

República Sé. Local em que fui recebido com afabilidade imensurável. Enio, Henrique, Eric, André, Liniker, Germano, Michel, Lucy, Gisa, Márcia deixaram em mim o sentimento de gratidão. A vocês e a todos os demais com quem morei, obrigado por duas coisas: carinho em me acolher e paciência em me aturar.

A formação acadêmica sempre caminhou ao lado da militância social que me levou à Ação Popular Socialista, ao Círculo Palmarino e ao PSOL. Aos “compas” valeu por ajudar a formar este sincero comunista.

Aos alunos para e com quem dividi momentos de construção de conhecimento, em um processo de educação mútua.

A todos esses grandes amigos OBRIGADO! Os vários momentos que passamos juntos nunca sairão da minha mente. A convivência com cada um de vocês sempre tornou minha vida bem mais fácil e feliz.

A alguns professores devo ensinamentos acadêmicos e também de vida. Renato Pinto Venâncio por despertar em mim o gosto pela História do Brasil. Na graduação Álvaro Antunes, Virginia Castro Buarque e Marco Antonio Silveira e no mestrado Silva Lara me deram o exemplo de como se dever lecionar com eficiência, prazer e ética. Também a vocês meus cumprimentos e gratidão.

Durante anos freqüentei os arquivos da Casa do Pilar, Casa dos Contos e Arquivo Público Mineiro. Aos seus funcionários digo obrigado.

Por fim, fui recebido desde o início do mestrado em um ambiente de excelência acadêmica na UNICAMP, o CECULT. Logo, tenho uma dívida para com os professores Sidney Chalhoub, Jeferson Cano, Michael Hall, Claudio Batalha, Fernando Teixeira e Silvia Lara, como também a sempre eficiente Flávia e ao Marcelo MacCord pela ótima arguição no exame de qualificação. Ao meu orientador, Robert Slenes, peço desculpas por este trabalho não ter o mesmo nível de seus conselhos e capacidade intelectual.

Sumário

Lista de abreviaturas dos acervos consultados	XIII
Lista de tabelas e gráficos	XV
Introdução: Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre as mulheres no pequeno comércio	01
Capítulo 01	
Identidade negra nas Minas: a formação de fronteiras	21
1.1 O tráfico de escravos e a formação de identidades	21
1.2 As nações africanas das Minas Gerais do século XVIII	30
1.3 As relações entre a África e Minas Gerais no século XVIII	40
1.3.1 A África Ocidental	41
1.3.2 A África Centro-Ocidental	46
1.3.3 A África Oriental	47
1.4 Fronteiras étnicas nas Minas	48
1.4.1 Os Mina e os outros	51
Capítulo 02	
Vila Rica: formação social e o pequeno comércio	61
2.1 A câmara e o controle do comércio: apresentando as fontes	63
2.2 A atividade mercantil nas Minas e o pequeno comércio	73
2.3 A lógica social do universo mercantil na América Portuguesa: caracterização	80
2.4 Pequeno comércio em Vila Rica, 1753-1765: quantificação e perfil social	84
2.4.1 Os agentes mercantis em Vila Rica	84
2.4.2 O pequeno comércio no Império ultramarino português: as lojas e vendas em Vila Rica	87
2.5 Pequeno comércio em Vila Rica, 1771-1797: quantificação e perfil social	96
2.5.1 Número de vendas em Vila Rica, 1771-1797	96
2.5.2 Vendas, 1771-1797: perfil social	98
Capítulo 03	
Trabalho e etnicidade: o caso das pretas Mina comerciantes em Vila Rica na segunda metade do século XVIII	101
3.1 Entre secos e molhados: a participação das mulheres Mina no pequeno comércio e a construção de identidades	107
3.1.1 Acúmulo patrimonial e investimentos	110
3.1.2 Matrimônio e descendência	119
3.1.3 O fazer-se comerciante: a boa administrando dos negócios	122
3.1.4 Domicílios femininos, transferência de patrimônio e a transmissão do saber	135
Conclusão: As Damas mercadoras: Donas da rua, Senhoras do comércio	143
Fontes e Bibliografia	147
Anexos	

LISTA DE ABREVIATURAS DOS ACERVOS PESQUISADOS

ACP - Arquivo Casa do Pilar

LRT - Livro de Registros de Testamentos

LN – Livros de Notas

APM - Arquivo Público Mineiro

CMOP - Câmara Municipal de Ouro Preto

SC – Seção Colonial

ACC - Arquivo Casa dos Contos

FINSP - Fundo Igreja Nossa Senhora do Pilar

FINSCAD – Fundo Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias

Lista de gráficos e tabelas

Gráfico 01

Licença de Negócios, 1753-1765 85

Gráfico 02

Licença de Negócios por modalidade, 1753-1765 86

Gráfico 03

Vendas por gênero e condição social, 1753-1765 90

Gráfico 04

Número de vendas, 1771-1797 97

Gráfico 05

Vendas por gênero e condição social, 1753-1765 98

Tabela 01

Relação das comerciantes devedoras à lojistas e/ou vendeiros 133

Tabela 02

Relação das comerciantes credoras de lojistas e/ou vendeiros 135

Introdução

Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre as mulheres no pequeno comércio

Quitéria de Siqueira Santos, preta forra Mina, faleceu em 1782, na freguesia de Ouro Preto. Por intermédio de seu testamento percebemos que conseguiu acumular importante patrimônio, pois declarou ter 01 venda, 01 casa, 08 escravos (Antonia crioula e seus 4 filhos, Manoel crioulo, Ana Angola e Joana Mina), 98 oitavas de ouro lavrado, jóias (inclusive com diamantes), enxoal com roupas de cama sofisticadas e louças da Índia. No testamento, a liberta expressou o desejo de ter um enterro suntuoso, para uma forra, com 12 sacerdotes e as irmandades do Rosário dos Homens Pretos do Caquende e de São Miguel das Almas lhe acompanhando até a sepultura e na celebração de missa de corpo presente. Quitéria era solteira, não teve filhos e foi, ao menos, duas vezes juíza da dita irmandade do Rosário.¹ Sabemos também que ela atuou de, pelo menos, 1753 a 1781, como dona de venda na mesma freguesia de Vila Rica.² A destinação de seus bens, prevista em testamento, beneficiou seus ex-escravos. Legou recursos materiais, como jóias, para todos. Alforriou Ana Angola incondicionalmente, Antonia crioula com a condição de lhe servir até a morte e os filhos desta gratuitamente. E o mais impressionante: deixou como sua única herdeira a agora forra, Joana Mina, que passou a se chamar Joana de Siqueira Santos.

Histórias pessoais ajudam a dimensionar histórias coletivas e a pequena biografia de Quitéria de Siqueira Santos não se constitui como uma exceção entre as forras do termo de Vila Rica, principalmente entre as do grupo étnico Mina. Nesta dissertação estudaremos centenas de comerciantes de Vila Rica, dando ênfase a Quitéria e outras 32 libertas para as quais fizemos a relação entre participação no pequeno comércio e inventário e/ou codicilo. As vidas dessas mulheres nos suscitam uma série de indagações. Por que algumas não se casaram e não tiveram

¹ Arquivo Casa do Pilar, Livro de Registros de Testamentos, código 2002, volume 07, 1782, fls. 19v-23f. Doravante ACP e LRT, respectivamente.

² Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, rolo 64 A, Registro de Licenças de Negócios, 1753-58. Daqui em diante APM e CMOP. APM, CMOP, rolo 72, Registro de Licenças de Negócios, 1759-64. Rolo 40, Licenças para o estabelecimento de vendas, 1773-94.

filhos? Que tipo de relação teceram com seus cativos a ponto de algumas deixarem como seus herdeiros ex-escravos? Como acumularam seu patrimônio? Que tipo de relação tiveram com as irmandades do Rosário da Vila? Propor respostas a estas indagações é o principal objetivo deste trabalho.

A historiografia sobre a escravidão na América trilha, desde o século XIX, um longo percurso e não é nosso objetivo mapeá-lo. Para nós, é interessante realçar que a partir da década de 1970 começa se consolidar uma nova interpretação da diáspora africana no Novo Mundo para a qual as ações dos escravos e seus descendentes influenciaram e foram influenciadas por toda a complexidade que envolveu o Novo Mundo em suas várias dimensões como na política e nas relações de dominação, nas relações familiares, na vida associativa ou na conformação de uma visão sobre a liberdade e o papel ocupado pelos africanos e seus descendentes.³

Tais trabalhos são contestações de teses que colocavam o escravo como coisa e totalmente aculturado devido ao sistema escravista. Assim, o mancípio apenas mantinha autonomia quando se revoltava contra o sistema em quilombos. Essa visão deu ênfase à revolta e à marginalização dos escravos da própria sociedade e dos outros sujeitos que a conformavam. Como resultado, por exemplo, era impossível ao escravo, entre outras coisas, resignificar padrões culturais africanos, formar família e influenciar na formação de uma nova sociedade em terras americanas.

Após essas pesquisas, se consolida a visão de que a migração forçada de milhões de africanos para as Américas deve ser interpretada tendo como premissa principal que os africanos foram atores culturais ativos tanto no processo de escravização ocorrido no lado direito do Atlântico, como na nova sociedade que surgiu na América.

Os escravizados africanos trouxeram para a sociedade na qual se inseriram valores, crenças, comportamentos, práticas, conceitos e perspectivas formulados em suas ações

³ Ver, entre outros, GUTMAN, Hebert G. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage, 1976; GENOVESE, Eugene. *Roll, and Rol. The world the slaves made*. New York: Pantheon, 1974; CASTRO, A. B. de. "A economia política, o Capitalismo e a escravidão." In. LAPA, Jose R. do A (org). *Modos de produção e a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p 67-108.

individuais e coletivas. Sendo assim, eles não foram simples agentes passivos na escravidão, nem muito menos foram totalmente aculturados. Ao desembarcar na América, os mancípios o fizeram como portadores de uma cultura, de uma visão de mundo, de determinados signos e com uma determinada estética que influenciou profundamente sua vida e a nova sociedade que surgiu do lado esquerdo do Atlântico. Como portadores de um aparato cultural, os cativos resignificaram identidades, sociabilidades, religião entre outros aspectos de sua vida, dentro de um processo dinâmico que teve limitações impostas pela escravidão e pela nova vida na América Portuguesa em que se inseriram, mas que também ajudou a modelar a nova sociedade.

Com o desenrolar do processo conhecido como Expansão Ultramarina, Portugal efetivou uma política que uniu a história de suas dominações nos dois lados do Atlântico: a América Portuguesa e a África. Uma das principais premissas da colonização portuguesa foi a bipolaridade entre uma zona de produção escravista, a América Lusa, e outra zona de reprodução de mão-de-obra, a África. Luiz Felipe de Alencastro considera que esse é o maior legado de nossa história colonial para a contemporaneidade brasileira. Em suas palavras:

[...] essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade marca profundamente o Brasil (...) De consequências decisivas na formação histórica brasileira, **o tráfico extrapola** o registro das operações de compra, transporte e vendas de africanos **para moldar o conjunto** (...) da sociedade e da política da América Portuguesa.⁴

As palavras de Alencastro chegam a um ponto fulcral de nosso trabalho: a impossibilidade de se compreender nosso passado colonial sem entendermos a história africana e a formação social que adveio da diáspora negra.

Entendemos que, atualmente, as pesquisas sobre a escravidão devem se apropriar da concepção de uma história atlântica, pois é necessário compreender a África e saber de onde

⁴ ALENCASTRO, Luis Felipe de. **Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 29. (grifos nossos)

saíram os escravos e todas suas particularidades para entendermos sua inserção na sociedade colonial.⁵ Concordamos com Mariza Soares quando diz:

O olhar cada vez mais atento para a especificidade dos africanos no seio da população escrava nas várias partes do Atlântico tem resultado no estreitamento do diálogo entre a história da escravidão e da diáspora africana nas Américas, sem que com isso se tenha perdido a perspectiva da diferença entre as abordagens desses dois campos.⁶

Na história do Atlântico, nos deteremos no estudo da diáspora africana na América, pois trataremos de indivíduos e grupos que encontraram na reorganização étnica uma alternativa para enfrentar o cativeiro e a nova vida em terras americanas.

A partir desses pressupostos, estudamos a construção de identidade entre o grupo étnico Mina em Vila Rica, desde fins da primeira metade do século XVIII até o fim desta centúria. No cativeiro, as culturas africanas foram fontes para a articulação de novas sociabilidades e solidariedades, dando condições para que escravos e libertos de origem africana, mesmo de diferentes etnias, formassem identidades sociais importantes para a sua sobrevivência no mundo da escravidão, apesar da multiplicidade étnica que marcou o sistema escravista na América.⁷

O espaço atlântico da época colonial foi marcado por intensos sistemas de circulação de pessoas, produtos e ideias. Assim, as identidades, tanto individuais como coletivas, dos mancípios e alforriados foram ressignificadas incessantemente pela violência e pelo ambiente

⁵ LOVEJOY, Paul and TROTMAN, David. V (orgs). **Trans-atlantic dimension of ethnicity in the african diaspora**. New York/London: Continuum, 2003.

⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. "Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Bahia do Benim, século XVIII". In. _____. **Rotas Atlânticas da diáspora do Benim ao Rio de Janeiro**. Editora da UFF: Niterói, 2007. p. 65.

⁷ Não se trata de afirmar que em qualquer lugar, durante os mais de três séculos de escravidão na América portuguesa, surgiram identidades étnicas entre escravos e libertos. Não queremos generalizar o fenômeno, fazê-lo seria ver a identidade de uma forma primordialista. A existência de grupos étnicos como Mina, Angola, Crioulo ou Coura não é consenso na historiografia sobre a escravidão. Uma ótima discussão sobre as divergências em torno deste ponto pode ser obtida em FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. p. 40-64. (tese para concurso de professora titular). Em suas palavras: "Acredito que, com os dados apresentados, fica comprometida qualquer tentativa de generalização sobre a existência ou não de uma comunidade ou classe escrava. É necessário contextualizar época e lugar para o aparecimento ou não de uma comunidade", p. 64.

poliétnico que caracterizam a situação de dominação existente na América. Por isso, estudar o processo identitário entre a população de origem africana é de grande importância para entendermos a complexidade que envolveu a escravidão e a vida de cativos e libertos africanos no Novo Mundo.

A identidade como fenômeno social e como realidade ontológica sempre foi uma constante nas sociedades humanas ao longo do tempo. Construir um “nós” e um “outro” são pontos essenciais para se constituir uma existência própria. E, de maneira geral, as teorias sobre identidades entendem que o “nós” se constrói em oposição ao “eles”, ou seja, a pertença a um grupo implica a existência de outros grupos de excluídos.⁸

Vila Rica de Ouro Preto foi ao longo de todo século XVIII rica em diversidade étnica e socialmente dinâmica. Principal centro administrativo das Minas e sede do governo da Capitania após 1721, contou com expressiva população escrava, fosse na sede ou em seu extenso território. Para o estudo particular sobre africanos Mina, esse centro urbano mineiro se torna espaço privilegiado, pois teve a maior concentração de cativos da África Ocidental dentre todas as demais comarcas mineiras, principalmente na primeira metade do século XVIII e início da segunda.⁹ Por isso, em Vila Rica a existência de padrões de alforria, vida associativa, inserção no mundo do trabalho, entre outros, foram fortemente influenciados pelas clivagens étnicas. Assim, entendemos que nessa sociedade, durante o século XVIII, escravos e libertos conhecidos como Mina formaram um grupo étnico na caracterização de Fredrik Barth.¹⁰

Os estudos sobre processos de identidades sociais no campo da Antropologia e da História têm nos trabalhos de E. P. Thompson e de Fredrik Barth dois dos maiores expoentes para as modificações ocorridas após a década de 1960. Mesmo com Barth discutindo o conceito de grupos étnicos e Thompson o de classe, entendemos que um diálogo com os pressupostos

⁸ MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, 2004. p. 10.

⁹ REZENDE, Rodrigo Castro. **As “nossas áfricas”**: população escrava e identidades africanas nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. p. 88. (dissertação de mestrado)

¹⁰ Para Fredrik Barth quando um grupo de pessoas usa um conjunto de características para se separar de outros grupos com os quais interagem ou coexistem com base em suas percepções de diferenciações culturais e/ou origem comum formam grupos étnicos. BARTH, Fredrik. O grupo étnico e suas fronteiras. In. _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 27.

teóricos de ambos é extremamente profícuo para delinearmos características centrais nos estudos sobre a formação de identidades coletivas, pois ambos criticam a visão de uma identidade vista de forma primordialista e funcionalista.¹¹ Com eles, deslocou-se o estudo do processo identitário para seus aspectos relacionais e dinâmicos, ou seja, a partir da interação social e como um processo.

Thompson ao analisar a formação da identidade entre a plebe inglesa durante o século XVIII o faz a partir da relação entre esta e os outros grupos sociais, principalmente os patrícios. Assim, o autor evidencia como os costumes¹² da plebe eram uma forma de reivindicar conquistas, baseados no direito consuetudinário e na tradição, o que faz surgir fronteiras entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII. O autor enuncia diversas características da plebe inglesa significativas para a mesma e que a diferenciava de outros grupos sociais, entre estas podemos citar: uma cultura tradicional e conservadora, pois era transmitida de geração para geração; e rebelde, pois resistia à imposição da disciplina do trabalho da era do capital. Como se percebe, o estudo da cultura plebéia é feita a partir da fronteira entre esta e a cultura *gentry*.

O autor enfatiza que a cultura não é uma esfera que opera por si mesma, sem a ação dos agentes históricos e, portanto, sem relação com a política. Ela é formada pela ação dos agentes sociais, refletindo interesses por vezes antagônicos e que, eventualmente, poderiam fazer surgir uma cultura dos de baixo, autônoma e consolidada em relação à cultura dos de cima. Tal

¹¹ A teoria primordialista é definida como aquela que vê a etnicidade como uma herança transmitida de forma imutável, primária, fundamentalista e coercitiva de geração para geração. Primária porque o indivíduo já nasce com os elementos constitutivos de sua identidade, carregando-os por toda a vida e transmitindo-os aos seus descendentes. Fundamentalista porque pertencer a um grupo étnico não é uma forma de identificação em meio a outras e, sim, a única forma de identificação do indivíduo. Coercitiva porque o indivíduo não escolhe sua identidade. De acordo com POUTIGNAT e STREIFF-FENART “A crítica do primordialismo permanece até hoje um ponto de partida obrigatório para qualquer reelaboração teórica (...).” POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. p. 87.

¹² Para Thompson, costume é o resultado da junção entre experiência e cultura do sujeito, sendo o lugar onde se processam as mudanças. Por isso é uma forma de apreendermos o comportamento humano a partir do compartilhamento por um grupo de uma mesma forma de viver e que se difere de outras formas de viver. Em suas palavras “costume constituía a retórica de legitimação de quase todo o uso, prática ou direito reclamado (...) estava em fluxo contínuo (...) era campo para mudanças e disputas, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes.” THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16-17.

processo é dialético e reflete práticas culturais que sustentam e contestam sistemas de poder. Como se vê, Thompson articula um conceito de cultura como uma negociação contínua sobre processos de dominação e luta política, historicizando-os.

Fredrik Barth ao pesquisar a construção de identidades coletivas, o faz em sua dimensão étnica e desloca definitivamente o seu estudo para a análise da interação social.¹³ Em seus trabalhos, a problemática central é a das fronteiras étnicas surgidas entre os grupos e como as mesmas permanecem ao longo do tempo. Sua abordagem tem alguns princípios gerais: o essencial é perceber quais são as categorias atributivas e identificadoras que são empregadas pelos sujeitos e funcionam como formas de organizar as interações entre eles em uma dada sociedade; deve-se estudar os processos que estão envolvidos na geração e na manutenção de um grupo étnico; o foco da análise não deve ser o grupo em si, mas, sim, as fronteiras entre esses e a sua manutenção.

Para Barth, os signos culturais que podem ser identificados como relevantes para a constituição de fronteiras são vários como vestimentas, língua, estilo de vida, padrões morais de conduta e moralidade que servem para julgar a si e os outros. Mas o que é relevante não é listar todos os fatores, identificando se esses encontram-se ou não entre o grupo étnico e, sim, perceber quais desses signos culturais são relevantes para os sujeitos a ponto de formar fronteiras étnicas entre os grupos sociais que conformam uma dada sociedade.¹⁴

Em nosso trabalho, entendemos que a predominância do grupo étnico Mina entre as forras comerciantes de Vila Rica - das 33 vendeiras, 26 são Mina -, seu padrão de escravaria e de alforria aos seus ex-escravos, a distribuição de seus bens, a ligação com as irmandades do Rosário da Vila e as relações formadas entre as pretas Mina para entrarem e permanecerem na atividade comercial se constituem em fronteiras entre os Mina e outros grupos sociais de Vila Rica, categorizando os Mina em Vila Rica como um grupo étnico.

Estudar a formação da identidade social a partir das fronteiras entre os grupos tem duas grandes vantagens. Primeira, as fronteiras sociais se mantêm mesmo com o fluxo de pessoas,

¹³ BARTH, Fredrik. **Op. cit.**

¹⁴ Idem, p. 34.

pois a manutenção de identidade não depende da ausência de mobilidade, contato e interação. Segunda, existe a possibilidade de mudança dentro de cada grupo social e isso é parte essencial do processo identitário. Assim, tal chave analítica se torna central para nosso estudo, pois a capitania de Minas Gerais conheceu durante todo o século XVIII um processo de migração, espontânea e forçada, jamais visto até então no mundo português, mudando o padrão demográfico de cada grupo social de escravos de Vila Rica ao longo do século XVIII, incluindo do próprio grupo étnico Mina.¹⁵

Para o nosso trabalho é essencial afirmar que o quadro analítico proposto por Barth não o leva a estudar os membros dos grupos étnicos exclusivamente a partir das ações individuais, como se esses fossem frios estrategistas que conseguiram realizar seus interesses, materiais e/ou culturais, sem estarem submetidos às normas sociais do sistema em que se inserem. Pelo contrário, continuamos nos passos do autor, pois para ele não há culturas indefinidamente maleáveis e manipuláveis. Por isso, o entendimento de sua teoria passa pela compreensão de sua definição de uma sociedade complexa e poliétnica.¹⁶

Nesse tipo de sistema, um grupo controla o poder do estado, mas os vários outros grupos preservam espaços para a diversidade cultural e as fronteiras entre si. Assim, existem diferenças de valor amplamente relevantes e múltiplas restrições quanto a possíveis combinações de status e modalidade de participação social entre os diversos grupos étnicos. A identidade étnica implica uma série de restrições quanto aos tipos de papel que um sujeito pode assumir e aos parceiros que ele pode escolher para cada tipo diferente de transação, o que não impede que exista espaço para o surgimento e a manutenção de uma grande diversidade cultural.¹⁷

Os estudos dos autores citados demonstraram que a identidade não é um conjunto intemporal, imutável de traços culturais como língua, valores religiosos, crenças entre outros e que são transmitidos sem mudanças de geração para geração na história da humanidade. Os

¹⁵ BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1880. Bauru: EDUSC, 2004.

¹⁶ BARTH, Fredrik. "A análise da cultura nas sociedades complexas". In. _____. **Op. cit.** p. 107-139.

¹⁷ Idem, p. 108. Sobre a obra de Barth ver VILLAR, Diego. "Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth", **MANA**, Rio de Janeiro, número 10, vol. 1, 2004. p. 165-192.

trabalhos de ambos foram essenciais no processo de deslocamento de uma concepção rígida de identidade social para outra flexível e dinâmica, na qual as diferentes divisões identitárias devem estabelecer-se e reproduzir-se constantemente.

Para continuar nossa definição sobre a formação de identidades étnicas é necessário mapear e discutir algumas categorias analíticas que necessitam de nós certas demarcações e uma análise crítica para que seus usos neste trabalho sejam satisfatórios.

Em 1976 Richard Price e Sidney Mintz lançaram seu famoso livro *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*,¹⁸ em que procuraram estudar a diáspora africana a partir de um diálogo entre Antropologia e História. O principal objetivo dos autores foi contornar a falsa dicotomia em que se encontravam os estudos referentes à escravidão nas Américas, pois os mesmos se dividiam entre os que concebiam a cultura africana como totalmente aculturada e aqueles que viam como estritamente africanas.¹⁹

Para os autores, os africanos desembarcados como escravos não conseguiram compartilhar uma cultura comum baseada na tradição e no passado anterior ao cativeiro, principalmente devido a algumas condições como: o contexto em que se deu a colonização na América, em que os africanos foram subjugados; a heterogeneidade étnica dos africanos escravizados; a inexistência de instituições na América similares às existentes na África. Então, como resposta ao sistema escravista, os africanos e seus descendentes criaram uma nova cultura, formando o que Price e Mintz chamaram de cultura afro-americana.

Após o lançamento do livro, vários estudiosos se valeram das hipóteses e metodologia dos autores. Entretanto, entendemos que algumas críticas feitas ao trabalho são essenciais em nosso estudo, entre as quais destacamos a impossibilidade de os africanos e seus descendentes compartilharem uma cultura baseada no pretérito comum africano anterior à escravidão. Uns

¹⁸ PRICE, Richard e MINTZ, Sidney. *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective*. Boston: Beacon Press, 1992. A versão original foi publicada em 1976.

¹⁹ PRICE, Richard e MINTZ, Sidney. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica. Resenha de MARQUESE, Rafel Bivar. "História, antropologia e a cultura afro-americana: o legado da escravidão", *ESTUDOS AVANÇADOS*, São Paulo, ano 18, número 50, janeiro-abril de 2000, p. 303-308.

dos críticos de Price e Mintz são Paul Lovejoy e Joseph Miller,²⁰ para os quais a conceitualização de Price e Mintz de cultura afro-americana significa uma crioulização da população de ascendência africana, da qual discordam; denota uma força excessiva na dominação européia sobre os africanos, marginalizando a dimensão africana na gênese da nova sociedade formada na América; e interdita a conceituação de identidade étnica, pois essa se centra no papel desempenhando pelo passado comum africano para a formação de identidade na América. Cremos que as críticas de Lovejoy e Miller são essenciais na caracterização de nosso trabalho.

Para Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, o poder de nomear é uma das questões-chave no estudo da etnicidade, fazendo parte da atribuição categorial que envolve o “nós” e o “eles” no processo de construção identitária.²¹ Durante a era da escravidão na América, o colonizador sempre teve o poder de nomear os grupos subjugados. Ao adentrar na sociedade colonial, o escravo africano era forçado a aceitar duas novas identidades: a primeira era o nome cristão, dado com o batismo, a segunda era a nação. Essas eram sua porta de entrada no novo universo social e serão critérios de inserção social desses sujeitos e grupos no universo colonial e balizas para a sua organização.²²

Essa definição exógena sobre os mancípios que aqui desembarcavam designava-os como Mina, Angola, Nagô, Benguela, Malê, Congo, Coura, entre outros, e se referia a uma mistura de referências genéricas ou termos específicos, vinculados às áreas geográficas e às formas de governo africanas, aos grupos étnicos e às construções do tráfico negreiro sobre os povos africanos. Essas visões, muitas vezes, eram diferentes das que os povos nativos tinham de si e de sua terra natal e por trás desses termos genéricos conhecidos como nação, escondem-se etnias africanas, algumas completamente desconhecidas até os dias atuais. Entretanto, a

²⁰ LOVEJOY, Paul. “Identity in the shadow of slavery.” In. _____. (org.). **Identity in the shadow of slavery**. London and New York: Continuum, 2000. p. 1-29; LOVEJOY, Paul. “Transatlantic Transformation: The origins and identities of Africans in the Americas.” In. SANSONE, Livio *et all.* **Africa, Brazil and the construction of trans-atlantic black identities**. Africa World Press: Inc, 2008. p. 81-112; MILLER, Joseph. “Retention, reinvention, and remembering: restoring identities through enslavement in Africa and under Slavery in Brazil”. In. LOVEJOY, Paul and CURTO José (orgs). **Enslaving connections**. Changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery. New York: Humaty Books, 2004. p. 81-124.

²¹ POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Op. cit**, p. 141-42.

²² Idem, p. 30.

questão central é saber se tal categorização demonstra, em alguma medida, aspectos culturais e sociais dos grupos nomeados. Além disso, é necessário enfatizar que o mundo da era do comércio de escravos tinha na etnia uma das principais formas de identidade social e tal característica é de suma importância na transmissão e na reelaboração de identidades na América.²³

Entendemos que a visão do europeu relativa aos escravos e libertos, mesmo que inconscientemente, refletia aspectos da cultura africana, pois levava em consideração seu passado e linhagem, influenciando a nova vida dos escravos africanos na América.²⁴

Com isso, muitos desses termos foram recriados no cativeiro, dando condições para que os sujeitos, mesmo que de diferentes etnias, formassem identidades sociais importantes para a sobrevivência e para a construção de solidariedades no mundo da escravidão.

Na era da escravidão no Novo Mundo, africanos foram despidos de suas identidades do tempo de sua vida em liberdade e tiveram impostas outras. Isso não significa que se aculturaram, em muitos casos continuaram a usar sua própria língua e seus nomes africanos. No caso de Vila Rica, sabemos que havia uma língua franca entre a escravaria de base ewe-fon, ou seja, uma língua falada pelos escravos pertencentes ao grupo étnico aqui estudado: os Mina.²⁵

Desde o início da década de 1980 começa a se formar na historiografia brasileira uma longa tradição de estudos sobre a diáspora africana inspirados em Barth. Como iniciador desta tradição, e de grande influência, podemos citar o livro de Beatriz Góes Dantas: *Vovó nagô, pai branco*.²⁶ A autora rompe com visões essencialistas sobre as religiões afro-brasileiras, mostrando que a configuração atual delas não se dá apenas por meio do embate entre brancos dominantes e negros dominados, nem tão pouco devido a uma simples mistura de culturas e,

²³ LOVEJOY, Paul. "Ethnic designations of the slave trade and the reconstruction of the history of trans-atlantic slavery". In _____. & TROTMAN, David (orgs.). *Op cit*, 2003, p. 9-24.

²⁴ MISHIDA, Mieko. **Slavery e Identity**. Ethnicity, gender, and race in Salvador, Brazil, 1808-1888. Indiana: Indiana University Press, 2003. p. 29.

²⁵ Sobre o uso de línguas africanas em Vila Rica ver CASTRO, Yeda Pessoa de. **A língua mina-jeje no Brasil**: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção Mineiriana) e YAI, Olabiyi. "Text of enslavement: fon and Youruba vocabularies from Eigtheenth and Nineteenth century Brazil." In. LOVEJOY, Paul (org.). *Op. cit*, 2000. p. 102-112.

²⁶ DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó Nagô e pai branco**. Usos e abusos da África. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

sim, mediante a uma série de alianças e conflitos que entrecruzam as fronteiras entre senhores, escravos, políticos, psiquiatras, policiais, homens poderosos de negócios, pais e mães-de-santo, padres e antropólogos. É no arranjo das posições ideológicas e teóricas desses e de outros atores sociais que se constitui, a cada momento, o panorama das formas religiosas denominadas afro-brasileiras. Como se percebe, a autora desloca o estudo das religiões afro-brasileiras para uma visão de identidade religiosa formada a partir da interação social, inspirando-se, declaradamente, em Barth.

Outro trabalho que destacamos é o de João José Reis, *A rebelião escrava no Brasil*,²⁷ que pesquisa a grande insurreição Malê ocorrida na Bahia em 1835. Nesse levante não houve a participação de mancípios nascidos no Brasil, os chamados crioulos. Por outro lado, cativeiros e libertos nascidos na África, chamados pretos, atuaram. Para o autor, este fato se deve a vários motivos, dos quais destacamos dois. Primeiro, a divisão social do trabalho existente na Bahia em que os africanos, tanto escravos quanto forros, dividiam os afazeres de carregadores de cadeira, estivadores, artesãos, vendedores ambulantes, marinheiros, entre outros. Segundo, no século XIX a província baiana recebeu um grande contingente de escravos com origens étnicas comuns e islamizados oriundos da Costa da Mina, o que permitiu a reconstrução de uma identidade entre escravos e libertos de igual procedência, refletindo aspectos culturais africanos, que comungavam de elementos culturais comuns como língua, religião e etnia. Tais fatores, aliados a maior liberdade de movimento, típica de um ambiente urbano como Salvador, contribuíram para o grande número de revoltas ocorridas na Bahia da primeira metade do século XIX e em especial a que ficou conhecida como a Revolta dos Malês.

Já o livro de Manuela Carneiro da Cunha *Negros, estrangeiros*²⁸ tenta compreender como os libertos que voltaram à África no século XIX formaram um novo grupo étnico após sua chegada ao continente africano. Assim, esse novo grupo constitui fronteiras a partir da religião católica e o passado de cativeiro no Brasil. Esses elementos se relacionam com o contexto da

²⁷ REIS, João José Reis. **A Rebelião escrava no Brasil**. A história do levante dos malês (1835). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

²⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**. Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

nova sociedade e as identidades surgem a partir da relação que esse novo grupo, conhecido na África como “brasileiros”, estabelece com outros grupos étnicos africanos.

Robert Slenes, em *Na Senzala uma Flor*, aponta que entre os escravos da região congo-angolana havia indícios de identidades que se formavam antes mesmo de se atravessar o Atlântico. Para o autor, o termo *malungo*, que em várias línguas da África centro-ocidental significa “meu barco” ou “camarada de embarcação” e no Brasil passou a significar companheiro de sofrimento, é uma evidência disso. Slenes reforça seu argumento ao enfatizar que várias etnias que habitavam a região de Congo e Angola tinham no banto um tronco lingüístico comum, formando, assim, grupos étnicos.²⁹

Em *Sinhás Pretas*, Sheila de Castro Faria se impressiona ao constatar que para as regiões do Rio de Janeiro e de São João Del Rei as mulheres Mina eram inferiores quantitativamente em relação a outros grupos da região Congo-Angolana e, mesmo assim, foram as que mais compraram suas alforrias e deixaram testamentos. A autora, ao analisar as disposições testamentárias dessas mulheres, notou comportamentos homogêneos, tanto econômicos como sociais. A maioria delas eram comerciantes, compravam mulheres da Costa da Mina em maior quantidade do que de outro grupo étnico, alforriavam todos os filhos de suas cativas Mina e as coartavam e conseguiam pecúlio para comprar sua liberdade e acumular patrimônio por intermédio de sua atividade econômica, em grande maioria o pequeno comércio. Ou seja, elas atuavam em comunidade baseadas em uma identidade inicialmente atribuídas às mesmas, mas que reverteram a seu favor, a identidade Mina.³⁰

Atualmente, entendemos que são os trabalhos de Mariza Soares³¹ os que mais contribuem para o estudo das identidades étnicas formadas pelos africanos escravizados na

²⁹ SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor**: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³⁰ FARIA, Sheila de Castro. **Op cit.**

³¹ A autora estuda a temática a mais de década. Entre os seus trabalhos destacamos SOARES, Mariza Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; SOARES, Mariza Carvalho. “O império de Santo Eslabão na Sociedade do Rio de Janeiro”, **Topoi**, Rio de Janeiro, março de 2002, p. 59-83; SOARES, Mariza. “A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem”, **Estudos afro-asiáticos**, Salvador, ano 26, maio-ago, 2004/2. p. 303-330; SOARES, Mariza de Carvalho. “Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Bahia do Benim, século XVIII”. In. **Rotas Atlânticas da diáspora do Benim ao Rio de Janeiro**. Editora da UFF: Niterói, 2007. p. 65-99.

diáspora, pois procuram analisar como eles interpretaram a sociedade em que foram inseridos no Novo Mundo a partir de suas identidades étnicas trazidas da África e ressignificadas na experiência do cativeiro.

Para tal, a autora estudou a nação Mina e os vários grupos étnicos pertencentes a ela, evidenciando que, no processo de reconstrução de seus laços identitários, os escravizados e libertos africanos se apropriaram desta identidade, a nação, inicialmente impostas pelo colonizador. O ponto central de seus estudos é a análise das diferenças, dentro das irmandades e congregações, entre os vários grupos étnicos pertencentes à nação Mina. Assim, a autora analisa a demarcação do lugar que cada grupo detém em tais instituições, as fronteiras entre os mesmos e também os conflitos dentro da nação Mina, em um processo de controle e exclusão.

De seus trabalhos destacamos algumas questões. A primeira é o uso recorrente das chamadas nações (Mina, Angola, Moçambique, Benguela) como mecanismo de identificação e organização dos africanos em toda a extensão das Américas. Para Soares, as nações são um sistema classificatório que emerge do universo atlântico do tráfico e redefinem as fronteiras étnicas originárias da África, formando unidades mais inclusivas, chamadas pela autora de grupo de procedência. Com isso, as nações são uma denominação dada inicialmente pelo colonizador, mas que são incorporadas pelos grupos organizados no cativeiro e servem como referencial para o reforço de antigas fronteiras étnicas, como também para a formação de novas configurações identitárias. Logo, uma nação não corresponde, mecanicamente, a uma etnia africana. O uso da nação está associado à noção de terra, de origem comum relativa ao tráfico e à escravidão. Ser Mina, Angola, Mahi, Coura, Saburu ou qualquer outra categoria identitária é construir uma identidade voltada para o passado com base numa nação geracional, com elementos étnicos e territorializada. Ou seja, os escravos que assumem esta identidade como relevante não se crioulizaram ou foram crioulizados, mantiveram algumas de suas tradições e abriram mão de outras. Mas o essencial é que buscaram uma saída para continuar existindo enquanto grupo, baseados em uma identidade orientada pelo tempo pretérito comum africano.

Segunda, para Soares um grupo de procedência, como o Mina, pode encobrir a existência de outras identidades menos inclusivas e que são organizativas para o sujeito e, ao

mesmo tempo, mantê-las operativas, no estudo da autora os Mahi. Assim, as várias identidades se alimentam constantemente e são categorias que operam tanto entre os próprios africanos, quanto em outras instâncias coloniais. E é isso que as tornam eficazes no processo de identificação entre os africanos.

Terceira, o processo de formação de um grupo de procedência é o resultado da migração forçada, na qual surgem esferas de solidariedades entre diversos grupos étnicos africanos em identidades mais inclusivas. A construção dessa identidade passa pelas populações traficadas, pelos arranjos ocorridos em cada nação, cidade, época e situação. Assim, são configurações identitárias em permanente processo de transformação. Cabe a cada sujeito organizar-se no interior da ordem colonial – hierárquica e escravista –, de modo a criar alternativas concretas de vida, de acordo com as condições particulares que cada caso oferece.

Por fim, entendemos que não cabe mais colocar a identidade mina apenas como grupo de procedência, categoria mais ampla a designar variados grupos, mas sem ser considerada grupo étnico, como originalmente nomeou a historiadora Mariza Soares.³² A autora a pensa o termo nação como operacionalizadora das “configurações étnicas”, mas não como categoria étnica. Ao contrário, este trabalho lê a identidade Mina como formada por um conjunto de membros que passam a se reconhecer como tal e também são identificados assim por outros, chave para a demarcação da fronteira étnica, como propõe Fredrik Barth. Os Mina na América Portuguesa poderiam ser tanto um grupo étnico, quanto um grupo de procedência, dependendo da operacionalização dessa identidade pelos africanos em determinados contextos e pelo grau de conhecimento e de interesse do grupo ou indivíduo com quem se comunica.

Assim, cabe, então, um olhar mais atento sobre comportamentos e padrões adotados ao longo do tempo para entendermos esses indivíduos na localidade que elegemos para situarmos Mina como um grupo étnico. Por isso, acreditamos que o uso dos conceitos como nação e grupo de procedência ganham maior sentido ao tentarmos analisar se os mesmos constroem-se, efetivamente, enquanto um grupo étnico na perspectiva barthiana durante a experiência da diáspora negra na América.

³² SOARES, Mariza de Carvalho. **Op. cit.**, 2000.

Concordamos com Juliana Faria ao afirmar que para tal, as nomeações compulsoriamente emprestadas pelo sistema escravista aos colonizados devem: 1. adquirir sentido para os próprios sujeitos e balizar a formulação de regras próprias e a redefinição de limites indicativos de afiliação e/ou exclusão, orientando o comportamento de um grupo e servindo para classificar socialmente os demais; 2. deve balizar alianças grupais e poder ser visto na vida cotidiana dos sujeitos como organizando estratégias de casamento, vida religiosa, condições de moradia entre outras faces da vida, redefinindo as relações que os diversos grupos africanos têm entre si e com outros grupos; 3. tal processo ocorrendo, podemos dizer que um determinado grupo passa a constituir não apenas um grupo no sentido demográfico, mas grupos sociais compostos por integrantes que se reconhecem enquanto tais e a partir disso interagem em várias esferas da vida, ou seja, um grupo étnico.³³ Entendemos que os Mina em Vila Rica atendem aos três pressupostos citados acima e, por isso, se configuram como grupo étnico.

Para nós, o entendimento dos diversos autores de que o estudo da identidade negra é centrada em tempos pretéritos é fulcral. Isso porque, de acordo com Poutignat e Streiff-Fenart, o que diferencia uma identidade étnica de outras formas de identidades coletivas, como nação ou classe, é que a primeira é orientada pelo passado. De acordo com os autores: “(...) a crença na (e não o fato da) origem comum constitui o traço característico da etnicidade. É a crença na origem comum (...) que justifica e corrobora as outras dimensões ou signos da identidade e assim o próprio sentido da unicidade do grupo”.³⁴ Assim, os marcadores culturais de fronteiras só se tornam identificações étnicas quando se baseiam na crença da origem comum.

Além disso, Poutignat e Streiff-Fenart também enfatizam outra questão chave no estudo da etnicidade: o realce.³⁵ Para eles, as abordagens sobre a etnicidade a partir dos aspectos relacionais vêem a identidade como uma forma de interação social e exprimem a ideia de que a etnicidade é um modo de identificação em meio a tantos outros possíveis. A identidade étnica

³³ FARIA, Juliana Barreto. **Entre identidades e diásporas:** Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930). Rio de Janeiro: PPHC/UFRJ, 2004. p. 13-14. (dissertação de mestrado)

³⁴ POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Op cit**, p. 162.

³⁵ Idem, p. 166-172.

não remete a uma essência que se possua, mas a um conjunto de recursos disponíveis para a ação social. As categorias étnicas se tornam, devido ao realce, objetos de análise e quando algumas características do grupo são incorporadas e se tornam parte integrante da atividade social, sua validade é reconhecida e sancionada pelo próprio grupo e por outros como fronteiras étnicas entre eles, sendo realçadas.

A perspectiva enunciada até agora é central para o estudo de uma sociedade como a de Minas Gerais colonial, notadamente poliétnica e hierarquizada. É a existência de vários grupos étnicos e a escravidão como sistema, formando uma sociedade juridicamente desigual e estamental, que reside o que havia de mais original no mundo colonial nas Américas no tempo da diáspora negra. Esse é o contexto que marca o século XVIII na capitania de Minas Gerais.

Pretendemos organizar a narrativa do trabalho, e consequentemente a interpretação, a partir das fontes. Sendo assim, as informações obtidas nas mesmas sobre as mais diversas áreas de sociabilidade do sujeito como família, mundo do trabalho, arranjos matrimoniais e relação de compadrio, nos farão compor o fio da narrativa. Por isso, um diálogo intenso com a bibliografia e os pressupostos teóricos aqui enunciados é fundamental para o estudo da relação entre as normas e o funcionamento da sociedade hierarquizada e escravista das Gerais, e os comportamentos dos sujeitos, apreendidos nas fontes. Entendemos que a relação entre normas sociais e comportamento dos sujeitos é dialética e nos permite evidenciar como os agentes históricos, a partir das normas da sociedade, traçam suas estratégias de atuação.

A dissertação conta com três capítulos. No capítulo 1, intitulado “Identidade negra nas Minas: a formação de fronteiras”, escolhemos pesquisar todos os inventários e testamentos das mulheres forras e as cartas de alforria por dois motivos. Primeiro, a identidade étnica deve ser estudada a partir da fronteira entre os grupos que compõem determinada sociedade complexa. Segundo, a bibliografia que trata do fenômeno das identidades sociais em Vila Rica ainda não alcançou um refinamento que nos forneça dados suficientes para que apenas com uma

discussão bibliográfica possamos empreender nossos objetivos.³⁶ Sendo assim, nos utilizamos de fontes primárias para tal.

Enfatizamos alguns aspectos, entre os quais destacamos as estratégias sociais usadas na construção de identidades a partir das possibilidades abertas pelo espaço urbano mineiro e como se deu a liberdade destas mulheres. A documentação nos permitiu captar signos culturais que atuaram como marcadores de fronteiras entre os grupos. A partir deles mapeamos as fronteiras construídas entre os diversos grupos sociais que compuseram as mulheres forras de Vila Rica.

No segundo capítulo, intitulado “Vila Rica: formação social e o pequeno comércio”, temos como principal fonte os registros de licença de vendas. Nos guiamos por duas hipóteses. Primeira, devido aos baixos investimentos para participar do pequeno comércio, um grande número de sujeitos sociais tentaram se estabelecer nessa atividade econômica. Segunda, a inserção ou não no pequeno comércio não dependeu apenas de valores econômicos e, sim, de valores culturais presentes naquela sociedade. Em um espaço marcado por intensa disputa por recursos materiais, dominar ou hegemonizar-se em determinado *lócus* comercial é, sem dúvida, uma importante estratégia para determinado grupo social. Sendo assim, nossa escolha para adentrar em tal universo é o mundo do trabalho, mais especificamente o pequeno comércio. Com isso, perceber o agenciamento de identidades sociais nessa esfera é o principal objetivo deste capítulo.

No capítulo, fazemos uma síntese da história econômica e social de Vila Rica, enfatizando as possibilidades que se abriram para o setor comercial, em especial para o pequeno comércio, e como esse setor respondeu às mudanças econômicas ocorridas durante a

³⁶ Claudia Mól estudou inventários e testamentos da esfera civil, entretanto não relacionou grupo étnico com padrão de alforria, participação em irmandades, pequeno comércio e maior acúmulo de pecúlio em MÓL, Cláudia Cristina. **Mulheres forras:** cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH, 2002. (dissertação de mestrado). Já Marcos Magalhães de Aguiar estudou os mesmos testamentos e cartas de alforrias que nós pesquisamos, mas também não relacionou etnia e padrão de acúmulo de pecúlio, porcentagem nas alforrias pagas, controle da direção das irmandades do Rosário e mudanças no padrão das alforrias ao longo dos anos. AGUIAR, Marcos Magalhães. **Negras Minas Gerais:** uma história da diáspora africana no Brasil colonial. São Paulo: USP, 1999. (tese de doutorado).

segunda metade do século XVIII. Também demonstramos o papel ocupado pelas mulheres no pequeno comércio de Vila Rica

No último capítulo, “Trabalho e etnicidade: o caso das pretas Mina comerciantes em Vila Rica na segunda metade do século XVIII”, elaboramos um estudo das mulheres Mina que atuaram no pequeno comércio de Vila Rica utilizando-nos de testamentos, cartas de alforria e ações de alma. Assim, construímos um cotejo entre a relação de mulheres que deixaram testamento, inventários, cartas de alforria e informações nas ações de alma e nosso banco de dados das comerciantes para identificarmos quais delas atuaram no pequeno comércio. Entendemos que o processo histórico aqui estudado nasceu de experiências individuais e de grupos sociais imersos em contextos relacionais, nos quais alianças e conflitos sociais e as percepções de cada pessoa envolvida e suas estratégias possíveis e/ou desejáveis influíram na reconstrução de culturas e identidades. Apreender esse processo é o principal objetivo deste capítulo.

Também destacamos como o grupo étnico Mina forma redes sociais e como o grupo é mobilizado para que legados testamentários em favor das irmandades e de sujeitos sejam cumpridos. Cremos que nessas redes de trabalho, como o pequeno comércio e devoção, boa parte deste fluxo se concentra nas mãos de alguns membros privilegiados, viabilizado alforria, pequenos negócios entre outras atividades econômicas e financeiras.

Capítulo 01

Identidade negra nas Minas: a formação de fronteiras

“Todo homem deve conhecer suas origens”.

Frase atribuída a Agaja, rei de Daomé.

Retirada de LÉPINE. Os dois reis de Daxome. p. XVI

1.1 O tráfico de escravos e a formação de identidades

Em 12 de fevereiro de 1741 foi aberto o testamento da preta forra Joana Pinta, no qual diz *“Declaro que sou (...) de nação Mina”*.¹ Nesse e nos outros 167 testamentos e/ou inventários por nós estudados, entre 1741 e 1808, o uso de referências como nações e origens africanas e da América Portuguesa como identificador do sujeito é rotineira. Aparecem nesses documentos as seguintes designações baseadas em origens africanas: Mina, Costa da Guiné, Fon, Coura, Cobu, Nagô, Angola e Congo; e, também, denominações baseadas na cor de pele e na ascendência para os nascidos no Brasil: crioula e parda.² Já em 12 de abril de 1758 foi registrada a escritura de liberdade de Vitória, na qual consta ser a forra também de nação Mina.³ Nessa escritura e nos outros 1.151 registros de alforria coletados por nós, entre 1758 e 1800, também há menções a nações e origens territoriais para identificar os alforriados, constando as seguintes para os africanos: Mina, Cabo Verde, São Tomé, Costa da Guiné, Cobu, Coura, Fon, Lada, Sabaru (savalu), Nagô, Benguela, Angola, Cassange, Congo, Cabunda, Massangano, Monjolo, Rebolo, Xambá, Cravari e Cofi; e para os nascidos no Brasil: cabra, crioula, mulata e parda.

No contexto colonial essas referências são fator recorrente em vários documentos cartoriais e paroquiais da América portuguesa, denotando o poder de nomear que o colonizador

¹ Arquivo Casa dos Contos, Fundo Igreja Nossa Senhora do Pilar, Óbitos, rolo 55, volume 1863, 1741, fls. 1f-4v. Doravante ACC e FINSP.

² Sheila de Castro Faria nos diz que mais do que cor de pele, o principal marcador para essas diferenciações é a condição jurídica, por isso essas referências mudam-se o indivíduo é livre ou escravo. FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras.** As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. p. 62-75, sub-tópico “Cor e condição social no período escravista”. (tese para concurso de professora titular)

³ ACP, Livro de Notas, Volume 146, fls. 04v-8f. Daqui em diante LN.

tinha sobre as populações subjugadas. Tais denominações nos ajudam a traçar a composição do “nós” e do “eles”.⁴ Nos testamentos e inventários identificamos 10 designações e nos registros de alforria 22. Como se percebe, há uma variação das nomenclaturas que surgem em cada fonte. Algumas desaparecem rapidamente como, por exemplo, a denominação Costa da Guiné, que só encontramos apenas até o início da segunda metade do século XVIII.⁵ Essas nomeações dos grupos escravizados são bastante complexas e dependem da época, de onde e de quem fala,⁶ o que reforça nossa argumentação até aqui de que as designações identitárias são dinâmicas e não estáticas.

Nesse capítulo iremos, a partir de todos os inventários e testamentos das libertas e de todas as cartas de alforria da segunda metade do século XVIII, analisar as identidades étnicas dos escravos e forros ocorridas em Vila Rica. Como já enunciamos na Introdução deste trabalho, entendemos que a identidade étnica tem que ser estudada a partir das fronteiras entre os grupos que formam uma dada sociedade. Sendo assim, cremos que essas fontes nos forneçam parâmetros de diferenciação entre os libertos das Gerais em aspectos como acúmulo de bens, conquista e concessão da alforria, participação em irmandades entre outros.

As fontes utilizadas por nós nesse capítulo há décadas são usadas pelos historiadores. Por isso, entendemos não ser necessário explicitar o contexto das mesmas.⁷ Para nós, é suficiente evocar as palavras de Eduardo França Paiva quando se refere aos testamentos “os relatos individuais que, não raro, expressam modos de viver coletivos e informam sobre o

⁴ POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998. p. 114.

⁵ A última vez que a designação Costa da Guiné apareceu nas fontes por nós pesquisadas foi em um testamento de 1757. O termo começa a desaparecer dos documentos coloniais portugueses em fins do século XVII, pois era uma referência genérica para toda a Costa Ocidental da África. Com o maior conhecimento dos portugueses e dos traficantes de escravos sobre essa região a referência Costa da Guiné é substituída por outras mais específicas como Mina, Cobu, Sabaru, Angola, Congo entre outras. Para maiores informações ver SOARES, Mariza Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 38-62 e OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “Quem eram nos “Negros da Guiné”. A origem dos africanos na Bahia”, **Afro-Asia**, Salvador, número 19/20, 1997, p. 37-73.

⁶ Para maiores informações sobre a complexidade dos etnônimos surgidos após o tráfico atlântico de escravos ver LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre o termo “mina””, **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 20, 2006, p. 98-120.

⁷ Sobre o uso teórico e metodológico de inventários e testamentos ver DAUMARD, Adeline *et al.* **História Social do Brasil**: teoria e metodologia. Curitiba: Editora da Universidade do Paraná, 1984 e PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos de grupos sociais".⁸ Esse é, justamente, nosso objetivo: apreender modos de vida coletivos e obter informações sobre o comportamento dos libertos que viveram em Vila Rica durante o século XVIII.

Em relação ao contexto de arquivamento das fontes é necessário algumas informações. Os inventários de Vila Rica estão todos contidos em um único arquivo: a Casa da Pilar, no fundo cartorial dos 1º e 2º Ofícios. Já os testamentos estão dispersos em vários arquivos e fundos.⁹ Uma primeira divisão diz respeito ao fato de os testamentos pertencerem tanto ao foro secular, quanto ao foro religioso. Assim, os testamentos de origem secular estão arquivados na Casa do Pilar. Entretanto, estão depositados em mais de um fundo: cartorial dos 1º e 2º ofícios e nos livros de testamento. Os de origem religiosa estão organizados em torno das duas paróquias existentes em Vila Rica no século XVIII, que eram a de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e a de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Todos eles estão microfilmados e arquivados no arquivo Casa dos Contos, em fundos com os nomes das respectivas paróquias. No Pilar os testamentos estão arquivados em dois sub-fundos, denominados testamentos e óbitos. No fundo de Antonio Dias os testamentos estão organizados em apenas um sub-fundo, intitulado óbitos.

As cartas de alforria são parte dos registros de compra e venda de imóveis, casas, escravos, procurações e uma série de outros documentos oficializados nos livros de notas. Essa fonte existe, apenas, para a segunda metade do século XVIII em diante, mais especificamente a partir do ano de 1758, pois os livros de nota de Vila Rica da primeira metade do século se perderam com o tempo, possivelmente com incêndios que a documentação cartorial do termo de Vila Rica já sofreu. Para a segunda metade da centúria existem 33 livros de notas, dos quais extraímos 1.152 registros de liberdade entre os anos de 1758-1799.¹⁰

A variação das designações identitárias da população mancípio das Minas Gerais foi maior do que as que apontamos em nossas fontes. Rodrigo Castro Resende,¹¹ em sua

⁸ PAIVA, Eduardo França. **Op. cit.** p.31.

⁹ No Anexo I há uma lista de todos os Inventários e Testamentos pesquisados e suas respectivas localizações.

¹⁰ Além das cartas de alforria havia outros dois modos legais para um ex-escravo comprovar seu estado de livre: o testamento ou codicilo e a pia batismal.

¹¹ RESENDE, Rodrigo Castro. **As nossas “Áfricas”:** populações escravas e identidades africanas nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH, 2006. p. 171. (dissertação de mestrado)

dissertação de mestrado, identificou 48 nomeações identitárias entre os escravos. Eram 25 para os mancípios da África Centro-Ocidental, 14 para os da África Ocidental e 1 para os da África Oriental. Entre os nascidos na América Portuguesa ocorreram 5 designações diferentes.

Desde fins do século XIX viajantes europeus, como Jean-Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Charles Expilly, Charles Ribeyrolles, ao descobrirem o Novo Mundo retrataram as identidades étnicas dos africanos na América Portuguesa e nisso foram seguidos pelos pioneiros das ciências sociais como Nina Rodrigues. Assim, na virada do século XIX para o XX, e todo o seu contexto do racismo científico, as discussões sobre raça e nacionalidade ganham relevo e o tema das divisões étnicas africanas alcança importância no ambiente acadêmico e científico da época.

Após esta efervescência, durante várias décadas os estudos sobre a escravidão se preocuparam com questões relativas ao tráfico, ao papel da escravidão na formação do capitalismo brasileiro, a vida no cativeiro e como esta afetou à psicologia social do cativo,¹² pois nossos pesquisadores relegaram a um espaço secundário a importância da cultura africana e suas reconstruções identitárias na diáspora. Durante décadas, desde fins do século XIX até a segunda metade do século XX, os poucos estudos sobre identidades étnicas ficaram relegados à sociologia e à antropologia.

De acordo com Juliana Faria, estes africanos que “tanto povoaram o imaginário de viajantes, elites e intelectuais em tempos pretéritos, só mais recentemente vêm sendo “redescobertos” pela historiografia brasileira”.¹³ Situamos esse redescobrimento a partir da década de 1980 e 1990, com a realização de várias pesquisas sobre a construção de identidades negras na diáspora. Isso faz com que o estudo da escravidão se de não apenas pelo comércio, mas também pela análise da diáspora africana. O que dá destaque às modalidades de reinserção social destes escravos.

O resultado dessa renovação historiográfica é uma compreensão de que só é possível reconstruir a experiência dos sujeitos que vivenciaram a escravidão a partir de uma análise de

¹² A lista de trabalhos desse período seria intensa, mas citamos apenas dois FERNANDES, Florestan Fernandes. **Círculo Fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976 e CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹³ FARIA, Juliana. **Entre identidades e diásporas**: Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930). PPHC/UFRJ, 2004. p. 10. (dissertação de mestrado)

suas identidades de origens e, principalmente, como elas foram resignificadas na América Portuguesa. Sendo assim, muitas foram as pesquisas que se apropriaram da visão de identidade relacional e estudaram a formação de identidades étnicas na escravidão brasileira, como já apontamos na Introdução desse trabalho.

A costa africana que compreende as regiões conhecidas como África Ocidental e Centro-Ocidental se tornou objeto de interesse dos portugueses após a tomada de Ceuta dos mouros, em 1415. Mas é a partir de 1442 que o comércio de escravos passa a ser fundamental no financiamento das expedições armadas de reconhecimento da Costa Africana.¹⁴

Dá África para as Américas vieram milhões de escravos e o tráfico de almas ficou concentrado em três grandes regiões do território africano: Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental. De acordo com Patrick Manning, tais divisões são tanto geográficas como culturais, pois ressaltam certas homogeneidades existentes entre os vários povos e etnias da região.¹⁵

Cada uma dessas localidades abrigou um grande número de estados e etnias. Mesmo assim, para John Thornton isso não é um empecilho para que entre esses surjam grupos com homogeneidade cultural. Isso porque, há diversos fatores que influenciam na formação de determinados preceitos culturais, fazendo com que populações de estados e etnias africanas diferentes partilhem códigos culturais comuns. Entre esses o autor destaca: língua, estética, estrutura social e religião.¹⁶ Além disso, relações comerciais também estreitam laços culturais entre povos de origem étnica diferente. A partir dessas premissas, Thornton divide as duas regiões africanas que mais enviaram escravos para as Minas Gerais, África Ocidental e Centro-Ocidental, em três zonas culturais, das quais trataremos mais adiante. O resultado é que apesar da grande variedade etnolinguística do continente africano, havia uma grande homogeneidade cultural, bases fulcrais para a reconstrução de identidade ocorrida no Novo Mundo. Nas palavras de Thornton:

¹⁴ THOMAS, Hugh. **The Slave Trade**. The History of the Atlantic Slave Trade: 1444-1870. New York: Simon & Schuster Inc, 1997.

¹⁵ MANNING, Patrick. **Slavery and African life**: Occidental, Oriental and African slave trades. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

¹⁶ THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elvésier, 2004. p. 253-279.

Em resumo, pode-se concluir que o grau de diversidade na África pode ser facilmente exagerado. A orientação antropológica mais antiga de classificar cada grupo cultural etnolíngüístico como uma “tribo” separada e ignorar fatores com multilingüismo ou o compartilhamento cultural não lingüístico estendeu os limites da real diversidade. Quando muito, temos três áreas culturais diferentes (...) Além disso, o comércio de escravos serviu-se de mais de alguns grupos do que de outros e, com freqüência, reunia pessoas com antecedentes similares.¹⁷

Além disso, embora aja diferenças étnicas entre a mesma designação em locais e tempos diferentes, como também mudanças nas denominações mais usadas, concordamos com Mariza Soares que concede ênfase ao fato de que mesmo com essas variações havia um elenco comum de nomeações como Mina, Angola, Benguela, Congo em toda a América Portuguesa.¹⁸

O que precisamos saber é qual o significado dessas identificações? Até que ponto que os subjugados se apropriaram delas? Quais os elementos que as separavam? Quem eram os sujeitos que compunham cada uma dessas designações?

A complexidade das nomeações identitárias nos faz crer que em determinadas situações chaves como cultos religiosos, práticas de rebelião e práticas judiciais e sociais de conquista da liberdade ocorrem importantes reconfigurações dos marcadores de identidades que foram impostas e/ou foram aceitas pelos africanos. Sabemos que a construção ou a reconstrução de identidades dentro da escravidão, a forma como são herdadas e remodeladas ao longo da vida do sujeito e ao longo de gerações são processos complexos.

Para melhor esclarecer essa situação, citemos o caso da preta Mina Josefa de Siqueira, que foi moradora da freguesia de Ouro Preto, Vila Rica. A primeira vez que a liberta aparece em nossas fontes foi em 1763 ao retirar licença para venda na mesma freguesia.¹⁹ Nessa fonte sabemos, apenas, que Josefa é ainda escrava, sendo seu proprietário o Sargento-Mór João de Siqueira. Entre os anos de 1764 e 1769 a mancípio expede licença mais 4 vezes. Em 1776 ela conquista sua alforria após a morte de seu ex-senhor, pagando 200 mil réis ao herdeiro do mesmo, Frutuoso Vaz de Siqueira.²⁰ Em seu papel de alforria fica destacado que Josefa é de nação Mina. No momento da conquista de sua liberdade, é essencial que o marcador identitário

¹⁷ Idem, p. 263.

¹⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. “Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Bahia do Benim, século XVIII”. In. _____. **Rotas Atlânticas da diáspora do Benim ao Rio de Janeiro**. Editora da UFF: Niterói, 2007. p. 68.

¹⁹ APM, CMOP, rolo 72, Licença de Negócios para Venda, 1758-1769.

²⁰ ACP, LN 157, fls. 4v-5f.

de sua origem seja destacado. Após sua alforria, Josefa continua com sua mesma atividade econômica, vendeira, e entre 1776 e 1788 emitiu 10 licenças para venda novamente na freguesia de Ouro Preto.²¹ A mudança perceptível em sua identidade é o acréscimo do sobrenome de seu ex-senhor, algo extremamente comum, passando a se chamar Josefa de Siqueira. Mais uma vez os registros de almotaçaria não designam origens étnicas. Sua principal função era o controle da atividade comercial e, por conseguinte, tem padrão bem simples com as informações essenciais como nome, condição social e ano. Em 1779 novamente nos deparamos com Josefa de Siqueira, agora como testemunha nas devassas eclesiásticas, nessa fonte ela é identificada como preta e, novamente, como dona de venda, mas não há referência a sua identidade étnica.²² A última vez que encontramos informações de Josefa é no momento de sua morte, em 1788, com a abertura de seu testamento.²³ No documento ela se descreve como preta forra de nação Mina. E mais, concede liberdade às suas duas escravas, Luiza de nação Mina, por coartação, e Ana crioulinha, filha desta, gratuitamente, e também lega bens, roupas e jóias, para ambas. A concessão de alforria para membros do mesmo grupo étnico foi recorrente entre os Mina, como demonstraremos mais adiante.

Na variedade de fontes e de contextos em que conseguimos identificar Josefa de Siqueira, percebemos que nem sempre a sua designação étnica aparece. Nas devassas e nos registros de almotaçaria não há referência ao fato da liberta ser de nação Mina. Entretanto, o que consideramos essencial, nos momentos chaves de sua vida, conquista da liberdade e morte, a denominação identitária baseada na etnicidade é evocada e influí nas suas relações sociais, em seu caso nas alforrias que concede e na distribuição de seus bens. Por isso, entendemos que na conjuntura colonial e escravista, como no espaço de Vila Rica do século XVIII, os africanos aprenderam os valores e instrumentos necessários para se inserirem e reconstruírem suas vidas. Com a percepção de que os indivíduos traficados necessitaram reelaborar signos e significados no processo de ressocialização, é que as transformações culturais experimentadas pelos africanos são aqui entendidas, rejeitando a noção de aculturação.

²¹ APM, CMOP, Rolo 40, Licenças para o estabelecimento de vendas 1773-94.

²² LEMOS, Carmem. **A justiça local:** os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003. s/p . (Anexo - Testemunhas ouvidas nas devassas), (dissertação de mestrado)

²³ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 112, volume 1933, 1788, fl. 12f-14v.

As nomeações de origem africana surgem em decorrência do tráfico atlântico de escravos. Os nomes atribuídos pelos europeus aos africanos ora indicavam a procedência do porto de embarque ou da região genérica de onde eram provenientes, ora um grupo identificado pelos europeus com características semelhantes ou, então, nomes de etnias africanas. Em muitas dessas designações é facilmente perceptível a associação de localidades, línguas, grupos e reinos africanos e elas foram construídas e reconstruídas baseadas em visões de mundo distintas: a da sociedade luso-brasileira que remetia as características conhecidas sobre as origens dos escravos africanos; e a dos próprios africanos que em contextos específicos se apropriavam dessas designações a partir de seus próprios valores e códigos culturais, dando um sentido próprio a cada uma delas.

Um primeiro passo para elucidarmos melhor a questão é entender qual o significado de nação para os portugueses nos séculos XVII e XVIII. Sendo assim, usemos do famoso dicionário de Raphael Bluteau para termos a definição de nação na Europa para o período em questão: *“nome colletivo, que se diz da Gente, que vive em alguma grande região, ou Reyno, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto se diferença Nação de Povo, porque nação comprehende muitos povos.”*²⁴

Tendo como referência a definição de nação dada por Bluteau, concordamos com Mary Karasch,²⁵ pois a autora entende que ao classificar os africanos em nações os portugueses reconhecem em cada uma dessas um povo com uma cultura comum. Nesta perspectiva, Thornton chama a atenção para o fato de que o termo nação era, na Europa dos séculos XVII e XVIII, essencialmente etnolinguístico e não uma unidade política com um estado centralizado. Assim, mesmo não sendo Mina, Angola ou Benguela um reino africano, havia por parte dos portugueses o reconhecimento de características comuns entre cada uma dessas nações que as diferenciava entre si. Em outras palavras, os portugueses percebiam fronteiras a separar cada uma das nações.²⁶

²⁴ BLUTEAU, Raphael. Verbete: Nação. **Vocabulário Português e Latino**, volume 5, p. 658. Coimbra, 1718-1728. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. (CD ROM)

²⁵ KARASCH, Mary C. “‘Minha nação’: identidades escravas no fim do Brasil colonial”, In. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 128.

²⁶ THORNTON, John. **Op. cit.** p. 185.

Além disso, na África do período em questão também havia a idéia de nação como “*povos unidos pelo sentimento de origem, pela língua, pela história, pelas crenças, pelo desejo de viver em comum e por igual vontade de destino*”.²⁷ Assim, relembremos Fredrik Barth, pois para ele podemos nos utilizar do conceito de grupos étnicos se conseguirmos perceber que as classificações são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios sujeitos históricos como forma de organizar a interação entre as pessoas.²⁸

Entretanto, para Karasch embora o termo nação significasse povos com características comuns, cada uma delas foi composta por etnias diversas, muitas de procedências incertas no continente africano e, por isso, o termo nação referia-se a uma “[...] ‘comunidade imaginada’ [...], que tinham de se juntar todos em **novas comunidades** que já não estavam baseadas numa etnia específica”.²⁹ A autora entende que é a partir da visão de mundo da sociedade em que se inseriram que os africanos de origens e etnias diversas se unem para formar uma nova comunidade, agora imaginada. Com isso, entendemos que Karasch releva o grau de homogeneidade cultural existente em cada nação africana e, também, o que consideramos essencial, a influência do passado africano na configuração de novas identidades entre os africanos na América.

Baseado nas afirmações de Karasch e no trabalho do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira,³⁰ Rodrigo Castro Resende³¹ categorizou a ressignificação identitária ocorrida entre os africanos em Minas Gerais do século XVIII em identidades renunciadas ou históricas e identidades de sobrevivência. As etnias africanas são a identidade renunciada do sujeito em seu processo de incorporação à nova vida na América e por ser a identidade original desses é chamada de identidade histórica. Para o autor, essa identidade está latente na vida dos africanos na América e, quase sempre, não é visível para aqueles que não pertencem à etnia específica. Já as nações são a identidade de resistência, pois apesar de serem a categorização

²⁷ SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ, 2003. p. 58.

²⁸ BARTH, Fredrik. O grupo étnico e suas fronteiras. In. _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 27.

²⁹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 a. p. 39.

³⁰ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

³¹ RESENDE, Rodrigo Castro. **Op. cit.** p. 26-40.

dada pelos portugueses aos africanos, eles, em muitos casos, se apropriavam dessas nomeações lhes imputadas e as usavam como alicerce para sua mobilidade social e para demarcar diferenças com outros grupos. Assim, essa nova identidade era usada pelos africanos como resposta a sua situação de dominados para sobreviver e, por isso, é chamada pelo autor de identidade de resistência.

Para nós, essa perspectiva não procura entender como a nova identidade (de sobrevivência) se articula com a identidade étnica africana (histórica). Muitas vezes, como já demonstramos, as nações nos remetem a territórios e práticas culturais de origem dos próprios africanos e aos meios utilizados por eles como forma política e organizativa em seus territórios na África, ocorrendo um processo de mútua interação entre as identidades operacionalizadas pelos sujeitos nos dois lados do Atlântico. Além disso, tal postulação relega as características de passado comum dos africanos na reorganização identitária ocorrida na América e como a crença em um passado comum é o elemento definidor de uma identidade étnica. Por isso, o postulado teórico de Resende não possibilita o uso da categoria grupo étnico para classificar as novas identidades africanas surgidas na América.

1.2 As nações africanas das Minas Gerais do século XVIII

Como já informamos, pesquisamos 168 testamentos e/ou inventários de libertas em Vila Rica entre 1741 a 1808 e coletamos 10 designações identitárias diferentes, das quais 8 eram baseadas no passado africano. Da África Ocidental temos as denominações Mina, Fon, Coura, Cobu e Nagô. Da África Centro-Ocidental temos as nomeações Angola e Congo. E mais a qualificação genérica Costa da Guiné. Essas designações estão assim distribuídas entre todos os documentos: 104 são Minas (61%), 28 crioulas (17%), 6 Angolas (4%), 3 Guinés (2%), 5 pretas (3%), 4 pardas (2,5%), 2 Couras, 1 Congo, 1 Fon, 1 Cobu, 1 Nagô (os últimos cinco somam 3,5%) e em 12 (7%) não constam a identificação (9 inventários e 3 testamentos). Como se percebe, há uma ampla hegemonia do grupo étnico Mina entre as ex-mancípias que tinham bens a destinar ao final de sua vida.

Nos 1.152 registros de alforria foram mencionadas 25 designações identitárias diferentes para os forros. Desse total, 21 eram apoiadas no pretérito do lado direito do Atlântico. Em

relação às nomeações referenciadas na África Ocidental, identificamos outras 4 além das constantes nos inventários e testamentos: Cabo Verde, São Tomé, Sabaru e Lada. Entre as fundamentadas na região da África Centro-Ocidental, distinguimos mais 7: Benguela, Cabunda, Cassange, Massangano, Monjolo, Rebolo e Xambá. Além disso, temos duas qualificações não identificadas: Cofi e Cravari.

Diferentemente do que nos testamentos e inventários, nos registros de alforria a maioria dos libertos tem identificações assentadas no nascimento na América Portuguesa, pois 352 (30,6%) são crioulos, 100 (8,7%) são pardos, 131 (11,4%) são mulatos e 38 (3,3%) são cabras, somando ao todo 621 (53%). Entre as nomeações alicerçadas na África Ocidental temos: 211 (18,3%) Minas, 30 (2,6%) Couras, 9 (0,8%) Cobus, 8 (0,7%) Sabarus, 5 (0,4%) Ladas, 4 (0,3%) Nagôs, 6 (0,5%) Cabos Verde, 1 Fon, 2 São Tomés (essas duas últimas somam 0,3%) em um total de 276 (23,9%). Nas nomeações assentadas na África Centro-Ocidental temos: 136 (11,8%) Angolas, 49 (4,3%) Benguelas, 11 (1%) Congos, 6 (0,5%) Rebolos, 4 (0,3%) Monjolos, 1 Cabunda, 1 Cassange, 1 Massangano e 1 Xambá (esses últimos 4 somam 0,3%), perfazendo 210 (18,2%). Além disso, temos mais as seguintes: 2 Guinés, 5 pretos, 1 negro, 2 designações que não identificamos (1 Cofi e 1 Cravari) e outras 35 identificações ilegíveis. Todas essas somam 45 (3,9%).

Ao longo da segunda metade do século XVIII, podemos perceber mudanças no padrão étnico dos alforriados que guarda relação com as transformações ocorridas na composição da escravaria de Minas Gerais e, especificamente, de Vila Rica ao longo do período de estudo. Tais alterações são importantes para compormos as fronteiras étnicas da população mancípio e liberta de Vila Rica. Assim, dividimos o período para o qual coletamos os registros de alforria, compreendido entre 1758-1799, em dois sub-períodos de 21 anos cada: 1758-1778 e 1779-1799, para estudar tais transformações.

No primeiro foram libertados 600 escravos, 52,1% do total. Nesse, percebemos uma participação mais expressiva dos alforriados provenientes da África Ocidental, pois 155 (25,8%) são do grupo étnico Mina, 21 Couras (3,5%), 7 Sabarus (1,2%), 7 Cobus (1,2%), 5 Ladas (0,8%), 4 Cabos Verde (0,7%), 2 Nagôs (0,3%), 1 Fon (0,1%) em um total de 202 (33,6%). Os originários da Costa Centro-Ocidental foram 54 Angolas (9%), 16 (2,7%) Benguelas, 5 Congos (0,8%), 2 (0,3%)

Monjolos, perfazendo 77 (12,8%). Já os nascidos na América Portuguesa eram 167 (27,8%) crioulos, 82 (13,7%) mulatos, 31 (5,2%) pardos, 13 (2,2%) cabras, em um total de 293 (48,9%). Além disso, para 23 (3,8%) libertos não constam a procedência e em 3 não identificamos a origem (1 Cravari, 1 Cofi e 1 Negro (0,5%)) e 2 (0,4%) são Guinés.

No segundo ciclo do período, 1779-99, foram libertados 552 escravos ou 47,9. Nesse os alforriados originários da costa Ocidental somaram 75 (13,7%), sendo 56 (10,1%) do grupo étnico Mina, 9 Couras (1,6%), 1 Sabaru (0,2%), 2 Nagôs (0,4%), 2 Cabos Verde (0,4%), 2 São Tomés (0,4%), 2 Cobus (0,4%) e 1 (0,2%) Xambá. Os nascidos na América Portuguesa foram 329 (59,5%), desses 185 (33,6%) são crioulos, 49 (8,9%) mulatos, 69 (12,5%) pardos, 25 (4,5%) cabras. Os oriundos da África Centro-Ocidental são 133 (24,1%), pois 83 são Angolas (14,9%), 33 (6%) Benguelas, 6 (1,1%) Congos, 6 (1,1%) Rebolos, 2 (0,4%) Monjolos, 1 Cabunda (0,2%), 1 Cassange (0,2%), 1 (0,2%) Massangano. 10 (1,8%) não tiveram a procedência identificada e 5 (0,9%) são pretos.

A divisão em dois ciclos evidencia mudanças no padrão de alforriados ao longo da segunda metade do século. Em todo o período estudado os libertos oriundos da chamada Costa da Mina somaram 276 (23,9% do total geral). No primeiro sub-período foram 202 (33,6% do primeiro ciclo). Já no segundo somaram 75 (13,7%). Ou seja, 73,2% dos forros dessa região africana se concentraram no primeiro sub-período. Além disso, 2 designações identitárias da Costa Ocidental nem aparecem no segundo ciclo: Lada e Fon. E outras decaem expressivamente. Coura passa de 21 para 9, Sabaru de 6 para 1, Cobu de 7 para 2. Como demonstraremos, todas essas designações são da região conhecida como Costa do Benim, local que teve importantes ligações com a Bahia nas 4 primeiras décadas do século XVIII, decaindo bruscamente depois disso. Já os nascidos na África Centro-Ocidental aumentam entre um ciclo e outro. Durante todo o período de estudo os mancípios provenientes desta região foram 210 (18,2%). No primeiro período foram 77 (12,8% do total deste). No segundo foram 133 (24,1%). O segundo ciclo concentra 63,4% dos cativos dessa região. Destacamos também que várias denominações identitárias dessa região aparecem apenas no último sub-período como Rebolo, Cabunda, 1 Cassange, 1 Massangano e Xambá. Um importante indício do incremento do tráfico entre a América Portuguesa (principalmente o Rio de Janeiro) com essa região africana. Por fim,

os nascidos na América Portuguesa somaram 621 (53%) em todo recorte temporal de estudo. No primeiro sub-período esses foram 293 (48,8%) e no segundo 329 (59,5%). Há um equilíbrio entre os períodos, tendo o último concentrado 52,9% dos escravos da região. Mesmo assim, destacamos o aumento dos pardos entre os mesmos, passando de 31 para 69, um aumento de 123%.

A análise dos dados apresentada deixa nítido o aumento dos nascidos na África Centro-Oeste e na América Portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII. Tal processo se relaciona com a mudança da composição da escravaria de Minas Gerais e de Vila Rica.

Os registros de alforria representam um maior número de libertos do que os inventários e testamentos (1.152 e 168 respectivamente) e isso, em parte, explica o maior número de denominações identitárias contidas na primeira fonte. No entanto, chamamos a atenção para a inversão no grupo predominante nos registros de alforria em relação aos inventários e testamentos. Na primeira fonte o grupo mais representando são os crioulos com 352 liberdades registradas (32% do total). Na segunda o grupo mais representando é o Mina com 104 documentos (62%). Para nós, isso tem a ver com o maior sucesso desses libertos após a conquista da alforria. Ou seja, os Mina foram melhores sucedidos na estratégia de vida após a liberdade e, com isso, são maioria na fonte que demonstram bens acumulados após a liberdade: testamentos e inventários.

Nas Minas Gerais a entrada massiva de mancípios desde cedo chamou a atenção das autoridades portuguesas e dos colonos brancos, como ressalta Marco Antonio Silveira,³² pois despertou o temor por revoltas, formação de quilombos e desobediência. Em 1710 havia cerca de 20 mil escravos nas Gerais. 25 anos após, o número havia subido para cerca de 100 mil escravos.³³ O crescimento da população escrava e, em consequência, da população forra e mestiça nas Minas desde cedo se mostrou uma realidade para as autoridades régias e camarárias e alterou as relações sociais na capitania.

³² SILVEIRA, Marco Antonio Silveira. "Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na capitania de Minas Gerais (1709-1763)." In. SILVEIRA, Marco Antonio e CHAVES, Claudia (orgs.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, CAPES, 2007. p. 27.

³³ GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo, SP: Ícone Editora, 1988. p. 20.

De acordo com A. J. Russel-Wood, as autoridades coloniais portuguesas em todas as suas conquistas dependeram dos não europeus para a criação, a consolidação e a sobrevivência do Império. Entretanto, para o autor, na América Portuguesa o não europeu ocupou papel central para a efetivação da colonização. Russel-Wood ressalta, ainda, que as autoridades portuguesas tinham uma política de autoridade ambivalente em relação aos negros e seus descendentes. De um lado, eles eram essenciais como mão-de-obra, ocupando diversos nichos econômicos e também formando corpos de milícias como capitão-do-mato. Por outro, lhes eram proibidos uma série de outros cargos civis e eclesiásticos, como também não podiam ascender ao oficialato superior das Tropas de Linhas, Auxiliares ou Milícias. Após, o autor conclui: “*o grau de responsabilidade delegado à gente de cor no Brasil não encontrava paralelo entre qualquer grupo não-europeu no mundo influenciado pelos portugueses na época moderna.*”³⁴

Nos interessa o fato de que rapidamente as Minas tinham um alto número de escravos, forros e seus descendentes. De acordo com Silvia Lara é esse o principal elemento diferenciador da sociedade colonial portuguesa na América, incluindo a mineira, na segunda metade do século XVIII e que lhe imprimiu ritmo e dinâmica. Em suas palavras:

Não era apenas a escravidão, mas a presença cada vez maior da massa de homens e mulheres negros e mulatos, livres e libertos, que impactava e tencionava as relações sociais e políticas na sociedade colonial na segunda metade do século XVIII.³⁵

O que necessitamos saber é qual a ligação da capitania de Minas Gerais com o tráfico de escravos no século XVIII? Quais as etnias africanas escravizadas e enviadas para as Minas de ouro da América? Como se deu a vida desses libertos na capitania do ouro?

Devido ao contexto de formação da América Portuguesa durante a era da escravidão é fundamental conhecer a procedência dos escravos africanos e como ocorreu sua inserção na sociedade colonial, pois todas essas terminologias usadas na América e na África se desdobram em um processo de mútua interação nos dois lados do Atlântico.

³⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para a “boa ordem na república”. In. SILVA, Maria Nizza da. (org.) **Brasil**. Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 113-126.

³⁵ LARA, Silvia. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. Companhia das Letras, 2007. p. 21.

No transcorrer dos quase cinco séculos em que o sistema de tráfico atlântico ligou os dois lados do oceano, desembarcaram, forçadamente, em terras americanas mais de 10 milhões de escravos.³⁶ A América Portuguesa foi responsável por cerca de 40% deste total, ou seja, mais de 4 milhões de almas. Tais cifras demonstram a importância que os escravos africanos tiveram na formação do chamado Novo Mundo. Uma breve síntese da história do tráfico atlântico nos mostra que são necessárias ressalvas quanto a possíveis generalizações no mesmo, pois uma gama variada de fatores influenciou o comércio de almas.

Durante os séculos XV e XVI se formou o esquema de tráfico de escravos que durou por todo o período do comércio de almas para a América: alianças políticas, comerciais e militares entre os europeus e as comunidades nativas; construção de feitorias para o embarque de escravos em alguns pontos no litoral; oferta de produtos atraentes ao mercado africano, como panos, tabaco, cachaça, armas e cavalos; guerras internas entre os estados africanos para suprir a demanda por escravos; comércio administrados pelos estados europeus e africanos e a tentativa dos europeus em converter à fé católica os povos africanos considerados pagãos.

O tráfico foi durante todo o período de sua existência muito dinâmico, respondendo a mudanças de controle político do lado europeu e africano, a demanda da América e também a possibilidade de oferta da África. Por exemplo, uma mesma região ficou ao longo do tempo sobre o controle de diversos estados europeus ou, então, de mais de uma potência europeia ao mesmo tempo. Até mesmo uma etnia africana ou reino que escravizava com o decorrer dos anos foi escravizada. Foi o caso, entre outros, da região em torno do Benin. No século XVII, quando aumentou o tráfico para esta área, o reino de Ardra, localizado no litoral (tendo como principal escoadouro o porto de Ajudá), dominava o comércio negreiro. Na segunda metade do XVII a expansão do reino do Daomé, que se intensifica no XVIII, fez com que os Ardra passassem de comerciantes a escravizados.³⁷

As viagens transatlânticas do comércio de escravos eram um negócio extremamente complexo devido aos altos custos e a toda rede comercial, social e econômica necessária para nele se estabelecer. Assim, poucos eram os comerciantes da América Portuguesa que

³⁶ CURTIN, Philip. **The Altantic slave trade** – A census. Madison: Wisconsin, 1979. Revista para o período de 1781-1870 por ELTIS, David. **Economic growth and the ending of transatlantic slave trade**. Nova York, 1987.

³⁷ SOARES, Mariza Carvalho. **Op. cit**, 2000.

conseguiam empreender tal negócio, detendo capital suficiente e relações sociais nos dois lados do Atlântico para pôr em marcha as engrenagens do comércio de almas. O resultado é uma grande concentração dos negócios negreiros das praças mercantis do Rio de Janeiro e Salvador (as duas maiores da América Portuguesa) nas mãos de poucos traficantes de escravos.³⁸

Soma-se a isso o fato de que o comércio transatlântico de cativos tinha como característica concentrar-se em determinados portos africanos e descarregar muitos mancípios nos mesmos portos da América Portuguesa. Assim, os escravos desembarcados do lado esquerdo do Atlântico provinham de poucas regiões africanas. Para nossos objetivos de estudo essas duas características nos são importantes, pois:

(...) a dispersão lingüística pela distribuição aleatória dos escravos era limitada (...) Essas circunstâncias propiciaram a muitos escravos se comunicar e partilhar noções de uma cultura comum com pessoas de sua própria nação. Esses grupos serviram de base para que muitos elementos da cultura africana fossem compartilhados, perdurassem e se desenvolvessem na América, e até mesmo fossem transmitidos para a própria geração³⁹

Para a América Portuguesa a maioria dos escravos adveio da África Centro-Ocidental, entretanto há diferenças regionais. No Rio de Janeiro, desde o século XVII, o maior contingente de mancípios foi oriundo da África Centro-Ocidental. Já para a Bahia majoritariamente os escravos eram da África Ocidental. Outras regiões do Nordeste, como Pernambuco, e o Norte importavam mais escravos da África Centro-Ocidental do que da África Ocidental. Nas Minas Gerais durante a primeira metade do século o grupo preponderante de escravos era da África Ocidental, quadro que muda na segunda metade do século XVIII, passando a ser a África Centro-Ocidental a região que mais forneceu escravos para as Minas. Por fim, a África Oriental se incorporou significativamente ao tráfico somente no início do século XIX, enviando grande quantidade de escravos para o sudeste do Brasil.⁴⁰

Os termos de Vila Rica e Mariana formavam a Comarca de nome homônimo ao primeiro, região central da Capitania e que concentrou a maioria dos escravos das Minas na primeira

³⁸ FLORENTINO, Manolo *et all.* “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”, *Afro-Ásia*, Salvador, número 31, 2004, p. 83-126.

³⁹ THORNTON, John. *Op. cit.* p. 268-9.

⁴⁰ FARIA, Sheila de Castro. *Op. cit.* p. 14.

metade do século XVIII. Para Douglas Libby, no intervalo de 1716 e 1728 a comarca absorveu entre 47% a 55% dos cativos importados para as Minas.⁴¹ Essa média se manteve por todo o período em que o imposto incidente sobre o ouro foi a captação, ou seja, entre 1735-49.⁴²

As primeiras estimativas sobre o número de escravos nas Gerais indicam as seguintes cifras: 27.909 em 1717, 31.500 em 1719, 34.939 em 1720 e 52.348 em 1728.⁴³ No quinquênio 1715-19 os africanos eram 70% e os crioulos 30%. Esse percentual aumenta para 85% dos africanos e 15% para os crioulos no quinquênio 1725-29.⁴⁴ Durante boa parte do século do ouro, os cativos oriundos do lado direito do Atlântico foram a parcela preponderante dos mancípios que habitavam o território mineiro. E estavam concentrados em sua maioria na região central da capitania, a Comarca de Vila Rica, local em que aconteceram as primeiras descobertas auríferas.

Pelo estudo do livro de captação dos quintos reais de 1718 podemos ter informações sobre a primeira composição da escravaria em Minas Gerais. Rodrigo Castro Resende estudou essa fonte e constatou que em Vila Rica, no respectivo ano, dos 1.831 cativos listados, 61,71% (1.130) eram da África Ocidental com 14 qualificações diferentes. Sendo que desses, 56% (1.038) eram do grupo étnico Mina, 44 Cabos Verde, 10 São Tomés, 9 Nagôs, 8 Xarás, 6 Cobus, 4 Mandingas, 3 Ladas, 2 Couranos, 2 Calabares, 1 Arda, 1 Fula e 1 Togo. Os oriundos da África Centro-Ocidental eram 28% (520) em 13 designações distintas. Das quais a maioria dos mesmos era Angola com 120 (6,46%), seguido pelos Benguelas com 62 (3,33%), 76 Congos (4,15%), 27 Monjolos (1,47%). Tiveram, ainda, 8 Loango, 7 Massanganos, 3 Moquinés, 3 Ambaças, 1 Cassange, 1 Mochiga, 1 Mutembo, 1 Quissamã, 1 Quibamba. Da África Oriental foram 23 listados (1,26%) em apenas uma denominação: Moçambique. Além dessas, o autor identificou outras 20 nomeações identitárias que não conseguiu determinar a procedência.⁴⁵ Entendemos que aparecer na documentação colonial simboliza força dessas designações identitárias a ponto de serem apreendidas pela escrita colonial.

⁴¹ LIBBY, Douglas Libby. "As Populações Escravas das Minas Setecentistas". Apud. RESENDE, Rodrigo Castro. **Op. cit.** p. 83.

⁴² BERGAD, Laird. **Escravidão e História Econômica:** demografia de Minas Gerais, 1720-1880. Bauru: EDUSC, 2004. p. 155.

⁴³ Idem, p. 147.

⁴⁴ Idem, p. 199.

⁴⁵ RESENDE, Rodrigo Castro. **Op. cit.** p. 88.

Vila Rica detinha o maior percentual de mancípios originários da África Ocidental de toda a Capitania no começo da centúria. No mesmo ano de 1719 em São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes, no sul da capitania, a maioria dos escravos eram oriundos da África Centro-Ocidental, perfazendo 40%. Os provenientes da África Ocidental foram 20%. Já em Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, nordeste da Capitania, os cativos provenientes da África Centro-Ocidental eram 40%, mesmo percentual dos provindos da África Ocidental.⁴⁶

Entendemos que tal fato se explica pelas proximidades e ligações existentes entre as Comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes com outras capitarias. As duas primeiras tinham uma forte ligação com a Capitania da Bahia no começo do século, como já informamos, pelo Caminho do Sertão.⁴⁷ Já a terceira, pela proximidade, estava mais ligada ao mercado do Rio de Janeiro.⁴⁸ Nas palavras de Resende:

as origens dos escravos africanos em Minas são *a priori* díspares para cada Comarca, por outro lado, esta característica da Capitania mineira é fortalecida pelas influências de outras Capitanias sobre Minas Gerais, especialmente àquelas fronteiriças a ela. Em função da influência da Bahia, através do *Caminho dos Currais dos Sertões*, nas comarcas do Norte mineiro e, do Rio de Janeiro, pelo *Caminho Novo*, nas regiões do sul de Minas, a população cativa do norte de Minas pode ter apresentado características mais contíguas às *nações africanas* da Bahia, i.e., a escravaria era em sua maioria da África Ocidental, enquanto que nas Comarcas do sul de Minas os escravos seriam por excelência da África Centro-Ocidental e Oriental, devido ao tráfico mais estreito com o Rio de Janeiro.⁴⁹

Assim, durante as quatro primeiras décadas do século XVIII o maior provedor de escravos para Minas Gerais foi a Bahia. Os traficantes baianos conseguem se estabelecer no

⁴⁶ Idem, p. 89.

⁴⁷ De acordo com Laird Bergad, os escravos nascidos no Brasil superam os africanos na Comarca de Vila Rica na década de 1790, ver BERGAD, Laird. *Op cit.* p. 175.

⁴⁸ Sobre o tráfico de escravos por esse caminho ver RIBEIRO, Alexandre Vieira. “E lá se vão para as Minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as *Gerais* durante a segunda metade do século XVIII”. In. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. CEDEPLAR: Diamantina, 2006. p. 1-14 e MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice Carvalho da Cruz. “Via Bahia: a importação de escravos para as Minas Gerais pelo caminho do sertão, 1759-1772”. In. **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. CEDEPLAR: Diamantina, 2006. p. 1-16.

⁴⁹ RESENDE, Rodrigo Castro. *Op. cit.* p. 94. Trabalhos anteriores ao de Resende já haviam feito tal associação, entre os quais podemos destacar LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: Escravos e Senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros minerários (1718-1804)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

mercado escravista da Costa dos Escravos no século XVII e a descoberta de ouro na futura Capitania das Minas Gerais desencadeou uma demanda por cativos na América Portuguesa até então inédita. A Bahia foi até o final da primeira metade do século XVIII o principal fornecedor de mancípios para as Minas, quando foi suplantada pela praça do Rio de Janeiro. Durante esse período, mais de 80% dos escravos desembarcadas em Salvador eram provindos da Baía do Benim e estima-se que 40% dos cativos desembarcados na cidade baiana, na mesma época, eram redirecionados para as Minas.⁵⁰ Tais informações explicam a predominâncias dos Mina até o começo da segunda metade do século XVIII em Vila Rica.

Outro trabalho a corroborar nossas afirmações é o de Bergard, pois indica 34.327 cativos Mina arrolados (sendo 2.769 homens e 824 mulheres, 10,5% do total) entre 1720-1888, sendo que os mesmos se concentram na primeira metade do século XVIII.⁵¹

Entretanto, ainda na primeira metade do século XVIII ocorreu um importante fato que alterou a demografia escrava de Vila Rica: a abertura do Caminho Novo, em 1711, ligando o Rio de Janeiro à Capitania de Minas Gerais. Com isso, a primazia baiana no fornecimento de mão-de-obra para as Minas acusou o impacto da inserção dos comerciantes cariocas no tráfico e entre 1732-1734 o Rio de Janeiro passa Salvador como maior porto receptor de cativos do Brasil e não por coincidência nessa mesma época a maioria dos escravos desembarcados no Brasil passa a ser da região Congo-Angola, suplantando a Costa da Mina.⁵²

Os dados citados acima nos informam sobre as mudanças que ocorrem no padrão da escravaria mineira ao longo do século XVIII e para dimensioná-las, a análise dos livros de batismo de suas duas paróquias, Antonio Dias e Pilar, é um importante instrumento.

De acordo com Resende, que estudou os livros de batismos da paróquia do Pilar, uma tendência de aumento no número de batismos inicia-se na década de 20 do século XVIII, refletindo a maior importação de cativos feita pela capitania com o aumento da exploração aurífera, continua até a década de 1760, momento em que alcançou o pico de 1.158 batismos. Após estes anos o número de batizados decai e alcança o baixo nível de apenas 48 batismos no decênio de 1790.

⁵⁰ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Op. cit**, p. 10.

⁵¹ BERGARD, Laird. **Op. cit.**

⁵² FLORENTINO, Manolo *et all.* **Op. cit**, p. 90.

Até a década de 1760 o número de batismos de escravos do grupo étnico Mina por decênio é elevado. Na década de 1750 são batizados 300 (26% do total) cativos Mina e na década seguinte mais 221 mancípios deste grupo (35%). A partir de então ocorre um forte retrocesso e na década de 1770 são 38 (18%) e, por fim, apenas 9 sacramentos religiosos (16%) na década de 1790.⁵³ A queda no número absoluto de batismos e do grupo étnico Mina demonstram mais uma vez o que estamos enfatizando até o momento: decréscimo da entrada de cativos provenientes da África Ocidental.

Além disso, a baixa participação dos mancípios da África Centro-Ocidental nos registros de batismo, tal grupo aparece pela primeira vez apenas na década de 1740 com 4 batizados e seu pico se dá no decênio de 1780, com 54 sacramentos religiosos, não reflete sua participação mais geral na escravaria, pois os cativos saídos dessa região eram batizados antes de virem para o lado esquerdo do Atlântico, pois tal região contava com maior penetração da igreja católica, incluindo bispados.

Por fim, o aumento dos escravos banto e dos nascidos na América Portuguesa em Vila Rica pode ser evidenciado pelo censo de 1804. Nesse ano dos 1.047 cativos de Vila Rica, apenas 5% eram da África Ocidental. A maioria era de crioulos, com 37%, seguidos pelos mancípios da África Centro-Ocidental, com 36%.⁵⁴ Tal processo se deve, principalmente, a duas questões: a reprodução natural da população escrava nas Gerais⁵⁵ e também a ligação crescente de Vila Rica com a praça mercantil do Rio de Janeiro, que aumenta ao longo de todo o século XVIII, crescendo também a importação de mancípios da região Congo-Angolana.

1.3 As relações entre a África e Minas Gerais no século XVIII

Como já salientamos, os mancípios que chegaram na América vieram de três regiões da África: Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental. Assim, a partir de agora, elucidaremos como se deu o tráfico em cada uma dessas regiões no século XVIII.

⁵³ RESENDE, Rodrigo. **Op cit.** p. 184.

⁵⁴ Idem, p. 84.

⁵⁵ A tese de reprodução natural entre a população escrava em Minas a partir de meados da segunda metade do século XVIII é defendida por muitos historiadores. Entre estes Laird Bergad e Douglas C Libby nos trabalhos já citados.

1.3.1 A África Ocidental

A África Ocidental compreende um vasto território, indo da Senegâmbia, próximo ao rio Senegal, até o Gabão. Seus limites geográficos são o deserto do Saara ao norte e o Oceano Atlântico ao sul. Os europeus classificavam-na em Alta e Baixa Guiné. A primeira compreendia a região que ia da Senegâmbia até o sul da atual Libéria. Já a segunda ia dos lagos do litoral ocidental da Costa do Marfim até o Gabão.

Da África Ocidental foi traficado o segundo maior contingente de escravos para a América Portuguesa, aonde predominaram os mancípios desta região na Bahia e em Minas Gerais, principalmente devido ao comércio de escravos entre as duas regiões, durante a primeira e o início da segunda metade do século XVIII.

Portugal se estabeleceu na região por volta de 1445, quando inicia contato com o litoral nas proximidades de Arguim, Senegâmbia, também conhecida como Alta Guiné. Posteriormente, o país luso construiu uma fortificação no Golfo da Guiné e a chamou de São Jorge da Mina. A fortificação foi edificada como feitoria para defender o local da disputa pelo tráfico de escravos e por ouro de outras potências européias. Muitos dos mancípios da África Ocidental eram genericamente conhecidos como Minas.

De acordo com Robin Law, o nome Mina é uma palavra de origem portuguesa que se referia às minas de ouro existentes em uma das regiões da África Ocidental. Ao longo dos séculos XV a XVIII a região geográfica que compreendeu o que era chamada de Costa da Mina variou. Em termos administrativos a Capitania portuguesa da Mina cobria a área que ia do Cabo Palmas até o Rio Volta, o que incluiu tanto a Costa do Marfim como a Costa do Ouro propriamente. Após a perda do Castelo da Mina pelos portugueses para os holandeses, o uso português/brasileiro para Mina passou a ser mais específico, se restringindo, apenas, a Costa do Ouro e a sua área a leste do Rio Volta, conhecida como Costa dos Escravos ou Baía do Benim.⁵⁶

O país luso não conseguiu manter o controle da região por muito tempo. Já no final do século XVII eram holandeses e franceses que dominavam a mesma. Os comerciantes portugueses tinham a permissão de traficar nos locais, desde que o produto comerciado fosse o

⁵⁶ LAW, Robin. **Op. cit.** p. 111.

tabaco e se pagasse uma taxa de 10%. Tal medida beneficiou os comerciantes baianos, que plantavam tabaco em seu recôncavo. Daí se explica a forte ligação entre as duas regiões.

A Costa Ocidental tinha quatro áreas que concentravam o tráfico de escravos com a América: Senegâmbia, Costa do Ouro, Baía do Benim e Baía do Biafra.⁵⁷ Cada uma dessas localidades manteve ligações com diferentes regiões da América e, por isso, uma breve elucidação de quais dessas localidades mantiveram maior contato com a América Portuguesa se faz necessário para analisarmos quem eram os escravos Mina das Minas Gerais do século XVIII.

Em nosso período de estudo, século XVIII, a Senegâmbia mantinha pouca ligação com a América Portuguesa. Assim, uma primeira constatação muito importante para nosso trabalho é que a Alta Guiné contribui muito pouco com escravos para Bahia e Minas Gerais. Boubacar Barry constatou que desde o final do século XV os portugueses diminuem as operações escravistas na Senegâmbia, transferindo-se para a Costa do Ouro e a Baía de Benim, e desde o fim dos seiscentos a exportação de mancípios da Costa dos Escravos ultrapassa as da Senegâmbia. A partir de então o pouco comércio de escravos de portugueses na região aconteceu no porto de Cacheu e Bissau.⁵⁸

O trabalho de Ribeiro também nos ajuda a elucidar a questão, pois nos informa dados sobre o comércio de cativos entre a Senegâmbia e a Bahia em fins do século XVII e ao longo de todo o século XVIII. Pelo intermédio de sua pesquisa constatamos que entre 1691 e 1710 não desembarcou nenhum escravo desta região na Bahia. Entre 1711 e 1720 desembarcaram 6.872 cativos da Senegâmbia, ou apenas 5,6% do total aportado na Bahia no período. Após essa data os números decaem mais ainda e apenas 1.672 mancípios dessa região chegaram à Bahia entre 1721 a 1790, menos de 0,2% do total.⁵⁹

Para Thornton, a África colonial contava com três zonas culturais, ou etnolinguísticas, e a Alta Guiné, região da Senegâmbia, era uma delas.⁶⁰ Sendo, ainda de acordo com o autor, a zona cultural mais diversificada e, por isso, dividida, baseada em sua estrutura linguística, em três

⁵⁷ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador**: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750 – c.1800). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2009. p. 75 (tese de doutorado)

⁵⁸ BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 41-42 e 57.

⁵⁹ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Op. cit**, 2009. p. 75.

⁶⁰ THORNTON, John. **Op. cit**. p. 257.

subzonas: a do Atlântico Norte, Atlântico Sul e a Mande. Além disso, a região era muito ligada comercialmente e tinha em Mande um centro político difusos de sua língua e cultura. As principais etnias que habitavam a região eram os Mandinga, os Jalofo e os Fula.

Os portugueses mantiveram relações mais estreitas com os Mandinga e os Fula de Cacheu e Bissau. Apesar disso, o principal fornecedor de escravos para os portugueses eram os primeiros, pois havia a presença de lançados, afro-portugueses, na região mandinga.⁶¹ Nas Minas os Mandinga eram conhecidos como feiticeiros.⁶² Os dados informados até aqui são corroborados pelas representações identitárias analisados por nós. Nos testamentos não há referência a nenhuma denominação identitária alicerçada nessa região. E nos registros de alforria apenas 6 ou 0,5% do total. E nos livros de captação dos quintos reais de 1718 apenas 44, 2,6% do total. É importante salientar que a década de 1710 é o auge de desembarques de escravos da Senegâmbia na Bahia, coincidindo com os livros de quinto.

As outras três áreas de tráfico da África Ocidental, Costa do Ouro, Baía do Benim e Baía do Biafra, ficavam na Baixa Guiné e formavam a segunda zona cultural proposta por Thornton, sendo subdivididas em outras duas subzonas. Todos os povos dessa área falavam línguas da família kwa, portanto era bem mais homogênea linguisticamente do que a Alta Guiné.⁶³

A primeira subzona compreendia o entorno do Castelo de São Jorge da Mina, conhecido como Costa do Ouro e durante boa parte do século XX havia uma dedução equivocada de que os pretos Mina exportados para a América seriam provenientes dessa área, principalmente das etnias Achanti e Fanti, falantes de línguas akan, de família lingüística kwa. De acordo com Maria Inês Cortes de Oliveira no Brasil o equívoco se originou com Nina Rodrigues em sua famosa obra *Os Africanos no Brasil*⁶⁴ e continuou com Artur Ramos em *As culturas Negras no Novo Mundo*.⁶⁵ Oliveira argumenta que Nina Rodrigues fez uma associação entre o nome Mina e o Castelo de São Jorge da Mina em que os reinos que habitavam a proximidade do Castelo foram os grupos

⁶¹ BARRY, Boubacar. **Op. cit.** p. 77.

⁶² RESENDE, Rodrigo Castro. **Op. cit.** p. 43.

⁶³ THORNTON, John. **Op. cit.** p. 259.

⁶⁴ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: UnB, 1988.

⁶⁵ RAMOS, Arthur. *As culturas Negras no Novo Mundo*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

escravizados.⁶⁶ O equívoco só é desfeito com a magistral obra de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*.⁶⁷ De acordo com esse autor, os traficantes portugueses e baianos atuavam apenas a leste do Castelo de São Jorge da Mina, na Baía do Benim ou Costa dos Escravos, pois apenas nessa região é que esses traficantes tinham autorização dos holandeses para comerciarem escravos.

Após o trabalho de Verger outros estudos corroboraram suas afirmações o que implica em limitarmos mais ainda os locais pelos quais traficantes portugueses, baianos e, até mesmo, cariocas traficavam escravos na África Ocidental e, em consequência, constatarmos o menos número de etnias africanas desembarcadas na América Portuguesa.

Ribeiro informa a quantidade de escravos vindos da Costa do Ouro para a Bahia entre 1690 a 1740, 11.349, ou menos de 3% do total de todo o período.⁶⁸ Após essa data, o comércio entre as duas localidades cessa.

Sendo assim, a grande maioria dos mancípios exportados da África Ocidental eram originários da Baía do Benim. Isso porque, portugueses e baianos realizavam o tráfico em poucos portos, sendo esses: Jaquin, Ajudá, Popo e Apá. Localidade que os holandeses haviam liberado em troca de parte do carregamento de tabaco da Bahia. Esses portos situavam-se em territórios controlados pelos reinos de Ardra ou Aladá, posteriormente ocupados pelo Daomé.

De acordo com Ribeiro, a Baía do Benim exportou 675.872 ou 65% do total de escravos desembarcados na Bahia. Se excluirmos os 28.975 mancípios exportados para a Bahia em outras localidades da África Ocidental, o Golfo do Benim concentrou 90% dos cativos saídos da África Ocidental para a Bahia.

Durante a primeira metade do século XVIII o litoral era controlado pelo reino de Alada, mas com o avançar da centuria inicia-se uma disputa entre os estados africanos pelo controle das rotas escravistas que ligavam o interior da região aos portos de litoral, principalmente dos reinos mais interioranos Daomé e Oyo. A Baía do Benin era habitada por povos de língua gbe

⁶⁶ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **Op. cit.** p. 41. Para outras regiões da América ver HALL, Gwendolyn Midlo. “African ethnicities and the meanings of ‘Mina’”. In. LOVEJOY e Paul e TROTMAN, David R. Trotman (coords.). **Op. cit.** p. 65-81.

⁶⁷ VERGUER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos**, dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Editora Corupio, 1987.

⁶⁸ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Op. cit.**, 2009. p. 75.

como a ewe, fon e adja (Aladá e Daomé eram falantes de línguas gbe) e de língua ioruba (Oyo era falante de lingual ioruba).⁶⁹

Sabemos que para o Rio de Janeiro e para a Bahia os cativos eram embarcados em vários portos ao longo da Baía do Benim. Esses portos aglutinavam escravos oriundos de diferentes partes, seja do próprio litoral, seja do interior. Além disso, nas três primeiras décadas do século XVIII os mancípios desembarcados em terras da América portuguesa eram, sobretudo, falantes de língua gbe.⁷⁰

As designações identitárias que constam em nossas fontes corroboram a preponderância dos falantes de lingual gbe, pois das 14, 10 são de falantes desta língua, a saber: Xará, Cobu, Coura, Lada, Arda, Fula, Savalu, Mahi, Togo, e Fon. Além dessas, havia os Nagôs (falantes de iorubá), os Cabo Verde e Mandiga da Senegâmbia e os São Tomé e Calabar do Golfo de Biafra.

Outra importante constatação é a de que a região era muito ligada comercialmente e culturalmente. Os Fante, da Costa do Ouro, procuraram rotas comerciais que os levassem à Costa dos Escravos em fins do século XVII, se estabelecendo também nesse comércio.⁷¹ No rio Volta e na Baía do Benim o ioruba era adotado como língua franca nas relações comerciais.⁷² Com isso, o multilínguismo era muito comum, principalmente entre as línguas gbe e a ioruba.⁷³

Entendemos que a existência do multilínguismo deve ser considerada no estudo da formação de identidades étnicas entre os escravos africanos na diáspora. Os grupos étnicos formados na América tinham como base uma língua comum e, sem dúvidas, muitos cativos traficados na Costa dos Escravos tiveram, com efeito, uma escolha em termos étnicos, sendo capazes de se comunicar.

⁶⁹ LAW, Robin. **Ouidah**: the social history of a West African slaving ‘port’, 1727-1892. Ohio: Ohio University Press, 2004 e MANNING, Patrick. **Op. cit.**

⁷⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. “From Gbe to Yoruba: ethnic change and the Mina Nation in Rio de Janeiro”. In. CHILDS, Matt D. & FALOLA, Toyin (coords.). **The Yoruba Diaspora in the Atlantic World**. Indiana University Press, 2004. p. 231-247. Nicolau Parés estima que metade dos escravos baianos da primeira metade do século XVIII eram falantes de gbe em denominações que englobavam fons, guns, hulas, huedás, popôs, evés, aízios, agonlis, mahis, savalus. PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé**: história e ritual da nação jeje na Bahia. São Paulo: Editora UNICAMP, 2006.

⁷¹ MANNING, Patrick. **Op. cit.** p. 65-66.

⁷² THORNTON, John. **Op. cit.** p. 260.

⁷³ Idem. p. 263.

Por fim, a região tinha duas principais tradições culturais: a Iorubá e a Fon. E os preceitos religiosos Iorubás, que exaltavam a participação feminina no comércio, eram idolatradas em toda Baía do Benin.⁷⁴

1.3.2 A África Centro-Ocidental

Dando prosseguimento ao périplo africano, os portugueses chegaram à África Centro-Ocidental ao desembarcar no Congo em 1483. A região ia do sul do Camarões contemporâneo até ao norte da presente Namíbia. Na década seguinte o país luso firma relações comerciais e diplomáticas com o reino do Congo, principal estado da região e que mantinha fortes ligações comerciais com o interior do continente e sustentava vários outros pequenos estados como seus vassalos. A conexão entre Portugal e o reino africano apresentou uma novidade: a conversão da nobreza local. O rei foi batizado em 1491 com o nome de D. João I. Essa característica se manterá na região por todo o período de tráfico de escravos.⁷⁵ A inserção lusitana na África Centro-Ocidental foi mais profunda do que na África Ocidental, sendo assim a relação entre os portugueses e os povos desta região foram mais próximas, havendo uma miscigenação mais tenaz. A capital do Congo era M'Banza Kongo, rebatizada após os contatos com os portugueses para São Salvador do Congo. O reino era governado por um monarca, chamado Manicongo, e tinham outros estados e províncias a ele associados. A principal etnia que habitava a região era a dos Baongo.

Ao longo do século XVII, Portugal envolveu-se em vários conflitos pela disputa do poder entre a nobreza do Congo. De acordo com Thornton, os conflitos se transformam em uma guerra civil dos vários grupos nobres pelo controle do poder.⁷⁶ A guerra civil atrapalha o tráfico no Congo durante todo o período. Em Minas as identificações de procedência assentadas em povos originários do Congo foram Congo, Monjolo e Loango. Nos registros de liberdade eram 11 (1%) Congos e 4 (0,3%) Monjolos. No registro de quinto reais eram 76 Congos (4,15%), 27 Monjolos (1,47%) e 8 (0,5%) Loangos.

⁷⁴ THORNTON, John. "Tradition, documents and the Ife-Benin relationship." *History in Africa*, número. 15, 1988.

⁷⁵ FARIA, Sheila de Castro. *Op. cit*; e SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

⁷⁶ THORNTON, John. "As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas", *Estudos Afro-Asiáticos*, Salvador, número 32, dezembro de 1997. p. 55-74.

Desde o século XVI com os vários conflitos ocorridos no Congo, os portugueses para manterem-se no imprescindível comércio de escravos começaram a se deslocar para o sul do Congo, localidade de pequenos estados independentes. Os portugueses iniciaram relações comerciais com o reino de Ndongo (ou Ngola), local que depois ficou conhecido como Angola. Assim, em 1575 foi fundada a cidade de São Paulo de Luanda. Posteriormente, em 1617, foi criada a cidade de Benguela. Já no século XVII Angola ultrapassa Congo como principal fornecedor de escravos para a América Portuguesa e, assim, em ambas cidades funcionaram os dois mais importantes entrepostos comerciais da região Congo-Angolana desde então.⁷⁷ Não por acaso, a maioria dos mancípios com designações assentadas na África Centro-Oidental de Vila Rica por nós encontradas são ou Angola ou Benguela. Nos registros de alforria são 136 Angolas (11,8%) e 49 Benguelas (4,3%). Já no registro dos quintos reais de 1718 são 120 Angolas (6,46%) e 62 Benguelas (3,33%). Temos, ainda, as identidades Cassange, Rebolo, Cabundá, Ambaça e Massangano. Os três primeiros aparecem tanto nos registros de alforria como no quinto reais. Já os dois últimos apenas nos quintos reais.

A região Congo-Angola tinha uma grande unidade cultural, diferentemente do que a África Ocidental, pois tinha, apenas, 1 zona cultural (banto) e dois subgrupos (quimbundo e quicongo). Isso porque, todos os povos da região falavam línguas do grupo linguístico banto. E dentro desse grupo, duas línguas muito próximas entre si: quicongo (falado no Congo) e quimbundo (falado em Angola). Para Thornton, essas línguas eram tão próximas como português e espanhol. A região também tinha no quimbundo a língua franca da região e as etnias habitantes da África Centro-Oidental partilhavam muitos dos preceitos religiosos e artísticos. Por fim, a região também era fortemente ligada pelo comércio.⁷⁸

1.3.3 A África Oriental

A região da África Oriental ficava próxima à região do atual território de Moçambique, na costa Oriental da África.⁷⁹ Sua população era em sua maioria banto.⁸⁰ Ela habitava o

⁷⁷ RESENDE, Rodrigo de Castro. **Op. cit.** p. 55-57.

⁷⁸ THORNTON, John. **Op. cit.** 2004. p. 261-262.

⁷⁹ Sobre a colonização portuguesa nessa região ver BOXER, Charles. **Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

imaginário dos europeus desde a Idade Média devido ao reino cristão de Prestes João na Etiópia. Os europeus sonhavam encontrar um reino rico, forte e cristão com o qual aliar-se para combater os mouros.⁸¹ Entretanto, ao chegar na África Oriental em fins do século XV e início do século XVI, com a criação da feitoria de Sofola, em 1505, os portugueses perceberam que a visão idílica da região não correspondia à realidade, pois encontraram uma localidade que consideraram pobre e também a presença de grupos islamizados.⁸²

Da África Oriental vieram um número reduzido de escravos para a América Portuguesa. Durante o século XVIII as representações dos mancípios provenientes dessa região eram próximas aos da África Centro-Ocidental.⁸³ A única denominação de procedência dessa região encontrada por nós para Vila Rica no século XVIII é a Moçambique. Mesmo assim, apenas no registro de quintos reais, aonde foram listados 23 (1,26%). Nos livros de notas e nos inventários e testamentos não há nenhuma referência à identidades alicerçadas na África Oriental.

A partir de 1780 as exportações de cativos provenientes de Moçambique para as Américas cresceram. Entretanto, os traficantes cariocas e lusitanos desembarcavam os cativos provindos dessa região na América Espanhola.⁸⁴ Foi somente no início do século XIX que escravos oriundos desta região foram traficados em maior número para a América Portuguesa e começaram a surgir outras designações identitárias em terras da América Lusa como Mombaça, Quelimane, Inhabane, Quiloa, entre outras.

1.4 Fronteiras étnicas nas Minas

Em 17 de agosto de 1781 foi aberto o testamento de Quitéria da Silva Marques.⁸⁵ A leitura do documento nos revela que a liberta foi juíza das Irmandades de Nossa Senhora do

⁸⁰ John Thornton não inclui essa região em nenhuma das zonas culturais por ele classificadas. THORNTON, John. **Op. cit.**, 2004. Entretanto, alguns autores a incluem como pertencente à zona cultural da África Centro-Ocidental devido à grande presença de povos falantes das línguas banto. Para tal ver RESENDE, Rodrigo. **Op. cit.**; GREENE, Sandra E. "Cultural Zones in the Era of the Slave Trade: Exploring the Yoruba connection with the Anlo-Ewe". In. LOVEJOY, Paul E. (org.). **Identity in the Shadow of Slavery**. Londres: Continuum, 2000. p. 86-101.

⁸¹ AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. "Relações com a Etiópia". In. SERRÃO, Joel (org.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s/d. v. 2, p.477-481.

⁸² SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo**. A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 616.

⁸³ RESENDE, Rodrigo. **Op. cit.** p. 64

⁸⁴ CURTIN, Philip. **Op. cit.** p. 229-230.

⁸⁵ ACP, LT 2002, volume 07, 1781, fls. 97v-101f.

Rosário do Caquende e de Santa Efigênia por duas vezes em cada devoção. Em 28 de agosto de 1770 a escrava Antonia conseguiu sua liberdade ao comprar sua alforria de Alexandre da Silva Torres com o seu quartamento no valor de 300 mil réis.⁸⁶ Em 03 de setembro de 1764 foi escrito o testamento de Maria Ferreira do Rosário,⁸⁷ que também foi juíza da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, também do Caquende. Além disso, por seu testamento sabemos que teve 6 escravos: Francisco Nagô, Maria Mina e seu filho Manoel e uma criança filha de sua ex-escrava Ana Maria Mina. A liberta foi casada com João Antonio Francisco, também Mina. Seu esposo em testamento já havia libertado o filho da escrava Maria Mina de forma gratuita e quartado a ex-escrava Ana Maria Mina. Já Maria quartou Maria Mina, da mesma forma que libertou gratuitamente a filha de Ana Maria Mina.

Entendemos que a forma comprar a liberdade, a participação nas irmandades, principalmente em suas mesas diretoras, e o padrão de alforria das libertas são importantes signos para a formação de fronteiras étnicas entre os diferentes grupos que compuseram a sociedade de Vila Rica na segunda metade do século XVIII.

O debate sobre identidade negra e se a mesma foi influenciada ou não pela cultura africana é um tema antigo na historiografia. O sistema escravista propiciou espaço para a atuação de escravos e forros africanos a partir de parâmetros sociais, econômicos e culturais aprendidos ainda na parte direita do Atlântico? Hoje, essa discussão tem um consenso sobre a importância que a cultura africana teve para a formação da sociedade no Novo Mundo. Sheila de Castro Faria, após uma excelente discussão historiografia acerca do tema, assim se expressa:

Pode-se considerar que, hoje, há um certo consenso historiográfico não só sobre a permanência de costumes e práticas africanas entre os escravos, como também sobre o fato de que a sociedade brasileira de hoje é inexoravelmente tributária desta herança. A maior divergência encontra-se, sem dúvida, na questão de se a vida cotidiana e as formas de adaptação ou resistência ao cativeiro criaram comunidades com identidades e solidariedades próprias, apesar da multiplicidade étnica existente, ou se as rivalidades foram tão preponderantes que provocaram a dissensão, impedindo a formação de alianças que lhes dessem maior força no embate com os senhores.⁸⁸

⁸⁶ ACP, LN 152, fl. 47f.

⁸⁷ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 57, volume 1926, 1764, fls. 122f-127f.

⁸⁸ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 39.

Depois de expor a disputa sobre o grau de solidariedade surgido entre os escravos e os libertos africanos no Brasil existente na historiografia, a autora se posiciona entre os que defendem a formação de comunidades com forte grau de identidade baseada em normas culturais e sociais africanas. Faria expõe sua argumentação se centrando em como um grupo específico de africanos, os Mina, eram vistos como diferentes de outros grupos provenientes da África e também dos cativos nascidos na América Lusa pelo colonizador. Além disso, várias fontes que indicam acúmulo de pecúlio, como testamentos, inventários, cartas de alforria, entre outras indicam que essa diferença lhes possibilitou uma melhor posição do que outros libertos na sociedade colonial. Ou seja, demarcam sucesso em estratégias de mobilidade social dos Mina.

De acordo com Silvia Lara, a incorporação e o crescimento da população forra na *res pública* é o principal elemento diferenciador da sociedade colonial formada na América, incluindo a mineira, na segunda metade do século XVIII e é ela que imprimiu o ritmo e a dinâmica desta sociedade. Por isso, estudar a vida de escravos e alforriados é central para entendermos a capitania de Minas Gerais durante nosso período de estudo.

Com o decorrer da centúria nas Minas, ficava patente que negros e forros encontravam formas de ascender socialmente com atividades mercantis, posse de roças e sítios, práticas de ofícios mecânicos, ocupação de cargos menores na administração (solicitador de causas e juiz e escrivão de vintena), participação em tropas e sacerdócio e que também começam a empreender uma luta social travada em termos políticos, se organizando e exigindo seu espaço. Como exemplo, podemos citar o fato de que em 1755 crioulos de Vila Rica, Sabará, São Jose, Serro Frio e São Jose do Rio das Mortes enviam uma petição ao rei pedindo permissão para nomearem procuradores para defendê-los em tratos comerciais e judiciais, pois em negócios com os brancos eram constantemente ludibriados e as autoridades públicas agiam de má fé para com eles. Para Marco Antônio Silveira isso demonstra como na segunda metade do século XVIII há, nas Minas, um intenso debate e disputa ideológica e política sobre o papel social das populações de ascendência africana.⁸⁹

⁸⁹ SILVEIRA, Marco Antonio. **Op. Cit.** p. 31.

Com isso, o contexto mineiro gerou representações, discursos, acordos e conflitos que foram a base para a constituição de estratos sociais. Entre os elementos presentes nesse processo incluem-se componentes característicos dos indivíduos como cor, etnia, crença religiosa, laços afetivos ou de parentescos, além das condições de escravos, forros e livres.

1.4.1 Os Mina e os outros

Ao longo do século XVIII, em Minas, a existência de vários grupos étnicos, formando uma sociedade poliétnica, fez surgir várias percepções sobre cada um desses grupos que foram utilizadas para demarcar as diferenças entre esses. Assim, inicialmente, vamos estabelecer como os Mina eram vistos pelo outro. Tanto pelo colonizador, como por outros grupos étnicos de escravos e de libertos da sociedade mineira.

Uma das imagens mais recorrentes sobre os Mina era em relação a sua agilidade na procura do ouro. Fato que tem embasamento no conhecimento que vários grupos étnicos provenientes da Baía de Benim tinham sobre técnicas de produção aurífera.⁹⁰

Outra frequente associação feita pelos mineiros, como também por habitantes de outros lugares da América Portuguesa, é a dos Mina serem mais propícios a revoltas, em contraponto aos Angola e os crioulos, que seriam mais pacíficos. Exemplo cabal de tal visão é a carta que o rei D. João V escreveu para o governador de Minas, D. Lourenço de Almeida, em 1725, remetida como uma das providências que foram tomadas após o fracasso de um incipiente levante escravo em 1720:

os negros intentarão sobrevaremse contra os brancos, o q. conseguiram, se não houvesse entre elles a diferença de que os negros de Angolla queriam que fosse Rey de todos húm dos do seo Reyno, e os Minas tambem de q. fosse da Sua mesma pátria [...] [Como providência para evitar levantes escravos futuros, o Rei determina que] se vam para essas minas os negros de Angolla pois Se tem visto que estes sam mais confidentes e mais sogeitos e obedientes do q. os minas a quem o seo feroz e valentia pode animar a entrarem em algua deliberação de se opporem contra os brancos.⁹¹

⁹⁰ RESENDE, Rodrigo. **Op. cit.** p. 130.

⁹¹ Carta do Rei de Portugal, D. João V, ao Governador das Minas, D. Lourenço de Almeida de 18 de junho de 1725, apud RESENDE, Rodrigo Castro. **Op. cit.** p. 145

Percebe-se, nitidamente, na passagem que os Mina eram vistos pelas autoridades colônias como indivíduos aptos a matarem os brancos e a subverterem a ordem vigente com revoltas, diferentemente dos Angola. Nota-se, também, que de acordo com a interpretação das autoridades a revolta não ocorreu porque havia divergências entre os Mina e os Angola sobre a liderança na rebelião que se planejava. Nestes e em outros casos a identidade africana articulou, fortaleceu e segregou os grupos, independente da condição social. Cremos que os africanos absorveram estas imagens e reafirmaram suas origens a partir delas. Ou seja, este episódio é emblemático para apreendermos que, apesar da condição de cativeiro ser comum a muitos dos africanos, os estratagemas criados como oposição ao escravismo, em alguns casos, eram idealizados por grupos étnicos isolados. Nesta perspectiva, as apropriações desenvolveram identidades sólidas e consolidadas, como demonstrado na ordem feita pelo Governador das Gerais.

As representações imputadas aos grupos étnicos nas Minas eram também absorvidas pelos africanos em uma dinâmica de apropriação no processo de construção da identidade dos mesmos. Uma primeira forma de vermos tal fato é através do estudo das irmandades negras. Para Marcos Aguiar “*a sociabilidade confrarial constituía um dos quadros mais expressivos da construção de identidade cultural e de ação coletiva entre os negros*”.⁹² Isso porque as irmandades eram instituições de sociabilização, sendo um espaço organizado em função da solidariedade. Além disso, pertencer a uma determinada irmandade era um importante sinal de distinção social. Assim, expressões como a da preta Mina Páscoa Ferreira Vila Nova, que disse em seu testamento, “*Declaro que sou irmã da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz*”,⁹³ foram constantes em todos os documentos com tal teor que estudamos. Até por que a sociabilidade confrarial ia até a morte, como é demonstrando em mais uma passagem do testamento de Páscoa “*Meu corpo será sepultado na Capela de Nossa Senhora do Rosário Alto da Cruz da qual sou irmã. E será acompanhado pelo capelão da dita irmandade*”.⁹⁴

⁹² AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 236.

⁹³ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 110, volume 1925, 1763, fl. 115f.

⁹⁴ Idem, fl. 113f.

Aguiar nos demonstra a importância das irmandades religiosas de negros no território mineiro ao constatar a disseminação que elas tiveram por toda a capitania. Aonde houvesse escravos, forros e seus descendentes lá estavam as ditas irmandades. Nas palavras do autor:

a quase totalidade das freguesias mineiras contava com confrarias negras e mulatas (...) Minas detinha um panorama excepcionalmente rico de vida associativa, mesmo se levarmos em conta os parâmetros oferecidos por Portugal e outros locais, como a França de Midi.⁹⁵

Entre as confrarias negras, as irmandades do Rosário dos Homens Pretos eram as mais prestigiadas, contando com o maior número de irmãos e maiores rendas.⁹⁶ Célia Maria Borges confirma as palavras de Boschi ao constatar que havia 63 irmandades do Rosário na capitania de Minas Gerais, número não igualado por nenhuma outra devoção de negros ou mulatos.⁹⁷

Marcos Aguiar nos informa que dos 290 testamentos que estudou, em apenas 12%, ou 36, não há menção de participação em alguma irmandade. Diz também que a maioria dos testadores participava de apenas uma irmandade, mais exatamente 71% delas. Por fim, o autor nos fornece as irmandades mais representadas nos testamentos: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com 184 irmãos, e Nossa Senhora das Mercês, com 28 devotos.⁹⁸ Entretanto, ele não diz qual a participação dos Angola na irmandade do Rosário e nem a dos Mina em outras irmandades que não a do Rosário. Sendo assim, analisamos a participação nessas instituições em todas as 151 forras que deixaram testamento.⁹⁹

As 151 libertas participaram de 08 irmandades diferentes: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto, São José, Nossa Senhora da Boa Morte, Alma, Nossa Senhora das Mercês, Santa Efigênia, Santo Eslabão e Confraria de Santo Antonio de Lisboa.

Dessas, apenas 12 não informaram ser irmãs de alguma devoção. Eram 1 Guiné, 1 Congo, 2 Minas, 3 Angolas e 5 crioulas. Nos chama a atenção a baixa participação das Mina

⁹⁵ Idem, p. 240.

⁹⁶ BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. p. 153-154.

⁹⁷ BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário**. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. p. 21.

⁹⁸ AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 42.

⁹⁹ É importante ressaltar que de todas as alforriadas que estudamos fontes pós-morte (inventário e testamento), 17 legaram apenas inventário e, por isso, não nos é possível saber se estas participaram ou não de alguma irmandade.

entre as que não partilharam da sociabilização confrarial. Esse grupo étnico nos deixou 104 testamentos e em apenas 2 não há menção de participação em irmandade. Por outro lado, das 6 Angolas com testamento, 3 não compartilharam a sociabilidade confrarial e a única Congo com testamento também não partilhou. Como se vê, o grupo étnico Mina foi bem mais propenso a partilhar da socialização propiciada pelas confrarias religiosas.

As irmandades são locais propícios para o estudo de fronteiras étnicas, pois no seio das mesmas eram nítidos os processos de inclusão e exclusão dos diferentes grupos que as compunham ou que não podiam compor. Boschi confirma tal possibilidade ao argumentar que elas em vários momentos procuraram segregar grupos étnicos tidos como diferente das suas mais diversas esferas de atuação. O que pode ser feito tanto com restrições à entrada de irmãos, como pelo controle da mesa diretora das mesmas. Nas palavras do próprio autor:

“(...) tudo indica que a base tribal tenha se constituído em pré requisito para a admissão em certas irmandades de negros, nas quais se evitou intencional e propositalmente a mistura entre tribos e nações diferentes nas mesmas irmandades”.¹⁰⁰

Marcos Aguiar não encontrou exclusão de nenhum grupo étnico de escravos e libertos africano ou nascido na América Portuguesa de participar como irmão nas irmandades mineiras que estudou, como ocorreu em outros locais da América Portuguesa.¹⁰¹ Entretanto, a nossa análise dos testamentos demonstra algumas fronteiras étnicas. A primeira delas que nos chamou a atenção foi a participação ou não na Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Nenhuma africana participou dessa instituição. Todas as 17 irmãs da mesma foram crioulas. E das 23 crioulas que participaram das irmandades, apenas 11 o fizeram na devoção do Rosário. Vila Rica tinha duas irmandades das Mercês, criadas na segunda metade do século XVIII, com o objetivo de congregar crioulos. Diferentemente de outras regiões de Minas e do Brasil, nessas duas irmandades seu compromisso não coloca restrições à entrada de africanos na irmandade, nem em sua mesa diretora.¹⁰² Mas como vimos, na prática houve o impedimento de africanos

¹⁰⁰ BOSCHI, Caio César. **Op. cit.** p. 153-154.

¹⁰¹ AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 44.

¹⁰² Idem, p. 261.

se tornarem irmãos na mesma. Para Aguiar, essa fronteira étnica, somada a vitalidade dos Rosários demonstram que a “*persistência secular das devoções negras constituiu um dos fundamentos de manifestação de identidade baseadas no argumento da tradição*”¹⁰³.

Apesar de não citar dados, Aguiar informa em seu trabalho que há indícios de controle da mesa diretora das irmandades do Rosário de Vila Rica pelos Mina.¹⁰⁴ Isso também ocorre na Irmandade do Rosário de Mariana. De acordo com Fernanda Pinheiro,¹⁰⁵ dos 723 irmãos que assentaram como membros da mesa diretora, 334 (46%) eram do grupo étnico Mina. Participar da mesa diretora de uma irmandade representava, sem dúvidas, o papel destacado alcançado por um sujeito social na comunidade. Entretanto, Aguiar não nos diz dados sobre tais informações em sua pesquisa.

Em 14 de agosto foi aberto o inventário de Rosa Gomes, preta Mina, em testamento anexo ao inventário obtemos a informação de que a mesma foi juíza da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz por duas vezes.¹⁰⁶ Afirmações de participação na mesa diretora das irmandades negras, principalmente a do Rosário, são constantes nos testamentos que procuramos.

Buscamos informações sobre participação na mesa diretora em todos os codicilos que pesquisamos. O resultado corrobora a afirmação de Aguiar. Das 151 libertas com testamento, 28 informaram terem participado da mesa diretora de alguma irmandade, ou 19%. Foram 25 juízas Mina, 2 crioulas e 1 Angola. As 2 crioulas eram juízas das irmandades das Almas e Mercês. A Angola da irmandade do Rosário do Caquende. Todas as Mina eram juízas do Rosário. Como se percebe, a esmagadora maioria das juízas eram alforriadas Mina, com 89%.

Tais dados se tornam ainda mais relevante se tivermos em mente o papel ocupado pelos juízes nas irmandades negras, principalmente as do Rosário, em Vila Rica na segunda metade do século XVIII. De acordo com Aguiar, as contribuições dos membros da mesa diretora das irmandades eram sua principal forma de receita. Além disso, a contribuição feminina era maior do que a dos homens. Por fim, o autor ainda nos fornece um dado bastante instigante, pois constata que as receitas das irmandades negras, sobretudo as do Rosário, indicam instituições

¹⁰³ Idem, p. 263.

¹⁰⁴ Idem, p. 45.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Fernanda. **Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais (1745-1820)**. Niterói: UFF, Departamento de História, 2006. p. 129. (dissertação de mestrado)

¹⁰⁶ ACP, Inventários, código 129, auto 1612, 1791.

relativamente ricas, mesmo se comparadas às confrarias dos oragos de orientação branca das paróquias. A participação efetiva das mulheres para o sustento das irmandades era um traço distintivo dessas em relação às suas congêneres brancas e outras confrarias coloniais.¹⁰⁷

Encontramos importantes indícios da afirmação acima nos testamentos que estudamos. A preta Mina Josefa Maria de Assunção¹⁰⁸ legou em codicilo a quantia vultuosa de 300 oitavas de ouro para a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Caquende. Além disso, a própria irmandade era sua 1^ª testamentária. Já Luiza Felizarda da Glória¹⁰⁹ foi juíza do Rosário dos Homens Pretos do Alto da Cruz 5 vezes e no momento da escrita do testamento era juíza perpétua de Santa Efigênia. Não temos no testamento a informação das doações feitas pela liberta em cada vez que se tornou juíza, mas sem dúvidas não foram poucas. No mais, em seu codicilo Luiza deixou 10 libras de ouro para cada uma das duas irmandades. As referências às esmolas deixadas para as confrarias, seja como doação, seja para se rezar missa por suas almas foram constantes nos testamentos que pesquisamos e os casos citados acima são os maiores exemplos.¹¹⁰

Faz-se necessário, para completar a argumentação tecida em todo capítulo, uma pequena análise da participação do grupo étnico Mina em fontes que demonstram acúmulo de pecúlio e prestígio social, como testamentos, inventários e cartas de alforria, entre outras.

Para Vila Rica alguns dados apontam preponderância dos Mina nesses diversos tipos de fontes supracitados. Cláudia Mol identificou que dentre os 104 inventários e/ou testamentos deixados, 55% (57) eram de Minas, 19% (19) crioulas e 25% (26) não declararam sua origem.¹¹¹ Marcos Aguiar também constatou algo semelhante pelo estudo das cartas de alforria e testamentos entre os anos de 1758 a 1799. Das 1.152 cartas de alforria encontradas pelo autor, 57% eram de mulheres. E 479 cartas de alforria eram de africanos. Destas, 270 eram de sudaneses, tendo neste total 211 do grupo étnico Mina.¹¹² Nesse último grupo a maioria das

¹⁰⁷ AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 243 e 257.

¹⁰⁸ ACC, FINP, testamentos, rolo 109, volume 1923, 1756, fls. 40f-44v.

¹⁰⁹ ACP, LRT, rolo 2003, volume 11, 1789, 99f-104f.

¹¹⁰ Para Aguiar os juízes eram essenciais na composição dos rendimentos de uma irmandade, eram suas contribuições que diferenciavam uma rica de uma pobre. AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 308

¹¹¹ MÓL, Cláudia Cristina. **Op. cit.** p. 19-49.

¹¹² AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 15-34. O autor designa como sudanês todo escravo originário da área que chamamos de África Ocidental.

alforrias eram pagas e conquistadas por adultos. O autor também estudou testamentos, tanto da esfera civil quanto da esfera religiosa, encontrando 290. Destes 62% eram de africanos, 17% crioulos, 20% pardos e 1% não identificado. Quando se coloca a variável gênero, 62% dos testados eram mulheres. Quanto a procedência, 50% (143) dos testados eram sudaneses, sendo que destes 126 eram Mina.¹¹³

É importante ressaltar que ambos os autores não se preocuparam em estudar, com maior cuidado, diferenças étnicas tão fortemente apontadas em seus trabalhos. Ambos tinham em mente que sua homogeneidade se dava entre os forros e não entre uma etnia ou um grupo étnico. Entretanto, os dados acima demonstram que os Mina e, sobretudo, as mulheres deste grupo, têm participações altíssimas em uma fonte que, entre outros aspectos, destaca os forros que acumularam pecúlio, seja para comprar sua alforria, seja para ter bens que justificaram abertura de inventários e testamentos.

Desde a década de 1980 o estudo da alforria ganha corpo nos trabalhos historiográficos sobre as Américas na era da escravidão. Passados mais de 20 anos, a profusão de estudos nos faz concluir que não houve um padrão na conquista da liberdade.¹¹⁴ As pesquisas demonstram que a diversidade caracterizou as formas de obtenção da alforria. Por isso, devemos estudar os modos como os cativos viveram e conseguiam certos ganhos simbólicos e matérias que resultaram na saída da condição de escravo. Em nosso caso, privilegiamos o recorte étnico no olhar sobre a conquista da liberdade. Muitas variáveis devem ser consideradas como qual o percentual de alforrias onerosas, gratuitas e condicionais? Quem mais se alforria eram africanos ou crioulos? Se africanos, de algum grupo étnico específico? Adultos ou crianças? De acordo com Faria, o único consenso é o de que as mulheres, preponderantemente, eram mais alforriadas do que os homens.¹¹⁵

Em Vila Rica também houve a predominância das libertas. Aguiar nos informa que das 1152 alforrias de Vila Rica, 657 (57%) eram de mulheres. Acrescentamos, ainda, que elas predominaram entre os libertos crioulos (232, ou 74,8%, em 352), Minas (64%, ou 135, em 211), Angolas (77, ou 56,7%, em 136). Entre os pardos foram 50 mulheres e 50 homens alforriados. Já

¹¹³ Idem, p. 35-50.

¹¹⁴ FARIA, Sheila, **Op. cit.** p. 80.

¹¹⁵ Idem. p. 111.

entre os mulatos a predominância foi dos homens com 79, 60,3%, liberdades em 131 registros de alforria.

Com tantas evidências sobre a predominância da liberdade feminina, a historiografia buscou explicações para o fato. A mais usada foi a de que as mulheres tinham mais recursos do que os homens. Mas quais eram esses recursos? Elas tiveram maior capacidade de acumular pecúlio, principalmente executando atividades como pequeno comércio, ama-de-leite, lavadeira entre outras.¹¹⁶ Seu preço era inferior aos dos homens, sendo, por isso, mais fácil acumular pecúlio para comprar sua liberdade. Outra razão dada era o fato de que os senhores eram mais propensos a libertar escravas do que escravos, pois os homens eram mais usados em várias atividades produtivas como as agrárias e a mineração. Muitos autores também enfatizaram o maior grau de afetividade de senhores com as escravas devido ao seu uso como ama-de-leite, no serviço doméstico ou como amante.¹¹⁷ Logo, a alforria estaria ligada a laços sentimentais, recompensando os bons serviços prestados. Já Peter Eisenberg apresenta uma outra hipótese muito interessante, e com a qual concordamos. Para ele, a família escrava era solidária e, por isso, investia conjuntamente na alforria das mulheres para preservar a prole da escravidão, pois essa seguia o ventre.¹¹⁸

Entendemos que a maior propensão para a liberdade das mulheres sejam explicadas pelo conjunto das afirmações acima apresentados. Entretanto, enfatizamos que os argumentos ligados a maior capacidade de acúmulo de pecúlio das mulheres sejam os mais responsáveis pela liberdade delas. Isso porque, em várias localidades a maioria das alforrias eram pagas, incluindo as de Vila Rica com 61% do total.

Como já informamos, nas 966 cartas de alforria foram libertados 1.152 escravos. A maioria dos libertos ao longo da segunda metade do século eram de crioulos com 352 liberdade ou 30,6%. Se somarmos os pardos, os mulatos e os cabras, os nascidos na América Portuguesa alcançam 54% (621), constituindo-se em maioria dos alforriados de nosso período de estudo. Como já demonstramos, a maioria dos nascidos na América Portuguesa é reflexo do grande

¹¹⁶ KARASCH, Mary C. *Op. cit.* 2000 a. DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹¹⁷ KARASCH, Mary. *Op. cit.* 2000 a.

¹¹⁸ EISENBERG, Peter L. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX". In. _____. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

aumento da população de crioulos entre os libertos de Vila Rica na segunda metade do século XVIII. Já os africanos somam 486 (42%). Dentre esses, se destacam os Mina com 211 (18,3%). Mesmo sendo minoria em relação aos crioulos, os Mina tem diferenças importantes em seu padrão de alforria quando comparados aos crioulos e mesmo aos Angola.

Uma primeira diferenciação importante é quanto à forma de se conseguir a alforria. Marcos Aguiar nos informa que Vila Rica, como outras regiões urbanas, detinha um alto percentual de liberdades pagas pelo próprio cativo, que alcançou 61% das alforrias. Outras 28% foram gratuitas e 11% pagas por outra pessoa. O próprio autor diz em seu trabalho que os africanos tinham maior participação entre as alforrias pagas, mas não especifica quão maior foi essa participação.¹¹⁹

Das 211 alforrias do grupo étnico Mina, 156, ou 74%, foram pagas, sejam a vista ou por coartação. Entre as mulheres o número foi maior ainda. Das 135 Minas alforriadas, 108, 85%, pagaram por sua liberdade. Exemplos de tal forma de se alforriar são os da liberta Mina Vitória, que alcançou sua liberdade em 12 agosto de 1758 ao quitar sua alforria no total de 290 mil réis.¹²⁰ Já em 09 de agosto de 1779 a preta Mina Feliciana também conseguiu sua liberdade ao finalizar sua coartação com um último pagamento de 50 mil réis do total de 200 mil réis por qual se libertou.¹²¹ Tais dados são nítidos do maior agenciamento pelo grupo étnico Mina em acumular pecúlio para comprar sua liberdade. Como comparação, entre os crioulos foram 352 liberdades, dessas 166 (33%) foram gratuitas, 23 (6,5%) pagas por terceiros e, apenas, 161 (45,8%) foram pagas a vista ou por coartação. Assim, as Mina tinham ainda maior capacidade de acúmulo de pecúlio e, consequentemente, maior qualificação profissional, principalmente no pequeno comércio.

Um outro dado que nos chama a atenção é a participação dos Mina nas coartações. De acordo com Aguiar, essa modalidade de obtenção da liberdade representou 34% em um total de 328 alforrias. O grupo étnico Mina alcançou percentual maior com 66,4% de suas liberdades registradas tendo sido através de coartações. Esse dado é muito significativo por dois motivos: as coartações eram voltadas para adultos em fase produtiva e representavam um

¹¹⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit**, p. 15.

¹²⁰ ACP, LN 146, fls. 04v-08f.

¹²¹ ACP, LN 159, fls. 102f-103f.

reconhecimento por parte do senhor da capacidade de o cativo amealhar recursos ao longo dos anos. Sendo assim, mais uma vez os Mina se mostram mais aptos, e tendo essa aptidão reconhecida pelos outros, em reunir pecúlio.

Como dissemos, o fato destas mulheres deixarem testamento ou inventários significa que conseguiram acumular pecúlio suficiente que justificasse a feitura de tais documentos para designar quem seriam seus herdeiros. E mais, o grupo étnico Mina, e em especial as mulheres do grupo, tinham maior capacidade de acumular bens a ponto de Aguiar assim se referir a tal grupo:

Os crioulos acumularam bens em proporção bem inferior a que eram alforriados. Entre os africanos, os sudaneses provaram a sua maior aptidão aos condicionantes econômicos da vida colonial e alcançaram taxa mais acentuadas de alforrias proporcionalmente à sua expressão no contingente populacional, na capacidade de acumulação patrimonial, a superação foi ainda mais evidente.¹²²

Além disso, deve-se evidenciar que o maior número de testamentos encontrados por mim do que inventários tem ligação com o pouco número de mulheres Mina que se casaram ou tiveram filhos. Das 180 mulheres forras pesquisadas por Aguiar, apenas 47 eram casadas, 1 era divorciada e 29 eram viúvas. A grande maioria, 103, era solteira. Como nos informa Faria, só haveria necessidade de se fazer inventário para os indivíduos que herdeiros necessários, como pais, irmãos ou filhos.¹²³ Por fim, o universo documental de testamentos para Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, é bem maior em número de testamentos de mulheres forras do que de inventários. Aguiar, como já dissemos, encontrou 180 testamentos de mulheres forras, Mól em contrapartida encontrou apenas 49 inventários para o mesmo de período do grupo social em questão.

¹²² AGUIAR, Marcos Magalhães. **Op. cit.** p. 38.

¹²³ FARIA, Sheila. **Op. cit.** p. 181.

Capítulo 02

Vila Rica: formação social e o pequeno comércio

“os negros também com vender coisas comestíveis, aguardentes e garapas, muito em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro.”

Antonil

Ana da Silva Ribeiro, preta forra, escreveu seu testamento na freguesia de Antonio Dias, Vila Rica, no ano de 1791,¹ ela era da “nação Mina”. Além disso, sabemos que nos 11 anos anteriores à escrita de seu testamento, a alforriada era dona de uma venda também em Antonio Dias.² Pelo seu codicilo sabemos que comprou sua liberdade de Catarina da Silva com pecúlio conseguido por seu trabalho e nesse ato percebemos a ênfase na forma como conseguiu deixar a escravidão. Da mesma forma, afirma que conseguiu seus bens (dois escravos e uma morada de casas) devido à sua “indústria e trabalho”, numa nítida valorização de sua atuação econômica. Tais fragmentos da história de vida de Ana da Silva Ribeiro, embora escassos, nos permitem reafirmar a frase de Andre João Antonil que consta como epígrafe deste capítulo. O jesuíta esteve nas Minas muitos anos antes de Ana da Silva Ribeiro escrever seu testamento. Mesmo assim, queremos demonstrar neste capítulo que passados mais de 80 anos do tempo em que escreveu Antonil, o pequeno comércio era uma das principais atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres forras, principalmente as do grupo étnico Mina.

Entendemos que devido aos baixos investimentos necessários para participar do pequeno comércio, um grande número de sujeitos sociais tentou se estabelecer nessa atividade econômica.³ Entretanto, o fator econômico não é o marco explicativo principal para a inserção

¹ ACC, FINSP, Rolo 112, vol. 1933, 1791, fls. 04v-06v.

² CMOP 101, Rolo 40, Licenças para o estabelecimento de vendas, 1773-94. Daqui em diante CMOP.

³ O baixo investimento como fator explicativo para o alto número de sujeitos sociais que participaram do pequeno comércio é citada pela bibliografia desde o trabalho de MOTT, Luís. “Subsídios para a história do pequeno comércio no Brasil”, **Revista de História**, volume 53, nº 105. 1976. Entretanto, é apenas Débora Camilo que consegue dimensionar o percentual de investimento necessário no total da riqueza das mulheres forras, 4,27%. CAMILO, Débora. **As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)**. Mariana: ICHS/UFOP, 2009. p. 102. (dissertação de mestrado)

ou não no comércio a retalho. A entrada e/ou a permanência nessa atividade econômica não dependia, primordialmente, de valores econômicos, mas de valores culturais presentes na sociedade mineira, permeada com práticas de Antigo Regime redimensionadas pela escravidão. Por isso, devemos buscar na compreensão da esfera sociocultural dessa sociedade os motivos que levaram Ana da Silva Ribeiro, e tantas outras mulheres forras, a permanecer por tanto tempo em uma determinada atividade econômica, possibilitando tecer solidariedades tendo o seu fazer econômico como uma das características principais, acumular pecúlio, ascender socialmente e alcançar um papel intermediário na comunidade local.

Creamos que a alta participação de escravas e forras, principalmente africanas, no comércio de miúdos é resultado de uma série de fatores, entre os quais: as demandas da sociedade local; os espaços de mobilidade na sociedade escravista; o papel do comércio a retalho na sociedade local, desprestigiado socialmente; estratégias pessoais das negras para permanecer no comércio, reconhecendo o lugar do mercado na sua vida e na sociedade local; a divisão sexual do trabalho na África e em Portugal. Acrescentamos a isso, principalmente, a reelaboração de tradições de determinados grupos africanos, principalmente os da África Ocidental, na formação de grupos étnicos.

Em um espaço marcado por intensa disputa por recursos materiais, dominar e alcançar a proeminência em determinado *lócus* comercial é, sem dúvida, uma importante estratégia para determinado grupo social, constituindo-se em um importante traço identitário, o que justifica a nossa escolha de adentrar em tal universo a partir do mercado de trabalho, mais especificamente o pequeno comércio.⁴ Perceber o agenciamento de identidades sociais na esfera do mundo do trabalho é o principal objetivo deste capítulo.

2.1 A câmara e o controle do comércio: apresentando as fontes

Os vários arraiais que surgiram desde fins do século XVII, na região da posterior Vila Rica, foram reunidos por ordem régia para formar uma vila em 08 de julho de 1711. O local escolhido para a sua ereção foram os arraiais centrais, Antonio Dias e Ouro Preto. O motivo, de acordo os

⁴ Maria Odila Dias é a primeira a relacionar trabalho e identidade no pequeno comércio de forma mais sistemática, salientando que tal relação é fator primordial para a continuidade no pequeno comércio. DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. A 1^a edição do livro é de 1984.

próprios moradores, era o de que tais localidades serem mais propícias para o comércio.⁵ A vila se tornou, nos anos vindouros, cabeça de Comarca, sede político-administrativa da Capitania e centro comercial de grande vulto. Nas palavras de Fabiano Gomes da Silva:

A elevação dessa vila a centro simbólico do poder político motivou o concurso de importantes autoridades régias, corpos militares, burocratas, artífices experientes, comerciantes com extensas conexões mercantis e a instalação de instituições chaves, como a Casa de Câmara e Cadeia e a Santa Casa de Misericórdia.⁶

A elevação à categoria de Vila dos antigos arraiais denota a importância que foi dada para a região no empreendimento da política metropolitana, que tinha dois eixos principais vinculados entre si: o controle da produção aurífera e a ampliação de uma rede de abastecimento nas Minas que sustentasse tal produção. Desde então, a câmara passa a ter um papel preponderante na estabilização urbanística de Vila Rica, sendo a maior contratadora de obras como pontes, chafarizes e aparatos administrativos entre os quais a casa de câmara e cadeia. Além de controlar o crescimento do termo como nas proibições, expedidas entre 1713 e 1720, de que vendas e lojas se instalassem nos arraiais periféricos de Ouro Podre, Ouro Bueno, Ouro Fino, Córrego Seco, Rio das Pedras. As casas comerciais deveriam se transferir para as freguesias de Ouro Preto e Antonio Dias. A medida tinha como objetivo o crescimento da Vila de forma centrípeta, tendo como centro a praça em que hoje se encontra o Palácio do Governador e daí se estendendo nas direções das freguesias de Ouro Preto por um lado, e de Antônio Dias, por outro. Isso não seria possível se vendas e lojas se espalhassem por várias regiões.⁷ Ainda de acordo com Silva:

Essas medidas, constantemente reiteradas, faziam-se necessárias para assegurar a ordem nos trabalhos de colheita do ouro, mas, igualmente, concorriam para aumentar o fluxo de pessoas e comércio na área central, onde a Câmara tinha relativo

⁵ “Vendas, pequenas barracas de comércio, brotavam por toda a parte, na mesma ocasião, e saber se foram elas ou as capelas que surgiam primeiro é como propor o enigma do ovo e da galinha” BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil**. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 74.

⁶ SILVA, Fabiano Gomes da. **Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)**. Belo Horizonte: FFCH/UFGM, 2007. p. 15. (dissertação de mestrado)

⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al.* “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica”, **Oficina da Inconfidência**. Revista do Trabalho, Ouro Preto, ano 1, número 0, dezembro de 1999. p. 42-59.

controle e maior renda com as licenças, as multas e os aforamentos dos novos moradores.⁸

Com a criação e a consolidação das atividades camarárias no cotidiano de Vila Rica, começou a se delimitar os espaços de mando que foram de responsabilidade desse poder local e um deles foi o controle do mercado. Por intermédio de bandos,⁹ editais¹⁰ e posturas,¹¹ como também da almotaçaria, a câmara de Vila Rica procurou regulamentar o mercado e, consequentemente, o pequeno comércio e a atuação das negras que nele atuavam em grande número. Sendo assim, essa documentação nos permite saber quem eram os pequenos comerciantes da Vila, como também conhecer as práticas comerciais dessa atividade.

Ao longo do século XVIII são publicados um grande número de bandos, editais e posturas,¹² buscando controlar a atuação das pequenas comerciantes. Os mesmos nos informam uma série de características do comércio de pequena monta nas Minas, como: a tentativa da câmara de regular a atividade comercial em relação a horário, locais em que era proibido se comerciar, proibição de que atravessadores atuassem no pequeno comércio, a visão das autoridades sobre os sujeitos sociais que participavam destas atividades, a lógica social contida na fiscalização e a ligação do pequeno comércio com outras esferas da vida social.

Luciano Raposo de Figueiredo¹³ foi o primeiro a pesquisar essa documentação com vistas a fazer um trabalho de história social sobre as mulheres que dele participavam. Para ele, o estado tentou impor sua ordem, a moral católica e as hierarquias escravistas às mancípias e forras que atuavam no pequeno comércio. Além disso, o autor aponta como os espaços em que

⁸ SILVA, Fabiano Gomes da. **Op cit**, p. 37.

⁹ Ordem ou decreto do governador ou capitão-general publicando decisões pontuais, em geral relacionadas a questões cotidianas, ou medidas emanadas de uma ordem mais ampla e de instância superior, por intermédio de pregão, de maneira solene, ou afixado em lugar ou veículo de circulação pública. FIGUEIREDO, Luciano (coord. Geral). **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v. p. 78.

¹⁰ Ordem real, de autoridade administrativa, magistrado ou tribunal que contêm determinação, postura, aviso, citação, e que se publica por pregão ou se afixa em lugares ou veículos públicos. Idem, p. 93.

¹¹ Lei, regimento, estatuto ou usança no governo administrativo, fazendário ou fiscal emanadas da câmara. Ibidem, p. 114.

¹² No anexo II temos uma relação de todos os bandos, editais e posturas consultados.

¹³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

se comerciavam eram também locais de manifestação coletiva de lazer e solidariedade entre escravos e forros, negros e mulatos.

Já Flávio Marcus da Silva¹⁴ fez uso da mesma documentação para compreender a política administrativa de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas, principalmente no que se refere aos gêneros básicos de alimentação. O autor nos revela como era complexa a política de provimento empreendida pelas autoridades portuguesas, baseada na teoria corporativista de estado, pois envolvia uma constante negociação entre autoridades e colonos em que o fornecimento de alimentos foi uma das peças chaves para que a relação fosse harmoniosa. As autoridades coloniais sabiam da importância que o comércio de pequena monta desempenhava na estabilização dos preços. Por isso, sempre o estimulou, como, por exemplo, sendo flexível com as negras de tabuleiro e vendeiras, pois seu maior objetivo era abastecer a região e evitar motins de carestias e fome.

Débora Camilo¹⁵ foi mais uma autora a estudar a documentação sobre abastecimento com o objetivo de entender as práticas simbólicas que comprar e vender tinha naquela sociedade e como em tais práticas atuavam as mulheres forras comerciantes. Para ela, o ato de comerciar transcende os valores econômicos e assumem lugar de destaque na formação da trama social.

Vejamos um dos primeiros editais que consultamos, datado de 26 de junho de 1743.

Registro de dous editaes que o Senado da Câmara mandou fixar na rua nova chamada Argel detrás da Cappella velha do Padre Faria

Por quanto fomos informados dos insultos, roubos e agilidades que se costumão fazer em huma rua que dita por detrás da Cappella velha do alto do Padre Faria e vay subir ao beco chamado de Manoel Marques couzado tudo das cazas de vendages, comissões e outros gêneros de negoceação pela qual cauza se acha a mayor parte da rua direyta e com (?) toda fechada em prejuízo do bem commum, pelos dezemboleos que fazem os negros mineyros tirando-o a seos senhores, e hindo a cavallo a dita rua a empregar nestas taes cazas de negoceação ou ainda com elle fazerem couza contra o serviço de Deos finalmente consumindo-o e estragando-o mal e indevidamente pela qual razão os ditos seos senhores experimentão grandes faltas e ruínas nos ditos seos

¹⁴ SILVA, Flávio Marcus. **Subsistência e poder**: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. (tese de doutorado)

¹⁵ CAMILO, Débora. **Op. cit.**

escravos tudo cauzado pela dita rua ser esquisita e (...) nas cazas que nella se achão por donde podem entrar e sahir sem que de pessoa alguma possão ser vistos, e ainda andando fugidos como muitas vezes sucede, em que os taes negoceantes da dita rua lhe dão ajuda, favor e socorro ocultamente, como me foi reprezentado por queixas dos moradores desta Villa e morro della, e outras mais couzas de mayor ponderação e cuidado, a que se lhe deve dar prompto remédio. (...) fizemos recolher a este Senado todas as licenças de todas as vendas e cazas de comissão e negócio que na dita rua e beco chamada de Marques e (?) e por este seu edital mandamos que daqui em diante na dita rua e beco não haja mais gênero algum de negocio de seco, nem molhado e se na rua direyta *[sic]* lhe concedemos possão usar de sua negociação debaixo das mesmas licenças que tem tirado que sendo para ella se lhe entregarão com pena de que todo o que for compellido em semelhante proceder, ser condemnado *[sic]* nas posturas deste Conselho e pena dos bandos dos Excelentíssimos Governadores a trinta dias de cadeya (...) e recomendamos aos Almotacés *[sic]*, Rendeyro do (?) e officiais de justissa *[sic]* o facão inteyramente *[sic]* guardar e achando algum (?) nesta nossa proibição o fação prender e remetter a cadeya desta Villa¹⁶

Como se vê, o ato de comerciar por parte das forras era muito mais do que apenas uma relação comercial. Cabe ao pesquisador interpretar as práticas sociais desta dimensão simbólica para os diferentes sujeitos sociais que dela participavam. Para as autoridades, alguns locais usuais de comércio eram sempre propícios para a desordem, imoralidade e práticas ilícitas. Já para os escravos e forros, eles eram importantes centros de sociabilização. Pelo edital percebemos as relações sociais que eram elaboradas entre escravos forros e escravos fugidos. Assim, algumas ruas de Vila Rica foram permeadas pelas características étnicas dos Mina, como veremos nesse trabalho.

Deste modo, é importante interpretar os contextos mercantis da comunidade local e sua inserção na dinâmica do mercado e do papel simbólico que o ato de comprar e vender tinha na vida dessas mulheres, das pessoas com quem se relacionavam e para a sociedade em que se inseriam. Sendo assim, pretendemos a partir da análise dos bandos e editais compreender o papel desta atividade para a economia e sociedade local, como também perceber a visão das autoridades sobre as negras comerciantes.

Para que o controle do comércio se efetivasse, havia nas vilas e cidades da América Lusa, de acordo com uma tradição árabe, um setor específico nas câmaras municipais que era

¹⁶ APM, CMOP, código 49 fls. 66f-67v.

responsável pelo controle do mercado: a almotaçaria. De acordo com Magnus Pereira¹⁷ era uma das instituições mais antigas na estrutura camarária das cidades e vilas portuguesas. A almotaçaria tinha como principal função fiscalizar as três dimensões do viver social: o mercado, que consistia basicamente na aferição dos pesos e medidas e do tabelamento dos preços; o sanitário, que regulava o estado de limpeza dentro e fora dos estabelecimentos e, por último, o construtivo, cuja função era a de fiscalizar a construção de pontes, ruas e construções particulares.

De acordo com o autor, era o controle da dimensão do mercado a mais importante função da almotaçaria. Em suas palavras

(...) em primeiro lugar, no controle das relações de mercado. Em suas periódicas correições pela vila eles verificavam se todas as casas comerciais e oficinas de artesãos tinham a competente licença de funcionamento, se os pesos e medidas estavam corretamente aferidos e se o tabelamento imposto ao comércio era obedecido.¹⁸

Concordamos com Pereira, porque após pesquisar todos os livros referentes à almotaçaria em Vila Rica, não encontramos nenhuma menção a fiscalizações concernentes ao construtivo e ao sanitário. Já para exercer a inspeção do mercado a câmara de Vila Rica tinha em sua estrutura vários cargos responsáveis pelo controle do mesmo, a saber: dois almotacés, um escrivão da almotaçaria e um contratador da aferição e outro do ver.¹⁹ Uma forma de averiguarmos o alcance destes agentes é saber por quanto foi arrematado o direito de exercer

¹⁷ Sobre a Almotaçaria ver PEREIRA, Magnus R. de M. “Almuthasib – considerações sobre o direito da almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, número 42, vol. 21, 2001, p. 365-396.

¹⁸ Idem, p. 370.

¹⁹ Sobre o lugar ocupado pela almotaçaria na estrutura camarária das vilas mineiras ver VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). In. **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 139-142 e RUSSEL-WOOD, A. J. R. “O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural”, *Revista de História*, ano XXVIII, volume LV, São Paulo, 1977. pp. 25-79. No Código Costa Matoso temos a definição de todos estes cargos. Almotacé: “Oficial nomeado pela câmara para fazer correição nas cidades e Vilas e seu termo, fiscalizando padrões de unidade, garantindo o abastecimento de mercadoria, fixando preços e zelando pelas condições sanitárias dos alimentos. Também cuida da limpeza urbana e fiscaliza obras públicas. Cada câmara nomeia dois almotacés, que servem durante um bimestre”. Escrivão da almotaçaria: “Oficial da câmara que escritura autos, diligências e multas na fiscalização de obras, pesos e medidas, mercadorias e visitas de correição, notificando os infratores”. Rendeiro da aferição e do ver: “aquele que contrata a administração da aferição. Acompanha o almotacé nas visitas de correição, devendo averigar os pesos e medidas, multando os infratores”. FIGUEIREDO, Luciano (coord. Geral). **Op. cit.**, p. 75, 95, 119.

um desses cargos em Vila Rica. Em 1749 a ocupação de escrivão de almotaçaria foi arrematada por 1:230\$000. Como efeito de comparação, vejamos os valores pelos quais cargos importantes da câmara foram arrematados. O direito de exercer a função de escrivão da câmara foi adquirido por 1:190\$000 e o de tabelião por 4:060\$000.²⁰ Como se percebe, o ofício de escrivão de almotaçaria foi arrematado por um alto preço. Em resumo, era bastante significativo o número de oficiais e delegados da administração local que circulavam pelos centros urbanos com o objetivo de garantir o bom funcionamento do mercado interno de gêneros alimentícios e, por isso, sua atuação nos legou uma gama variada de fontes.

A fiscalização sobre o mercado era efetuada bimestralmente ou trimestralmente em todos os termos da capitania, em suas freguesias e arraiais, momento em que os almotacés fiscalizariam os pesos e medidas, se o preço cobrado pela mercadoria estava de acordo com o estipulado pela câmara e se o comerciante portava a licença expedida pelo governo municipal.

Para a primeira metade do século XVIII os registros de almotaçaria e os registros de licença são esparsos, o que não permite um acompanhamento temporal do pequeno comércio. Mesmo assim, para que consigamos compreender o desenvolvimento do comércio de pequena monta nas Minas ao longo do século XVIII, coletamos os dados referentes a estes códices. Para os anos anteriores a 1735, antes de vigorar a captação, encontramos apenas dois livros de registro de licença: o CMOP 18, Termo de fiança de lojas e vendas, que abarca os anos de 1724-5; e o CMOP 31, intitulado Licença de Negócios, compreendendo os anos de 1733-35. Essas fontes nos informam sobre o nome do licenciado, condição social (caso seja escravo há, também, o nome do proprietário), cor (eventualmente), nome do fiador, freguesia e ano. Como nossa intenção com essa fonte é apenas comparar os dados desta com os da segunda metade do século, pesquisamos, apenas, o ano de 1724 do primeiro código e 1733 para o segundo.

Entre os anos de 1735 e 1750 vigorou o tributo da captação, que incidia não só sobre os mineradores, mas também entre todas as parcelas da população que exerciam algum tipo de atividade econômica, incluindo o comércio. Consequentemente, não encontramos registros de licença para esse período. Durante esses anos, nos avulsos do CMOP identificamos várias listas de cobrança da captação. Entretanto, elas se referem à localidades diferentes, sem

²⁰ Idem, p. 373. Documento nº 84. Catálogo de rendimentos dos ofícios em Minas Gerais.

padronização entre si e para anos esparsos.²¹ Além dessas, há o livro de captação de Vila Rica referente ao ano de 1746, APM CC 2.027, no qual consta todos os indivíduos que pagaram o referido tributo neste ano. Nele, reconhecemos que a taxa incidia em nove categorias: escravos, ofícios, boticas, cortes, mascates, vendas, lojas grandes, lojas medianas e lojas pequenas. Coletamos, apenas, os dados referentes às lojas e vendas.

Diogo de Vasconcelos nos informa o valor pago pelas lojas e vendas de captação: 24 oitavas de ouro por cada loja grande, 16 oitavas por cada loja mediana e vendas, 8 oitavas por cada loja pequena e por mascates.²² Caso o proprietário fosse escravo já estava incluindo no emolumento o valor referente à sua própria captação. Retiramos dessa fonte nome do licenciado, condição social (caso seja escravo, há, também, o nome do proprietário), cor (eventualmente), freguesia e ano.

Para a segunda metade do século XVIII temos registros de licença, de almotaçaria e condenações que nos permitiram análises quantitativas e de acompanhamento ao longo dos anos do pequeno comércio. Em relação aos registros de licença temos os códices CMOP 64 A, que abrange de 1753-8; e o CMOP 72, cobrindo o período de 1759-65. Ambos se intitulam Licenças de Negócios e contêm as seguintes informações: nome do licenciado, condição social (caso seja escravo, há, também, o nome do proprietário), cor (eventualmente), modalidade do negócio, local aonde se encontra o negócio (eventualmente), freguesia e ano. Em 1770 o governador das Minas, Conde de Valadares, expede a seguinte portaria:

Registro de uma portaria do Magnisimo e Excellentisimo Senhor Conde de Valladares
Governador e Capitao General dêsta Capitania como nella se contem
Por me serem constante que as licensas das vendas desa camara se registram em
hum livro juntamente com outras diversas licensas e provimentos e nascem desta
confusao grande prejuízo ao Real Subsidio que devo evitar Ordens a Vosas mercês
que logo aprontem hum livro para honde devem passar as licensas que de janeiro de
mil setecentos e secenta e nove se tem pasado para as vendas e se lansarem os que
daqui em diante se consederem²³

²¹ É o caso do APM, CMOP, caixa 17, documento 65, 1745, que consta as pessoas que pagaram a captação apenas no distrito de Padre Faria.

²² VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. "Minas e quintos do ouro", **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 6, jul/dez de 1901, p. 855-965.

²³ APM, CMOP 72, fl 2f, 04/04/1770.

com efeito, as ordens do conde foram acatadas, pois o próximo registro de licença já é intitulado, apenas, Licenças para o estabelecimento de vendas, o código CMOP 140, que se estende de 1773-94. Nesse registro já não há outras modalidades de serviço. Mesmo não tendo encontrado os livros em que foram lançadas as licenças das lojas e as dos ofícios, cremos que realmente se trata dos registros de vendas devido ao perfil social encontrado nessa fonte, muito próximo a composição social dos donos de vendas das licenças de negócios, como explicaremos melhor ao longo do capítulo. De acordo com o Conde de Valadares, as licenças serem registradas todas em um mesmo livro causava grandes prejuízos ao real subsídio. Para nós, isso se deve ao fato de que o preço pago por cada modalidade de negócio era diferente e o lançamento de todas em um mesmo livro poderia causar confusão quanto à cobrança do emolumento devido.

Além dos registros de licença, há as matrículas que tratam do controle bimestral sobre os preços e medidas do pequeno comércio. Desses, dois códices contêm apenas os valores com que as mercadorias foram almotaçadas.²⁴ Tal documentação se cala quanto a quem estava comerciando. Dois deles incluem dados sobre o mercador almotaçado, sendo estes o CMOP 96, que abrange os anos de 1771-3 e o CMOP 121, de 1796-7. Os mesmos nos informam sobre o seguinte: nome do licenciado, condição social (caso seja cativo há, também, o nome do senhor), cor (eventualmente), freguesia e ano. Como já salientado, este registro é bimestral. Sendo assim, se repete o nome do mesmo comerciante ao longo do ano. Por isso, decidimos coletar as informações de apenas um bimestre por ano. Nossa intuito é evitar repetições na amostra. Como a almotaçaria tem como principal objetivo controlar o mercado, evitando que houvesse fomes e carestias, ela controla o preço praticado na venda dos produtos de primeira necessidade para que o comércio obedeça ao bem comum e não à lógica de demanda/procura. Devido a isso, depreendemos que essas fontes concernem, principalmente, sobre as vendas e as comerciantes ambulantes, porque são esses os responsáveis por abastecer a população mineira de gêneros de primeira necessidade, justamente os produtos que tem seus custos controlados.

²⁴ Nos referimos aos seguintes códices APM, CMOP 64 e APM, CMOP 74.

Caso durante a ação fiscal do almotacé fosse encontrado algum comerciante que não se adequou às normas, ele deveria ser condenado com multas ou até prisão. Como exemplo, podemos citar a seguinte passagem de um código de multas referentes à almotaçaria.

Aos vinte dias do mes de Fevereiro de mil sete e sincoenta e nove anos nesta vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de ouro Preto (...) que da Requerimento do rendeiro do ver Jose de Souza fazer as condenações seguintes e acho correicoes como assim digo mais seu pelo dito requerimento do dito rendeiro de que pesa e foi este termo por mim lavrado e assinado Antonio Ribeiro Guimaraes escrivão da Camara e da Almotaçaria a rogar do Almotacel²⁵

Como é nítido na citação, os responsáveis pela almotaçaria saiam a fiscalizar o comércio em todo o território da Vila. Caso encontrassem alguma irregularidade, multavam o infrator, como neste registro: “*Antonia esc^a de Ana preta forra por andar vendendo pao sem o peso devido em duas oitavas de ouro em 8 de 7mbro*”.²⁶ Temos dois livros com as condenações. O código CMOP 67, circunscrevendo o ano de 1754 e o código CMOP 75, que abrange os anos de 1760 a 1777. Nesses códices, as inscrições não são lineares, faltam vários anos e, também, alguns meses dos anos constantes. Dessa forma, escolhemos alguns anos contidos nessas fontes para averiguarmos se o perfil social dos condenados é parecido com o dos comerciantes que retiraram licença.

A documentação por nós descrita até aqui tinha para a sociedade que o produziu apenas um caráter administrativo e fiscal. Entretanto, por intermédio da metodologia da história social, se torna possível analisar os dados e interpretar algumas normas e padrões da sociedade vilarienha a respeito do mundo do trabalho manual.

A partir destas fontes formamos um banco de dados com as seguintes variáveis: nome, gênero, condição social (livre, forro, escravo), localidade (freguesia) e data.²⁷ Pretendemos apreender os grupos sociais que participaram do comércio, a alta participação feminina escrava e forra, se a participação alcançava longevidade ou não, as divisões sociais e de gênero entre as

²⁵ APM, CMOP 75, p. 3f.

²⁶ APM, CMOP 75, p. 5f.

²⁷ A documentação informa apenas se o indivíduo era escravo ou forro. Entretanto, entendemos que quando o estatuto jurídico não vem evidenciado a pessoa era livre e assim a identificamos.

diferentes modalidades de comércio e, por fim, comparar a longevidade dos diversos grupos sociais presentes na atividade.

O minucioso trabalho de seleção e coleta de dados nos permitiu coletar a enorme quantia de 21.804 licenças expedidas pela câmara!

Além dessa perspectiva quantitativa, nossas fontes nos fornecem também importantes dados qualitativos. Em alguns lançamentos das licenças de vendas há informações como a rua em que ficava o comércio, a procedência dos cativos (Mina e Angola), a cor (preta e parda), bem como informações sobre o tipo dos negócios como loja de fazenda seca, de molhado ou venda de fazer pão, vender óleo de mamona e tabuleiro. Entendemos que esses dados foram centrais para explicar a divisão social e a hierarquização existente no pequeno comércio de Vila Rica.

O estudo da almotaçaria nos permite perceber, de forma muito nítida, os valores que regiam o funcionamento do mercado nessa sociedade. As práticas comerciais deveriam funcionar pautadas em uma moralidade, na busca pelo preço justo e na qualidade da produção, impedindo fraudes, tabelando preços, evitando monopólios e intermediações e racionando, se necessário. Nos possibilita captar, também, uma forte hierarquia social pautada na condição jurídica, na procedência, no gênero e na qualidade.

Por fim, é importante realçar a importância do controle do mercado para a arrecadação feita pela câmara. Silva, que estudou as receitas e despesas do senado de Vila Rica entre 1726-1760, assim se expressa sobre o assunto:

Quanto às principais fontes de renda da Câmara de Vila Rica, elas provinham dos foros anuais cobrados sobre construções e terrenos dentro da sesmaria, bem como das licenças lançadas sobre os oficiais mecânicos e comerciantes (...), das multas e das taxas arrecadadas da população (...) Os maiores contratos eram de renda de aferição (incidia sobre a regulação dos pesos e medidas usados no comércio), renda do ver (inspeção), renda das meias patacas (recaía sobre cada cabeça de gado que entrava para ser comercializada na vila) e renda da carceragem.²⁸

Como se percebe pela citação, duas das maiores arrecadações da câmara de Vila Rica estavam diretamente associadas ao comércio: licenças das vendas e lojas e também o contrato sobre a regulação dos pesos e medidas. Entre 1726 e 1760 foram arrecadados 312:960\$260

²⁸ SILVA, Fabiano Gomes da. **Op. cit.** p. 47.

contos de réis. A receita média atual chegou a 10:432\$000 réis e cerca de 20% dessa renda vinha dos referidos contratos.²⁹

2.2 A atividade mercantil nas Minas e o pequeno comércio

Alguns anos atrás, o historiador João Fragoso após fazer uma síntese sobre o desenvolvimento da história econômica assim se expressa: “*São poucos os trabalhos, ainda, que procuram estudar temas como o pequeno comércio e seus agentes*”.³⁰

Mesmo sabendo que entre o ano da escrita do artigo e os dias atuais o quadro avançou bastante, entendemos que a fala do autor continua válida e pretendemos contribuir para preencher tal lacuna historiográfica.

Nos trabalhos sobre a atividade comercial até alguns anos atrás, os agentes de pequena monta não eram, com algumas exceções, o objeto principal dos estudos tanto nos trabalhos sobre a capitania de Minas Gerais, como também para outras localidades da América Portuguesa. Mesmo assim, discutiremos alguns, pois apontam importantes elementos na caracterização que adotamos para o pequeno comércio.

Uma das primeiras pesquisas que tratam dos agentes mercantis nas Minas é o clássico estudo de Mafalda Zemella,³¹ que discute os principais elementos da atividade como a política fiscalizadora da coroa, os caminhos abertos para atender a nova demanda e a proliferação do crédito. A autora também caracteriza o pequeno comércio como sendo a atividade praticada em lojas e vendas, por tropeiros, ambulantes, comboieiros e que vende a varejo, atendendo diretamente o consumidor. Para Zemella, lojas eram estabelecimentos com maior requinte e luxo, localizadas em regiões centrais, especializadas na comercialização de fazenda seca e de produtos importados do reino e de outras capitâncias. Por outro lado, as vendas eram estabelecimentos menos sofisticados onde se vendia os chamados molhados: gêneros comestíveis de primeira necessidade como aguardente, farinha, carne e peixe seco. Por fim,

²⁹ Silva nos informa, ainda, que Mariana arrecadava 5:200\$00 de média anual. Já nos conselhos de Portugal, muitas importantes cidades não chegavam a 2 contos de renda anual. Idem, p. 49.

³⁰ FRAGOSO, João Ribeiro. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002. p. 8.

³¹ ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990. O trabalho é resultado do doutorado da autora defendida na USP em 1951.

Zemella destaca o pequeno comércio como forma de atrair e fixar povoamento, consolidando os núcleos urbanos.

Entretanto, cabe uma ressalva ao trabalho de Zemella. A divisão entre o que era uma loja e o que era uma venda não é algo rígido e bem definido como propõe a autora, porque a divisão entre o que vendia uma e outra não era exata. Para alguns, como Renato Venâncio e Júnia Furtado, não existia distinção entre o que elas vendiam. A diferenciação se dava pela localização. Nas palavras desses:

As lojas não eram, portanto, especializadas. Em geral recebiam tal denominação por terem grandes dimensões e por estarem situadas no centro das vilas. As vendas, por sua vez, tinham menor porte e localizavam-se na periferia comercializando principalmente alimentos e bebidas alcoólicas, quase sempre para escravos.³²

Essa definição é a mesma dada no Códice Costa Matoso, que define loja como *"estabelecimento comercial de mercadorias e fazendas no espaço urbano"* e vendas como *"estabelecimento comercial localizado nas estradas e caminhos fora do espaço urbano"*.³³

A própria documentação colonial é ambígua sobre o tema, não havendo padronização. Na que se refere à almotaçaria havia grande confusão sobre o assunto. Existiam designações como lojas de molhados ou vendas de seco em estabelecimentos de Mariana, como bem notou Flávio Puff em sua pesquisa.³⁴ Para Vila Rica a documentação também é ambígua, ocorrendo nomeações como lojas de secos e lojas de molhados e também não há especificação de que se trata de uma venda volante ou fixa.

Outra pesquisa sobre os agentes mercantis mineiros é o trabalho de Claudia Chaves,³⁵ que estudou os comerciantes ligados à importação de mercadorias para a capitania mineira, na segunda metade do século XVIII, tendo como fonte os registros de entradas de mercadorias. O ponto central do estudo é a caracterização do perfil e a atuação dos agentes. Chaves quantificou

³² FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. "Comerciantes, tratantes e mascates". In. PRIORE, Mary Del (org.). **Revisão do Paraíso**: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2000. p. 103.

³³ FIGUEIREDO, Luciano (coord. geral). **Op. cit.** p. 105 e 126.

³⁴ PUFF, Flávio. **O pequeno comércio nas Minas setecentista**: estabilidade, diversidade e hierarquia (Camargos e Mariana 1716-1755). Juiz de Fora: UFJF, 2007. (dissertação de mestrado)

³⁵ CHAVES, Cláudia M. das Graças. **Perfeitos negociantes**: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Anablume, 1999.

a frequência de passagem dos comerciantes nos registros, as mercadorias atravessadas e o imposto pago. Suas conclusões são as de que devido às características do mercado colonial havia baixa especialização e estabilidade dentre a maioria dos comerciantes, enquanto uma minoria tinha especialização e grande estabilidade, o que os levava a concentrar boa parte das passagens como também dos impostos pagos.

O livro de Júnia Furtado³⁶ é outro importante trabalho para definirmos o universo mercantil das Minas. Ao contrário de Chaves, que foca seu estudo nos pequenos comerciantes, a autora busca destacar a atuação dos grandes agentes mercantis que tinham ligação com o mercado mineiro e como estes funcionaram como uma rede de expansão do domínio português sobre a região. O objetivo central da autora é tentar entender como se deu à relação entre o poder central e os comerciantes, haja vista a rejeição social que estes enfrentavam em sociedades de Antigo Regime.

Tal quadro se contrapunha ao papel desempenhado pelo setor mercantil no processo de expansão ultramarina e também no desenrolar da colonização da América Portuguesa, pois pelo enriquecimento econômico que o comércio proporcionava, estes comerciantes buscavam estratégias de ascensão social, como a entrada em irmandades leigas, aceitação como familiar do Santo Ofício e a compra de terras. Entretanto, a autora faz questão de frisar que só os grandes comerciantes tinham chances de empreender tais estratégias, pois ocupavam o topo da hierarquia comercial: o comércio ultramarino de mercadorias. A grande maioria dos comerciantes, aqui chamados de pequenos, eram relegados neste processo, porque ao comerciarem os produtos em lojas e vendas diretamente à população o faziam com as mãos, portando um defeito segundo as normas sociais da época: o defeito mecânico. Acrescentamos a isso o fato de que os lucros alcançados em tal modalidade eram imensuravelmente menores do que no topo da hierarquia. O que não significa que não buscassem também ascender socialmente dentro de seu próprio grupo social.

Outra contribuição à discussão do tema é o estudo conjunto, já citado, de Venâncio e Furtado, que faz uma revisão historiográfica sobre o tema na América Portuguesa. Apesar do

³⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

trabalho não apresentar inovações, sintetizando as principais conclusões sobre o setor mercantil nas últimas décadas, os autores fornecem uma importante indagação ao dizerem que estudar o pequeno comércio é tarefa árdua, devido principalmente ao baixo número de estudos especificamente sobre este setor, como também o pouco número de fontes que tratam dos agentes mercantis desta modalidade, principalmente as mulheres forras, para os mesmos:

Acompanhar a trajetória de vida dessas pequenas comerciantes é algo bem mais complexo do que investigar a vida dos então denominados mercadores de grosso trato, pois as vendeiras e mulheres de tabuleiro deixaram menos documentos do que os magnatas coloniais. Muitas delas, como “Antonia de Tal”, não possuíam sobrenome, requisito básico para disporem de genealogia, ou mesmo, mais modestamente, para propiciarem ao historiador um indício que permitisse acompanhá-las ao longo do tempo.³⁷

João Fragoso ao discutir a metodologia da micro-história italiana em nosso país conclui que devido à ausência ou má conservação dos acervos documentais é extremamente difícil adotar tal postura. Em suas palavras:

A falta de corpos de documentos dificulta o rastreamento das pessoas em suas múltiplas relações e, portanto, embaraça a análise das experiências sociais. Nesse caso, temos no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana.³⁸

Luiz Mott³⁹ foi o primeiro historiador a ter o pequeno comércio como seu objeto principal, como também a dar indícios da participação africana nessa modalidade. Em seu trabalho, analisou a formação do comércio de pequena monta desde o período pré-cabralino até o século XIX. A mais importante constatação feita pelo autor é a de que negras e gente de cor começam a se inserir na modalidade desde o início de nosso período colonial e a partir do século XVIII era impossível abastecer grandes aglomerados urbanos como Recife, Salvador, Vila Rica e Rio de Janeiro sem contar com o trabalho efetuado por esses sujeitos sociais. É

³⁷ FURTADO, Júnia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Op. cit.** p. 104.

³⁸ FRAGOSO, João. “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial.” In. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 36.

³⁹ MOTT, Luís. **Op. cit.**

importante enfatizarmos que Mott faz a associação entre comerciantes de cor, transgressão e marginalização, aspectos muito enfatizados por outros autores depois dele.

O quadro desenhado por Mott de marginalização dos pequenos comerciantes é demonstrado por Luciano Figueiredo em *O Avesso da memória*,⁴⁰ trabalho inovador e essencial para entendemos o universo dos pequenos agentes mercantis. O autor busca entender o motivo de tantas mulheres, principalmente escravas e forras, se dedicarem ao comércio, principalmente vendendo seus produtos pelas ruas das freguesias e arraiais mineiros mesmo enfrentando forte perseguição do estado, que ao longo do século XVIII emitiu vários alvarás e bandos visando controlar sua participação. Outro dado significativo demonstrado por ele é a forte presença feminina também no comércio fixo e o aumento da participação feminina nesta modalidade ao longo do século XVIII, chegando a superar os homens na segunda metade desta centúria. Para Figueiredo, o fato de tantas mulheres atuarem no setor comercial é uma transposição para o mundo colonial da divisão dos papéis sexuais vigentes na metrópole, não considerando a influência africana em tal universo comercial. Além disso, ao dar muita ênfase à transgressão e a desclassificação social como elementos fundantes desse universo, o autor assume a perspectiva da classe dominante das Minas, demonstrada por diversas vezes em editais e bandos publicados em profusão ao longo do século XVIII. Para nós, o autor não percebe que as redes sociais formadas por estas mulheres iam além da transgressão, por isso não observa os ganhos materiais e simbólicos ocorridos entre elas.

Como vimos, o setor mercantil envolveu desde cedo uma grande variedade de sujeitos sociais. Eram brancos, mulatos, negros. Livres, forros e escravos. Grande variedade de formas e alcance. Logicamente se modelou uma forte hierarquia no mesmo, reflexo da sociedade juridicamente desigual e estamental das Minas. Poucos são os trabalhos que conseguem entender tal hierarquização, como também a partir dessa definir quem é pequeno e quem é grande comerciante. Alcançar esse objetivo é um dos principais méritos no trabalho de Flávio Puff.⁴¹ O autor desenvolve uma revisão historiográfica sobre os agentes mercantis na América

⁴⁰ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Op. cit.**

⁴¹ PUFF, Flávio. **Op. cit.** Sobre a hierarquização ver o capítulo 3 da dissertação, intitulado “A hierarquia do pequeno comércio: estabilidade e diversificação”. A perspectiva do pequeno comércio como sendo atrativo para um grande número de sujeitos sociais, sendo uma importante forma de conquistar melhores condições de vida vem sendo

Portuguesa para conseguir estabelecer a hierarquização existente no pequeno comércio de Mariana. As principais conclusões do autor são: pequeno comércio como atrativo para um grande número de pessoas devido ao baixo capital necessário para nele se estabelecer; grande participação feminina que estava fortemente associada a sua condição social (escrava e forra) e que era maior na modalidade volante; alta hierarquização entre as modalidades, sendo os donos de lojas o ápice e a venda, tanto fixa como volante, o nível mais baixo.

Por isso, é necessária uma tipologia em que se procure definir quem são os agentes mercantis do pequeno comércio nas Minas estabelecendo a hierarquização social existente no mesmo. Um dono de lojas de escravos, por exemplo, está numa situação econômica e social bem mais forte do que um mascate ou uma dona de venda e estes se situam numa situação superior do que uma negra de tabuleiro.

Pelo exposto, entendemos como sendo pequenos comerciantes os donos de lojas e vendas (fixos) e os tropeiros, comboieiros, mascates e negras de tabuleiro (volantes). Contudo, mesmo entre esses o grau de inserção do estabelecimento com o mercado externo à capitania, a localidade em que atua, o tipo de mercadoria vendida, a estabilidade alcançada, os lucros auferidos e também se a modalidade era fixa ou volante atuavam como fortes variáveis de hierarquização na atividade. Nesse sentido, é necessário considerar que, eventualmente, um dono de loja pode ser um comerciante intermediário entre as lojas menores e as vendas e os grandes comerciantes do eixo Rio de Janeiro/Minas. Puff muito bem analisou isso ao constatar que alguns dos comerciantes que estudou tinham esse papel intermediário, como também foram listados como os homens mais ricos da capitania na lista enviada para Portugal após o terremoto de Lisboa de 1755. Para tal, analisou os testamentos de alguns desses comerciantes, constatando que a inserção dos mesmos como agentes mercantis era uma estratégia de diversificação de negócios para os grandes comerciantes ou uma estratégia de ascensão social aos recém chegados nas Minas em busca de maior riqueza, que culminaria com a chegada

elucidada ao longo da década de 90, como demonstramos. Vejamos, por exemplo, o que nos diz Sheila Faria: “*Para negros, fossem forros ou livres, poderia representar, assim como para brancos, uma das opções mais acessíveis para a conquista de melhores condições de vida.*” FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 113.

destes a donos de minas ou de fazendas, como também importante mecanismo para se inserir na rede de crédito que ligava uma extensa gama de sujeitos sociais.

Outro trabalho que dimensiona a hierarquização existente no próprio pequeno comércio é o de Alexandra Pereira,⁴² que ao estudar o livro de contas de uma loja situada na freguesia central de Ouro Preto entre 1737 e 1738 e o livro de captação de 1746 concluiu que alguns desses estabelecimentos tinham movimentação financeira altíssima e importantes ligações comerciais, sendo impossível classificar esses agentes mercantis como pequenos. Mais uma vez é a hierarquização do setor comercial se fazendo presente, pois apenas poucos homens brancos e livres alcançaram o cume de serem donos de grandes lojas.

A pesquisa mais recente que estudou os agentes sociais do pequeno comércio nas Minas é o de Débora Camilo,⁴³ que pesquisou especificamente as comerciantes de ascendência africana que se inseriram nesse tipo de atividade comercial. Ela consegue desvencilhar o estudo dessas mercadoras do caráter marginal e da pobreza que marcaram trabalhos anteriores, demonstrando que as negociantes de ascendência africana alcançaram importante riqueza pela sua atuação no comércio, como também agenciaram identidades tendo como eixo seu trabalho. É importante destacar que em sua maioria essas mulheres eram do grupo étnico Mina. Por fim, consideramos que o grande mérito da autora é o de conectar inúmeras variáveis como etnia, a ocupação mercantil, a ascensão material, o que até então não havia sido realizado. Com isso, consegue demonstrar o que era o saber fazer comercial que marcava uma mercadora de ascendência africana.

2.3 A lógica social do universo mercantil na América Portuguesa: caracterização

Em 1753 a forra Quitéria da Silva Marques retirou licença para venda, o ex-mancípio Roberto da Costa Reis para o ofício de alfaiate, o liberto Jose Pereira para corte, a escrava Ana Mina para venda, os homens brancos Manoel de Medeiros e Manoel Soares Coelho para loja e venda, respectivamente. Como eles, outros 1.352 sujeitos sociais expediram licença junta à

⁴² As vendas da loja estudada pela autora alcançaram, entre os meses de fevereiro de 1737 a agosto de 1738, a extraordinária quantia de 23:534\$39213 contos de réis num total a prazo, e 3:565\$985 contos de réis à vista. PEREIRA, Alexandra. **Um mercador de Vila Rica:** atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738). UFJF: Juiz de Fora, 2008. p. 46. (dissertação de mestrado)

⁴³ CAMILO, Débora. **Op. cit.**

câmara de Vila Rica para estabelecer seus negócios, perfazendo um total de 1.357 indivíduos.⁴⁴ Os mesmos se espalhavam por todo o termo, mas havia uma concentração nas duas freguesias centrais da vila: 400 licenças em Ouro Preto e 431 em Antonio Dias, perfazendo um total de 831 sujeitos, ou seja, 61,2% dos estabelecimentos comerciais da vila. Apesar de tal convergência, o termo de Vila Rica era mais do que isso. Congonhas do Campo teve 204 negociantes, Ouro Branco 110, Itaubira 93, Itatiaia 68, Cachoeira 60. Até as mais distantes freguesias tinha seus negociantes, em Santo Antonio eram 50 e em São Bartolomeu outros 34.

Esses negócios eram lojas, vendas, estalagens, boticas, casas de corte, tabuleiros e uma variada gama de ofícios mecânicos como alfaiate, armeiro, carpinteiro, espadheiro, ferreiro, latoeiro, pedreiro, relojoeiro, sapateiro, seleiro e vidreiro. Nesse emaranhado de atividades manuais, uma divisão social e de gênero nos salta aos olhos. Em 1753, 112 mulheres escravas, 125 forras e 50 livres expediram licença para venda. Em contrapartida, apenas 3 mulheres livres retiraram licença para loja e nenhuma forra ou escrava o fez. Quando a modalidade de negócio é o ofício, nenhuma mulher, forra, livre ou escrava requisitou autorização para a câmara. As mulheres se concentravam como donas de venda ou de tabuleiro. As lojas e as poucas boticas eram uma exclusividade dos homens livres. Já os poucos homens forros ou escravos que retiraram licença o fizeram para ofícios mecânicos e cortes. No supracitado ano, dos 10 que expediram autorização, 4 o fazem para ofícios, 3 para corte e apenas 1 para venda. Apenas eventualmente algum homem forro ou mulher escrava requerem licença para uma venda ou para um corte, respectivamente, na câmara. Como explicar essa divisão social e de gênero do trabalho manual? O que seria um corte? Uma loja? Uma venda?

O mestre Fernand Braudel, em um de seus livros clássicos, *Civilização material, economia e capitalismo*, nos fornece os primeiros indícios de como entender tal divisão. Seguindo os passos desse importante historiador, vamos deixar o próprio elucidar a questão através de uma passagem de seu livro:

(...) porque é certo que nunca houve um país, em qualquer época que fosse, onde os mercadores se encontrassem num único e mesmo nível, iguais entre si e como que intercambiáveis. Todas as sociedades comerciais mais cedo ou mais tarde,

⁴⁴ APM, CMOP 64 A, Registro de Licença de Negócios, 1753-1758.

engendraram **hierarquias** semelhantes, reconhecíveis na linguagem de todos os dias. (...) Essa pirâmide mercantil, essa sociedade à parte, nós vamos encontrá-la sempre (...) **Tem seus movimentos próprios.**⁴⁵

Para o autor, a divisão social existente no mercado tem duas principais características: hierarquização e movimentos próprios. São justamente esses dois apanágios do mercado, em nosso caso o da América Lusa eivado pela escravidão, que devemos apreender para tornar nítido os significados sociais e culturais da hierarquização social do trabalho manual existente nas Minas setecentistas e que tinham na condição social, na qualidade e no gênero importantes variáveis.

Por isso, entendemos que a investigação sobre quem eram os mercadores e oficiais mecânicos nas Minas necessita ter como premissa a natureza das relações sociais inerentes ao mundo do trabalho nas Américas. Braudel nomeia essa especificidade de seus próprios movimentos.

Na América Portuguesa, o funcionamento das relações comerciais baseava-se numa lógica cuja obtenção e maximização dos lucros não eram os seus elementos determinantes.⁴⁶ A estrutura econômica e sua dinâmica de produção, circulação e permuta de gêneros e pessoas devem ser entendidas a partir das peculiaridades do contexto social da América portuguesa, inserindo as relações comerciais na lógica política e cultural desta sociedade. Isso posto, entendemos que a perspectiva de Karl Polanyi nos é fundamental, mesmo com as particularidades da sociedade das Américas e das Minas Gerais. Em suas palavras:

Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos a posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (...) o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.⁴⁷

⁴⁵ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 2º volume. p. 331. Grifos nossos.

⁴⁶ POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

⁴⁷ Ibidem. 61.

Giovani Levi nos sugere que precisamos partir de Polanyi e classificarmos as economias de acordo com o processo de integração existente na mesma e não de forma isolada. Pelo contrário, devemos inseri-la entre as esferas político-culturais das relações sociais em geral.⁴⁸

Também Pierre Bourdier nos esclarece como funciona a relação entre os sujeitos sociais e as relações que estabelecem entre si, incluindo as comerciais. Para o mesmo, as ações dos sujeitos em uma sociedade hierárquica e estamental, como a das Minas, estão envoltas em uma simbologia e os que dela participam sabem, previamente, o seu papel na transação. De acordo com o autor:

(...) a economia (...) apóia-se fundamentalmente em uma recusa do que nós consideramos como a economia, o que obriga a ter como implícita uma série de operações e de representações sobre essas operações. (...) o capital simbólico supõe a existência de agentes sociais constituídos, em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso, isto é, em certos casos, rendam-lhe obediência e submissão.⁴⁹

Bourdier ressalta a obediência e a submissão, características que encontramos na divisão social e sexual do trabalho dos negócios de Vila Rica. Se não, vejamos. As mulheres, tanto forras quanto escravas ou livres, atuam, preponderantemente, como donas de venda e muito eventualmente como proprietárias de lojas. Os homens brancos têm atuação diferenciada, mas também com um padrão. São donos de venda e alcançam a hegemonia entre os donos de lojas, algumas vezes tendo além das lojas um ofício, principalmente como alfaiate ou sapateiro. Os homens escravos e forros se concentram nos ofícios e casualmente são donos de venda, nunca de lojas.

Para nós, esse padrão de atuação, que forma uma hierarquia nas palavras de Braudel e uma obediência e submissão de acordo com Bourdier, são ações sociais reconhecidas pelos sujeitos desta sociedade. Eles reconhecem tal divisão e acreditam nela como sendo portadora de signos culturais que formam a sociedade em que vivem. Por isso, cremos que a divisão social dos negócios é obedecida pelos sujeitos, que se submetem a ela, formando uma rígida

⁴⁸ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 155.

⁴⁹ BOURDIER, Pierre. "A economia dos bens simbólicos". In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p. 172-173.

hierarquia social. Todos esses fenômenos são as manifestações próprias do mercado nas Minas, são suas fronteiras marcadas pela divisão de gênero, condição social e qualidade.⁵⁰ São elas que realçam as fronteiras étnicas entre cada grupo social das Minas.

Fredrik Barth ao analisar o papel do indivíduo na estrutura social chama as possibilidades de inserção dos mesmos de gama dos possíveis. O sujeito social não é livre para agir a sua maneira, como se não pertencesse a nenhum sistema social. Para o autor, as possibilidades abertas por qualquer sistema social são finitas, cabendo ao indivíduo, dentro de limitações, escolher uma delas.

A noção de “gama de possíveis” traz a marca da dialética que a fundamenta: indica ao mesmo tempo a recusa dos determinismos e a idéia de uma margem de manobra precisa e controlada, já que os possíveis abertos ao ator são sempre em número finito – o que os torna também acessíveis ao pesquisador.⁵¹

As possibilidades de ação do indivíduo são colocadas de acordo com os recursos que ele tem para elaborar suas estratégias. Cabe destacar que aqui entendemos recursos não só como algo material, mas também todo o aparato cultural que cerca o indivíduo, como seus valores, sua aceitação na sociedade, o grupo a que pertence entre outros, bem como pelas obrigações que uma determinada pessoa está sujeita enquanto membro de uma sociedade. Assim sendo, Barth reforça nossa argumentação da formação de fronteiras entre cada grupo social no pequeno comércio de Vila Rica, pois a divisão social que demonstramos são os indícios da gama de possíveis existente entre cada grupo social no pequeno comércio de Vila Rica.

O movimento próprio do mercado se relaciona diretamente às hierarquias sociais existentes no ato de comprar e vender na capitania de Minas Gerais. A estratificação social tem diversas dimensões que são constantemente passados por ocupação, prestígio, idade, riqueza e laços de parentesco. Na América Portuguesa este quadro ganhou a presença da escravidão como principal elemento que distinguiu o mundo colonial do mundo metropolitano. Esse

⁵⁰ Sobre a hierarquização da sociedade mineira ver GROSSI, Ramon Fernandes. “O dar ao seu a cada um”. Demandas por honras, mercês e privilégios (1750-1808). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (tese de doutorado) e SILVEIRA, Marco Antonio. **Fama Pública**: Poder e Costumes nas Minas Setecentistas. São Paulo: FFLCH, USP, 2000. (tese de doutorado)

⁵¹ ROSENTAL, Paul-André. “Frederik Barth e a microstoria”. In. REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 158.

elemento foi incorporado à rede hierárquica que ordenava as relações sociais nas conquistas. Assim, todo o universo laboral das Minas era perpassado pela presença da escravidão, que influenciava a formação de um quadro de desvalorização social dos trabalhadores e do trabalho manual, do qual trataremos mais a frente.

2.4 Pequeno comércio em Vila Rica, 1753-1765: quantificação e perfil social

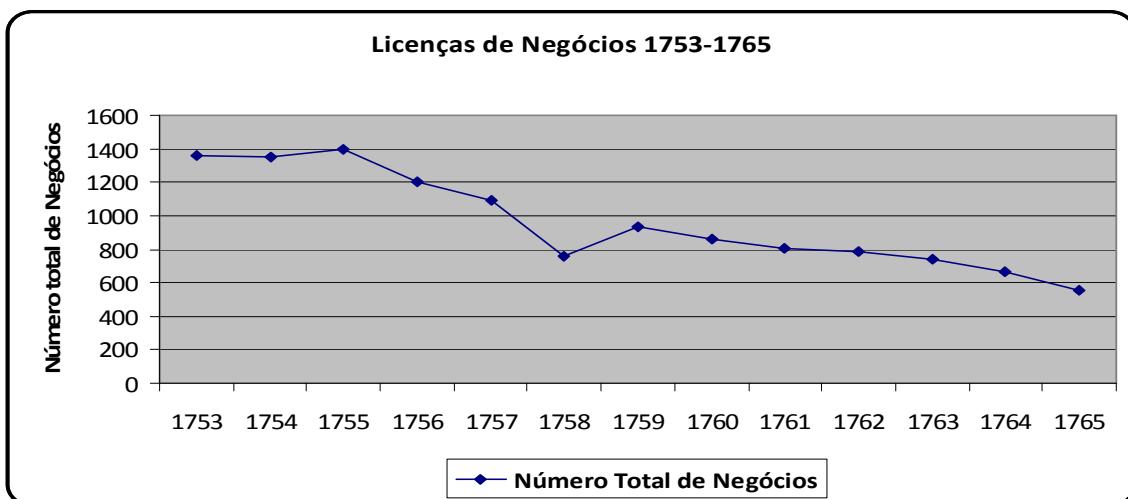
2.4.1 Os agentes mercantis em Vila Rica

Como já informamos, a partir da segunda metade do século XVIII, dispomos de uma série de fontes relacionadas à almotaçaria. Elas nos permitiram quantificar, qualificar, acompanhar e compreender a divisão social existente no pequeno comércio de Vila Rica, que limitava a ação social de cada sujeito. Assim, começamos nossa análise com o número total de sujeitos que entre 1753-65 se dedicaram aos “negócios”.

Dentro dessa definição há uma gama variada de serviços, demonstrando a pujança do setor econômico em uma sociedade com características urbanas como Vila Rica. Temos dentro dessa categoria lojas, vendas de seco e vendas de molhados, estalagens, boticas, casas de corte, tabuleiros e uma variada gama de ofícios mecânicos como alfaiate, armeiro, carpinteiro, espadeiro, ferreiro, latoeiro, pedreiro, relojoeiro, sapateiro, seleiro e vidreiro. Totalizando 18 diferentes tipos de negócio. Toda a vila contava com o trabalho desses negociantes de pequena monta. Seus serviços estavam entrelaçados ao cotidiano de Vila Rica.

Nossa constatação confirma o que a historiografia brasileira há décadas realça com os vários trabalhos publicados nas últimas décadas: a diversidade e a heterogeneidade foram marcas essenciais do comércio na América portuguesa, o que gerou um amplo espectro de tipos de comerciantes, de atividades, de estabelecimentos e uma consequente hierarquização entre esses. Mesmo assim, dividimos essa gama variada de mercadores em lojas, vendas, cortes e oficiais mecânicos. Isso porque cada uma dessas modalidades apresenta uma homogeneidade no perfil social de seus membros, como também características próximas em relação ao tipo de serviço oferecido.

Gráfico 1



Fonte: APM, CMOP 64 A, Registro de Licença de Negócios, 1753-58; CMOP 72, Registro de Licença de Negócios, 1759-65.

Como podemos perceber pela tabela, a segunda metade do século inicia com um altíssimo número de sujeitos sociais que se dedicam aos negócios, são 1.357 no ano de 1753. Um número compatível com o crescimento desse setor de serviços ao longo da primeira metade do século XVIII, mas que começam a regredir constantemente a partir de 1755 até alcançar 556 no último ano da pesquisa, 1765. Ou seja, uma brusca queda de 61,2%.⁵²

Entendemos que a brusca queda deve ser interpretada considerando-se as transformações por que passou Vila Rica na segunda metade do século XVIII, sendo uma delas a diminuição na produção de ouro que tem como consequência uma reorganização das atividades e do centro econômico da Capitania de Minas Gerais. A produção de ouro atingiu seu máximo na capitania entre os anos de 1735-39,⁵³ após inicia uma queda constante. Mesmo assim, na década de 1750 a quota mínima de 100 arrobas de ouro anuais é alcançada. Já na década de 60, o quinto arrecadado inicia forte queda, retrocedendo para 86 arrobas anuais. O decréscimo da produção aurífera tem como corolário uma reestruturação econômica que ocorre na Capitania e

⁵² Entretanto, compreendemos que o número de sujeitos que atuavam com negócios era maior, pois captamos, apenas, os que foram registrados pela câmara, atuando legalmente. E havia muitos casos de lojas, vendas e ofícios mecânicos ocultos. Assim, como efeito de comparação, em 1764, em uma derrama realizada no termo de Vila Rica, 1.171 sujeitos pagam o imposto real se declarando comerciantes ou oficiais mecânicos em um total de 3.531. Nesse mesmo ano, na licença de negócios apenas 662 sujeitos pagam para retirar licença de seu negócio. APM, CMOP, código 82, Lançamento da Derrama de 1764. Agradeço a Fabiano Gomes da Silva pela cessão dos dados.

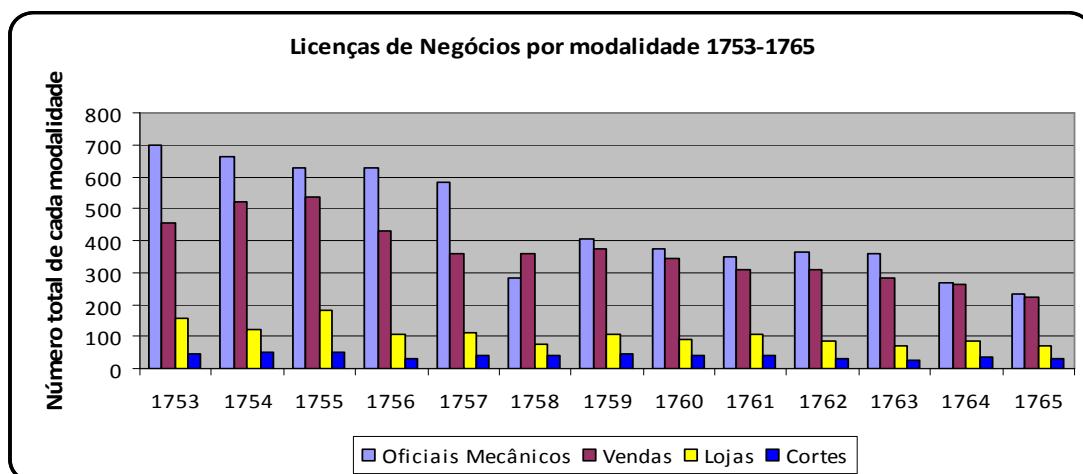
⁵³ PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Nacional, 1979.

em Vila Rica após 1750. O retraimento nos números totais do setor mercantil e de serviços está intimamente atrelado a isso.

Outro indicador da decaída na produção aurífera é o regresso na capacidade de arrecadação de Vila Rica, que é constatado com a diminuição do número de dizimistas e valores arrecadados pelo dízimo entre 1751 e 1765. É também na década de 1760 que a Comarca de Vila Rica deixa de concentrar a maioria da população escrava da Capitania de Minas Gerais.⁵⁴ Ou seja, mesmo que o termo de Vila Rica tenha a mineração até 1780 como a atividade econômica principal, essa já não é capaz de propiciar tanta riqueza como na primeira metade, o que traz efeitos no setor de serviços do termo.

Após apresentar os dados gerais, passemos a analisá-los divididos por modalidade.

Gráfico 2



Fonte: APM, CMOP 64 A, Registro de Licença de Negócios (1.753-1.758); CMOP 72, Licença de Negócios (1.759-1.765).

Ao longo dos anos, os ofícios representaram a maior modalidade entre as expedições de licença de negócios com 5.954 (47,7%) do total de 12.479 licenças expedidas pela câmara. Mesmo caindo o percentual total de ofícios, a modalidade sempre foi a mais representativa ao longo dos anos. Por exemplo, em 1753 eram 699 oficiais mecânicos enquanto havia 455 vendas.

⁵⁴ Entre 1750-79 das 35 UPS analisadas pela autora na Comarca de Vila Rica, 22 tinham mineração, ou seja, 62,9%. Entre 1780-1822 das 151 UPS, apenas 50 (33,1%) tinham presença da mineração. Em Ouro Preto, 64,2% das UP tinham presença de mineração no 1º período. Já no segundo, o número é de 45,8%. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Niterói: UFF, 2001. p. 105. (tese de doutorado)

Em 1763 eram 361 oficiais mecânicos e 282 vendas. Já as vendas perfizeram um total de 4.733 (37,9%) licenças emitidas e após, vinham às lojas com 1.361 (10,9%). Por último, com 531 (4,25%), vinham os cortes.

Os ofícios mecânicos⁵⁵ foram os que mais sentiram as mudanças econômicas ocorridas na Vila, pois decresceram de 699 licenças para 235 licenças, uma queda de 66,4%. Já as vendas regrediram de 455 para 222 aparições, uma decaída de 51,2%. As lojas diminuíram de 156 para 69 registros, menos 55,8%. O comércio de corte foi a que menos declinou, de 47 para 30 entradas, encolhimento de 36,2%.

2.4.2 O pequeno comércio no Império ultramarino português: as lojas e vendas em Vila Rica

Como neste trabalho o nosso foco são as lojas e vendas, nos concentraremos nessas duas modalidades a partir de agora. Inicialmente, avaliamos ser necessário traçar o crescimento da rede de distribuição comercial que se montou em Vila Rica para melhor dimensionar o quadro existente na segunda metade do século XVIII. Sabemos que ao longo do século XVIII o setor mercantil ganha espaço dentro da sociedade mineira, principalmente por dois motivos: o desenvolvimento relativo ao acompanhamento do crescimento da população mineira e o crescimento relativo à mudança do principal eixo econômico da região, que muda da mineração para a agricultura de subsistência e a importação de gêneros de primeira necessidade para o mercado do Rio de Janeiro. Durante toda a primeira metade da centúria, o comércio à retalho, tanto o fixo como o volante, cresceu em termos numéricos, reforçando-o como o principal elemento responsável pelo abastecimento a varejo da população.

Tomemos os dados em relação às lojas e vendas para a primeira metade do século XVIII como exemplo. Donald Ramos nos informa que em 1715 havia 103 lojas e vendas na recém criada Vila Rica.⁵⁶ Figueiredo nos diz que em 1716 já havia 190 lojas em Vila Rica, sendo que

⁵⁵ Fabiano Gomes da Silva ao estudar os oficiais mecânicos que passaram pela experiência da escravidão também conclui que também nesse setor do mundo do trabalho identidades sociais eram retrabalhadas. Em suas palavras “*Em síntese, os trabalhadores cativos tiveram decisiva participação nas obras arrematadas por seus proprietários (...) Nesse complexo ambiente laboral, várias tradições puderam confluir e, assim, favoreceram incorporações, sobreposições, e amalgamas de novos significados dados aos objetos produzidos.*” SILVA, Fabiano. **Op. cit.** p. 167.

⁵⁶ RAMOS, Donald. **A social history of Ouro Preto:** stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726. Flórida: The University of Florida, 1973. p. 182.

apenas dez (6%) eram controladas por mulheres.⁵⁷ Para o ano de 1728, as vendas somavam 322 e as lojas 114.⁵⁸ Um aumento espetacular de 323 estabelecimentos num curto intervalo de tempo, o que demonstra o rápido crescimento da rede comercial em Vila Rica. No primeiro ano que coletamos dados, 1733, 360 sujeitos sociais retiraram licença para venda na Vila: 120 mulheres escravas, 33 forras e 30 livres. Quanto aos homens, 177 eram livres e 1 forro.⁵⁹ De acordo com o livro de captação de 1746, havia 8 lojas grandes (todas em Ouro Preto), 55 medianas (17 em Ouro Preto e 16 em Antonio Dias) e 28 pequenas (1 em OP e 5 em Antonio Dias) no termo, perfazendo um total de 91 lojas. Desse total, apenas 1 loja era controlada por uma comerciante. Mesmo com a pequena queda em relação a 1728, se confirma a estabilização do número total de lojas e vendas na Vila.⁶⁰ Em relação às vendas, o livro de captação aponta um total de 370, sendo 232 sob o domínio masculino e 138 feminino.⁶¹

As referências indicadas acima nos permitem detectar a ocorrência de três movimentos simultâneos ao longo do evo: o aumento do número total de estabelecimentos, o aumento da participação feminina como dona de vendas e uma forte divisão social com homens como donos de loja e as mulheres, apenas, como donas de venda. Sendo assim, chegamos ao início da segunda metade do século XVIII com a tendência de crescimento do número de lojas e vendas na Vila, pois em 1753 havia 455 vendas e 156 lojas.

Passemos, agora, a estudar as relações de gênero e condição social em ambas modalidades. No tipo comercial loja a hegemonia masculina foi inconteste. Das 1.365 licenças retiradas para essa modalidade comercial, apenas 8 foram expedidas para mulheres (6 livres, 1 forra e 1 escrava). Todas as outras 1.357 autorizações foram emitidas para homens livres, o que confirma uma tendência do setor comercial em toda a América portuguesa, como já argumentamos. Em Mariana, Flavio Puff⁶² localizou uma única mulher livre como dona de loja entre os anos de 1718-55. No estudo precursor sobre a história do pequeno comércio, Luiz Mott

⁵⁷ FIGUEIREDO, Luciano. **Op. cit.** p. 56.

⁵⁸ RAMOS, Donald. **Op. cit.** p. 182.

⁵⁹ APM, CMOP 31, Registro de Licença de Negócios, 1733-35.

⁶⁰ PEREIRA, Alexandra. **Op. cit.**

⁶¹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Op. cit.** p. 56.

⁶² PUFF, Flavio. **Op. cit.** p. 75.

já apontava para tal hierarquização.⁶³ Já Alexandra Pereira⁶⁴ ao estudar o livro de captação de 1746 conclui que os homens livres tinham maior capacidade de investimento na diversificação de suas atividades, incluindo as lojas, como também de se relacionar socialmente com parte dos clientes do estabelecimento, formado pelas elites locais.

Além disso, Pereira nos diz que o elemento diferenciador entre uma loja e uma venda não é a especialização do que é comercializado por cada uma, mas, sim, o seu porte e a sua localização na Vila. Nesse sentido, fica perceptível a hierarquia estabelecida na delimitação das áreas de concentração de cada atividade mercantil em função do porte e magnitude de cada casa comercial. Por isso, a segregação das casas comerciais em função da magnitude, espaço físico e das condições de investimento financeiro são o melhor quadro para a definição desses estabelecimentos.

Como informamos, os registros de licença referentes aos anos de 1753-58 eventualmente trazem a localização da loja e dos locais que conseguimos identificar, a grande maioria era de lugares bem localizados nas freguesias centrais da Vila. Assim, os locais mais frequentes na freguesia de Ouro Preto são a Rua Direita e a Rua São Jose. E na freguesia de Antonio Dias no Padre Faria. Enquanto as vendas se concentram em locais mais periféricos. Em Ouro Preto no Alto do Passadez e no Alto das Cabeças. Na freguesia de Antonio Dias no Alto da Cruz e Vira Saia.⁶⁵

Para detectarmos o acesso ao crédito como elemento hierarquizador, pesquisamos todas as ações de alma existentes para a segunda metade do século XVIII e encontramos 16 homens livres donos de lojas como credores, alguns de mulheres forras comerciantes, e nenhum como devedor. Como sabemos, o topo da cadeia de endividamento existente nas Minas era ocupado pelos homens brancos.⁶⁶ Pelo exposto, se explica o perfil social das lojas ter o predomínio de homens livres.

As vendas apresentavam uma diversificação maior quanto ao perfil social de seus integrantes, porque foram vendeiros homens livres e mulheres forras, escravas ou livres. Para

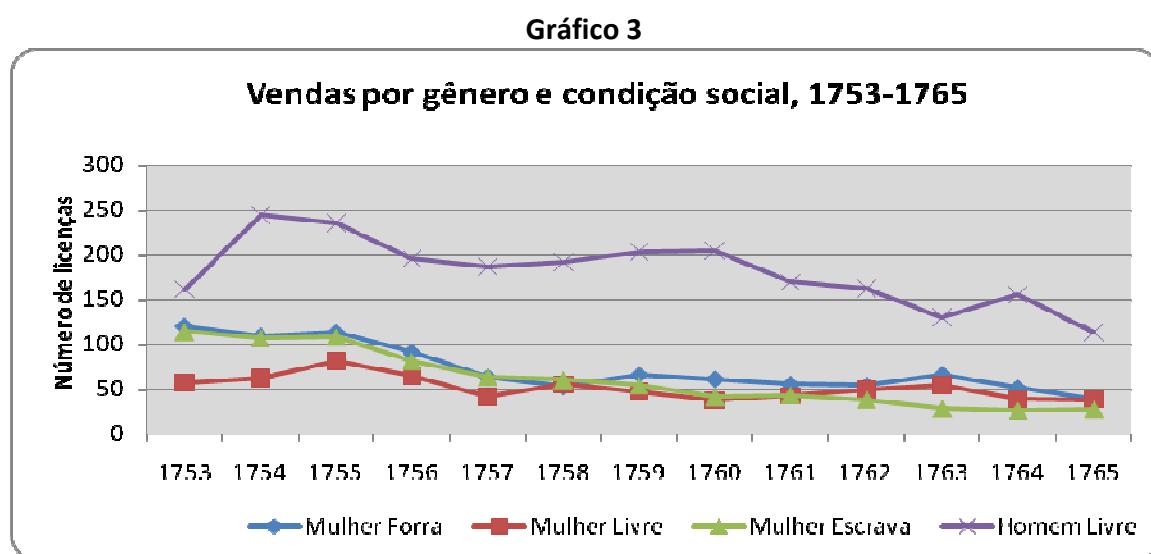
⁶³ MOTT, Luís. **Op. cit.** p. 87.

⁶⁴ PEREIRA, Alexandra. **Op. cit.** p. 46.

⁶⁵ APM, CMOP 64 A, Registro de Licença de Negócios, 1753-58.

⁶⁶ FLAVIO, Puff. **Op. cit.** p. 140.

entendermos a lógica social do pequeno comércio nas Minas, cremos ser essencial saber como funcionava este tipo de comércio em Portugal e na África, pois concebemos que a principal chave explicativa da divisão social existente no comércio de pequena monta está no entroncamento de tradições luso-africanas que singulariza a formação social na América Portuguesa. Vejamos os dados por nós captados.⁶⁷



Fonte: APM, CMOP 64 A, Registro de Licença de Negócios (1753-1758); CMOP 72, Licença de Negócios (1759-1765).

Durante todo o período, os homens livres foram maioria entre os que retiraram licença para venda. Das 4.781 licenças emitidas, 2.348 (49,1%) são de homens livres. Em seguida, encontramos as mulheres forras com 941 (19,7%), as escravas com 790 (16,5%), e, por fim, as livres com 666 (14%). Apesar de os homens livres serem o grupo social mais representativo, o percentual de mulheres que experienciaram a escravidão é altíssimo (1730, ou 36,2%, se somadas escravas e forras). Presumimos que esses números são prova da importância do pequeno comércio como atrativo para mulheres forras e que, além disso, sua participação se constitui como importante estratégia de identidade étnica e de sobrevivência.

Além disso, o número de condenações nos revela que não havia nenhum grupo social sobre representando nas condenações, ou seja, um grupo que atuava mais de forma ilegal.

⁶⁷ Optamos por não incluir os homens forros e escravos pela sua baixa participação ao longo dos anos, 4 e 32 respectivamente.

Durante todo o ano de 1754 foram multados 85 sujeitos sociais por desrespeitarem as regras estabelecidas para o comércio. Desses 64 (75%) são homens, sendo 60 livres, 3 escravos e 1 forro. Os outros 21 (25) condenados são mulheres, sendo 19 escravas e 2 livres.⁶⁸

A participação de mulheres escravas na atividade comercial de pequena monta se deve, em grande medida, ao emprego de escravos de ganho,⁶⁹ prática extremamente recorrente em sociedades urbanas, por parte de seus senhores em uma atividade que as escravas conheciam. Acreditamos que parte preponderante dessas cativas eram provenientes da Costa da Mina e seus senhores sabedores de seu conhecimento acerca do pequeno comércio, as empregavam, deliberadamente, como donas de venda, seja fixa ou volante.

Alguns trabalhos salientam a alta participação de mulheres africanas em tal modalidade. Mary Karasch foi precursora neste tipo de afirmação ao constatar a elevada participação da população escrava feminina africana no pequeno à retalho. Para ela, isso se deve a uma herança cultural africana. Em várias regiões da África havia uma forte divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres eram responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo controle do mercado.⁷⁰ A mesma afirmação é feita por Selma Pantoja, que explicou a participação delas no comércio como sendo uma resignificação de traços da cultura africana.⁷¹

Apesar de os registros de licença apenas esporadicamente trazerem subsídios sobre a origem dos escravos e forros, esses elementos quando aparecem nos são extremamente úteis. Isso porque várias vezes após o nome há informações em relação a cor das cativas, como Quitéria preta, Rosa preta, Maria preta, todas indicações que essas mancípias eram provenientes da África. Eventualmente também há dados sobre a procedência e podemos citar como exemplo Maria Mina, Ana Mina, Antonia Mina, Catarina Mina, Rosa Mina, Maria courana entre outras. Em apenas um caso existe indícios de procedência de áreas africanas que não a África Ocidental, é o de Maria Angola. Quanto às forras, há indícios da cor em vários registros de

⁶⁸ APM, CMOP 67, Livro de Condenações 1754-1804.

⁶⁹ Sobre o uso de escravos de ganho ver ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente:** estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁷⁰ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 254.

⁷¹ PANTOJA, Selma. "Dimensão Atlântica das quintandeiros". In. FURTADO, Junia (org). **Diálogos oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

mulheres, como Ana Souza preta forra, Rosa Maria de Brito preta forra, Ana de Souza preta forra entre outras.⁷²

Sendo assim, vejamos como se dividia socialmente o comércio no continente africano, principalmente na África Ocidental. Para a antropóloga Rita Cordonnier⁷³ na África Ocidental o comércio de bens prestigiosos tais como tecidos, perfumes, cobres, entre outros, era reservado aos homens, restando às mulheres comercializar alimentos e bens de menor valor vendidos à varejo. Também as dimensões espaciais são consideradas na determinação deste pequeno comércio. A venda de alimentos feitos no lar e cultivados como tomates e pimentas se dava nos mercados locais. Embora existam especulações sobre a participação das africanas no comércio de longa distância, não há consenso entre os autores sobre o alcance dessa participação. Dessa forma, optaremos por considerar as trocas locais, realizadas no âmbito das feiras, como a principal via de inserção das mulheres africanas no pequeno comércio.

Toyin Falola⁷⁴ em estudo sobre as comunidades pré-coloniais ioruba conclui que os homens se dedicavam quase em sua totalidade à agricultura e ao artesanato e as mulheres à preparação de alimentos e ao comércio. Também havia uma divisão sexual do trabalho entre os esan, etnia que fazia parte do reino de Benin, hoje Nigéria. De acordo com Onaiwu Ogbomo⁷⁵ neste grupo étnico cabia aos homens a produção de mandioca e às mulheres a produção de outros alimentos como pimenta e algodão.

É primordial salientar que o amplo domínio das mulheres africanas nas atividades comerciais se relaciona à estrutura de posse e transmissão de riqueza das sociedades africanas. Na África Ocidental, tanto entre os iorubas como entre os esan, era proibido às mulheres alocar terra e herdar herança de seus pais ou cônjuge,⁷⁶ cabia à mãe a tarefa de ensinar seus filhos,

⁷² APM, CMOP 64 A, Registro de Licença de Negócios, 1753-58.

⁷³ CORDONNIER, Rita. "Un approche anthropologique du commerce et des marchés et son application aux femmes-commerçantes de L'Afrique de L'Ouest", *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, número 6, 1983, p. 44-58.

⁷⁴ FALOLA, Toyin. "Gender, business and space control: Yoruba market women and power". In. HOUSE-MIDAMBA, Bessie. **African market women and economic power: the role of women in African economic development**. Greenwood Press, 1995. p. 25.

⁷⁵ OGBOMO, Onaiwu W. "Esan women traders and precolonial economic power". In. HOUSE-MIDAMBA, Bessie. **African market women and economic power: the role of women in African economic development**. Greenwood Press, 1995.

⁷⁶ Idem, p. 26.

principalmente às mulheres, pois não tinham direito à herança, como amealhar recursos. Assim, era determinante às mulheres terem estratégias para conseguir a sobrevivência com seu próprio trabalho. Por isso, elas transmitiam às suas filhas o que era de exclusivo na divisão sexual do trabalho, a participação feminina no mercado.

Na África o comércio de pequena monta não ocupou lugar central na estrutura social, mesmo assim, foi parte importante dos mercados locais, pois possibilitou que as mulheres se integrassem às estruturas de poder nas comunidades locais, tanto nos aspectos políticos quanto simbólicos. Um importante indicador disso eram as associações formadas por iorubas, principalmente entre as mulheres comerciantes, e que tinham como objetivo defender interesses mercantis. A mulher de maior destaque seria a líder destas associações chamadas de *iyalode* ou *iyloja* e eram aquelas que mais se destacavam por suas capacidades pessoais e seus recursos.

Por fim, a ligação entre mulheres e comércio também tem uma dimensão místico-religiosa. Iemanjá, deusa da água, além de ter associado a si a fertilidade e a prosperidade, também era a protetora do mercado. Outras deusas do panteão iouruba, como Aje, eram também protetoras do comércio.

É extremamente perceptível que havia uma complexa relação entre mercado e mulheres, pois estes eram lugares de poder, com forte dimensão simbólica e também com um espaço aberto para mulheres que se destacavam na atividade, porque desempenhavam papéis religiosos, políticos e sociais tendo um *ethos* constituinte do ser comercial. Cedamos espaço para as conclusões de Faola sobre o tema:

O mercado é parte do ambiente religioso que está integrado ao panteão religioso. Nas terras ioruba, a mulher que controla o espaço controla também os rituais do Mercado. Há casos reportados de poderosas mulheres simultaneamente chefes de mercado e sacerdotisas.⁷⁷

Apesar de também na África Centro-ocidental caber às mulheres atividades comerciais de pequena monta, é na África Ocidental que tal aspecto social é mais marcante, ocupando um papel que abrange estrutura matrilinear, distribuição de riqueza e cosmologia. No capítulo 03

⁷⁷ FALOLA, Toyin. **Op. cit.** p. 24.

discutiremos com mais detalhes a participação feminina de ascendência africana no pequeno comércio na margem direta do atlântico.

Como já informamos, as vendas caíram de 455 para 222 licenças expedidas entre 1753-1765, ou de 51,20%. Entretanto, o decréscimo entre cada grupo social foi diferente. O grupo social para qual a regresso na participação foi maior ao longo da amostragem é o das escravas, que iniciaram a amostra com 114 licenças expedidas e terminaram com 27, uma abrupta queda de 76,31%. Enquanto as forras, que no primeiro ano eram 120, no último restaram apenas 39, um enorme retrocesso de 67,5%.

Tanto em Vila Rica como em Mariana, ao longo do século XVIII a participação de mancípias e alforriadas registraram um aumento com o transcorrer do século, alcançando seu ápice na década de 1750, começando a decair a partir de então em um ritmo superior ao do setor comercial como um todo. Débora Camilo nos informa que em 1716 apenas 16% das comerciantes almotaçadas em Mariana experienciaram a escravidão, tal número eleva-se até alcançar 59% em 1754, começando a regredir desde então, chegando a 44% em 1796. Em Vila Rica, no começo de nossa amostragem, 1753, a presença de cativas e libertas corresponde a 51,10% do total de licenças. Após, decresce constantemente até alcançar 30% em 1765.

Ao longo do século XVIII a porcentagem da participação forra e escrava se invertem tanto em Vila Rica como em Mariana. No ano de 1716, em Mariana, das comerciantes almotaçadas que foram cativas, 83% eram mancípias e 17% alforriadas. No final da centúria, 1796, os números eram inversos, 83% de libertas e 17% de escravas.⁷⁸ Em Vila Rica, no ano de 1733, 21% das mulheres com ascendência africana comerciantes eram forras (33) e 79% (120) mancípias.⁷⁹ Já na segunda metade do século XVIII, desde o início de nossa amostragem, 1753, a presença de forras era maior: 51% (120), enquanto as cativas eram 49% (114). As libertas foram maioria em todos os anos de nossa pesquisa, com exceção de 1758 em que expediram autorização 60 escravas e 53 forras. No ano final da coleta de dados, 1765, as libertas eram 60% e as cativas 40%.

⁷⁸ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 47.

⁷⁹ APM, CMOP 31, Registro de Licença de Negócios, 1733-35.

A partir da década de 50, Vila Rica começa a importar menos escravos e, consequentemente, menos mancípios do grupo étnico Mina, o que sem dúvida contribui para diminuir o número de escravas e forras na atividade comercial.⁸⁰ Por fim, entendemos que em Vila Rica as freguesias centrais de Vila Rica e de Antonio Dias concentravam ao longo quase 50% de toda a atividade comercial do termo e essas localidades eram importantes centros econômicos da Comarca, o que dificulta a entrada de escravas e forras na atividade. Sendo assim, ao invés de considerarmos como baixo o percentual de forras e escravas, os consideramos altos, pois essas mulheres conseguiram se estabelecer na atividade comercial nas principais praças comerciais de Vila Rica.

Os grupos sociais compostos pelos livres (homens e mulheres) são os que tiveram a queda menos acentuada. Os homens iniciam com 161 licenças expedidas, alcançam o máximo de 244 no ano seguinte e terminam com 113, um decréscimo de 53,68%. As mulheres em 1753 são 57, chegam ao máximo de 81 em 1755 e terminam com 38 licenças expedidas, uma queda de 53,08%.

Para nós, a elevada participação das mulheres livres deve ser interpretada considerando-se a divisão social do pequeno comércio existente em Portugal. Nesse país, desde o medievo até o século XVIII as atividades mercantis, principalmente as de pequena monta, são vistas com bastante desdém, pois carregam consigo o defeito mecânico. Por isso, esses comerciantes sempre ocuparam os estratos mais subalternos na hierarquização social existente no que tange a sociedade portuguesa. Acrescentamos a isso, o fato de que no reino a venda de alimentos era monopólio feminino desde a Idade Média. Eram as mulheres que abasteciam as feiras, vendiam alimentos pelas ruas ou em pequenas vendas. Maria Beirante,⁸¹ ao estudar a cidade de Évora, constata que as mulheres monopolizavam todas as atividades ligadas ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade, com exceção dos cortes. Por isso, sua atuação era essencial no xadrez diário do mercado urbano.

⁸⁰ RESENDE, Rodrigo Castro. *As “Nossas Áfricas”*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. (dissertação de mestrado) p. 57; LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*, São Paulo, IPE/USP, 1979. p. 40-45.

⁸¹ BEIRANTE, Maria. *Évora na Idade Média*. Lisboa: Editora Gulbenkian, 1995.

A tradição era tão forte que se expressou nas Ordenações Filipinas, que proibia a participação de homens na venda de doces e outros bens denominados de pequena monta.⁸² Apesar de pouco valorizada, tal atividade era essencial para as comunidades locais lusitanas. Margarida Sobral Neto salienta o papel fundamental desempenhando pelas mulheres durante o século XVIII português: “*O pequeno comércio era o sector em que muitas mulheres (...) ganhavam o seu sustento (...) asseguravam o abastecimento quotidiano das cidades em bens alimentares essenciais.*”⁸³

De volta às Minas, Puff nos diz que a alta participação das mulheres livres⁸⁴ se deve, principalmente, pela condição de pobreza ou viuvez, o que as levava a assumir os negócios de família.⁸⁵ Tais fatos podem até ter levado algumas esposas ao controle do pequeno comércio, entretanto compreendemos que a atividade era rentável e permitiu melhores condições de vida.

Por fim, a explicação essencial para a elevada e crescente participação das mulheres livres se deve, além da tradição portuguesa já citada, ao aumento do número delas, ao longo do século XVIII em Vila Rica. Como é sabido, inicialmente o povoamento das gerais por livres foi uma atividade fundamentalmente masculina, quadro que se altera ao longo da centúria.

2.5 Pequeno comércio em Vila Rica, 1771-1797: quantificação e perfil social

2.5.1 Número de vendas em Vila Rica, 1771-1797

Como já informarmos, a partir de 1771 contamos, novamente, com fontes que nos permitem acompanhar o pequeno comércio ao longo dos anos. Ressaltamos que essas fontes dizem respeito apenas aos agentes mercantis que atuavam na modalidade venda, pois em 1770 o governador das Minas, Conde de Valadares, expede uma portaria regulamento a emissão de licenças de vendas em separado de outros tipos de negócio.

⁸² Apud CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brazil**: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822). Niterói: UFF, 2001. p. 182-183. (tese de doutorado)

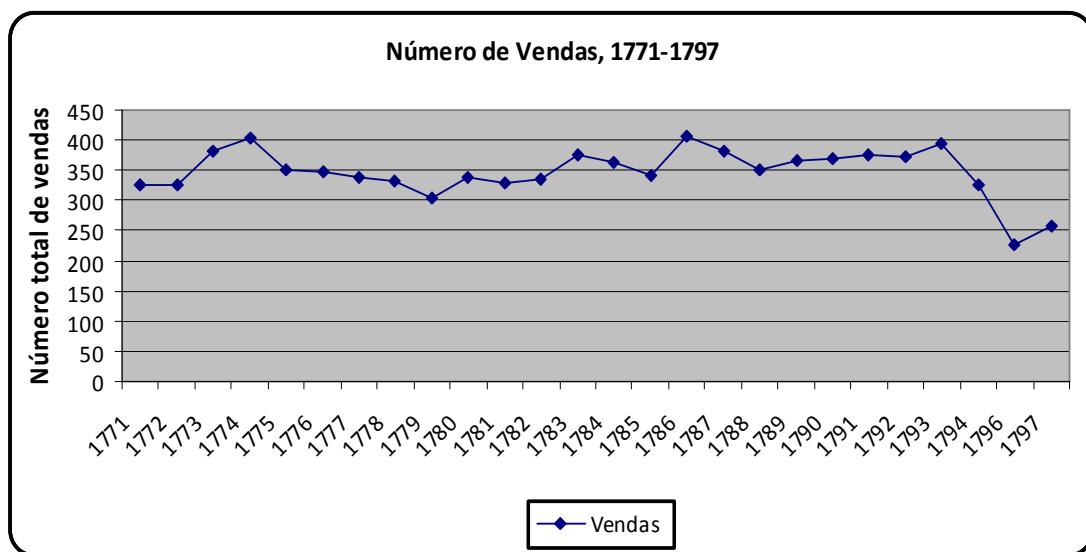
⁸³ NETO, Margarida Sobral. “O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista”. In. FURTADO, Junia Ferreira (org.). **Op. cit.** p. 30-1.

⁸⁴ Para nós, parte das mulheres livres que expediram licença para a venda poderiam ter suas escravas trabalhando em seu lugar e, nesses casos, nossas fontes não nos permitiram captar essa participação. Também acredito ser extremamente plausível supor que parte das mulheres livres eram forras ou se livres, com ascendência escrava que aprenderam com mulheres africanas a atuação no pequeno comércio.

⁸⁵ PUFF, Flavio. **Op. cit.** p. 56.

Outra observação é que nos anos de 1771-72 e 1796-97 captamos os dados dos registros que tratam do controle bimestral sobre os preços e medidas do pequeno comércio. A lógica desse controle era fixar valores nos produtos de primeira necessidade para que a lógica de oferta e procura não prejudicasse o bem comum. Nesse sentido, nem todos os comerciantes com licença eram fiscalizados bimestralmente, porque parte deles não comercializam mercadorias de primeira necessidade, o que explica os números menores de agentes mercantis nessas fontes em relação aos registros de autorização de vendas.

Gráfico 04



Fonte: CMOP 96, Lançamento dos bilhetes dos almotacéis, 1771-73; CMOP 101, Licença para o estabelecimento de vendas, 1773-94; CMOP 121, Registros da Almotaçaria, 1776-77.

Em 1765 havia 222 vendas em Vila Rica, enquanto que em 1773 existiam 383 vendas,⁸⁶ um crescimento de 72,52% em oito anos. Durante todo o período de 1771-96 o número total de vendas fica acima dos 300. Percentuais bem superiores das 222 vendas registradas em 1765, o que demonstra a recuperação e a estabilização do setor de comercial de pequena monta após a queda de fim dos anos 1750 e início dos anos 1760.

De acordo com Carla Almeida, a partir de 1780 o termo de Vila Rica deixa de ter a mineração como principal atividade econômica, papel que passa a ser ocupado pelas atividades

⁸⁶ Como informamos, usamos o ano de 1773 e não o de 1771 para comparar com o primeiro período de análise porque é neste ano que se inicia os registros de licença vendas.

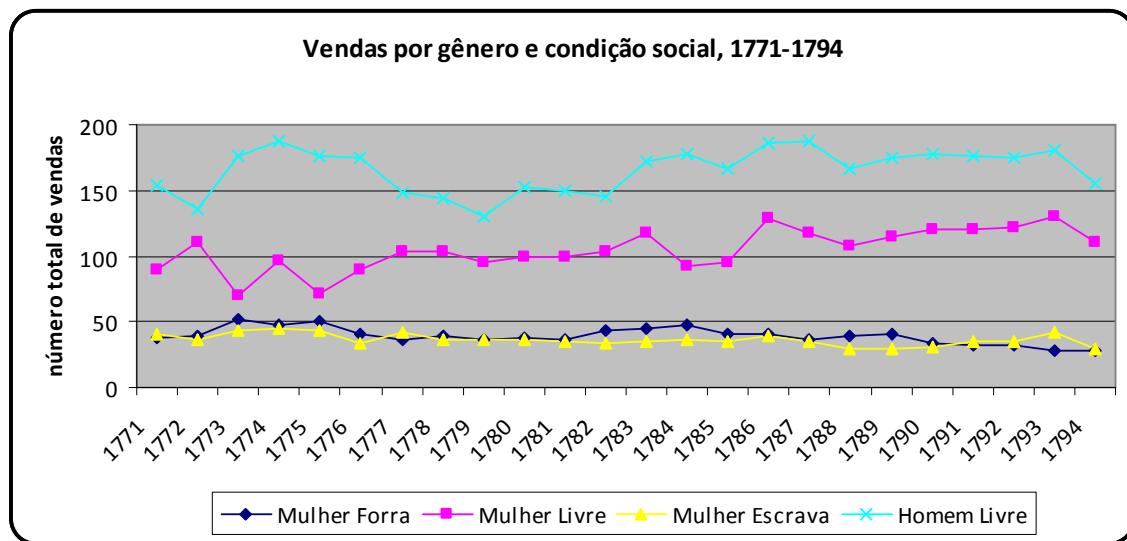
agro-pastoris.⁸⁷ Essa nova fase econômica da vila se reflete no pequeno comércio, pois após 1783 ocorre um crescimento do número de vendas no termo para acima das 350 e assim permanece até o último ano da pesquisa, 1794, com exceção de 1785, em que 348 estabelecimentos funcionavam, dados superiores aos encontrados na década de 1770. É importante ressaltar que 8 das 9 freguesias que compõem o termo de Vila Rica aumentaram seus números de vendas na média geral da vila. A única exceção é a freguesia de Itatiaia, que tinha 31 vendas em 1773 e, apenas, 18 em 1793. Ou seja, não houve concentração ou mudança dos principais centros populacionais da capitania ao longo do século XVIII.

Entendemos que passado o período entre a queda nos rendimentos provindos do ouro e a reorganização econômica da Vila, o pequeno comércio começou a crescer novamente para depois se manter estável por todo último quartel do século XVIII.

2.5.2 Vendas, 1771-1797: perfil social

Passemos a uma análise do perfil social dos pequenos comerciantes.

Gráfico 05



Fonte: CMOP 96, Lançamento dos bilhetes dos almotaçéis, 1771-73; CMOP 101, Licença para o estabelecimento de vendas, 1773-94; CMOP 121, Registros da Almotaçaria, 1776-77.

⁸⁷ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Op. cit.**

Em 1773, 382 sujeitos retiram licença para venda. Desses, 180 eram mulheres (47,1%), sendo 54 forras (14,1%), 83 livres (21,7%) e 43 escravas (11,3%). Outros 202 eram homens (52,9%): 193 livres (50,6%), 4 escravos (1%) e 5 forros (1,3%). Como se percebe, os percentuais de participação de cada grupo social são bem próximos aos de 1.765 em que 222 sujeitos sociais emitiram autorização: 118 homens (53,15%). 113 livres (50,90%) e 5 escravos (2,25%) e, ainda, 104 mulheres (46,45%). 39 forras (17,56%), 38 livres (17,11%) e 27 escravas (12,16%). Por isso, acreditamos que a ordem do Conde de Valadares de se separar as vendas de outras licenças foi cumprida e a partir de 1773 temos apenas vendas registradas em nossos livros.

Constatamos também uma tendência de crescimento no número de mulheres livres e a queda de escravas e forras no pequeno comércio ao longo da segunda metade do século XVIII. Em 1.765, havia mais mulheres forras do que livres na modalidade. Mas em 1773 eram 70 livres e 52 forras, tendência que se mantém nos anos seguintes, fechando a amostragem de nosso estudo com 40 forras e 95 livres, sendo que em alguns anos da amostragem mais de 100 mulheres livres obtiveram aprovação para venda, como em 1777, 1778 e 1782.

A população escrava de Minas Gerais foi bastante heterogênea, contanto com aproximadamente 160 nações entre os anos de 1700 e 1850.⁸⁸ Ao longo da segunda metade do século XVIII o percentual da população escrava provinda da África Ocidental, principalmente os Mina, decai substancialmente. Nos primeiros 50 anos da centúria, os africanos originários da África Ocidental eram maioria entre a força de trabalho compulsória das Minas e estavam concentrados em grande parte na região central da capitania, a Comarca de Vila Rica, local em que aconteceram as primeiras descobertas auríferas, como já demonstramos. Entretanto, como já demonstramos ao longo século XVIII ocorre um aumento gradativo dos mancípios nascidos na África Centro-Ocidental e na América Lusa, fazendo com que em 1804 apenas 5,5% dos escravos de Vila Rica eram da África Ocidental, a maioria era de crioulos, com 36,5%, seguidos pelos mancípios da África Centro-Ocidental, com 36,8%. Na Vila de São Jose Del Rei em

⁸⁸ REIS, Liana Maria. “Colonizadores, africanos e escravidão: representações e identidades nas Minas Gerais do Século do Ouro.” In. COSENTINO, Francisco Carlos e SOUZA, Marco Antônio de (orgs.). **1500-2000: Trajetórias**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva; Curso de História. 1999. p. 69-82.

1795 dos 5.321 escravos, também apenas 5% eram da África Ocidental. A maioria, 54%, era da região Congo-Angolana e 39% eram crioulos.⁸⁹

É sabido que após o declínio da produção aurífera em Vila Rica, a população desse termo teve seu poder aquisitivo diminuído. Sendo assim, a aquisição de escravos no mercado diminuiu e a solução encontrada para a manutenção do trabalho compulsório foi a reprodução natural dos cativos.⁹⁰

Cremos que a queda da população do grupo étnico Mina ao longo do século XVIII é a principal explicação para a diminuição da participação forra e escrava na modalidade. A hegemonia e as fronteiras que se delinearam ao longo do século XVIII entre os grupos sociais, principalmente entre as mulheres, começam a ceder. Como fator indicativo disso, podemos citar o maior número de forras crioulas que começaram a participar do pequeno comércio na segunda metade do século XVIII. Entre 1773-94, 14 forras são identificadas como crioulas, um número pouco abaixo das 20 alforriadas que são identificadas como pretas. Outro dado bastante significativo é o aumento substancial de homens forros que aparecem a partir de 1773. Entre 1753-65, apenas 4 libertos aparecem. Já entre 1771-97, 92 forros retiram licença. Como se vê, há um aumento substancial em relação ao período anterior. Mesmo sabendo que a queda da mineração propiciou tal mudança, cremos que a perca da hegemonia Mina no pequeno comércio é uma variável importante para o crescimento da presença de homens forros como agentes mercantis de pequena monta, pois as fronteiras étnicas que impediam a participação dos homens forros na atividade de pequena monta vão se diluindo ao longo da segunda metade do século XVIII.

⁸⁹ 21,2% dos cativos não tiveram a procedência identificada pelo autor. RESENDE, Rodrigo Castro. **Op. cit.** (anexos, s/p)

⁹⁰ A tese de reprodução natural entre a população escrava em Minas a partir de meados da segunda metade do século XVIII é defendida por muitos historiadores, entre estes Laird Bergad e Douglas Libby nos trabalhos já citados.

Capítulo 03

Trabalho e etnicidade: o caso das pretas Mina comerciantes em Vila Rica na segunda metade do século XVIII

“(...) que o meu trato presente foi sempre o usar de vender ao povo, fazenda comestível e molhados (...)”,
Tereza Ferreira Souto, preta Mina, 1747

Francisca Dias Lemos, preta forra Mina, registrou seu testamento em 1757,¹ na freguesia de Antonio Dias, arraial do Padre Faria, em Vila Rica. Como tantos outros membros do grupo étnico Mina da vila, foi enterrada e teve seu corpo acompanhado até a sepultura pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em seu caso a do Alto da Cruz, da qual foi juíza. A forra Mina nunca se casou e não teve filhos. Sua história de vida demonstra como tinha construído laços sociais na vila, principalmente com seus ex-escravos, pois para a forra Luiza Mina, e suas filhas Ana e Leandra, filhas de Francisca, deixou sua casa, móveis e também 40 oitavas de ouro lavrado. Na escrita do testamento coartou Rita Mina e Sebastiana Mina. Além disso, Francisca foi dona de uma venda desde, ao menos, 1746 até sua morte em 1757 na mesma freguesia de Antonio Dias.²

Já a preta forra Mina Rita Maria dos Santos faleceu na freguesia de Itatiaia em 20 de maio de 1790. Em seus inventário e testamento percebemos um importante acúmulo de patrimônio, tendo como parâmetro uma liberta. Declarou ter 01 venda, 01 casa, 09 escravos (Fabiana Mina, que tinha na época do testamento 60 anos, e suas filhas Luciana, Isabel e Getrudes e mais 4 netos de Fabiana), ouro lavrado, jóias e dívidas ativas. Foi enterrada na capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Itatiaia, da qual foi juíza, e a dita irmandade a acompanhou até a sepultura e na missa de corpo presente.³ Sabemos também que Rita atuou de 1755 a 1790, ano de sua morte,

¹ ACC, FINSP, rolo 109, volume 1923, 1757, fls. 24v-26f.

² APM CC 2027, 1746, Livro de Captação de Vila Rica e APM, CMOP 64 A, Registro de Licenças de Negócios, 1753-8.

³ ACP, 1º Ofício, Inventários, auto 129, código 1619, 1790.

como dona de venda na dita freguesia.⁴ Além disso, ela libertou gratuitamente Fabiana Mina, coartou as filhas dela (Luciana, Isabel e Gertrudres) e libertou gratuitamente todos os 5 netos de Fabiana. Ou seja, concedeu a liberdade para todos os seus escravos!

A também preta forra Mina Ana da Silva Ribeiro, como Francisca moradora da freguesia de Antonio Dias, escreveu seu testamento no ano de 1791.⁵ Também como as duas outras pretas Mina, era comerciante, atuando como dona de uma venda desde 1780 na mesma freguesia de Antonio Dias.⁶ Em seu testamento, enfatizou que comprou sua alforria da antiga senhora, Catarina da Silva, e conseguiu seus bens (2 escravos e 1 morada de casa) com sua própria “indústria e trabalho”. Era solteira e não teve filhos. Ana também foi juíza da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz e demonstrou o mesmo padrão de beneficiar seus ex-cavadores com bens, pois deixou os seus para Joaquim, filho de sua ex-mancipia Joana Mina.

Os exemplos acima não são exceções, muito pelo contrário, enfatizam a relação entre trabalho e etnicidade relativa ao grupo étnico. Por isso, analisamos os alforriados tendo como foco a construção identitária ocorrida entre o grupo étnico Mina a partir do trabalho. Para tal, empreendemos um estudo dos sujeitos sociais que tiveram como atividade econômica o pequeno comércio durante a segunda metade do século XVIII. Até o momento, além dos 3 testamentos citados, identificamos outros 30 de mulheres forras. Do total de 33 testamentos e/ou inventários em que fizemos a relação entre trabalho e etnicidade,⁷ 26 são do grupo étnico Mina, 2 naturais da Guiné, 1 não identificada, 3 crioulas e 1 Angola. Além disso, esse total de comerciantes representa 19,6% das 168 libertas com testamento e/ou inventários no período de Vila Rica. Entre as pretas Mina os números são ainda maiores, pois das 104 que nos legaram tais documentos, 26, ou 25%, foram identificadas como comerciantes. Entendemos que esses números são extremamente consideráveis e demonstram a importância do pequeno comércio na

⁴ APM, CMOP 64 A, Registro de Licenças de Negócios, 1753-8; APM, CMOP 72, 1759-64, Registro de Licenças de Negócios e Rolo 40, Licenças para o estabelecimento de vendas, 1773-94.

⁵ CC, FINSP, Rolo 112, vol. 1933, 1791, fls. 4v-6v.

⁶ APM, CMOP 101, rolo 40, licenças para o estabelecimento de vendas, 1773-1794.

⁷ No anexo III há a relação de todas as mulheres forras comerciantes.

construção de identidade, formas de sociabilidade e de atuação econômica para as libertas do grupo étnico Mina.

Salientamos que só buscamos testamentos e/ou inventários de mulheres que atuaram por mais de 5 anos como donas de vendas nos registros de licença após se alforriarem, pois entendemos que um tempo mínimo na mesma atuação econômica é essencial para que o trabalho seja variável central na construção das identidades.⁸ A partir delas, responderemos as várias perguntas suscitadas até aqui.

Os números acima evidenciam uma enorme hegemonia do grupo étnico Mina no comércio a retalho da Vila entre as alforriadas. Afinal, 26 (78,8%) das 33 comerciantes são desse grupo étnico. Entendemos que em um espaço marcado por intensa disputa por recursos materiais, dominar um determinado *lócus* comercial é, sem dúvida, uma importante estratégia para um grupo social, constituindo-se em uma importante fronteira étnica. Por isso, nossa escolha para adentrar no universo identitário é o mundo do trabalho, mais especificamente o pequeno comércio.

Para nós, a presença negra no comércio de miúdos é resultado de uma série de fatores como as demandas da sociedade local, os espaços de mobilidade na sociedade escravista, o papel do comércio a retalho na sociedade local, as estratégias pessoais das negras para permanecer no comércio, a divisão sexual do trabalho na África e em Portugal. Mas, principalmente, a partir da reelaboração das tradições de determinados grupos étnicos africanos, principalmente os da África Ocidental, chamados nas Gerais, preponderantemente, como Minas.

Na América Portuguesa, durante a primeira metade do século XIX, viajantes, membros da elite e intelectuais, influenciados pela emergência do conceito de nação, começam a produzir uma série de definições sobre quem eram os Mina, Angola, Nagô e outros grupos de escravos e libertos.

Dentre os viajantes que cruzaram o Brasil entre os séculos XVIII e XIX alguns observaram que negras atuavam no comércio à varejo das cidades e vilas vendendo

⁸ As únicas exceções são Tereza Ferreira Souto, Francisca Ferreira da Cruz e Josefa Rodrigues da Costa que aparecem como donas de venda na lista de captação de 1746 e falecem antes de 1753, quando voltamos a ter fontes sobre os registros de licença.

diversos produtos. Assim, nas pinturas de inúmeros artistas como Jean-Baptiste Debret, Thomas Ender e Johann Moritz Rugendas⁹ há imagens de pretas comerciando pelas ruas bolos, doces e outros gêneros comestíveis. Além disso, alguns viajantes, como Charles Expilly e Charles Ribeyrolles¹⁰ salientaram algo que os outros, por descaso ou desconhecimento, não notaram: as mulheres Mina eram as negras que predominavam no pequeno comércio.

Sheila de Castro Faria reproduz uma passagem do livro de Ribeyrolles extremamente valiosa:

Gostais da África? Ide, pela manhã, ao mercado próximo do porto. Lá está ela, sentada, acocorada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos.

(...) negras vendedoras, matronas do lugar, patrícias da manga e da banana, com o seu rosário de chaves. Essas **damas mercadoras** têm seus escravos que lhes arrumam as quitandas, vigiam, vendem ou vão colocar seus grandes cestos nas esquinas das ruas freqüentadas, tentando a curiosidade do passante. Não acrediteis que essa aristocracia do comércio negro, que tem prerrogativas e patentes, se deixe arrastar pelas suaves e santas piedades a ponto de socorrer os pés descalços da África, seus irmãos ou irmãs (...) os próprios portugueses a respeitam em negócios.¹¹

A citação é nítida: são mulheres africanas as damas mercadoras e formam uma aristocracia comercial no mercado do Rio de Janeiro, a ponto de serem respeitadas até mesmo pelos portugueses. Ainda mais, tal elite do comércio não se comoveu pelo sofrimento de seus irmãos e irmãs africanos, ou seja, atuou com identidade que excluiu parte dos nascidos em África. Em outras partes de seu livro, o viajante deixa implícito que

⁹ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 4 vols, 1989; ENDER, Thomas. **Viagens ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender**. Rio de Janeiro: Petrobrás/BBA/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001 e RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

¹⁰ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. História – descrições – viagens – colonização. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, s/d e EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

¹¹ Charles Ribeyrolles apud FARIA, Sheila. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. p. 132-133. (tese para concurso de professora titular)

eram as mulheres Mina tais damas.¹² Sem dúvida alguma, a soberba que Ribeyrolles identifica se deve ao papel alcançado pelas pretas Mina em sua atuação no comércio do Rio de Janeiro.

Pesquisas recentes enfatizam como os africanos do grupo étnico Mina imbuíam o trabalho urbano com elementos de sua cultura.¹³ As pretas e pretos Mina carregavam consigo uma forte tradição urbana e mercantil. Do continente africano trouxeram signos culturais e fortes experiências de relações de trabalho livre. Mas o que teriam os Mina de diferente em relação a outros grupos de escravos? De acordo com Manolo Florentino¹⁴ os princípios deste grupo étnico eram mais ocupados no serviço de rua (ganho), tinham maior eficácia na organização de suas instituições, como irmandades, associações de auxílio mútuo, cantos e família do que outros grupos africanos e, por isso, sua maior capacidade em acumular pecúlio, sendo que as mulheres Mina eram mais privilegiadas do que os homens com tais atributos. Acreditamos que toda essa gama de organização se assentava na bagagem cultural trazida da África por esse grupo étnico e, em consequência, lhes propiciava melhores condições de superar a sua condição de cativos. Entendemos que o maior privilégio das mulheres Mina se deve a sua preponderância na atuação como vendeiras conseguido por elas em várias regiões e em diferentes contextos por toda a América Lusa e Espanhola.¹⁵ Assim, se nota uma associação extremamente eficaz para os Mina entre identidade, liberdade e trabalho urbano.

Cecília Soares Moreira enfatiza que no século XIX as pretas Mina, tanto forras como escravas, atuando no pequeno comércio, alcançaram posição destacada no

¹² Tal argumentação é feita por Sheila de Castro Faria, em suas palavras: “Apesar de não estar explícito, a primeira classe das quitandeiras deveria ser composta pelas pretas minas, por exclusão, posto que indicou as crioulas e as nascidas na África centro-ocidental na segunda e na terceira categoria, respectivamente” FARIA, Sheila. **Op. cit.** p. 134.

¹³ Além dos trabalhos já citados até aqui, podemos acrescentar os seguintes estudos MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “Do que “O Preto Mina” é capaz: Etnia e resistência entre africanos livres”, **Afro-Asia**, Salvador, CEAO/UFBA, número 24, 2000; SOARES, Carlos Eugênio Líbano & GOMES, Flavio. “Com o Pé sobre um Vulcão: Africanos Minas, Identidades e a Repressão Anti-africana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, **Estudos Afro-Asiáticos**, Salvador, Ano 23, número 2, 2001, p. 1-44; REIS, REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”, **Revista USP**, São Paulo, número 18, 1993. p. 8-29.

¹⁴ FLORENTINO, Manolo. “Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”, **Topoi**, Rio de Janeiro, número 7, setembro de 2002, p. 9-40.

¹⁵ Para a atuação de mulheres africanas frente ao pequeno comércio na América Espanhola BUSH, Barbara. **Slave women in Caribbean society - 1650-1838**. Kingston: Heinemann, 1990.

mercado de trabalho de Salvador do século XIX. Além disso, destaca a formação de redes comerciais das mulheres com outros negros e brancos para conseguir os produtos que vendiam e, por isso, monopolizavam o comércio de pequena monta.¹⁶

Não eram, apenas, as mulheres do grupo étnico Mina que detinham conhecimentos sobre formas de trabalho urbanas. João José Reis¹⁷ nos demonstra como em Salvador do século XIX os homens deste grupo étnico imbuíram o trabalho urbano com elementos de sua cultura, afirmando que eles traziam da África referências históricas e experiências em relações de trabalho livre. No caso, os cantos, grupos de trabalho para transportar café, eram monopolizados por africanos conhecidos na Bahia como Nagôs e a própria instituição canto tinha raízes africanas.

Em *Sinhás Pretas*, Faria se impressiona ao constatar que para a região do Rio de Janeiro e de São João Del Rei as mulheres Mina eram inferiores quantitativamente em relação a outros grupos da região Congo-Angolana e, mesmo assim, foram elas que mais compraram as suas alforrias e deixaram testamentos. A autora, ao analisar os testamentos dessas mulheres, notou comportamentos homogêneos, tanto econômicos como sociais. Majoritariamente elas eram comerciantes, compravam escravas do grupo étnico Mina em maior quantidade do que de outro grupo e alforriavam a grande maioria dos filhos das mancípias Mina. Ou seja, essas mulheres atuavam em comunidade baseadas em uma identidade atribuídas a elas, mas que se reverteu a seu favor, a identidade Mina.¹⁸ Nas palavras da autora:

O grupo mina detinha, certamente, especificidades que o distingua dos demais, fosse na forma da sua própria alforria, nos arranjos matrimoniais, na

¹⁶ SOARES, Cecília Moreira. "As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX", *Afro-Asia*, Salvador, vol. 17, 57-77, 1966.

¹⁷ REIS, João José. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da escravidão", *Afro-Asia*, Salvador, vol. 24, 2000, p. 199-242.

¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** Ver especialmente a sessão Mulheres forras e pecúlio p. 156-167 e o capítulo VI "Sinhás pretas": as damas mercadoras p. 176-236. A maior participação de mulheres Mina nas alforrias do que sua porcentagem na população total para o Rio de Janeiro já havia sido apontada por KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (1808-1850). São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p. 336.

procriação, na composição das escravarias, na participação em irmandades e na concessão de alforria em vida ou nas disposições testamentárias.¹⁹

Outro trabalho que apontou a alta participação de africanas Mina em atividades comerciais de pequena monta foi o de Carlos Soares em seu estudo sobre o comércio no Rio de Janeiro. Em suas palavras “*Muitos bantos também encontraram ocupação no comércio de rua, mas nenhum outro grupo teve um exclusivismo ocupacional como as mulheres minas: quase 100% das mulheres desta nação no Rio eram quitandeiras*”.²⁰

Esses trabalhos têm demonstrado as ligações entre as relações étnicas, sociabilidades e trabalho existente entre escravos e libertos, crioulos e africanos. Os espaços urbanos de Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Vila Rica, São João Del Rei entre outras vilas e cidades coloniais e imperiais foram constantemente redefinidos e distribuídos pelos africanos de acordo com seu grupo étnico. Para tais autores, essa relação vem desde pelo menos a segunda metade do século XVIII. Entre todos os grupos de africanos que a diáspora negra trouxe para a América foram os Mina que mais construíram suas marcas étnicas nas relações de trabalho das cidades escravistas.

3.1 Entre secos e molhados: a participação das mulheres Mina no pequeno comércio e a construção de identidades

Iniciamos o capítulo tendo como epígrafe a fala presente no testamento da primeira mulher forra para qual fizemos a relação entre testamento e presença nos registros de licença de vendas: Tereza Ferreira Souto,²¹ que faleceu em 1747. Sua fala é basilar sobre a importância que o comércio teve para a vida de uma parcela importante de forras do grupo étnico Mina. Como já demonstramos, viver da venda de gêneros alimentícios foi uma alternativa viável em Vila Rica setecentista, principalmente para mulheres escravas ou egressas da escravidão. Devido ao seu trabalho Tereza, como tantas outras mulheres Mina, conseguiu acumular importante patrimônio, teve uma mobilidade

¹⁹ Idem. p. 230.

²⁰ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Comércio, Nação e Gênero: As negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro. 1835-1900”. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira *et all.* **Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. p. 410.

²¹ ACP, 1º Ofício, código 73190, auto 350, 1747.

material e simbólica, criou sete filhos e legou pecúlio à prole e teceu relações com outros grupos étnicos da Vila, sendo uma notável comerciante.

Alguns trabalhos mais recentes demonstram que as mulheres do grupo étnico Mina hegemonizaram a participação no comércio de miúdos também na Comarca de Vila Rica. Em Mariana, Puff encontrou 455 mulheres que participaram do pequeno comércio, destas 142 eram forras. Após uma cruzamento com testamentos e inventários identificou 5 comerciantes, dentre os quais 4 eram do grupo étnico Mina.²²

Débora Camilo²³ ao estudar as comerciantes que atuaram no pequeno comércio de Vila Rica e Mariana identificou 53 testamentos e/ou inventários de forras que atuaram como agentes mercantis entre 1730-1800. Desses, a autora não descobriu a procedência em 11. Das 42 comerciantes que tiveram sua procedência identificada, 28 (66,7%) eram do grupo étnico Mina, 8 (19%) eram de crioulas, 3 (7,2%) eram de gentio da Guiné, 2 (4,7%) Cabo Verde e 1 (2,4%) Angola. Como se percebe, um enorme predomínio do grupo étnico Mina.

Fazemos apenas uma ressalva quanto à metodologia adotada por Camilo para identificar quais mulheres eram ou não comerciante na comarca de Vila Rica. Isso porque, Camilo usou dois critérios para selecionar as comerciantes: a presença de instrumentos de venda ou fabricação de bolos e quitutes como tachos, balanças, tabuleiros, aparelhos de fazer doce, garrafas, pás de forno e indícios de atuação comercial como relatos de dívidas ou créditos provenientes do comércio ou a explicitação de ser comerciantes, como a feita por Tereza Ferreira Souto. Entretanto, a grande maioria dos testamentos não revela os bens materiais de pouco valor dos testamentários, informam muito pouco sobre suas dívidas ativas e passivas e não expressam sua profissão, sejam eles de forros ou não. Além disso, a presença de tachos, tabuleiros, garrafas eram frequentes em vários inventários e não cremos que tal patrimônio seja garantidor da presença de uma forra no comércio. Tal constatação dificulta o procedimento metodológico adotado pela autora. Por isso,

²² PUFF, Flavio Rocha. **O pequeno comércio nas Minas setecentista:** estabilidade, diversidade e hierarquia (Camargos e Mariana 1716-1755). Juiz de Fora: UFJF, 2007. p. 116.

²³ CAMILO, Débora. **As donas da rua:** comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800). Mariana: ICHS/UFOP, 2009. (dissertação de mestrado)

compreendemos que a escolha metodológica da autora ajuda a explicar a diferença de nomes entre nossas pesquisas.

Das 53 mulheres forras classificadas como comerciantes por Camilo, 23 atuaram em Vila Rica. Entretanto, dessas apenas 10 aparecem em nossa lista de comerciantes forras que retiraram licença junto à câmara para atuarem como donas de vendas. Das outras 13, 5 faleceram antes do início de nossas fontes. Assim, 8 libertas classificadas como comerciantes por Camilo não retiraram licença junto à câmara. Como dissemos, a diferença pode ter ocorrido pelas escolhas metodológicas da autora ou também pelo fato de as citadas comerciantes atuarem de forma ilegal, o que era comum, por consequência nunca se registraram na câmara.

Por outro lado, das 33 mulheres classificadas como comerciantes por mim, apenas 11 o são por Camilo. Os motivos, de acordo com nossa percepção, foram explicados acima.

Como dissemos, o fato destas mulheres deixarem testamento ou inventários significa que conseguiram acumular pecúlio suficiente que justificasse a feitura de tais documentos para designar quem seriam seus herdeiros. E mais, o grupo étnico Mina, e em especial as mulheres, tinham maior capacidade de acumular bens a ponto de Marcos Aguiar assim se referir:

Os crioulos acumularam bens em proporção bem inferior a que eram alforriados. Entre os africanos, os sudaneses provaram a sua maior aptidão aos condicionantes econômicos da vida colonial e alcançaram taxa mais acentuadas de alforrias proporcionalmente à sua expressão no contingente populacional, na capacidade de acumulação patrimonial, a superação foi ainda mais evidente.²⁴

Além disso, deve-se evidenciar que o maior número de testamentos encontrados do que inventários têm ligação com o pouco número de mulheres Mina que se casaram ou tiveram filhos. Das 180 mulheres forras pesquisadas por Aguiar, apenas 47 eram casadas, 1 era divorciada e 29 eram viúvas. A grande maioria, 103, era solteira. Como nos informa Faria, só haveria necessidade de se fazer inventário para os indivíduos que

²⁴ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Negras Minas Gerais**: uma história da diáspora africana no Brasil colonial. São Paulo: USP, 1999. p. 38. (tese de doutorado)

tivessem herdeiros necessários como pais, irmãos ou filhos.²⁵ Além disso, o universo documental de testamentos de forras para Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, é bem maior em número do que o de inventários. Aguiar, como já dissemos, identificou 180 testamentos de mulheres forras. Já Mol, em contrapartida, localizou apenas 49 inventários para o mesmo de período do grupo social em questão.

Ainda sobre o acúmulo de bens, ressaltamos que em muitos testamentos das mulheres Mina aqui estudados, as mesmas fizeram questão de ressaltar que conseguiram seu patrimônio através de sua “indústria e trabalho”. A preta Mina Antonia Menezes²⁶ ainda fez questão de ressaltar em seu testamento que além de comprar sua alforria, comprou também a de seu esposo, José, também preto forro.

Outra característica que chama a atenção sobre estas mulheres é sua estabilidade frente ao pequeno comércio. Como já informamos, quase todas as 33 comerciantes ficaram a frente da atividade comercial por mais de 05 anos, algumas por 10 ou mais. Leandra de Souza Coelha por 23; Quitéria da Silva Marques por 20; Rita Vaz de Carvalho e Quitéria de Siqueira dos Santos por 15; Rita Maria dos Santos e Ana da Silva Ribeiro por 14; Josefa Marques de Carvalho, Tereza Ferreira de Freitas e Rosa Gomes por 10. Como se percebe, atuaram tempo suficiente para acumular pecúlio e tecer solidariedades tendo como um das referências a sua atuação laboral.²⁷ Além disso, elas permanecerem como comerciantes até o fim de sua vida, pois encontramos todas as vendedoras expedindo licença de venda até os anos próximos de suas mortes.

3.1.1 Acúmulo patrimonial e investimentos

Apesar dos testamentos não nos darem a noção exata dos bens de uma pessoa, pois não consta o valor dos mesmos, nos fornecem importantes dados sobre o sucesso de estratégias para acúmulo de bens de um sujeito. Isso porque, normalmente, há uma descrição sumária das posses no documento.

²⁵ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 181.

²⁶ ACP, LRT, código 2002, volume 07, 1781, fls. 19v-27f.

²⁷ Além disso, é necessário realçar que outras 8 forras comerciantes faleceram antes de 1762, consequentemente, não tinham como alcançar 10 anos como dona de venda em nossos registros.

A grande maioria das 33 comerciantes forras que estudamos tinham importantes bens a legar. Quitéria de Siqueira Santos, por exemplo, teve grande sucesso no acúmulo patrimonial. Como já dissemos, declarou ter 01 venda, 01 casa, 08 escravos, 98 oitavas de ouro lavrado, jóias, enxoval com roupas de cama sofisticadas e louças da Índia.²⁸ O importante acúmulo patrimonial de forras nos coloca uma importante questão: sua atividade econômica, o pequeno comércio, lhe propiciou ter estabilidade e sucesso material e simbólico.

Sheila de Castro Faria em suas últimas pesquisas enfatiza que muitos libertos, principalmente as mulheres, tiveram importante sucesso no acúmulo de bens ao longo de sua vida.²⁹ Para a autora, a historiografia já havia detectado a presença destacado dessas mulheres desde a década de 1970, principalmente como chefes de domicílio, e mesmo com esses fogos contando com a expressiva presença de escravos e agregados (livres e ex-escravos), elas foram consideradas sós e pobres.³⁰ Faria constata que essa interpretação historiográfica se deixou contaminar pela visão da classe dominante que constantemente tentava desqualificar o crescente grupo social formados pelos libertos e seus descendentes, os classificando como pobres. Além disso, eram qualificadas como sós apenas por serem solteiras. A autora contra-argumenta, com o que concordamos, que em uma sociedade na qual o principal traço de distinção social era a posse de escravos, uma pessoa que tinha cativos não pode ser classificada como pobre. Portanto, é necessário buscarmos interpretações para o sucesso patrimonial dos libertos. Para Faria, nas áreas urbanas as mulheres alcançaram sucesso no acúmulo patrimonial muito maior do que nas áreas rurais, porque nelas conseguiam conciliar atividades domésticas com o trabalho, sendo o principal o pequeno comércio.

²⁸ ACP, LRT, código 2002, volume 07, 1781, fls. 19v-23f.

²⁹ Além do já citado trabalho da autora, destacamos FARIA, Sheila de Castro. "A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista." In. CHAVES, Claudia e SILVEIRA, Marco Antonio (orgs). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 11-24.

³⁰ A Autora se refere principalmente aos seguintes trabalhos DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995; MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo. Povoamento e População 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/Editora da USP, 1973; KUZNESOF, Elizabeth Anne. **Household Economy and Urban Development**: São Paulo. 1765 to 1836. Westview Press: Deplain Latin American Studies, 1986.

Alguns trabalhos já versaram sobre o acúmulo patrimonial de forros. Inicialmente Damos destaque a um autor que há muito tempo estuda a temática, Eduardo França Paiva, que em *Escravidão e universo cultural na colônia- Minas Gerais, 1716-1789* evidencia como os libertos, sobretudo as mulheres, muitas vezes conseguiram ascensão econômica, principalmente através do comércio. Em suas palavras:

(...) quanto ao enriquecimento de libertos e de seus descendentes, isto não foi possível interditar. O fenômeno era muito mais freqüente, claro, nas regiões mais urbanizadas. A possibilidade de ascensão econômica foi concretizada por vários desses antigos escravos e por seus filhos e netos nascidos livres (...) os membros mais economicamente privilegiados desse agrupamento compuseram uma camada média ou intermediária urbana, situada entre a riqueza dos grandes proprietários, comerciantes mineradores e administradores e a miséria dos cativos e da maior parcela da população liberta. Entre os que lograram enriquecer, as mulheres constituíram a maioria, assim como formavam, também, a parcela mais numerosa dos alforriados.³¹

Ressaltamos que o quadro descrito por Paiva se repetiu em várias outras localidades da América Portuguesa. Faria após enfatizar vários trabalhos que destacam o sucesso das libertas na conquista de bens assim se expressa: “A *mulher forra, especialmente de origem africana, portanto, em vários locais e períodos, era um grupo relativamente favorecido em termos de fortuna. A historiografia, entretanto, desconfiou de sua representatividade.*”³² Assim, o quadro descrito por nós até aqui do maior número de testamento e alforrias pagas pelas mulheres em Vila Rica, principalmente as do grupo étnico Mina, teve em sua atuação frente ao pequeno comércio a principal base.

Outras comerciantes também obtiveram importante acúmulo patrimonial. Josefa Marques de Carvalho³³ amealhou durante a vida 11 escravos, 3 moradas de casas, jóias com ouro e diamante e algumas dívidas ativas. Já Ana Menezes,³⁴ em seus testamento, declarou ser proprietária de 5 cativos, 1 venda, 1 casa e dívidas ativas. Rita Maria dos

³¹ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 67.

³² FARIA, Sheila de Castro. *Op. cit.* p. 170.

³³ ACP, LRT, código 2003, volume 11, 1789, fls. 89f-91f.

³⁴ ACP, LRT, código 2002, volume 07, 1781, fls. 23v-27f.

Santos³⁵ acumulou 11 mancípios, 1 morada de casas, dívidas ativas, jóias e ouro lavrado. Luiza Felizarda da Glória³⁶ 3 escravos e 2 moradas de casas (1 alugada para a liberta Maria Mina). Sebastiana Pinta Ferreira 6 cativos e 1 morada de casas.³⁷

Como podemos perceber, os investimentos de Quitéria de Siqueria Santos, Josefa Marques de Carvalho, Ana de Menezes, Rita Maria dos Santos e Luiza Felizarda Glória foram, principalmente, em escravos e imóveis urbanos. Um padrão das outras forras comerciantes em Vila Rica e, também, de outras localidades. Faria estudou 62 testamentos de forras em São João Del Rei e outros 75 do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX e em ambas vilas os maiores investimentos das libertas eram em cativos e moradias urbanas.³⁸ Débora Camilo³⁹ foi além e identificou o percentual de riqueza das forras comerciantes que estudou e os escravos representaram 48,2%, seguidos pelos imóveis que somaram 24,1%, ou seja, ambos investimentos representavam 72,3% da riqueza média das comerciantes estudadas pela autora.

Tal padrão de riqueza não difere de outros grupos sociais das Minas. De acordo com Ida Lewkowicz:

(...) os padrões de riqueza para os forros não destoaram daqueles vigentes para a sociedade da área mineradora. Facilmente, distingue-se, nos inventários, aquilo que era o bem mais precioso, no século XVIII: o escravo. (...) a propriedade de casa para moradia.⁴⁰

Em relação aos imóveis, em sua maioria urbanos, das 31 comerciantes proprietárias de bens e escravos, 28 (90,3%) tinham imóveis: 26 (92,9%) eram donas de 1 casa, 1 (3,7%) proprietária de 2 residências e 1 (3,7%) de 3 moradias. É interessante destacar que apenas 1 mulher diz ter lavras e 2 roças. Ou seja, para apenas 3 (9,7%) das comerciantes conseguimos constatar a coexistência de outra atividade econômica. A imensa maioria (90,3%) eram, exclusivamente, comerciantes.

³⁵ ACP, 1º Ofício, Inventários, código 129, auto 1619, 1790.

³⁶ ACP, LRT, código 2003, volume 11, 1789, 99f-104f.

³⁷ ACP, 2º Ofício, Inventários, código 50, auto 550, 1750.

³⁸ Idem, p. 200.

³⁹ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 103.

⁴⁰ LEWKOWICZ, Ida. “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, número 17, vol. 9, set. 88/fev. 89, p. 102.

Débora Camilo também encontrou alto número de donas de imóveis, 78%.⁴¹ Como já destacamos, em nossa pesquisa 90,3% das comerciantes eram donas de moradias urbanas. Entendemos que a venda se mistura com a própria casa em um compartilhamento do espaço e dos objetos domésticos e os utilizados na atividade comercial. Nas palavras de Claudia Mól

No ato da liberdade em si, todo o significado simbólico do estar livre, pode ter-se realizado dentro da casa- casa que traz em si mesma a autonomia e a liberdade de um espaço que, muitas vezes, divide-se com a rua, permitindo uma integração entre ambos. A rua, mundo do trabalho; a casa, proteção, descanso, autonomia. A casa significando, também, trabalho: na feitura de doces, no cuidado com os filhos, na realização das tarefas diárias.⁴²

Em relação aos escravos, é necessário destacar duas questões: a alta presença de libertos como proprietários e os significados desses bens para esse grupo social em especial.

Faria constata que no Rio de Janeiro, entre 1707 e 1812, 79% dos homens forros com testamento tinham escravos, entre mulheres forras o percentual foi de 81%. Por mais incrível que pareça, elas tinham porcentuais maiores do que os homens e mulheres livres, que foram 69% e 62%, respectivamente. Em São João Del Rei, das testadoras forras, 65% declararam a propriedade de escravos. Entre os forros, somente 29% tinham cativos.⁴³

Para Minas Gerais, especificamente as Comarcas do Rio das Mortes e Rio das Velhas, Eduardo França Paiva identificou 95 inventários e testamentos de mulheres forras, e 90% declararam a presença de mancípios.⁴⁴

Já em nosso trabalho, das 31 comerciantes forras para os quais constatamos a presença de bens, todas eram proprietárias de cativos. No total, as comerciantes detinham a posse de 115 escravos, uma média de 3,7 mancípios por vendedora. Comparados aos bens conquistados pelos homens e mulheres forros de forma geral mais uma vez as mulheres Mina tem participação destacada. Dos 290 testamentos de forros,

⁴¹ Idem, p. 113.

⁴² MÓL, Cláudia Cristina. **Mulheres forras:** cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002. p. 49. (dissertação de mestrado)

⁴³ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 175.

⁴⁴ PAIVA, Eduardo França. **Op. cit.** p. 100.

incluindo homens e mulheres, estudados por Aguiar, 138 tinham cativos.⁴⁵ A média era de 3,4 escravos.

Débora Camilo também identificou uma posse média de escravos expressiva entre as comerciantes forras. Seu exame da documentação revelou que as 32 comerciantes pesquisadas possuíram juntamente 118 escravos, o que significa uma média de 3,6 cativos por comerciante.⁴⁶

Na nossa pesquisa, a posse de escravos entre as forras comerciantes se distribuía da seguinte forma: 1 comerciante com 11 cativos (3,4%), 1 com 9 (3,2%), 3 (10%) com 6 a 8, 9 (30%) com 4 a 5, 13 (40%) com 3 a 4 e 4 (13,4%) com apenas 1. Como se percebe, não havia forte concentração de mancípios nas mãos de poucas vendedoras.

Quais os motivos da aquisição de escravos? Sem nenhuma dúvida, vários. Entre eles destacamos a atividade econômica desempenhada pelos forros, quase sempre manuais, para as quais necessitavam de auxílio. Assim, as comerciantes forras vilariquenhas necessitavam de suas escravas para permanecer na atividade mercantil. Acrescemos a isso o fato de que muitas forras não tinham filhos, logo, não podiam contar com o trabalho familiar: restava-lhes o escravo.

Para avançarmos nos significados da posse de cativos entre as comerciantes é necessário percebermos a distribuição entre os sexos na escravaria. Entre os 115 mancípios das comerciantes de nossa pesquisa, 42 (36,5%) eram homens e 73 (63,5%) mulheres. O percentual feminino é superior ao encontrado por Débora Camilo que identificou 67 mulheres (56,8%) e 51 homens (43,2%).⁴⁷ Além isso, discordamos da autora para a qual o equilíbrio entre homens e mulheres na escravaria das comerciantes significa a participação dos escravos na atividade comercial e, também, que as vendeiras desempenhavam outras atividades como aluguel de escravos, mineração e cultivo de pequenas lavouras. Para nós, essas atividades estavam presentes na vida das comerciantes, mas em grau bem reduzido. A autora poderia chegar a outras conclusões se problematizasse o fato de que parte considerável dos cativos pertencentes às forras eram

⁴⁵ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Op. cit.** p. 42.

⁴⁶ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 107.

⁴⁷ Idem, p. 108.

filhos das suas mancípias e não adquiridos no mercado, como também se buscasse perceber concentrações de escravos do sexo masculino entre as comerciantes que tivessem outras atividades econômicas.

Em um dos primeiros estudos sobre a vida os alforriados, Maria Inês Côrtes de Oliveira, constatou o alto número de crianças nascidas no seio da escravaria dos libertos e que as mulheres compravam, em sua maioria, cativos do sexo feminino e não homens.⁴⁸

Além disso, de acordo com Paiva a predominância de um plantel de escravaria feminino foi uma especificidade das mulheres forras. Em suas palavras

Eram bastante raras as posses com mais mulheres que homens e quando existiram pertenceram, geralmente, a testadoras e inventariadas, principalmente as forras, que trabalhavam junto com suas escravas em atividades bem específicas.⁴⁹

Flavio Puff também constatou planteis de escravos essencialmente feminino entre as forras comerciantes que estudou para a primeira metade do século XVIII em Mariana.⁵⁰

Em nosso estudo, detectamos que dos 115 mancípios, 33, ou 28,7%, eram crianças. A maior consequência desse padrão de escravaria é o aumento do percentual de mulheres entre os cativos adultos, que em nosso caso sobe para 68,7%. Mais um dado interessante em nossa pesquisa é a concentração dos escravos do sexo masculino adultos nas mãos de poucas vendedoras. Entre a escravaria adulta das 31 proprietárias de cativos, 4 tinham, apenas, homens adultos, somando 12 (44,4%) dos 27 homens comprados no mercado por todas as comerciantes. Dessas, para 2 encontramos indício de atuação econômica que não o pequeno comércio: Felipa Coelha era, também, agricultura e Rosa Gomes mineradora.

Além disso, em vários domicílios das senhoras mercadoras havia, apenas, a presença de escravas e/ou suas crias. Joana Fernandes da Conceição⁵¹ tinha três cativos: Josefa Mina e suas duas filhas, Felipa e Antonia. Já Sebastiana Pinta Ferreira⁵² tinha 6 mancípios: Ana Mina e seu filho Francisco, Maria Angola e Antonia Crioula e suas filhas

⁴⁸ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988.

⁴⁹ PAIVA, Eduardo França. *Op. cit.* p. 146-147.

⁵⁰ PUFF, Flavio. *Op. cit.* P. 88-89.

⁵¹ ACP, FINSP, rolo 110, volume 1925, 1762, fls. 1f-4v.

⁵² ACP, FINSP, rolo 109, volume 1923, 1756, fls. 216f-219v

Maria e Bernadete. É nítida a maioria feminina na escravaria adulta das vendedoras. Um padrão que se repetiu com várias outras comerciantes, pois da escravaria de 31 senhoras de mancípios em 15 (48,5%) os cativos adultos eram exclusivamente mulheres. Faria também constata os domicílios femininos em sua pesquisa e como explicação diz:

Francisca não investiu numa escravaria feminina somente porque, no mercado, as mulheres eram mais baratas que os homens. Sua opção foi calculada e estava de acordo com as atividades realizadas, no Brasil, por negras em zona urbana. A esmagadora maioria das testadoras forras que analisei tinha escravaria composta majoritariamente por mulheres. Quando havia homens, quase sempre eram crioulos, filhos de suas escravas.⁵³

Seguindo sua linha de raciocínio, a autora revela os dados totais da posse de escravos: 69% eram adultos e 31% crianças. Entre os adultos, o impressionante percentual de 84% eram mulheres. Já entre as crianças, 74% eram filhas de suas próprias escravas, a grande maioria filha de cativas crioulas e da África centro-ocidental, pois, de acordo com a autora, as escravas Mina eram as mais resistentes à maternidade. A escravaria adulta destas mulheres era essencialmente africana, com 73%. Entre os homens, não havia nenhum de nação Mina, mesmo existindo cativos Congo e Angola.⁵⁴

Já Camilo não nos revela os dados em relação à origem dos escravos divididos por sexo e por idade, nos informando que dos 113 cativos para os quais identificou a procedência, 63 eram africanos (destes 17 eram Angolas e 33 Minas) e 50 nascidos na América Portuguesa.⁵⁵ Em nosso trabalho, dos 82 mancípios adultos 35 (43,8%) eram crioulos, 31 (36,3%) Minas, 12 (15%) Angolas, 2 (2,5%) Benguelas, 1 (1,2%) Nagô, 1 (1,2%) Guedá. A primeira constatação é de que na Comarca de Vila Rica, as forras comerciantes detinham mais cativos crioulos do que do próprio grupo étnico Mina, diferentemente do que no Rio de Janeiro e em São João Del Rei. Para nós, as razões já foram explícitas no trabalho quando apontamos o crescimento dos escravos de procedência banto e dos nascidos na América Portuguesa que ocorreu em Vila Rica na segunda metade do século

⁵³ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 109.

⁵⁴ Idem, p. 110-112.

⁵⁵ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 109.

XVIII. Compreendemos, então, que quanto mais avançava o século XVIII, mais difícil era a compra de cativos Mina por qualquer grupo social da região. Realçamos, apenas, que como estudamos a identidade a partir do prisma relacional e não primordialista, a compra majoritária de mancípios crioulos não impede a atuação dos Mina enquanto grupo étnico.

Entre os três maiores grupos sociais presentes na escravaria das vendedoras (Mina, Angola e crioulo), apenas entre os africanos da Costa Centro-Ocidental a maioria dos escravos adultos eram do sexo masculino, 8 (ou 75%), contra 4 (25%) do sexo feminino. Entre os crioulos, 22 (62,9%) eram mulheres e 13 (37,1%) homens. Já entre os Mina, a diferença é ainda maior: 27 (87,1%) mulheres e 4 (12,9%) homens. Entendemos que a escolha, majoritariamente, por mulheres entre as comerciantes se explica pelo seu fazer econômico: o pequeno comércio. Por isso, quando compravam mulheres, preferiam as crioulas, que poderiam ensinar, e as Mina para trabalharem, juntas, no comércio à retalho, atividades que os homens, devido às fronteiras culturais, não desempenhavam.⁵⁶ Cremos que as escolhas na composição da escravaria das comerciantes foram influenciadas pelo universo cultural do grupo étnico Mina, mesmo com todos os limites impostos pela realidade escravista das Minas. Além disso, com suas mancípias, os negócios das forras tornavam-se mais dinâmico.

Além disso, o ideal aristocratizante e de viver sem trabalhar não parece ter sido aspiração entre as forras, pois ao que tudo indica mesmo quando alforriadas e tendo bens, continuavam a exercer as atividades que executavam enquanto escravas e trabalhavam lado a lado com suas escravas no pequeno comércio.⁵⁷ Por fim, em uma sociedade tão afeita às hierarquias sociais, ter mancípio propiciava para uma ex-escrava distanciar-se do cativeiro. O que não significa aderir aos valores da elite senhorial do não-trabalho e de ascensão social, até mesmo devido aos limites que a sociedade escravista impunha aos libertos. Por isso, para nós, muito mais do que uma incorporação

⁵⁶ Especificamente sobre a compra, apenas, de mulheres entre as comerciantes, Faria se expressa: “*Não vou me aprofundar, mas pode haver uma explicação: elas próprias não compravam homens escravos de sua mesma nação porque eles se recusariam ao trabalho feminino*”. FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 201.

⁵⁷ O trabalho e a moradia lado a lado com seus escravos se reforça, pois em nenhum testamento de comerciante havia a existência de senzala e a grande maioria das comerciantes eram proprietárias de, apenas, uma casa.

conservadora dos ideais dominantes, a posse de escravos e de moradia pelas forras foram seus maiores símbolos da autonomia e tinham vários significados diferentes do ideal do não-trabalho presente entre os brancos.

3.1.2 Matrimônio e descendência

Ao ler mais de uma centena de inventários e/ou testamentos nos deparamos, constantemente, com a fala Francisca Dias Lemos que diz *“Declaro que sou solteira e nunca fui casada e não tenho filhos ou herdeiros”*.⁵⁸ Ou, então, com o que nos revela Josefa Maria de Souza *“Declaro que sou casada na Igreja conforme manda o sagrado Concílio Tridentino e Constituição do Bispado com Manoel Correia do Espírito Santo de cujo legitimo matrimônio não tenho filhos e nem mesmo no estado de solteira tive filhos”*.⁵⁹

Ida Lewckowicz foi uma das precursoras no estudo das relações familiares da população forra das Minas.⁶⁰ Para ela, os libertos tinham grandes especificidades em relação a outros grupos sociais, pois tinham baixa fertilidade e aconteciam mais tarde, após a conquista da alforria. Além disso, muitas forras solteiras tiveram filhos, o que reforça que o casamento nem sempre visava à procriação. A constatação feita pela autora é confirmada pelos dois testamentos citados por nós acima.

Já Aguiar⁶¹ acrescenta que além de o alto número de mulheres casadas sem filhos refletir que o matrimônio não tinha como objetivo procriação, ele representava uma atitude em que se objetiva a estabilidade, proteção e acúmulo de patrimônio. Também entendemos que para boa parte das forras que se casavam, o matrimônio significava uma busca da estabilidade e melhoria nas condições de vida para um fim de vida mais seguro.

Débora Camilo encontra um equilíbrio entre as pretas comerciantes casadas e viúvas, 20, com as solteiras, 22.⁶² Dados bem próximos aos encontrados por nós. Das 33 mulheres que atuaram no pequeno comércio, conseguimos identificar dados referentes

⁵⁸ ACC, FINSP, rolo 109, volume 1923, 1757, fls. 24v-26f.

⁵⁹ ACC, FINSP, rolo 109, volume 1923, 1756, fls. 31f-34f.

⁶⁰ LEWKOWICZ, Ida. **Op. cit.**

⁶¹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Op. cit.** p. 38-48.

⁶² CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 50.

ao matrimônio e descendência para 30.⁶³ 16 mulheres eram solteiras (53,3%). 8 casadas (26,7%). E 6 viúvas (20%). Como se percebe, um pouco mais da metade das mulheres forras comerciantes nunca passaram pela experiência do casamento, fato que aumentava o número de libertas sem filhos. Das 6 viúvas, apenas 1 não teve filhos. Entre as 8 casadas, 4 não tiveram filhos. Já entre as 16 solteiras, 10 não tiveram filhos.

A partir dessa afirmativa, podemos retirar duas importantes conclusões. Primeiro, como o casamento visava, em grande grau, uma busca por melhores condições de vida é comum vermos casos de mulheres forras que se casam com maridos que não cumprem sua parte no acordo, gerando brigas e demonstrando como as mulheres tinham maiores chances de acumular pecúlio. Das 8 mulheres casadas comerciantes, 2 citam textualmente que os esposos não trouxeram bens para o casamento, logo, não cumpriram sua parte no acordo. Joana de Souza, comerciante angola, redige seu testamento em 1762. Nas suas intenções informa que comprou o marido Domingos de seu ex-senhor João Pinheiro. Mas o mesmo em nada colaborou para o acúmulo de bens do casal. Pelo contrário, a abandonou e vivia até a data do testamento separado dela. Devido a isso, Joana não lhe passaria carta de liberdade e o marido entraria na partilha de sua herança.⁶⁴ Antonia de Menezes, preta Mina, também diz que comprou a liberdade de seu esposo, Jose, também preto Mina. A liberta cita que a má conduta de seu esposo trouxe várias dívidas para o casal e que, por isso, já não vivia mais com o esposo.⁶⁵

Aguiar e Faria em suas pesquisas constataram atitude semelhante. Para o primeiro “*algumas mulheres com histórias conjugais infelizes faziam questão de definir com precisão a sua participação no patrimônio familiar*”.⁶⁶ Já a segunda assim se expressa: “*Nos testamentos, foi comum a menção à insatisfação das mulheres com maridos em relação aos bens. Em nenhum testamento de homem houve crítica explícita à mulher*”.⁶⁷

⁶³ O testamento de Josefa de Lemos ACC, Igreja do Pilar, rolo 112, volume 1932, 1790, fls. 114v-116v se encontra muito danificado, sendo poucos os trechos do testamento que conseguimos ler.

⁶⁴ ACP, Testamentos, 1º Ofício, código 460, auto 9766, 1762.

⁶⁵ ACP, LRT, código 2002, volume 7, 1781, fls. 23v-27f.

⁶⁶ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Op. cit.** p. 42.

⁶⁷ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 198.

Por outro lado, a postura nada submissa dessas forras e o fato de a maioria das comerciantes Mina não se casarem sugere que as mesmas não tinham motivos para casar, pois já tinham estabilidade e boas condições de vida para uma liberta. Com isso, viviam em lares preponderantemente femininos, uma estrutura de transmissão de bens e de redes familiares matrilinear próximas às africanas. Um caso citado pode Débora Camilo elucidar ainda mais a questão. A autora nos informa que Luzia da Silva Gama era uma preta Mina que primeiro foi escrava em Congonhas do Campo e desde sua chegada nas Minas, seu ex-senhor Bernardo da Silva Gama a empregou como dona de venda. Luzia compra sua alforria, muda-se para a freguesia de Passagem, em Mariana, e continua atuando como comerciante. Morre sem filhos e solteira com um importante legado de 611\$053 réis vindos de 6 escravos, 1 morada de casas e jóias. E o mais importante: diz que não se casou, nem teve filhos “*em Razão de minha naturalidade*”.⁶⁸

Não ter filhos era um dado frequente entre as mulheres Mina em Vila Rica e em outras regiões. Aguiar informa que das testadoras que estudou 65% não tiveram filhos.⁶⁹ Faria informa dados ainda maiores, em São João Del Rey 83% das mulheres Mina não tiveram filhos e no Rio de Janeiro 78%. Segundo a mesma autora, isso se deve a uma ação consciente das mulheres Mina, que não encontraram na América Portuguesa condições adequadas culturalmente para serem mães.⁷⁰

A porcentagem considerável de mulheres Mina sem filhos nos coloca uma importante questão: para quem era destinado os bens acumulados por estas mulheres? Aguiar ao constatar tais dados nos fornece interpretação reveladora:

a importante proporção de solteiras e viúvas, juntamente com a ocorrência regular de casais sem filhos, fazia com que se intensificassem as relações informais e exteriores ao parentesco. Nesses contextos, as relações senhor/escravo estreitavam-se e, em determinadas situações, formavam-se pequenas comunidades. Os gestos de redistribuição patrimonial recriavam a comunidade negra a partir re relações instauradas pela escravidão.⁷¹

⁶⁸ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 69-70.

⁶⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Op. cit.** p. 35.

⁷⁰ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 191.

⁷¹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Op. cit.** p. 36.

Para o autor, na falta de filhos, foram os escravos que ficariam com o patrimônio das mulheres africanas. Dado essencial em nossa argumentação e que retomaremos em outra parte do texto. As mulheres Mina criaram, na ausência de filhos, uma outra família, formadas por suas cativas, ex-escravas e os filhos destas. E era esta que deveria receber atenção, aprendizado e os bens angariados durante sua vida.

3.1.3 O fazer-se comerciante: a boa administrando dos negócios

Rita Maria dos Santos diz em seu testamento “*declaro que possuo uma venda que conservo por toda a vida*”.⁷² Com um cruzamento de informações, confirmamos a afirmação feita pela forra, pois ela atuou como dona de venda na freguesia de Itatiaia por 14 anos, de 1777 a 1790. E mais, antes de conquistar sua liberdade Rita já atuava na modalidade, porque consta nos registros de licenças de venda que a escrava Rita, de Rosa Gomes, preta forra, emitiu autorização para ter venda entre 1755 a 1762.⁷³ Nos impressiona o tempo para o qual conseguimos identificar Rita Maria dos Santos como pequena comerciante: 36 anos, de 1755 a 1790! Rita Maria dos Santos aprendeu todo o conhecimento necessário quando ainda escrava de Rosa Gomes e tal aprendizado foi essencial em sua bem sucedida atuação comercial, que perdurou até sua morte em 1790. Além disso, a relação com sua ex-senhora foi longeva, pois a forra expressou em seu testamento “*tive um filho por nome Antonio, ainda no tempo de solteira, o qual foi libertado por minha ex-senhora Rosa Gomes*”.⁷⁴ Como gratidão, Rita Maria dos Santos mandou rezar 10 missas em alma de sua ex-senhora.

Entendemos que após destacar, no capítulo 02, a alta participação de forras no comércio de pequena monta e identificarmos que o grupo étnico Mina tinha o predomínio entre essas, se faz necessário discutirmos como se deu a participação das libertas na atividade comercial por toda uma vida, pois muitas seguiram as histórias de Rita Maria dos Santos e de Tereza Ferreira Souto ao atuarem como vendedoras por todas suas vidas.

⁷² ACP, 1º Ofício, Inventários, código 129, auto 1619, 1790.

⁷³ Sabemos que Rosa Gomes era forra e ex-senhora de Rita Maria dos Santos devido ao testamento da última. Nessa seção destacaremos outros casos como o de Rita para o qual identificamos a atuação comercial desde o período da escravidão.

⁷⁴ ACP, 1º Ofício, Inventários, código 129, auto 1619, 1790.

Acreditamos que apenas associar a participação na modalidade com a procedência como se todas as mulheres Mina, independente do contexto e de suas histórias de vida, fossem comerciantes é dotar a identidade de uma visão primordialista, sem levar em conta todos os aspectos relacionais envolvidos na atuação. Poucas são as pesquisas sobre a participação forra de ascendência africana que conseguiram estudar os aspectos relacionais envolvidos na modalidade.⁷⁵ Entendemos que tal postura se explica por dois motivos: apenas recentemente os agentes mercantis de pequena monta começam a ser objeto de estudo em nossa historiografia, como também usar-se de uma metodologia de busca pelo nome dos indivíduos ao longo do tempo para compreender as redes sociais em que estes se inseriam é algo extremamente difícil devido às poucas informações que encontramos sobre as populações escravas e forras.

Além do mais, a atuação no pequeno comércio tinha várias particularidades, saberes necessários, sendo como um ofício. De acordo com Carlos Soares

(...) as quitandeiras eram vistas como especializadas, capazes de transitar com desenvoltura pela cidade colonial, com sua rede complexa de becos, vielas e ruas estreitas, ir onde o mercado consumidor fosse mais atraente, e se defender contra os perigos que espreitavam na via pública. (...) a mina era vista como mais tarimbada para este ofício do que qualquer outra.⁷⁶

Assim, percebemos que muitas comerciantes Mina desempenharam a mesma atividade durante toda a vida. O envolvimento das mulheres forras com o comércio é o resultado das possibilidades do mercado mineiro que com toda a sua hierarquia social abriu poucos espaços de atuação econômica para as mulheres cativas e libertas, mas também propiciou um enorme mercado consumidor. Além disso, resultava da ação ativa dessas libertas em uma estratégia que envolveu a origem étnica, relações pessoais estabelecidas ao longo da vida, a atuação como comerciante antes mesmo da alforria e o conhecimento do funcionamento do mercado nas Minas. Se posicionar bem dentro desse

⁷⁵ Dentre estes destacamos o trabalho de CAMILO, Débora. **Op. cit.**

⁷⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Op. cit.**, 2001. p. 411.

mosaico de oportunidades e ações fez com que algumas comerciantes se destacassem e alcançassem mobilidade comercial, enquanto várias outras não.

Em uma das primeiras obras a estudar a vida de cativos e forros na América Portuguesa, A. J. Russell-Wood já nos informa que a atividade comercial era ambicionada pela população liberta, pois o sistema escravista limitavam as opções de trabalho. Deixemos o próprio autor falar para melhor elucidar a questão:

Com certeza, alguns libertos de cor conquistaram certo grau de autonomia financeira e até algum grau de aceitação da parte de indivíduos brancos; mas deve-se enfatizar que esta autonomia e esta aceitação foram conquistadas em esferas limitadíssimas. Ser dono de uma taverna ou vendinha representava o sucesso para uma pessoa desse grupo. No setor comercial há boa base para acreditar que a economia local era bastante dominada por indivíduos de ascendência africana.⁷⁷

Como já afirmamos, dada a hierarquia contida na sociedade mineira, os sujeitos sociais dos estratos mais baixos, tendo em vista as incertezas quanto ao futuro, buscam em grande parte a estabilidade e não a maximização dos lucros.⁷⁸ Por isso, entendemos que muitas mulheres adentraram na modalidade comercial quando ainda escravas e conseguiam inserir-se nas redes comerciais, conquistando uma situação mais confortável do que a que marcava grande parte da população escrava e forra das Minas.⁷⁹

Encontramos nos registros de licença para vendas da freguesia de Antonio Dias Ana da Silva Ribeiro,⁸⁰ preta forra mina, que emitiu autorização entre os anos de 1783 a 1790. Identificamos, também, que entre 1773 a 1778 a então escrava Ana, de Catarina da Silva, expede licença nos mesmos registros. Mais uma vez é com o cruzamento de fontes que identificamos que ambas são a mesma pessoa.⁸¹ Ou seja, Ana da Silva Ribeira atuava

⁷⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 288. A obra original é de 1967.

⁷⁸ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 155.

⁷⁹ DIÓRIO, Renata Romualdo. **As marcas da liberdade**: trajetórias sociais dos libertos em Mariana na segunda metade do século XVIII. São Paulo: FFLCH, 2007. (dissertação de mestrado)

⁸⁰ CC, FINSP, testamentos, código 112, volume 1933, 1791, fls. 4v-6v.

⁸¹ Apenas informamos que a escrava continuou como comerciante após a alforria quando o nome do ex-senhlor aparece no testamento e, também, quando a vendedora continua atuando no comércio entre a escravidão e a alforria na mesma freguesia. Assim, fazendo uma relação entre o primeiro nome da cativa e

como comerciante desde quando era escrava. Sem dúvida alguma, como também já elucidamos, dado seu conhecimento do fazer-se comerciante, sua busca por estabilidade e melhores condições de vida e as poucas oportunidades de outras atividades econômicas, a preta forra Mina estabeleceu como estratégia continuar como pequena comerciante na freguesia de Antonio Dias. Acreditamos que dentro das múltiplas experiências de liberdade acontecidas nas Minas, a participação no comércio é uma das mais importantes e, consequentemente, aspecto central na busca da alforria e na trajetória de parte dos escravos e libertos.

Pelo exposto, compreendemos que se inserir na atividade desde quando escrava foi importantíssimo para continuar na atividade. Entre as 33 comerciantes por nós estudadas, para 9 conseguimos fazer a relação de que atuavam no comércio desde o seu período de vida no cativeiro. Além de Ana da Silva Ribeira, identificamos Rita Vaz de Carvalho, Quitéria de Siqueira Santos, Rita de Freitas Ferreira, Joana de Souza, Josefa de Siqueira, Rita Maria dos Santos e Tereza Gonçalves. Das 8, 6 são do grupo étnico Mina; uma, Tereza Gonçalves, não identificamos a procedência, pois temos, apenas, o inventário; e outra, Joana de Souza, tem como procedência Angola. Para Mariana, Flavio Puff também lista o caso de várias escravas que continuaram como comerciantes após a conquista da alforria.⁸²

Citamos, ainda, o caso de Tereza Ferreira Souto⁸³ que diz em seu testamento ter aprendido seu fazer comercial com sua ex-senhora Gracia Ferreira Souto, preta forra, como Tereza, do grupo étnico Mina. Assim, além de se inserirem no comércio ainda como cativas, algumas delas o foram por ex-senhoras forras. Além de Tereza, foram mancípias

do senhor que aparecem nos registros de licença com o testamento das comerciantes, sendo iguais, confirmamos a continuidade na atividade comercial. Quando o nome do ex-senhor não aparece no testamento, mesmo que o primeiro nome de uma escrava seja igual a de uma forra na mesma freguesia antes da conquista da alforria, não julgamos prudente confirmar a continuidade no comércio de pequena monta. Por fim, achamos importante salientar que 21 forras para as quais encontramos testamento/e ou inventário aparecem nas listas de vendas antes de 1755. Por isso, identificar a continuidade atividade comercial dessas vendedoras anteriormente a esse período seria quase impossível, dado que coletamos os dados dos registros de forma serial a partir de 1753.

⁸² PUFF, Flavio. **Op. cit.** P. 88-89.

⁸³ ACP, 1º Ofício, código 350, auto 7319, 1747.

de forras Rita Maria dos Santos e Rita Vaz de Carvalho, aspecto central no fazer-se comerciante.

Para nós, muitas mulheres forras deixaram como legado e ensinamento para suas ex-escravas e filhas (tanto simbólicas quanto reais) o saber e a boa administração do negócio. Ao lermos testamentos, bandos e a bibliografia que trata do tema percebemos a existência de um universo relacional, na maioria das vezes oculto na documentação, de auxílio e mesmo suporte para os agentes mercantis. As comerciantes, sobretudo as do grupo étnico Mina, não estavam sós ao ingressarem e ao permanecerem na atividade comercial de pequena monta. No convívio durante anos entre escravas e libertas eram transmitidos os saberes necessários para a atuação comercial.

Débora Camilo⁸⁴ em seu estudo sobre as comerciantes de pequena monta muito bem elucidou tal questão. Ela encontrou 4 comerciantes, 2 em Mariana e 2 em Ouro Preto, que eram ex-escravas de mulheres forras.

Entre 1753 a 1758 a preta forra Mina Luiza de Souza Coelha atuou como comerciante no Alto da Cruz, freguesia de Antônio Dias. Em 1781 ela falece⁸⁵ e deixa como herdeira sua única filha, a crioula forra Leandra de Souza Coelha. Essa, por sua vez, logo após a saída de sua mãe dos registros de licença, em 1760, começa a expedir autorização para venda sistematicamente até o ano de 1794. Mais uma vez, são os laços com outro comerciante que propicia sucesso a uma forra vendedora. Salientamos também que muitas forras comerciantes deixaram bens, algumas vezes herdeiros, entre seus escravos, fato que analisaremos com maiores detalhes mais a frente no capítulo.

Por fim, cremos que tais relações indicam uma forma diferenciada de se pensar a escravidão por parte dessas senhoras africanas. Seu passado como escravo, a procedência comum e tradições matrilineares presentes principalmente entre o grupo étnico Mina sem dúvida faziam com que algumas das libertas reformulassem a relação com suas cativas.

Como se percebe, desde antes da alforria essas mulheres se inserem na rede comercial e aprenderam todo o saber para atuarem na modalidade comercial, fato que consideramos fulcral no sucesso alcançado por cada uma delas.

⁸⁴ Dentre estes destacamos o trabalho de CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 69-70.

⁸⁵ ACP, LRT, código 2002, volume 7, 1781, fls. 74f-78v.

Este primeiro elemento apontado ainda não elucida totalmente a questão. Necessitamos elucidar o funcionamento das redes comerciais, dimensionar os produtos comercializados e os limites geográficos e simbólicos do pequeno comércio.

A leitura das listas de almotaçaria, editais, posturas e bandos demonstra que o comércio praticado pelas comerciantes era, essencialmente, de baixo valor e produzidos nas Minas mesmo, seja por elas, seja comprados de parceiros comerciais. Débora Camilo⁸⁶ bem demonstra isso ao comparar os produtos comercializados pelas forras (açúcar, banana, sal, toucinho, manteiga, melado, sabão, aguardente) com os comercializados pelos homens livres (azeite, vinagre, aguardente do reino, manteiga do reino, bacalhau e vinho). Como se percebe, as libertas vendiam mercadorias essenciais, produzidas na própria localidade ou na própria região, e voltadas para todos os estratos sociais, principalmente os mais pobres. Enquanto os homens livres, principalmente os lojistas, comercializavam para a elite local, inclusive produtos importados do reino.

Ao longo de quase todo o século XVIII existiu a promulgação de editais, bandos e posturas para regulamentar o pequeno comércio e desde o início do povoamento a presença de comerciantes negras era alvo de preocupação das autoridades. Não iremos detalhar essa documentação porque entendemos que tal trabalho já foi feito por outros autores.⁸⁷ O que nos interessa é destacar algumas características que uma leitura mais atenta dessas fontes nos propicia. Por isso, citaremos apenas o edital abaixo:

Faço saber aos que este meu bando virem que tendo respeyto às desordens e inquietações que sucedem no Cítio do Forqui(?) e nos outros Arrayaes da sua vizinhança por causa de estarem abertas as vendas em que assistem negras forras e captivas não só todo o dia, mas toda a noute, mando que nenhua das sobreditas vendas, ainda assistindo nellas gente Branca possa estar aberta mais que athe as oito horas da noite, e toda a que se achar vendendo desta hora por diante, sendo forra pagara vinte oitavas de ouro e sendo captiva as pagará seu senhor, e na mesma pena incorrerá toda aquella que vender pólvora ou chumbo a qualquer negro que seja não sendo por ordem de seu senhor para

⁸⁶ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 49-50.

⁸⁷ Para tal, ver principalmente FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória:** cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993; SILVA, Flávio Marcus. **Subsistência e poder:** a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. (tese de doutorado)

comprar (...) e por saber outro sy, que andão muitas negras com taboleyros vendendo nas lavras e nos sítios aonde trabalhão os escravos, o que cauza grande dano a seus senhores por lhe furtarem os jornaes e outros prejuízos maiores que sucedem em offensa contra o servisso de Deos, toda a negra forra, ou captiva que for achada em menos de duzentos passos de distância das passagens em que trabalharem os escravos, alrem de perderem os tabolleyros com todo o comestível que levarem nelles, pagarão az mesmas vinte 20/8as na forma sobredita as quaes se aplicarão como também as das vendas⁸⁸

Do edital realçamos, novamente, o fato de que as vendeiras e negras de tabuleiro com ascendência africana são os alvos preferenciais de tal regulamentação. O que não encontra paralelo na sua real participação na atividade comercial à varejo, pois, como demonstramos no capítulo 1, muitos homens e mulheres brancos também participavam do pequeno comércio, tanto de forma legal como de forma ilegal.

Alguns autores que estudaram a política de regulamentação do pequeno comércio se imbuíram da visão das autoridades que viam o pequeno comércio como lugar da desordem e da imoralidade. Entretanto, um olhar mais atento para os contextos sociais nos faz deslocar a visão da transgressão para a compreensão dos contextos mercantis e simbólicos. Entendemos ser central dimensionar a atuação comercial das forras dentro da dinâmica da sociedade vilariquenha e das redes comerciais locais.

Mais uma vez é Silvia Lara que nos ajuda na compreensão simbólica da questão:

Ao longo do século XVIII, os olhares senhoriais e administrativos operavam progressivamente no circuito que identificava a cor (negra) da pele com a condição social (da escravidão). Generalizavam, assim, o significado da palavra 'negro', amalgamando escravos e libertos (ou mesmo) livres numa massa indistinta, socialmente inferior e, sobretudo, apartada da liberdade. Esse pode ter sido um movimento quase defensivo, como reação ao incômodo crescente diante da presença cada vez mais expressiva, sobretudo nas cidades, de gente que não era nem branca, nem escrava.⁸⁹

Outra autora a caminhar pela mesma linha argumentativa de Lara é Mary Karasch, que ao estudar as mulheres livres de cor, no Brasil central, assim se refere: "O grupo mais

⁸⁸ APM, Seção Colonial, código 37, rolo 08, gaveta G3, fls. 61f-61v, 21/09/1743. Seção Colonial de agora em diante mencionada como SC.

⁸⁹ LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos Setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 121.

invisível da história do Brasil colônia deve ser o da mulher livre de cor. Ela raramente aparece na correspondência oficial exceto para denunciar seu papel em batuques ou para acusá-la de prostituição".⁹⁰ A autora apresentou relatos muito interessantes em relação aos viajantes que passaram por Goiás, entre eles Johann Emanuel Pohl, no início do século XIX, que constatou o constrangimento de mulheres brancas que iam à missa as 5 da manhã, pois na missa tradicional de domingo as mulheres de cor iam com correntes de ouro e boas roupas de renda, enquanto as brancas usavam mantos inferiores. A conclusão de Mary Karasch é a de que o viajante "capturou um mundo virado de cabeça para baixo para as mulheres brancas pobres: mulheres negras tinham mais riqueza que elas".⁹¹

Concordamos com ambas as autoras para quem a identificação do comércio como o local da desordem é um movimento defensivo para a crescente participação social e simbólica desse grupo social na vida da colônia. No caso do comércio de pequena monta, as ligações étnicas atemorizavam a elite escravista. Assim, a prática comercial ilícita, considerada pelas autoridades como transgressão, é um aspecto do pequeno comércio e também efetuada por outros grupos sociais.

Finalmente, é necessário destacar que as proibições das câmaras municipais relacionadas ao pequeno comércio objetivavam evitar prejuízos à atividade minerária e, nunca, proibir o comércio dessas mulheres, pois as autoridades sabiam de seu papel essencial na modalidade.

Devido ao alto número de bandos e editais promulgados, para ser comerciante era necessário saber se locomover nos meandros dessa regulamentação, em constante mutação.

Mesmo sendo anterior ao nosso período de pesquisa, uma documentação por nós consultada e estudada por Débora Camilo e Miguel Pacífico Filho⁹² é muito esclarecedora. Chama-se autos de achada e são processos feitos após as autoridades prenderem algum comerciante que estivesse desobedecendo às regulamentações expedidas pelas

⁹⁰ KARASCH, Mary. "As mulheres livres de cor no Brasil central, 1779/1832", **Revista da SBPH**, Curitiba, número 15, 1998, p. 17.

⁹¹ Idem, p. 19.

⁹² CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 49-50; FILHO, Miguel Pacífico. **Práticas sociais de homens negros Nas Minas Gerais da América Portuguesa**. Assis: UNESP, 2004. (tese de doutorado)

autoridades. Em um deles, de 1733, a forra Mina Luiza da Conceição pede a soltura de uma de suas escravas. Como a fonte é extremamente elucidativa, citaremos parte do processo:

Diz Luiza da Conceição mulher preta e forra, que trazendo uma sua negra por nome Antonia a vender por esta Vila com tabuleiro de pão trigo, e alguma broa de milho, por acaso sucedeu subir com o tal tabuleiro ao Ouro Fino em o dia 5 ou 6 do presente mês aonde a prenderam oficiais de Justiça e meterão na cadeia desta Vila a ordem do Juiz ordinário que a pretende condenar com o fundamento de que tinha incorrido no Bando que V. Exa foi servido mandar publicar impedindo as vendas no Morro, e porque este fala expressamente em vendas atuais, e a Câmara o declarou por um Edital seu permitindo que no Morro pudesse vender tabuleiros de pão como consta da certidão no fim dela constar a que se [ilegível] quer acumular, e o dito Juiz ordinário lhe não quer a isso atender, e a tem presa há mais de oito dias, lhe faz preciso recorrer a V. Exa.⁹³

Da documentação, várias questões devem ser destacadas. A primeira é o ato feito pela forra de recorrer à justiça para soltar sua escrava. Depois, o conhecimento de Luiza da legislação comercial, pois argumenta que há um edital que tornava a prática comercial de sua escrava legal. Como os bandos e editais eram divulgados constantemente e, muitas vezes, eram contraditórios o conhecimento minucioso deles era de extrema importância, coisa que Luiza demonstrar ter. Tais fatos ganham maior relevância, pois juntamente com a escrava Antonia, de Luiza, foram presas outra 12 cativas, muitas de homens livres, e apenas Luiza recorre à justiça. É necessário acrescentar que a argumentação de Luiza estava certa, pois as escravas são soltas ao final do processo. Por fim, acrescentamos que o caso de Luiza não é isolado, pois Débora Camilo cita processo semelhante movido por Inácia, preta forra Mina, em 1731, para libertar sua cativa Joana, em que também alcança sucesso.⁹⁴

Ao leremos testamentos, inventários, bandos, posturas e editais percebemos que as mulheres forras comerciantes se relacionavam com uma heterogênea rede de sujeitos

⁹³ APM. CMOP, caixa 05, documento 20, Auto de contestação de prisão, 05/11/1733.

⁹⁴ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 78.

sociais: escravos e forros, muitos do mesmo grupo étnico, outros comerciantes da mesma localidade, muitos brancos, alguns com proeminência na sociedade local.

Uma primeira forma de contato, muito temida pelas autoridades, era a que envolvia libertos e cativos. As autoridades coloniais temiam que solidariedades horizontais pudessem surgir entre estes grupos sociais. Nos bandos, editais e posturas de todo o século XVIII era comum acusações de que as negras tinham vendas ocultas, utilizadas para esconder negros fugidos, promover festas (vistas pelas autoridades como badernas e bebedeiras) e badernas. Citemos uma carta recebida pelo o ouvidor de Vila Rica e por um morador de Antonio Dias:

Livres que sem o freyo da escravidão vay/ augmentando com a Liberdade que lhe procedeu das/ alforrias daqui passão buscar meyos de ajuntar o/ cabedal pondos em venda para convidarem o/ concurso dos negros de sua nação, e aly servem de/ todo ajuntamento e a luxuria, e a bebedice, e como não/ tem pelo sua Liberdade quem as reprima e as/ castigue, uzão de si mui voluntariamente das suas casas de/ alcouce e recolhendo de noute negros fogidos/ roubando-os e fazendo lhes gastar os jornaes de seus/ Senhores, e o peyor e que assistem muitas vezes com/ ouro, mantimento e pólvora e chumbo aos quilombos de/ negros fugidos que nas caças destas depravadas fazem/ seus ajuntamentos e tomão suas rezoluçõens para insultar, e dezinquietar com o sumo perigo os brancos nas suas fazendas.⁹⁵

Da reclamação, ressaltamos duas importantes práticas sociais. A primeira é a associação entre vendeiras e negros de sua nação (sem dúvidas, tanto escravos quanto forros e do grupo étnico Mina). O que colocava as vendeiras em destaque dentro da comunidade negra, pois estratégias de fugas, de lazer e outras formas de solidariedade encontravam nelas importante apoio. A segunda é que a rede de solidariedade se tecia tendo em sua tessitura até mesmo quilombolas. Reclamações como essa, sempre dando destaque ao papel das vendeiras nas estratégias da comunidade negra, são frequentes ao longo de todo o século XVIII.⁹⁶

Mas nem só com escravos e forros as comerciantes se relacionavam. No inventário de Tereza Ferreira de Souto há uma grande gama de pessoas que se envolviam com a dita

⁹⁵ APM, SC, código 4, fl. 742, 1755.

⁹⁶ Para mais detalhes ver FILHO, Miguel Pacífico. **Op. cit**, principalmente a seção 2.2 Multiplicando os movimentos: cativos em fuga, mineração clandestina e comércio ilegal, p. 77-102.

tendo como principal variante sua atuação comercial. Por isso, entendemos que as negras comerciantes se situavam em uma relação intermediária na complexa tessitura de relações pessoais que marcavam tal sociedade. Colocavam-se em uma posição acima de outros cativos e libertos ao conseguirem mais estabilidade na vida. Mas também eram devedoras de favores a outros sujeitos sociais, principalmente para entrar na rede comercial que envolvia o acesso ao crédito e relações pessoais com outros comerciantes, pois boa parte dos produtos por elas comercializados eram fornecidos por outros agentes mercantis e adquiridos em vendas fiadas. Abaixo transcrevemos uma parte do testamento de Tereza Ferreira Souto, muito elucidativo da prática comercial existente entre as vendedoras e também do funcionamento do mercado de crédito nas Minas.

quem me devem se achara p' meus Roiz com assignaturas estipuladas e se lhe dará intro credito declaro mais qe alguas dellas as faço já falidas a mais tempos pelos devedores serem alguns falecidos e outros terem ce (sic) auzentado PA diversas partes e outras finalmente não terem por donde satisfaça por ser praxe observada nestas Minas o fiar a torto e dir^{to} nestes termos não he meu sentido as leis impostas por dirto mais só sim ordeno qe tendo lugar tirem meu dto testamenteiro exatas informações dos devedores e tendo serteza dos falidos não gastem nestas justificassoens o remedio de meus fos porqe acho couza fora dos limites e da razão: esperando dos senhores ministros a qm pertencer assim o sejão por bem: o retroassem (sic) declaro qe se pagarão do monte mor todas as declaraçoens qe se acharem minhas dever (...)⁹⁷

A informação de que vender fiado é praxe nas Minas, confirma a centralidade que o acesso ao crédito tinha em tal sociedade, ainda mais para uma comerciante. Outro fator a ser destacado é a ordem expressa por Tereza de que todas suas dívidas fossem saldadas. O pedido para que possíveis credores fossem pagos eram frequentes em testamentos dos vários grupos sociais do período colonial e remetem ao papel da honra. Ao estudar as práticas creditícias das Minas, Raphael Freitas define o que entende por honra:

A honra é um estado moral que provém da imagem que cada um tem ou aspira ter de si. Por um lado, é a soma das aspirações dos indivíduos e, por outro, é o reconhecimento que os outros lhe concedem. Ela é, ao mesmo tempo, individual e coletiva; está ligada à virtude embora não se confunda com ela.

⁹⁷ ACP, 1º Ofício, código 350, auto 7319, 1747.

Isso porque a honra, além da vontade individual, depende, mais ainda, do consentimento do outro.⁹⁸

Por isso, disseminar a boa fama, honrando o pagamento dos débitos, é um elemento determinante nas práticas creditícias, pois o crédito nas Minas se funda na palavra. Assim, quitar e honrar todas as suas dívidas é uma necessidade para a passagem para outra vida.

Para Faria,⁹⁹ as relações pessoais que um sujeito estabelece é essencial para ter acesso ao crédito. Por isso, entendemos que as pessoas com ascendência africana se empenharam para entrar no mercado de crédito e confiança. Entre as 33 comerciantes que estudamos, 15 relatam dívidas ativas e/ou passivas em inventários ou testamentos. Entre essas, para 8 conseguimos identificar que seus débitos eram com outros comerciantes, sejam vendeiros ou lojistas.¹⁰⁰

Tabela 01

Relação das comerciantes devedoras à lojistas e/ou vendeiros

Comerciantes	Credores	Condição Social	Profissão
Antonia de Menezes	Sarg. Mor João de Siqueira Souto	Livre	Lojista
Felipa Coelha	Manoel do Rosário	Livre	Lojista
Joana de Souza	João Moreira Leite	Livre	Vendeiro
Joana Fernandes da Conceição	João Pinto	Livre	Lojista
Maria Alvarez Braga	Manoel Pinto Ribeiro	Livre	Vendeiro
Sebastiana Pinta Ferreira	Manoel da Costa Frutuoso	Livre	Lojista
Tereza Gonçalves	Manoel Fonseca Antonio Luiz Costa	Livre	Lojista Lojista
Francisca Ferreira da Cruz	Bernardo de Araujo Franco	Livre	Lojista

⁹⁸ SANTOS, Raphael Freitas. **“Devo que pagarei”**: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas- 1713-1773. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. p. 110. (dissertação de mestrado)

⁹⁹ FARIA, Sheila de Castro Faria. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 179.

¹⁰⁰ Montamos um banco de dados com todos os devedores e credores das comerciantes. Após, cruzamos os nomes desses com a base de dados dos registros de licença para identificar as redes de crédito que envolviam comerciantes.

Todos os credores das comerciantes são homens brancos e a maioria, 7, lojistas. Os outros 2 são vendeiros. Débora Camilo encontra 11 comerciantes de origem forra com débitos e todos os credores são, também, lojistas.¹⁰¹

Buscando maiores informações sobre a teia creditícia das Minas, pesquisamos as ações de almas entre os anos de 1745 a 1760 em busca das comerciantes forras como credoras ou devedoras.¹⁰² Não encontramos nenhuma dentre as 33 libertas comerciantes nas ações de alma. Entretanto, localizamos 21 alforriadas que eram devedoras de outros comerciantes,¹⁰³ sejam vendeiros ou lojistas. Dessas, 18 eram comerciantes de pequena monta.¹⁰⁴ É o caso da vendeira em Antonio Dias e preta forra Rita Dias de Araújo,¹⁰⁵ devedora de 20 oitavas de ouro para João Soares de Cerqueira, lojista, homem branco. O débito provém da compra de fazenda seca na loja do dito comerciante. Como também da preta forra Joana de Andrade,¹⁰⁶ vendeira em Ouro Preto, devedora de 15 oitavas de ouro ao lojista Bento da Cunha por não ter quitado compra de fazenda seca.

Todas as pequenas comerciantes devedoras eram pretas e para duas delas tivemos a confirmação de serem do grupo étnico Mina. Mesmo não sabendo se as outras 16 eram ou não do grupo étnico Mina, pelo exposto até aqui entendemos que se não todas, a maioria delas eram comerciantes Mina.

Assim, fica evidenciado o acesso das comerciantes forras à cadeia de endividamento que foi tecida em Minas e que era essencial para a permanência na atividade comercial. Além disso, o acesso ao crédito se relacionava a fama pública do sujeito, logo essas comerciantes tinham o respeito da comunidade local e, por isso, adentraram no universo do crédito.

¹⁰¹ CAMILO, Débora. **Op. cit.** p. 84.

¹⁰² Nossa pesquisa nas ações de alma se restringiu a esses anos porque existem centenas de ações de alma em meio a milhares de ações cíveis depositadas no Arquivo da Casa do Pilar para o período de nosso estudo, sendo impossível analisarmos todas. Entretanto, para os supracitados anos sabíamos quais das ações cíveis eram ações de alma devido ao trabalho de Claudia Coimbra do Espírito Santo, que estudou todas elas entre os anos de 1730 e 1760. Assim, pesquisamos todas as ações de almas citadas pela autora em busca das quais se referiam a comerciantes. ESPÍRITO SANTO, Claudia Coimbra. **Economia da Palavra: Ações de Almas nas Minas Setecentistas.** São Paulo: FAFICH/USP, 2003. (dissertação de mestrado)

¹⁰³ A relação completa das pequenas comerciantes devedoras a vendeiros ou lojistas está no Anexo IV.

¹⁰⁴ Cotejamos os nomes das devedoras com nosso banco de dados das comerciantes de Vila Rica em busca da confirmação de que elas eram ou não comerciantes de pequena monta.

¹⁰⁵ ACP, 1º Ofício, Ação de Alma, código 272, auto 5359, 1755.

¹⁰⁶ ACP, 1º Ofício, Ação de Alma, código 274, auto 5502, 1760.

Tabela 2
Relação das comerciantes credoras de lojistas e/ou vendeiros

Comerciantes	Devedor	Condição Social	Profissão
Francisca Dias Leme	Bernardo Guimarães	Livre	Lojista
Joana de Souza	Gracia de Souza Francisco crioulo	Liberta Liberto	Vendeira Ferrador
Luiza Felizarda da Glória	Bernardo Gonçalves da Costa Maria Fernandes	Livre Liberta	Lojista Vendeira
Rita Maria dos Santos	Alferes Pedro Ferreira Neves Domingos da Cunha	Livre Livre	Lojista Vendeiro
Sebastiana Pinta Ferreira	Eugenia, preta forra	Liberta	Vendeira
Francisca Ferreira da Cruz	Sto. Mor Manoel de Souza Portugal	Livre	Lojista

Algumas comerciantes alcançaram patamar superior na tessitura creditícia das Minas, sendo credoras. Encontramos 6 libertas que chegaram a tal patamar. Além disso, essas comerciantes emprestavam dinheiro para outros libertos, mas também, para lojistas, homens brancos, alguns, inclusive com patentes militares. Como o ato de emprestar gerava uma honra social, ser credor de homens com patentes, sem dúvidas, aumentava o prestígio social dessas comerciantes na comunidade local.

Mesmo sendo informações de ordem qualitativa, o que buscamos demonstrar é que havia espaço para as vendedoras no sistema creditício das Minas e era um aspecto central no fazer-se comerciante. E as mesmas conseguiram se colocar nesse universo, tanto como devedora como credora.

3.1.4 Domicílios femininos, transferência de patrimônio e a transmissão do saber

Em 1773 a preta forra Mina Joana Ferreira da Costa expressou em seu testamento:

Declaro que possuo uma escrava por nome Tereza de nação Mina por esta me há servido a tantos anos a muitos anos [...] e assistindo-me em doenças e tudo o mais [?] que agora em remuneração de seu trabalho a deixo forra de hoje para todo sempre pelo amor de Deus¹⁰⁷

A alforria de escravos que prestaram bons serviços foi constante desde o século XVII na América Portuguesa. Seja entre os libertos, seja entre os brancos. Então, aparentemente, a liberdade concedida por Joana a sua escrava Tereza não tem nenhuma especificidade. Entretanto, a manumissão de um escravo do seu mesmo grupo étnico foi uma constante entre as pretas Mina comerciantes de Vila Rica. Da mesma forma como a escolha por mulheres de seu mesmo grupo étnico no momento de se comprar um cativo.

Mesmo sabedores da dificuldade de dimensionar as relações entre os senhores negros e seus cativos, expor as taxas de mamunissão entre as pretas Mina comerciantes e as escolhas de seus herdeiros é tarefa essencial para delinear a identidade do grupo étnico.

Em um dos primeiros trabalhos sobre a alforria e liberdade dos ex-escravos em Minas Eduardo França Paiva lançou as seguintes indagações: “*Forros exercendo seu domínio de donos sobre seus cativos (...) Será que houve diferenças essenciais entre o domínio exercido por brancos e o exercido por senhores negros (...)?*”¹⁰⁸

Para nós a resposta dessa difícil e complexa resposta é sim. Por uma série de motivos, sendo os principais a não existência de herdeiros diretos por parte das pretas Mina e a escolha consciente de quem eram os escravos a serem comprados, libertados e, por diversas vezes, receberem como herança parte de seus pecúlios.

Sheila de Castro Faria ao estudar os testamentos de libertas da cidade do Rio de Janeiro entre fins do século XVIII e início do XIX, constatou que as forras eram as que mais libertavam seus escravos entre os grupos que comparou (libertas, libertos, mulheres livres e homens livres). De acordo com ela:

Dos testamentos que analisei de mulheres forras do Rio de Janeiro, das proprietárias de escravos, 82% delas alforriavam pelo menos um deles (a

¹⁰⁷ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 111, volume 1929, 1773, fls. 17v-24f.

¹⁰⁸ PAIVA, Eduardo França. **Op. cit.** p. 89.

grande maioria alforriava todos), nas mais variadas condições: gratuitamente, com condição de servir até a morte, com pagamento de parte da avaliação, com pagamento com valor estipulado, sob coartação¹⁰⁹

A diferença entre o percentual de alforria das libertas com os outros grupos para o Rio de Janeiro é extremamente evidente, pois 65% das mulheres livres alforriaram ao menos 1 escravo, 61% dos homens forros fizeram o mesmo e, apenas, 45% dos homens livres.¹¹⁰

Aguiar em sua pesquisa sobre os libertos de Vila Rica também dá fortes indícios dos rearranjos ocorridos na relação senhor/escravo entre os libertos, em suas palavras

Ao que tudo indica, redes familiares extensas no interior da comunidade negra surgiam em Minas, no final do século XVIII (...) Para senhores negros desprovidos de relações familiares, a escravidão paradoxalmente favorecia a criação de vínculos comunitários que atravessam distinções étnicas. As estruturas de sociabilidade, parentesco fictício, as relações de vizinhança, de afinidade e de trabalho forneciam os parâmetros mais gerais do enquadramento da experiência negra na diáspora.¹¹¹

Como se percebe, para o autor alguns motivos, entre os quais destaco a não existência de relações familiares consanguíneas e a afinidade de trabalho, foram base de sustentação para novos alinhamentos nas relações entre senhor e seu cativo para os libertos. Fazemos uma ressalva, apenas, à afirmação de Aguiar, pois para nós as clivagens étnicas eram centrais nos novos parâmetros ocorridos entre os donos e seus mancípios.

Em nossa pesquisa, das 33 libertas comerciantes, 31 eram proprietárias de escravos. Eram 82 adultos e 33 crianças. 42 (36,5%) eram homens e 73 (63,5%) mulheres. Somando 115 cativos, com uma média de 3,7 por dona. Das 31 comerciantes, 28 libertaram algum escravo (90,3%) e 3 não libertaram cativos (9,7%).¹¹²

¹⁰⁹ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 155

¹¹⁰ Idem, p. 156.

¹¹¹ AGUIAR, Marcus Magalhães de. **Op. cit.** p. 40

¹¹² Ressaltamos que dentre essas três, para duas coletamos informações importantes, pois Antonia de Menezes tem todos seus bens penhorados, lhe sendo impossível libertar algum cativo e Felipa Coelha tinha três mancípios do sexo masculino.

Do total de 115 cativos, 39 não foram alforriados, 51 foram quartados e 25 libertados gratuitamente. Como se percebe, 86 mancípios, a impressionante cifra de 74,8%, foram libertos gratuitamente ou por coartação.

Entre as 33 crianças, apenas 5 não foram alforriadas, pois 8 foram quartadas e 20 libertas gratuitamente, somando 84,9%. Esses crioulinhos e crioulinhas, como eram chamados, nasceram no seio domiciliar das comerciantes, preponderantemente em fogos femininos, pois 15 (48,5%) delas viviam em lares em que os cativos adultos eram exclusivamente mulheres. Assim, a argumentação dada pelas libertadoras foi de que os mesmos eram “crias” da casa e, por isso, os libertavam.

Ao inserirmos a variável sexo e contarmos apenas os mancípios adultos temos dados muito elucidativos. Os homens eram 27 cativos, 22 não foram alforriados (81,5%) e 5 foram libertos (18,5%). Já entre as mulheres, 41 (74,4%) saíram da escravidão e 14 (25,6%) continuaram como escravas. Assim, além de serem as que mais libertavam, as comerciantes tinham a especificidade de alforriaram preponderantemente mulheres e crianças.¹¹³

As três procedências que mais aparecem entre os cativos das forras comerciantes foram os crioulos, Minas e Angolas. Entre o grupo étnico Mina, dos 31 cativos, 27 (87,1%) eram mulheres e 4 (12,9%) homens. Desses 24 foram quartados (23 mulheres e 1 homens), 2 alforriados (ambas mulheres) e 5 não foram libertos (3 homens e 2 mulheres). Como se percebe, as comerciantes Mina eram extremamente generosas com as cativas do seu mesmo grupo étnico, pois 25 (92,6%) foram libertadas!

Já entre os crioulos adultos, 19 não foram libertos (10 homens e 9 mulheres), 14 foram quartados (11 mulheres e 3 homens) e 2 alforriados (2 mulheres). Mesmo em menor número do que as mulheres Mina, 13 crioulas conseguiram deixar a escravidão. Além disso, quase todos os seus filhos foram libertados.

¹¹³ Sheila de Castro Faria ao constatar dados próximos aos nossos conclui que “Pouquíssimos foram os homens, em qualquer condição (ex-escravo, afilhado, filho de ex-escrava, etc.), que mereceram as benesses destas mulheres. Ao contrário, mesmo sendo filho ou marido, tiveram delas reprevação aos seus atos e tentaram, em alguns casos, retaliação, representada na diminuição da herança ou da meação a que teriam direito.” FARIA, Sheila de Castro. **Op cit.** p. 158.

Constamos também que das 41 liberdades concedidas pelas comerciantes às mulheres, 37 (92,4%) foram quartadas. Mesmo vivendo sobre o mesmo fogo, as comerciantes exigiam que suas escravas conseguissem juntar o valor necessário para conseguirem a escravidão, da mesma forma como elas mesmas alcançaram sua liberdade, ou seja, pelo intermédio de seu próprio trabalho. Mesmo assim, foi comum nos testamentos as libertas dizerem expressamente que caso o tempo necessário para quitar o valor da alforria, normalmente 4 anos, não fosse suficiente, se poderia acrescer mais tempo.

Por fim, entre os Angola haviam 12 escravos adultos (8 homens e 4 mulheres), desses 9 não foram alforriados (7 homens e 2 mulheres) e 2 quartados (1 homem e 1 mulher) e 1 cativa Angola conseguiu a liberdade de forma gratuita.

Além disso, embora impossível de ser quantificada, há inúmeras referências nos testamentos a mulheres que foram alforriadas antes da redação do testamento. Muitas destas ex-escravas receberam esmolas das testadoras, algumas bastante significativas. Como exemplo citamos a comerciante Ana Maria do Rosário, preta Mina,¹¹⁴ que disse em seu testamento que já havia alforriado Maria de nação Nagô. Citamos também a liberta Francisca Dias da Silva, preta Mina,¹¹⁵ que libertou por coartação Maria, filha da sua ex-escrava Ana Mina. Baseamo-nos também no testamento de Francisca Dias Leme,¹¹⁶ também preta Mina, pois ela deixou para as duas filhas de sua ex-escrava Luiza Mina alguns bens que tem em sua casa e também 1 escrava por nome Joana.

A mesma constatação feita por nós foi realizada por Eduardo França Paiva, que encontrou o mesmo procedimento para muitas testadoras de Minas Gerais (mulheres sendo beneficiadas por esmolas ou transformadas em herdeiras de forras sem herdeiros necessários).¹¹⁷ Já Aguiar ao se deparar com tal comportamento entre vários testamentos de alforriados chega a conclusão de que:

¹¹⁴ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 11, volume 1930, 1779, fls. 135f-136v.

¹¹⁵ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 109, volume 1923, 1755, 20f-22v.

¹¹⁶ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 109, volume 1923, 1757, fls. 24v-26f.

¹¹⁷ PAIVA, Eduardo França. **Op. cit.**

Todavia, quando o senhor era africano, a situação assumia novos contornos. Provavelmente, a proporção de alforrias entre senhores negros fosse mais significativos, se comparadas aos senhores brancos. Um gesto parecia distintivo da relação senhor/escravo: a atribuição de legados a escravos e a pessoas identificadas com a comunidade negra. O gesto mais radical de distribuição patrimonial residia na nomeação de cativos como herdeiros.¹¹⁸

Acredito que tais dados demonstram o surgimento de relações de parentesco ritual com relações maternais e escravistas que formaram comunidades escravas com identidades específicas, como argumenta Robert Slenes¹¹⁹ para a região do sudeste brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Tal fato ganha mais evidencia quando incorporamos a argumentação de Bush¹²⁰ de que é pelo intermédio da mulher que as culturas africanas se perpetuavam no Novo Mundo, devido aos ensinamentos e a preservação da memória que elas propiciavam aos seus familiares, mesmo não sendo descendentes diretos. Mesmo sendo a origem étnica diferente, essas mulheres consideraram todas as escravas e libertas que estavam ao seu redor como sendo sua família e assim as trataram.

Como já expus, muitas mulheres Mina não deixaram herdeiros diretos. Isso resultou na escolha de outros herdeiros dentre as pessoas próximas a estas. Como elas viviam em domicílios majoritariamente femininos, habitados por suas escravas e os filhos destas a constatação a ser feita é que seriam estas as herdeiras do patrimônio acumulado por essas mulheres Mina. Na ausência de filhos criaram uma família de mulheres escravas, ex-escravas e seus filhos e era para esta que iria boa parte de seus ensinamentos e bens.

Mais uma vez nos valemos de Faria para corroborar nossa opinião:

A impressão que tenho, depois da leitura de dezenas de testamentos, é de que o mundo criado por estas mulheres era composto de vários comportamentos similares. Tenho convicção de que elas ensinavam a suas escravas, futuras *damas mercadoras*, na feliz expressão de Charles Ribyrolles, a forma de agir e de sobreviver na sociedade brasileira.(...) todo ensinamento que faria parte da *boa criação* (...) Não repudiavam a escravidão, mas davam a suas escravas instrumentos possíveis de suportar e superar a sua condição. A *boa criação* não necessariamente passava pela possibilidade de alforria gratuita. Quase todas as

¹¹⁸ AGUIAR, Marcus Magalhães de. **Op. cit.** p. 35.

¹¹⁹ SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor:** as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹²⁰ BUSH, Barbara. **Op. cit.**

sinhás-pretas minas exigiam pagamento para alforriar suas escravas, mas era a elas que deixavam como herdeiras ou lhes destinavam bens em seus testamentos. Antes, porém, lhes transmitiam seus conhecimentos. Formavam, com elas, suas *famílias*.¹²¹

A destinação dos bens também beneficiou os domicílios femininos. Quitéria da Silva Marques¹²² além de deixar bens para sua escrava Ana crioula e Ana Angola, deixou como sua única herdeira a sua ex-escrava Joana Mina, que passou a se chamar Joana da Silva Marques. Já Ana Silva Ribeiro¹²³ deixou como seu único herdeiro o crioulo Joaquim, filho de sua ex-escrava Joana Mina. Francisca Dias Leme,¹²⁴ deixou bens para sua ex-escravas, Luiza Mina e as duas filhas desta Ana e Leandra, ambas afilhadas de Francisca. Também Maria Alvarez Braga¹²⁵ deixou como herdeira Antonia Mina, ex-escrava.

Pelo exposto ao longo de todo o trabalho acredito que o grupo étnico Mina detinha particularidades que o distingua dos demais. Isso na forma de obter alforria, em casamentos, na criação de descendência, na composição das escravarias, na participação e no lugar ocupado em irmandades e na concessão de alforria. Por tudo isso, conformaram o grupo étnico.

¹²¹ FARIA, Sheila de Castro. **Op. cit.** p. 245.

¹²² ACP, LRT, rolo 2002, volume 07, 1781, 97v-101f.

¹²³ ACC, FINSP, Testamentos, rolo 112, volume 1933, 1791, fls. 4v-6v.

¹²⁴ ACC, FINSP, rolo 109, volume 1923, 1757, fls. 24v-26f.

¹²⁵ ACP, 1º Ofício, Inventários, código 101, auto 1268, 1784.

Conclusão

As Damas Mercadoras: Donas das ruas, Senhoras do comércio

Quitérias, Ana, Tereza, Rita, Francisca, Joana e Maria. Escravas e libertas. Africanas e Mina. Ao longo da dissertação apresentamos as histórias dessas mulheres que, juntamente com várias outras que não citei os nomes, construíram o grupo étnico Mina em Vila Rica durante o século XVIII. Pelo intermédio da vida dessas mulheres percebemos que as rivalidades étnicas ou possíveis intolerâncias foram superadas e elas reorganizaram uma nova identidade, superando diferenças. Assim, conformaram seu lugar social nas Minas.

A atividade comercial desde o início do povoamento de Minas Gerais foi crucial e rapidamente lojas, vendas e vendedoras ambulantes dominavam o espaço público da Vila. As pretas Mina souberam se inserir no pequeno comércio, aproveitando-se das oportunidades que lhes foram oferecidas.

Após lermos centenas de testamentos, mais de mil registros de liberdade, dezenas de editais, bandos e portarias e adentrar em minúcias da participação comercial do grupo étnico Mina, ficou marcado como tais mulheres dirigiram com muito zelo e cautela seus negócios. O resultado foi o predomínio do grupo étnico Mina no pequeno comércio de Vila Rica entre fins da primeira e toda a segunda metade do século XVIII.

Um exemplo cabal da força de tal identidade no comércio é uma representação apresentada por 74 moradores de Antonio Dias, em 1743, contra vendas instaladas em uma Rua Nova chamada Rua de Argel, que transcrevemos abaixo.

Registro de huma Reprezentaçam que fizerão os moradores da Ponte de Antonio Dias (...) sobre a rua nova chamada Argel ao senado da Câmara desta Vila
Senhores do Senado (...) estando prohibido pelos bandos dos Senhores Governadores o consentirem-se vendas nas parages em que possão prejudicar aos mineyros pelos damnos que a estes, e seos escravos succede se esta conservando contra os taes bandos huma rua innovada, chamada pelos roubos e desaforos que nella se fazem a Rua de Argel que fica quazi por sima ao morro pela parte de trás da rua do Padre Faria, onde tudo são vendas e cazas de fundição digo de comissão, em que se recolhem negros fugidos e se consome todo o ouro dos escravos por forma que seos senhores não recebem jornais alguns, antes sim lhe succede da tal rua e fazendosse-lhe seos escravos calhambolas, e fujões dando-lhes nas cazas da tal rua coito e escapulla por certos becos que nella há e muitas das cazas terem também sahida

para a rua direyta sendo de tudo cauza os que morão na chamada Rua de Argel (...) pedem a vossas mercês lhe fação marcê mandar fechar todas as vendas ou cazas da ladeyra (...) impondo pena aos donos para que mais as não Abrão nem delles uzem¹

As referências ao local como ponto de encontro e de atividades comerciais entre escravos, libertos e negros fugidos já vinha sendo denunciadas por moradores e vereadores antes deste edital e continuou após o mesmo.² O fato de a rua funcionar como um elo entre escravos, libertos e quilombolas, fortalecendo a identidade étnica entre eles, deixa nítido a importância do pequeno comércio como eixo central na elaboração da identidade étnica que perpassou a linha entre escravidão e liberdade, entre ordem e desordem.

As mulheres Mina que participavam do comércio conseguiam forjar seu espaço na sociedade. Ao longo do trabalho tecemos as raízes africanas de tal atuação para conformar a construção do grupo étnico Mina baseado nessa tradição africana. Pelo seu labor comercial, elas conquistaram sua liberdade, administraram pecúlio a ponto de comprar escravos, casas e jóias e teceram importantes relações para a constituição de sua identidade.

Com a divisão sexual e o predomínio feminino Mina no pequeno comércio, várias mulheres demonstram um desejo de auto-suficiência que transcendeu às barreiras a elas impostas, formando novas fronteiras em que foram reconhecidas na sociedade. O pequeno comércio praticado pelas escravas e libertas do grupo étnico Mina foi uma das heranças da África que romperam não apenas o espaço, mas também o tempo. Na América, a opção de entrar e mesmo permanecer no mercado acompanhou a memória africana e legou a elas um lugar intermediário na hierarquia local de Vila Rica ao longo do século XVIII. Por isso, suas atuações as fez dominar as ruas de Vila Rica com seus produtos e com as características étnicas que os espaços públicos da vila ganharam devido às pretas Mina. Saber comerciar foi essencial para as pequenas mercadoras negras. Elas conheciam os caminhos, os espaços que lhes eram destinados. Por isso, foram verdadeiras donas da rua.

Demonstramos ao longo do trabalho uma série de especificidades que o grupo étnico Mina construiu em Vila Rica durante o século XVIII, mesmo compondo-se de diversos grupos linguísticos e étnicos. Além da participação no pequeno comércio, outros elementos

¹ APM, CMOP código 49, folha 62, 29/05/1743.

² Para tal ver anexo II.

compuseram a identidade Mina, como: maiores taxas de liberdade, maior acúmulo de pecúlio, controle da direção das mesas diretoras das irmandades do Rosário dos Homens Preto, privilégio na alforria de membros de seu grupo étnico, opção de compra de mulheres e a formação de domicílios femininos. Todos esses aspectos formaram a fronteira entre o grupo étnico Mina e outros grupos em Vila Rica.

Ao concluirmos nossa dissertação, temos a certeza de que as dezenas, talvez centenas, de mulheres Mina que aturam no pequeno comércio sabiam cada segredo, cada artimanha, cada meandro necessário para se inserir, manter-se e progredir na atividade comercial. Para tal, foi essencial as alianças que fizeram com suas senhoras, muitas do mesmo grupo étnico, quando escravas e com suas escravas quando senhoras. Como também com outros comerciantes, muitos brancos. Se inseriram nas redes creditícias, emprestaram e pegaram dinheiro emprestado. Conheciam a legislação que regulamentava a atuação comercial e, também, os gostos culinários de seus clientes. Em suma, se comportaram como verdadeiras senhoras do comércio ao monopolizarem a atuação negra frente à atividade de pequena monta.

A presença hegemônica das mulheres Mina no pequeno comércio local demonstra que o grupo étnico contava com uma estratégia bem definida e aspectos como quantidade e estabilidade são muito elucidativos nesse sentido. A participação delas por longo tempo no comércio denota que essas mulheres não eram meras aventureiras.

As Quitérias e as Ritas andaram pelas ruas de Vila Rica com seus balangandãs, seus amuletos e outras jóias que se referenciavam em seu passado africano. Assim, elas criaram uma organização baseada na tradição e orientada para o pretérito africano entre os escravos e libertos que eram identificados, e se auto-identificavam, como Mina. Na dissertação demonstramos a força dessa identidade que se estendeu por todo o século XVIII. Foi pelo intermédio de sua identidade que os Mina elaboraram uma série de solidariedades e alianças para se libertar do cativeiro, acumular pecúlio, dominar o pequeno comércio e se tornarem visíveis, os famosos pretos e pretas Mina, aos olhos da sociedade escravista mineira. Por isso, foram mais do que simples comerciantes em busca da sobrevivência e de enfrentar as armaguras da condição escrava. Foram Damas mercadoras: Donas das ruas, Senhoras do comércio.

Fontes

Arquivo Casa do Pilar

Livro de Notas

Livro de Notas do 146 ao 173

Livro de Notas do 2314 ao 2318.

Ações de Alma

1º Ofício, código 215, auto 3271.

1º Ofício, código 215, auto 3364.

1º Ofício, código 217, auto 3385.

1º Ofício, código 218, auto 3465.

1º Ofício, código 218, auto 3489.

1º Ofício, código 218, auto 3493.

1º Ofício, código 218, auto 3497.

1º Ofício, código 242, auto 4036.

1º Ofício, código 271, auto 5290.

1º Ofício, código 272, auto 5336.

1º Ofício, código 272, auto 5344.

1º Ofício, código 272, auto 5359.

1º Ofício, código 274, auto 5479.

1º Ofício, código 274, auto 5502.

1º Ofício, código 275, auto 5579.

1º Ofício, código 275, auto 5586.

1º Ofício, código 275, auto 5519.

1º Ofício, código 276, auto 5677.

1º Ofício, código 276, auto 5722.

1º Ofício, código 277, auto 5783.

1º Ofício, código 278, auto 5796.

Livros de Registro de Testamento (LRT)

Rolo 2001, volumes 02, 03.

Rolo 2002, volume 07.

Rolo 2003, volume 08, 09, 10, 11, 12, 13.

Inventários dos 1º e 2º ofícios

1º Ofício, código 299, auto 6421.

1º Ofício, código 139, auto 1740.

2º Ofício, código 09, auto 95.

2º Ofício, código 129, auto 1265.

1º Ofício, código 139, auto 1704.

2º Ofício, código 50, auto 550.

1º Ofício, código 73, auto 863.

2º Ofício, código 65, auto 728.

1º Ofício, código 140, auto 1766.

2º Ofício, código 64, auto 716.

1º Ofício, código 97, auto 1178.

2º Ofício, código 6, auto 63.

2º Ofício, código 33, auto 366.

1º Ofício, código 316, auto 6735.

1º Ofício, código 122, auto 1535.

1º Ofício, código 325, auto 6876.

2º Ofício, código 85, auto 885.

2º Ofício, código 62, auto 697.

2º Ofício, código 33, auto 698.

2º Ofício, código 332, auto 6995.

1º Ofício, código 101, auto 1268.

2º Ofício, código 64, auto 717.

2º Ofício, código 64, auto 713.

1º Ofício, código 129, auto 1619.
1º Ofício, código 129, auto 1624.
1º Ofício, código 131, auto 1705.
1º Ofício, código 129, auto 1612.
1º Ofício, código 128, auto 1601.
1º Ofício, código 29, auto 318.
1º Ofício, código 328, auto 6925.
1º Ofício, código 129, auto 1612.
2º Ofício, código 2, auto 21.
1º Ofício, código 127, auto 1585.
1º Ofício, código 25, auto 128.
1º Ofício, código 139, auto 1749.
1º Ofício, código 105, auto 132.
1º Ofício, código 129, auto 16.

Testamentos dos 1º e 2º ofícios

2º Ofício, código 39, auto 436.
1º Ofício, código 460, auto 9766.
1º Ofício, código 350, auto 7319.
2º Ofício, código 56, auto 635.
1º Ofício, código 57, auto 686.
1º Ofício, código 348, auto 7257.
1º Ofício, código 47, auto 518.
1º Ofício, código 139, auto 1749.

Casa dos Contos

Fundo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (FINSP)

Sub-Fundo Testamentos

Rolo 109, volume 1922, 1749-51.

Rolo 109, volume 1923, 1755-58.
Rolo 109, volume 1924, 1760-62.
Rolo 110, volume 1924, 1760-62.
Rolo 110, volume 1925, 1762-64.
Rolo 057, volume 1926, 1764-65.
Rolo 110, volume 1927, 1765-69.
Rolo 111, volume 1927, 1765-69.
Rolo 057, volume 1928, 1768-70.
Rolo 058, volume 1929, 1768-70.
Rolo 111, volume 1929, 1773-75.
Rolo 111, volume 1930, 1777-80.
Rolo 111, volume 1931, 1785-88.
Rolo 112, volume 1931, 1785-88.
Rolo 112, volume 1932, 1788-91.
Rolo 112, volume 1933, 1791-98.
Rolo 113, volume 1934, 1794-1804.
Rolo 058, volume 1944, 1754-59.
Rolo 058, volume 1945, 1792.
Rolo 058, volume 1946, 1792-1804.
Rolo 058, volume 1947, 1794-1802.
Rolo 058, volume 1948, 1795-1807.
Rolo 058, volume 1949, 1796-1804.

Sub-Fundo Óbitos

Rolo 55, volume 1863, s/d.
Rolo 117, volume 1864, s/d.

Fundo Igreja Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (FINSAD)

Sub-Fundo Óbito

Rolo 47, volumes 05, 1727 a 1753.

Rolo 47, volume 06, 1753 a 1764.

Rolo 47, volume 07, 1770 a 1796.

Arquivo Público Mineiro

Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP)

CMOP, Código 44 A, Rolo 29. Registro de licenças de vendas, lojas e ofícios, 1753-58.

CMOP, Código 67, Rolo 30. Condenações, rendas sobre aferição, 1754-1760.

CMOP, Código 75, Rolo 32. Condenação dos almotacéis, 1760-77.

CMOP, Código 121, Rolo 46. Registro das almotaçarias, 1796-7.

CMOP, Código 101, Rolo 40. Licenças para o estabelecimento de vendas, 1773-1794.

CMOP, Código 82, Rolo 35. Devassa dos anos de 1764-65.

CMOP, Caixa 02, Documento 28.

CMOP, Caixa 03, Documento 10.

CMOP, Caixa 03, Documento 16.

CMOP, Caixa 03, Documento 18.

CMOP, Caixa 03, Documento 19.

CMOP, Caixa 03, Documento 21.

CMOP, Caixa 03, Documento 22.

CMOP, Caixa 03, Documento 23.

CMOP, Caixa 03, Documento 24.

CMOP, Caixa 03, Documento 26.

CMOP, Caixa 03, Documento 29.

CMOP, Caixa 04, Documento 02.

CMOP, Caixa 04, Documento 25.

CMOP, Caixa 04, Documento 49.

CMOP, Caixa 05, Documento 20.

CMOP, Caixa 05, Documento 21.

CMOP, Caixa 06, Documento 33.

CMOP, Caixa 06, Documento 34.

CMOP, Caixa 06, Documento 36.
CMOP, Caixa 07, Documento 28.
CMOP, Caixa 07, Documento 32.
CMOP, Caixa 07, Documento 56.
CMOP, Caixa 10, Documento 11.
CMOP, Caixa 10, Documento 13.
CMOP, Caixa 10, Documento 20.
CMOP, Caixa 10, Documento 43.
CMOP, Caixa 11, Documento 20.
CMOP, Caixa 12, Documento 35.
CMOP Caixa 14/ Documento 03.
CMOP, código 49 (documentos microfilmados).
CMOP, código 50 (documentos microfilmados).

Fundo Seção Colonial (SC)

SC, código 07.
SC, código 21.
SC, código 37.

Bibliografia

Artigos

ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al.* “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica”, **Oficina da Inconfidência**. Revista do Trabalho, Ouro Preto, ano 1, número 0, dezembro de 1999, p. 42-59.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. “Relações com a Etiópia”. In. SERRÃO, Joel (org.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s/d. v. 2. p.477-481.

- BARTH, Frederik. "O grupo étnico e suas fronteiras". In. _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 4-24.
- _____. "A análise da cultura nas sociedades complexas". In. _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 107-139.
- BOSCHI, Caio C. "Nem tudo que reluz é ouro". In. SZMRECSANYI, Tamás (org). **História Econômica do período colonial**. São Paulo: HICITEC, 1996. p. 57-66.
- BOURDIER, Pierre. "A economia dos bens simbólicos". In. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. p. 172-173.
- FLORENTINO, Manolo. "Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa", **Topoi**, Rio de Janeiro, número 05, vol. 03, jul-dez de 2002, p. 9-40.
- _____. *et all*. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)", **Afro-Ásia**, Salvador, número 31, 2004, p. 83-126.
- CASTRO, A. B. de. "A economia política, o Capitalismo e a escravidão". In. LAPA, Jose R. do A. (org). **Modos de produção e a realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980. p 67-108.
- CORDONNIER, Rita. "Un approche anthropologique du commerce et des marchés et son application aux femmes-commerçantes de L'Afrique de L'Ouest", **África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP**, número 6, 1983, p. 44-58.
- EISENBERG, Peter L. "Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX". In. _____. **Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 255-309.
- FALOLA, Toyin. "Gender, business and space control: Yoruba market women and power". In. HOUSE-MIDAMBA, Bessie. **African market women and economic power: the role of women in African economic development**. Greenwood Press, 1995. p. 23-40.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. "O espaço urbano em Mariana: sua formação e suas representações". In. **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensas Universitárias da UFOP, 1998. p. 27-65.

FRAGOSO, João Ribeiro. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 29, 2002. p. 2-28.

_____. “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial.” In. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 27-48.

FURTADO, Junia Ferreira & VENÂNCIO, Renato Pinto. “Comerciantes, tratantes e mascates”. In. PRIORE, Mary Del (org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado nos 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. P. 95-113.

GREENE. Sandra E. “Cultural Zones in the Era of the Slave Trade: Exploring the Yoruba connection with the Anlo-Ewe”. In. LOVEJOY, Paul E. (org.). **Identity in the Shadow of Slavery**. Londres: Continuum, 2000. p. 86-101.

HALL, Gwendolyn Midlo. “African ethnicities and the meanings of ‘Mina’”. In. LOVEJOY, Paul and TROTMAN, David. V (orgs.). **Trans-atlantic dimension of ethnicity in the african diaspora**. New York/London: Continuum. p. 65-81.

KARASCH, Mary. “As mulheres livres de cor no Brasil central, 1779/1832”, **Revista da SBPH**, Curitiba, número 15, 1998, p. 3-20.

_____. “”*Minha nação*”: identidades escravas no fim do Brasil colonial”. In. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 122-155.

LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre o termo “mina””, **Tempo**, vol. 10, número 20, 2006, p. 98-120.

LEWKOWICZ, Ida. “Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII”, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, número 17, vol. 9, set. 88/fev. 89, p. 101-114.

LOVEJOY, Paul. “Identity in the shadow of slavery.” In. _____. (org.). **Identity in the shadow of slavery**. London and New York: Continuum, 2000. p. 1-29.

_____. "Transatlantic Transformation: The origins and identities of Africans in the Americas." In. SANSONE, Livio *et all.* **Africa, Brazil and the construction of trans-atlantic black identities.** Africa World Press, Inc, 2008. p. 81-112.

_____. "Ethnic designations of the slave trade and the reconstruction of the history of trans-atlantic slavery". In. LOVEJOY, Paul and TROTMAN, David. V (orgs). **Trans-atlantic dimension of ethnicity in the african diaspora.** New York/London: Continuum, 2003. p. 9-24.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "Do que "O Preto Mina" é capaz: Etnia e resistência entre africanos livres", **Afro-Asia**, Salvador, CEAU/UFBA, número 24, 2000, p. 71-95.

MARQUESE, Rafel Bivar. "História, antropologia e a cultura afro-americana: o legado da escravidão", **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, USP, ano 18, número 50, janeiro-abril de 2000, p. 303-308.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar & SILVA, Helenice Carvalho da. "Via Bahia: a importação de escravos para Minas Gerais através do Caminho do Sertão, 1759-1772", **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**, CEDEPLAR/Diamantina, 2006.

MILLER, Joseph. "Retention, reinvention, and remembering: restoring identities through enslavement in Africa and under Slavery in Brazil". In. LOVEJOY, Paul and CURTO José (orgs). **Enslaving connections.** Changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery. New York: Humatry Books, 2004. p. 81-124.

MOTT, Luiz. "Subsídios à História do pequeno comércio no Brasil", **Revista de História**, vol. 53, nº 105, 1976, p. 81-106.

OGBOMO, Onaiwu W. Esan women traders and precolonial economic power. In: HOUSE-MIDAMBA, Bessie. **African market women and economic power:** the role of women in African economic development. Greenwood Press, 1995. p. 1-22.

NETO, Margarida Sobral. "O papel da mulher na sociedade portuguesa setecentista". In. FURTADO, Junia Ferreira (org.). **Diálogos oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 22-50.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “Quem eram nos “Negros da Guiné”. A origem dos africanos na Bahia”, **Afro-Asia**, Salvador, número 19/20, 1997, p. 37-73.

PANTOJA, Selma. “Dimensão Atlântica das quintandiras”. In. FURTADO, Junia (org). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 45-67.

PEREIRA, Magnus R. de M. “*Almuthasab* – considerações sobre o direito da almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias”, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, número 42, vol. 21, 2001, p. 365-396.

RAMOS, Arthur. **As culturas Negras no Novo Mundo**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”, **Revista USP**, São Paulo, número 18, 1993. p. 8-29.

_____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da escravidão”, **Afro-Asia**, Salvador, número 24, 2000, p. 199-242.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. “E lá se vão para as Minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as *Gerais* durante a segunda metade do século XVIII”, **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**, CEDEPLAR/Diamantina, 2006, p. 1-14.

ROSENTAL, Paul-André. “Frederik Barth e a microstoria”. In. REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial”, **Tempo**, Rio de Janeiro, número 12, dez. de 2001, p. 11-49.

_____. “Autoridades ambivalentes: o Estado do Brasil e a contribuição africana para a “boa ordem na república”. In SILVA, Maria Nizza da. (org.) **Brasil. Colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 113-126.

SILVEIRA, Marco Antonio Silveira. “Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na capitania de Minas Gerais (1709-1763).” In. SILVEIRA, Marco Antonio e CHAVES, Claudia (org.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, CAPES, 2007. p. 27.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano & GOMES, Flavio. “Com o Pé sobre um Vulcão”: Africanos Minas, Identidades e a Repressão Anti-africana no Rio de Janeiro (1830-1840)”, **Estudos Afro-Asiáticos**, Salvador, Ano 23, n. 2, 2001.

SOARES, Cecília Moreira. “As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, **Afro-Asia**, Salvador, vol. 17, 1996, p. 57-77.

SOARES, Mariza. “A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem”, **Estudos afro-asiáticos**, Salvador, ano 26, maio-ago, 2004/2. p. 303-330.

_____. “O império de Santo Eslabão na Sociedade do Rio de Janeiro”, **Topoi**, Rio de Janeiro, março de 2002, p. 59-83.

_____. Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Bahia do Benim, século XVIII. In. _____. **Rotas Atlânticas da diáspora do Benim ao Rio de Janeiro**. Editora da UFF: Niterói, 2007. p. 65-99.

_____. “From Gbe to Yoruba: ethnic change and the Mina Nation in Rio de Janeiro”. In. CHILDS, Matt D. & FALOLA, Toyin (coord.). **The Yoruba Diaspora in the Atlantic World**. Indiana University Press, 2004. p. 231-247.

THORNTON, John. “As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas”, **Estudos Afro-Asiáticos**. Salvador, número 32, dezembro de 1997. p. 55-74.

_____. “Tradition, documents and the Ife-Benin relationship.”, **History in Africa**, número. 15, p. 351-362, 1988.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. “Minas e quintos do ouro”, **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, vol. 6, jul/dez de 1901, p. 855-965.

VENANCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808). In. **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VILLAR, Diego. “Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth”, **MANA**, Rio de Janeiro, número 10, vol. 1, 2004. p. 165-192.

YAI, Olabiyi. "Text of enslavement: fon and Youruba vocabularies from Eigtheenth and Nineteenth century Brazil." In. LOVEJOY, Paul. (org.). **Identity in the shadow of slavery**. London and New York: Continuum, 2000. p. 102-112.

Dissertações e teses

AGUIAR, Marcos Magalhães de Aguiar. **Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil colonial**. São Paulo: USP, 1999. p. 38. (tese de doutorado)

ALMEIDA, Carla. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822)**. Rio de Janeiro: UFF, 2001. (tese de doutorado)

CAMILO, Débora. **As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)**. Mariana: ICHS/UFOP, 2009. (dissertação de mestrado)

CARRARA, Ângelo Alves. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado)

CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Melhoramentos no Brazil: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822)**. Niterói: UFF, 2001. (tese de doutorado)

ESPÍRITO SANTO, Claudia Coimbra. **Economia da Palavra: Ações de Almas nas Minas Setecentistas**. São Paulo: FAFICH/USP, 2003. (dissertação de mestrado)

FARIA, Juliana. **Entre identidades e diásporas: Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)**. Rio de Janeiro: PPHC/UFRJ, 2004. p. 10. (dissertação de mestrado)

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (tese para concurso de professora titular)

FILHO, Miguel Pacífico. **Práticas sociais de homens negros Nas Minas Gerais da América Portuguesa**. Assis: UNESP, 2004. (tese de doutorado)

GROSSI, Ramon Fernandes. **"O dar ao seu a cada um"**. Demandas por honras, mercês e privilégios (1750-1808). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (tese de doutorado)

LEMOS, Carmem. **A justiça local**: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808). FAFICH/UFMG, 2003. (dissertação de mestrado)

MÓL, Cláudia Cristina (2002). **Mulheres forras**: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Humanas, Letras e História da UFMG. (dissertação de mestrado)

PEREIRA, Alexandra. **Um mercador de Vila Rica**: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738). UFJF: Juiz de Fora, 2008. p. 46. (dissertação de mestrado)

PINHEIRO, Fernanda. **Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerias (1745-1820)**. Niterói: UFF, Departamento de História, 2006. (dissertação de mestrado)

PUFF, Flavio Rocha. **O pequeno comércio nas Minas setecentista**: estabilidade, diversidade e hierarquia (Camargos e Mariana 1716-1755). Juiz de Fora: UFJF, 2007. (dissertação de mestrado)

RESENDE, Rodrigo Castro. **As “Nossas Áfricas”**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006. (dissertação de mestrado)

RIBEIRO, Alexandre. **A cidade de Salvador**: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750 – c.1800). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2009. (tese de doutorado)

SANTOS, Raphael Freitas. **“Devo que pagarei”**: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas- 1713-1773. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. p. 110. (dissertação de mestrado)

SILVA, Fabiano Gomes da. **Pedra e cal**: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007. (dissertação de mestrado)

SILVA, Flávio Marcus. **Subsistência e poder**: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002. (tese de doutorado)

SILVEIRA, Marco Antonio. **Fama Pública**. Poder e costumes nas Minas setecentistas. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (tese de doutorado)

Livros

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1.808-1.821. Petrópolis: Vozes, 1988

AMADIUME, Ifi. **Male daughters, female husbands**. London, ZED Books, LTDA, 1987.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 2 v.

BARRY, Boubacar. **Senegambia and the Atlantic Slave Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BEIRANTE, Maria. **Évora na Idade Média**. Lisboa: Editora Gulbenkian, 1995.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais 1720-1888. São Paulo: EDUSC, 2004.

BLUTEAU, Raphael. Verbete: Nação. **Vocabulário Português e Latino**, volume 5, p. 658. Coimbra, 1718-1728. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. (CD ROM)

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário**. Devocão e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio C. **Os Leigos e o Poder**: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles. **Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____. **A Idade de Ouro do Brasil**. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 2º volume.

BUSH, Barbara. **Slave women in Caribbean society - 1650-1838**. Kingston: Heinemann, 1990.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **A língua mina-jeje no Brasil**: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção Mineiriana)

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVES, Cláudia. **Perfeitos negociantes**: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Anablume, 1999.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**. O Tráfico de Escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Iracy Del Nero da. **Vila Rica**: população (1719-1826). São Paulo: editora Pioneira, 1979.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**. Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CURTIN, Philip. **The Altantic slave trade – A census**. Madison: Wis., 1979.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó Nagô e pai branco**. Usos e abusos da África. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DAUMARD, Adeline *et al.* **História Social do Brasil**: teoria e metodologia. Curitiba: Editora da Universidade do Paraná, 1984

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins, 4. vols, 1989.

DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- ELTIS, David. **Economic growth and the ending of transatlantic slave trade**. Nova York, 1987.
- ENDER, Thomas. **Viagens ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender**. Rio de Janeiro: Petrobrás/BBA/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001.
- EXPILLY, Charles. **Mulheres e Costumes do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- _____. (coord. Geral). **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2 v.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em Costas Negras: uma História do Tráfico atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- FURTADO, Junia. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GENOVESE, Eugene. **Roll, and Rol**. The world the slaves made. New York: Pantheon, 1974.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo, SP: Ícone Editora, 1988.
- GUTMAN, Hebert G. **The Black family in slavery and freedom, 1750-1925**. New York: Vintage, 1976.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência – escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAW, Robin. **Ouidah: the social history of a West African slaving 'port', 1727-1892**. Ohio: Ohio University Press, 2004.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: Escravos e Senhores: análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. **Household Economy and Urban Development: São Paulo. 1765 to 1836**. Westview Press: Deplain Latin American Studies, 1986.

MANNING, Patrick. **Slavery and African life: Occidental, Oriental and African slave trades**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história, mito e identidade na festa de coroação do Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

MISHIDA, Mieko. **Slavery e Identity. Ethnicity, gender, and race in Salvador, Brazil, 1808-1888**. Indiana: Indiana University Press, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2006.

PINTO, Virgilio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Nacional, 1979.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

PRICE, Richard e MINTZ, Sidney. **The Birth of African-American Culture**: An Anthropological Perspective. Boston: Beacon Press, 1992.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: UnB, 1988.

RAMOS, Donald. **A social history of Ouro Preto**: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726. Flórida: The University of Florida, 1973.

REIS, João José Reis. **A Rebelião escrava no Brasil**. A história do levante dos malês (1835). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. História – descrições – viagens – colonização. 3 tomos em 1 vol. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, s/d.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ, 2003.

_____. **A Manilha e o Libambo**. a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor**: as esperanças e as recordações na formação da família escrava – Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOARES, Mariza Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis Negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMAS, Hugh. **The Slave Trade**. The History of the Atlantic Slave Trade: 1444-1870. New York: Simon & Schuster Inc, 1997.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNTON, John. **A áfrica e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elvésier, 2004.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos**: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990.

Anexo I
Relação Geral dos Testamentos e Inventários

N.	Arq.	Fundo	Sub-Fundo	R/C	Vol./A	Folhas	Nome	Data	Localidade	Origem
1	ACC	FINSP	Óbitos	55	1863	1f-4v	Joana Pinta	1741	Ouro Preto	Mina
2	ACC	FINSP	Óbitos	55	1863	N/I	Margarida de Souza	1744	Ouro Preto	parda
3	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	5	83f-85f	Maria de Jesus	1744	Antonio Dias	Mina
4	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	5	73v-74f	Quitéria da Silva	1746	Antonio Dias	Mina
5	ACP	1º Ofício	Inventários	105	1322	-	Marcelina Pereira Vila Nova	1797		Crioula
6	ACP	LT	-	2001	2	73f-76v	Maria Tereza	1747	Casa Branca	Angola
7	ACP	1º Ofício	Inventários	299	6461	-	Antonia dos Santos	1748	Cachoeira	Mina
8	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	5	40v-42v	Quitéria Rodrigues Bandeira	1748	Antonio Dias	Mina
8	ACC	FINSP	Testamentos	57	1922	52f-54f	Quitéria Rodrigues Bandeira	1748	Antonio Dias	Mina
9	ACC	FINSP	Óbitos	55	1863	163f-163v	Josefa Rodrigues da Costa	1749	Antonio Dias	Mina
10	ACC	FINSP	Óbitos	55	1863	171v-172v	Paula da Costa	1749	Ouro Preto	Mina
11	ACP	1º Ofício	Inventários	139	1740	-	Benedita das Merces	1750	Ouro Preto	Mina
12	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	5	210f-212v	Monica da Guarda	1750	Antonio Dias	Crioula
13	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	5	221v-222v	Francisca das Neves Pinta	1751	Ouro Preto	Mina
14	ACP	LT	-	2001	3	58f-60f	Maria do Rosário	1750	Itaubira	Angola
15	ACC	FINSP	Testamentos	57	1922	41v-44f	Gracia Alvarez	1750	Cach. do Campo	Congo
16	ACC	FINSP	Testamentos	57	1922	44v-47v	Luiza Vieira da Silva	1750	Bahia	Crioula
17	ACC	FINSP	Testamentos	57	1922	47v-49v	Paula da Costa e Caldas	1750	Ouro Preto	Mina
18	ACC	FINSP	Testamentos	57	1922	62v-65v	Francisca Ferreira da Cruz	1750	Ouro Preto	Mina
19	ACP	2º Ofício	Inventários	9	95	-	Benta Fernandes Santiago	1753	Vila Rica	Crioula
20	ACP	1º Ofício	Inventários	129	1265	-	Rosa Gomes	1753	Vila Rica	Mina
21	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	222v-224f	Quitéria da Costa	1753	Antonio Dias	Mina
22	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	239f-240f	Esperança Moreira Araújo	1754	Vila Rica	Mina
23	ACP	LT	-	2001	3	133f-136f	Tereza de Souza Ferreira	1754	São Bartolomeu	Crioula
24	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	241v-242f	Luiza Pinta	1754	Antonio Dias	Mina
25	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	274f-275	Antonia Vieira da Silva	1754	Antonio Dias	Mina
26	ACP	1º Ofício	Inventários	136	1704	-	Tecla Tavares Ferreira	1755	Cong. do Campo	Crioula
27	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	20f-22v	Francisca Dias da Silva	1755	Vila Rica	Mina - Cobu

28	ACP	LT	-	2001	3	109v-11f	Antonia Teixeira da Costa	1755	Antonio Dias	Mina
28	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6		Antonia Teixeira da Costa	1757	Antonio Dias	Mina
29	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	31f-34f	Josefa Maria de Souza	1756	Congonhas	Guiné
30	ACP	LT	-	2001	3	30f-32v	Maria Pereira	1756	Vila Rica	Mina
31	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	264f-265f	Ana Ferreira da Guerra	1756	Antonio Dias	Mina
32	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	40f-44v	Josefa Maria de Assunção	1756	Caquende	Mina
33	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	216f-219v	Sebastiana Pinta Ferreira	1756	Ouro Preto	Mina
33	ACP	2º Ofício	Inventários	50	550	-	Sebastiana Pinta Ferreira	1757	Ouro Preto	Mina
34	ACP	1º Ofício	Inventários	73	863	-	Josefa de Siqueira	1757	N/I	Mina
35	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	301f-302f	Francisca Rodrigues da Guerra	1757	Vila Rica	Crioula
36	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	302f-202f	Francisca Dias Lemos	1757	Padre Faria	Mina
36	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	fls. 24v-26f	Francisca Dias Lemos	1757	Padre Faria	Mina
37	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	fls. 36f-38v	Josefa Maria	1757	Cachoeira	Guiné
37	ACP	LT	-	2001	3	14f-18f	Josefa Maria	1757	Cachoeira	Guiné
38	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	N/I	Catarina Alvarez da Costa	1757	São Bartolomeu	Guiné
39	ACC	FINSP	Testamentos	109	1923	N/I	Maria Cordeiro do Amorin	1757	Ouro Preto	Mina
40	ACP	LT	-	2001	3	97f-100f	Josefa Maria de Assunção	1757	Cach. do Campo	Mina
41	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	312v-314f	Francisca Alves	1757	Antonio Dias	Mina
41	ACP	LT	-	2001	3	49f-52f	Francisca Alves	1757	Antonio Dias	Mina
42	ACP	LT	-	2001	3	116f-119f	Joana Correia	1758	Antonio Dias	Mina
43	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	341v-342f	Joana Vieira	1758	Antonio Dias	Mina
44	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	342f-343f	Maria Gonçalves	1758	Vila Rica	Mina
45	ACP	LT	-	2001	3	17v-22f	Teodosia da Costa	1757	Antonio Dias	Mina
45	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	343f-343v	Teodozia da Costa	1758	Antonio Dias	Mina
46	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	350f-351f	Josefa Ferreira Vila	1759	Antonio Dias	Mina
47	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	353f-354f	Tereza Simões de Jesus	1759	Antonio Dias	Fon
48	ACC	FINSCAD	Óbitos	47	6	371f-372f	Rita de Almeida	1759	N/I	N/I
49	ACP	LT	-	2001	3	41f-43v	Maria de Amorin	1759	Ouro Preto	Mina
50	ACP	LT	-	2001	3	46v-50f	Josefa Teixeira	1759	Antonio Dias	N/I
51	ACP	2º Ofício	Inventários	65	728	-	Tereza Fernandes	1761	Vila Rica	preta forra
52	ACC	FINSP	Testamentos	110	1924		Sebastiana Matos Lobo	1761	Lavras Novas	Mina
52	ACP	1º Ofício	Testamentos	140	1766	-	Sebastiana Matos Lobo	1762	Lavras Novas	Mina

53	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	1f-4v	Joana Fernandes da Conceição	1762	Ouro Preto	Mina	
54	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	46v-49f	Maria de Assunção Carvalho	1762	Padre Faria	Crioula	
55	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	49f-53v	Catarina Rodrigues Chaves	1762	Padre Faria	Mina	
56	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	53v-55v	Isabel Gomes de Oliveira	1762	Cong. do Campo	N/C	
57	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	61v-65f	Maria Ferreira	1762	Cach. do Campo	Angola	
58	ACP	LT		2001	2243	3302	N/I	Josefa da Silva	1762	N/I	N/I
59	ACP	2º Ofício	Inventários	64	716	-	Tereza Gonçalves	1763	Ouro Branco	preta forra	
60	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	109v-113v	Antonia Pereira da Costa	1763	Caquende	Mina	
61	ACC	FINSP	Testamentos	110	1925	113v-116v	Pascoa Ferreira Vila Nova	1763	Alto da Cruz	Mina	
62	ACC	FINSP	Óbitos	107	1864	14f-16v	Josefa Roiz de Souza	1763	Antonio Dias	Mina	
63	ACP	1º Ofício	Inventários	97	1178	-	Maria de Andrade	1763	Itaubira	Mina	
64	ACC	FINSP	Testamentos	57	1926	122f-127v	Maria Ferreira do Rosário	1764	Alto da Cruz	Mina/Coura	
65	ACP	2º Ofício	Inventários	6	63	-	Catarina de Moura	1765	Antonio Dias	N/I	
66	ACC	FINSP	Testamentos	110	1927	1f-4v	Maria de Macedo	1765	Vila Rica	Mina	
67	ACC	FINSP	Testamentos	110	1927	59f-63f	Francisca Barbosa Viera	1765	Antonio Dias	Mina	
68	ACP	2º Ofício	Inventários	33	366	-	Leonor de Freitas	1766	N/I	N/I	
69	ACP	1º Ofício	Inventários	316	6735	-	Cristina de Souza Costa	1766	Congonhas	Mina	
70	ACC	FINSP	Testamentos	110	1927	83v-86f	Ignacia Santana	1766	Padre Faria	Mina	
71	ACC	FINSP	Testamentos	110	1927	193f-197f	Maria da Costa Cruz	1767	Itaubira	Crioula	
72	ACC	FINSP	Testamentos	57	1928	14v-18v	Felipa Coelha	1768	Casa Branca	crioula	
73	ACP	1º Ofício	Inventários	122	1535	-	Maria de Freitas Barbosa	1772	Cong. do Campo	preta forra	
74	ACC	FINSP	Testamentos	111	1929	17v-24f	Joana Ferreira da Costa	1773	Cach. do Campo	Mina	
75	ACC	FINSP	Testamentos	111	1929	39v-44v	Maria Ferreira Trindade	1773	Ouro Preto	crioula	
76	ACC	FINSP	Testamentos	111	1929	108v-111v	Ursula da Costa	1773	Casa Branca	crioula	
77	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	14f-16f	Quiteria Fernandez de	N/I	N. S. da	Mina	
78	ACP	1º Ofício	Inventário	325	6876	-	Josefa Roiz dos Reis	1776	N/I	Mina	
79	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	45f-48v	Sebastiana Gonçalves Ramos	1777	Antonio Dias	Mina	
80	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	92f-94v	Antonia da Silva Costa	1774	N. S. da Conceição	Mina	
81	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	154f-156v	Luiza Caetana R. de Souza	1774	N/I	Mina	
82	ACP	1º Ofício	Inventários	85	885	-	Joana Machada de Azevedo	1774	Vila Rica	Mina	
83	ACP	2º Ofício	Inventários	62	697	-	Violante Maria de Aguiar	1777	Ouro Preto	crioula	

84	ACP	2º Ofício	Inventários	62	698	-	Vicencia de Souza	1778	N/I	N/I
85	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	129v-132v	Josefa Gomes Santos	1778	N/I	Crioula
86	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	135f-136v	Anna Maria do Rozario	1779	Vila Rica	Mina
87	ACC	FINSP	Testamentos	58	1929	193f-197f	Joana Lopes de Oliveira	1779	Vila Rica	Angola
88	ACC	FINSP	Testamentos	112	1931	169v-172v	Joana Marques dos Reis	1779	Ouro Preto	Mina
89	ACC	FINSP	Testamentos	111	1930	202v-205v	Rita da Cruz	1780	Ouro Preto	Mina
90	ACP	LT	-	2002	7	97v-101f	Quiteria de Silva Marques	1781	Antonio Dias	Mina
91	ACP	LT	-	2002	7	74v-78f	Luiza de Souza da Coelha	1781	Antonio Dias	Mina
92	ACP	LT	-	2002	7	71v-74f	Josefa do Rosário	1781	Itaubira	Mina
93	ACP	LT	-	2002	7	71f-74v	Joana Pereira	1781	Antonio Dias	Mina
94	ACP	LT	-	2002	7	23v-27f	Antonia de Menezes	1781	Ouro Preto	Mina
95	ACP	LT	-	2002	7	13v-16	Ana de Jesus	1781	Antonio Dias	Mina
96	ACP	LT	-	2003	8	19v-25f	Josefa de Matos	1781	Antonio Dias	Mina
97	ACP	2º Ofício	Inventários	332	6995	-	Joana de Carvalho Araujo	1783	Ouro Preto	Mina
98	ACP	LT	-	2003	8	26f-29v	Rosa Maria dos Santos	1783	Ouro Preto	Mina
99	ACP	1º Ofício	Inventários	101	1268	-	Maria Alvarez Braga	1784	Antonio Dias	Mina
100	ACC	FINSP	Óbitos	107	1864	105f-108f	Andreza da Costa	1784	Ouro Preto	crioula
101	ACP	1º Ofício	Inventários	18	177	-	Antonia Francisca Pinta	1785	Vila Rica	preta forra
102	ACP	LT	-	2003	9	66f-69v	Luiza do Espírito Santo	1785	Antonio Dias	Mina
103	ACC	FINSP	Óbitos	107	1864	145f-147v	Sebastiana Gonçalves de Lima	1785	Ouro Preto	Mina
104	ACC	FINSP	Testamentos	112	1931	162v-166f	Rita de Freitas Ferreira	1785	Ouro Preto	Mina
104	ACP	LT	-	2003	10	11v-16f	Rita de Freitas Ferreira	1787	Ouro Preto	Mina
105	ACP	LT	-	2003	10	32v-36f	Rosa Gonçalves Santiago	1786	Antonio Dias	Mina
105	ACP	1º Ofício	Inventário	129	1613	-	Rosa Gonçalves Santiago	1790	Antonio Dias	Mina
106	ACC	FINSP	Testamentos	111	1931	46f-50f	Joanna Barboza de Arantes	1786	N/C	Mina
107	ACC	FINSP	Testamentos	111	1931	69v-73f	Theodoria da Silva	1786	N. S. da Conceição	Mina
108	ACP	2º Ofício	Inventários	64	717	-	Tereza Rodrigues	1787	Cong. do Campo	preta forra
109	ACP	2º Ofício	Inventários	64	713	-	Sebastiana Gonçalves	1787		Mina
110	ACP	1º Ofício	Inventários	329	6928	-	Leonor Maria da Cunha	1787	Ouro Preto	crioula
111	ACC	FINSP	Testamentos	112	1932	12f-14v	Josefa de Siqueira	1788	N/C	Mina

112	ACC	FINSP	Testamentos	112	1932	19v-22v	Thereza Ignacia de [H--es]	1788	Mariana	Crioula
113	ACC	FINSP	Testamentos	112	1932	100f-102f	Maria Jozefa M. de Carvalho	1789	N/C	Mina
114	ACC	FINSP	Testamentos	112	1932	112f-114v	Thereza Manoela da Silva	1789	Vila Rica	parda
115	ACP	LT	-	2003	11	99f-104f	Luzia Felizarda da Gloria	1789	Rosário	Mina
116	ACP	LT	-	2003	11	88f-91f	Josefa Marques Carvalho	1789	Rosário	Mina
117	ACC	FINSP	Testamentos	112	1932	114v-116f	Josefa de Lemos	1790	Padre Faria	Mina
				2003	11		Antonia Alves da Silva	1790	São Bartolomeu	Mina
118	ACP	LT	-	2003	11	46f-50v	Maria Cardosa	1790	Ouro Preto	crioula
120	ACP	1º Ofício	Inventários	129	1624	-	Rita da Silva	1790	Ouro Preto	Mina
121	ACP	1º Ofício	Inventários	129	1619	-	Rita Maria dos Santos	1790	Itatiaia	Mina
122	ACP	1º Ofício	Inventários	136	1705	-	Tereza Maria de Jesus	1790	Antonio Dias	crioula
123	ACP	LT	-	2003	11	57f-62v	Tereza Ferreira	1791	Antonio Dias	Mina
124	ACC	FINSP	Testamentos	112	1933	4v-6v	Anna da Silva Ribeiro	1791	Vila Rica	Mina
				112	1933	48f-49v	Quiteria Ferreira da Gama	1791	Arraial do Soneto	Mina
126	ACP	LT	-	2003	11	45f-48v	Mariana Pereira Oliveira	1791	Agua Limpa	Mina
127	ACP	1º Ofício	Inventários	129	1612	-	Rosa Gomes	1791	Antonio Dias	Mina
				112	1933	50f-51v	Antonia de Sena T. do Amaral	1792	Vila Rica	Mina
128	ACP	LT	-	2003	12	63f-65f	Antonia de Sena T. do Amaral	1792	Alto da Cruz	Mina
129	ACP	LT	-	2003	12	148f-151v	Rosa Pereira da Silva	1792	Antonio Dias	parda
130	ACP	LT	-	2003	12	2f-6f	Antonia Pereira Pimenta	1792	Vila Rica	Crioula
131	ACP	LT	-	2003	12	36f-39v	Rosa Maria de Jesus	1792	Piedade	Mina
132	ACC	FINSP	Testamentos	112	1933	112f-114v	Luiza Maria da Costa	1793	Cong. do Campo	crioula
133	ACP	LT	-	2003	13	178v- 181f	Quitéria Maria da Silva	1793	Antonio Dias	Mina
134	ACC	FINSP	Testamentos	112	1933	138f-140v	Antonia Maria de Queiroz	1793	Cong. do Campo	Angola
135	ACC	FINSP	Testamentos	112	1933		Jozefa Maria de Lima	1794	Vila Rica	Mina
136	ACP	LT	-	2003	13	54v-58f	Antonia Maria Duarte e Costa	1794	Ouro Preto	crioula
137	ACP	1º Ofício	Inventários	128	1601	-	Rosa Pereira Vila Nova	1795	Ouro Preto	Mina
138	ACP	2º Ofício	Inventários	2	21	-	Ana Martins Carneiro	1795	Ouro Preto	crioula
139	ACP	1º Ofício	Inventários	328	6925	-	Luiza Alves Velho	1795	N/I	crioula

140	ACP	1º Ofício	Inventários	29	318	-	Clara Barros	1796	Ouro Preto	crioula
141	ACC	FINSP	Testamentos	112	1933	262v-264v	Thereza Gomes da Costa	1796	Antonio Dias	[?]
142	ACC	FINSP	Testamentos	112	1933	272f-275f	Luiza de Souza Costa	1796	N. S. da	N/C
143	ACC	FINSP	Testamentos	113	1933	320f-322f	Maria de Castro	1797	N/I	Mina
144	ACC	FINSP	Testamentos	113	1934	47f-48v	Luiza Ramos	1797	Ouro Preto	Mina
145	ACP	1º Ofício	Inventários	127	1585	-	Quitéria Joaquina P. de	1798	Ouro Preto	Parda
146	ACP	LT	-	2003	13	25f-27f	Ana Vieira Ferrete	1798	Ouro Branco	crioula
147	ACP	1º Ofício	Inventários	25	268	-	Bibiana Rosa Conceição	1800	Ouro Preto	Crioula
148	ACP	1º Ofício	Inventários	139	1749	-	Domingas da Silva	1800	São Bartolomeu	Crioula
149	ACC	FINSP	Testamentos	113	1934	57f-59v	Quitéria de França	1800	N/C	Mina
150	ACP	LT	-	2003	13	09f-12v	Rita Vaz de Carvalho	1805	Antonio Dias	Mina
151	ACP	LT	-	2003	13	fl. 1f-3v	Pulquéria Maria de Assunção	1805	Antonio Dias	crioula
152	ACP	LT	-	2003	13	161f-164f	Rosa Maria Pinto	1806	Vila Rica	Mina
153	ACP	1º Ofício	Inventários	417	8290	-	Maria da Conceição	1807	N/I	N/I
154	ACP	LT	-	2003	13	173f-175v	Rosa Caetano da Portificação	1807	São Caetano	Parda
155	ACP	LT	-	2003	13	164f-166f	Felipa Pereira da Cruz	1808	Cong. do Campo	Mina
156	ACP	LT	-	2003	13	41f-43f	Tereza Gonçalves Chaves	1808	Antonio Dias	Mina
157	ACP	1º Ofício	Testamentos	460	9766	-	Joana de Souza	1762	Antonio Dias	Angola
158	ACP	2º Ofício	Testamentos	33	772	-	Maria Batista	1742	N/I	Mina
159	ACP	1º Ofício	Testamentos	350	7319	-	Tereza Ferreira Souto	1747	Casa Branca	Mina
160	ACP	2º Ofício	Testamentos	56	635	-	Ana Maria Cardosa	1755	Antonio Dias	Mina
161	ACP	1º Ofício	Inventário	129	1617	-	Rita de Almeida	1762	Antonio Dias	Mina
162	ACP	1º Ofício	Testamentos	57	686	-	Florêncio Bonsucesso Gião	1765	N/I	N/I
163	ACP	1º Ofício	Testamentos	348	7257	-	Maria Tereza de Jesus	1787	Ouro Preto	Mina
164	ACP	1º Ofício	Testamentos	47	518	-	Caetana Maria dos Santos	1787	N/I	Mina
165	ACP	1º Ofício	Testamentos	139	1749	-	Feliciana Maria da Cruz	1800	Antonio Dias	Mina
165	ACP	LT	-	2002	7	19v-27v	Quitéria de S. dos Santos	1782	Ouro Preto	Mina
166	ACP	LT	-	2003	13	170f-174v	Leandra de Souza Coelha	1805	Ouro Preto	Crioula

Abreviações

R= Rolo

V= Volume

N= Número

Arq= Arquivo

A= Auto

Anexo II

Relação dos auto de achadas, bandos, cartas, editais, posturas e portarias referentes ao comércio em Vila Rica durante o século XVIII

Referência	Descrição	Ano
APM, SC, Código 07, Rolo 02, Gaveta G-3, fls. 37 v	Documento sobre a proibição de venda de comida pelas negras – bando	01/12/1720
APM, CMOP, caixa 02, documento 28	Abaixo assinado contra vendas – Padre Faria	19/08/1730
APM, CMOP, caixa 02, documento 51	Lista das pessoas que [corroído] no distrito do ouro fino córrego do Padre Faria [corroído]	1730
APM, CMOP, caixa 02, documento 56	Lista das pessoas que hão de pagar donativo a Sua Magestade a presente anno de 1730	1730
APM, CMOP, caixa 03, documento 10	Auto de Achada	13/11/1731
APM, CMOP, caixa 03, documento 16	Auto de Achada	24/01/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 18	Auto de Achada	31/01/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 19	Auto de Achada	03/02/1733
APM, CMOP, caixa 03, documento 21	Auto de Achada	18/02/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 22	Auto de Achada	18/02/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 23	Auto de Achada	18/02/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 24	Auto de Achada	19/02/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 26	Auto de Achada	20/02/1732
APM, CMOP, caixa 03, documento 29	Auto de Achada	12/08/1732
APM, CMOP, caixa 04, documento 05	Pagamento de Multa	10/01/1732
APM, CMOP, caixa 04, documento 02	Auto de Achada	10/01/1733
APM, CMOP, caixa 04, documento 25	Auto de Achada	13/02/1733
APM, CMOP, caixa 04, documento 26	Pedido de licença	21/05/1733
APM, CMOP, caixa 04, documento 30	Carta do escrivão da câmara sobre costume de se pedir licença	18/03/1733
APM, CMOP, caixa 04, documento 37	Ordem Régia sobre diminuir preço de condenações	03/05/1733
APM, CMOP, caixa 04, documento 40	Pedido de licença	21/05/1733

APM, CMOP, caixa 04, documento 49	Auto de Achada	25/06/1733
APM, CMOP, caixa 04, documento 51	Carta pedindo para nomear almotacéis	01/07/1733
APM, CMOP, caixa 05, documento 14	Carta dos moradores do Padre Faria sobre quebra de ponte	13/10/1733
APM, CMOP, caixa 05, documento 20	Auto de contestação de prisão	05/11/1733
APM, CMOP, caixa 05, documento 21	Auto de contestação de prisão	04/01/1733
APM, CMOP, caixa 06, documento 14	Auto de achada	25/02/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 21	Auto de achada	18/03/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 36	Auto de achada	29/06/1734
APM, CMOP, código 33, rolo 20, fls 11-11v	Edital ordenando o fechamento de vendas após o sino	28/01/1734
APM, CMOP, código 33, rolo 20, fls. 6f-7f	Edital proibindo atravessar alimentos	28/01/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 33	Edital sobre como de fazer pão	29/05/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 34	Edital obrigando a venda de sal	16/06/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 36	Contestação de prisão	29/06/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 28	Edital contra venda nas lavras	02/10/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 32	Edital contra venda nas lavras	10/10/1734
APM, SC, código 37, rolo 08, gaveta G-3, fls.61-61v	Bando contra venda nas lavras	21/09/1734
APM, CMOP, caixa 06, documento 56	Carta de roceiros	20/07/1735
APM, SC, código 56, fl. 23-24v	Ordem ao juiz ordinário para que apure as irregularidades cometidas pelo carcereiro da cadeia de Vila Rica	02/02/1737
APM, CMOP, caixa 10, documento 11	Carta de moradores da Vila contra vendas nos morros	14/05/1737
APM, CMOP, caixa 10, documento 13	Carta dos mineiros contra a venda nas lavras	22/05/1737
APM, CMOP, caixa 10, documento 20	Edital contra venda por comissão	20/07/1737
APM, CMOP, código 32, fl. 111-111v.	Donos de venda atravessando	1737
APM, CMOP, código 32, fl. 123, 123v	EDITAL proibindo negras de atravessar	04/01/1738
APM, CMOP, caixa 10, documento 43	Carta de roceiros pedindo para vender por comissão	10/05/1738
APM, CMOP, caixa 10, documento 44	Carta de comerciante	19/05/1738
APM, CMOP, caixa 11, documento 02	Ordem Régia para se estabelecer contrato de sabão	18/06/1738
APM, CMOP, caixa 11, documento 12	Informe do escrivão do senado	25/11/1738
APM, CMOP, caixa 11, documento 15	Carta de comerciante	17/12/1738
APM, CMOP, código 32, fl. 209-209v.	Acórdão para os almotaceis	1738

APM, CMOP, código 39, fl. 89v.	ACÓRDÃO	28/01/1739
APM, CMOP, caixa 11, documento 20	Pedido de licença	15/07/1739
APM, CMOP, caixa 11, documento 25	Carta de roceiros	28/11/1739
APM, CMOP, código 32, fl. 239v	EDITAL contra atravessadores	20/02/1740
APM, CMOP, caixa 12, documento 30	Carta de roceiros	28/01/1741
APM, CMOP, caixa 12, documento 62	Carta de moradores contra venda acima das posturas	22/04/1741
APM, CMOP, caixa 13, documento 01	Carta contra excesso de editais	01/06/1741
APM, CMOP, caixa 13, documento 11	Carta pedindo licença para venda	28/06/1741
APM, CMOP, caixa 13, documento 39	Carta pedindo ações contra venda acima do preço	25/10/1741
APM, CMOP, caixa 12, documento 35	Carta de moradores contra as negras de tabuleiro	01/02/1742
APM, CMOP, código 49, fl. 32	Carta contra a ação das negras de tabuleiro	17/03/1742
APM, CMOP, código 49, fl. 4-6	Edital regulando a ação do pequeno comércio	27/01/1742
APM, CMOP, código 49, fl. 87-91	Representação que fes o Senado da Câmara	07/04/1742
APM, CMOP, código 49, rolo 25, fls. 104f–106f	Editais proibindo aos vendeiros recolher negros portas a dentro	19/01/1743
APM, CMOP, código 49, rolo 25, fls. 104f–106f	Editais proibindo aos vendeiros recolher negros portas a dentro	19/01/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 55	Edital contra a ação das negras de tabuleiro	13/02/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 56	Edital contra atravessadores	13/02/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 62	Carta de moradores contra vendas no Padre Faria	29/05/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 74	Carta contra venda do Padre Faria	06/07/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 93	Edital regulando a ação do pequeno comércio	09/01/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 53-54	Edital regulando a ação do pequeno comércio	07/02/1743
APM, CMOP, código 49, fl.66-67	Edital contra venda no Padre Faria	22/06/1743
APM, CMOP, código 49, fl. 68-71	Edital contra venda no Padre Faria	25/05/1743
APM, CMOP, código 50, fl. 287-289	Acórdão em Auto contra sujeira nas águas	Junho/1743
APM-CMOP, código 50, fl. 107-107v.	Prisão de funcionários da câmara	1744
APM, CMOP, código 50, fl. 76v.	ACÓRDÃO	29/01/1744.
APM, CMOP, código 50, fl. 106.	ACÓRDÃO	19/09/1744
APM, CMOP, código 50, fl. 160v.	Contra atravessar mantimentos para Paracatu	1744
APM, CMOP, caixa 17, documento 65	Lista de captação	1745
APM, CMOP, caixa 18, documento 37	Carta de moradores contra a ação do almotacé	30/03/1746
APM, CMOP, caixa 27, documento 32, avulsos	PARECER do procurador do Senado.	1752

APM, SC, código 4, fl. 742	Reclamação de um morador de Antonio Dias para o ouvidor sobre negras vendeiras e de tabuleiro	1755
APM, SC, código 50 fls. 80-82	Postura contra vendas nos morros	26/03/1757
APM, SC, código 50 fls. 90-92	Bando do governador contra vendas próximos aos morros devido à relação das negras com quilombolas	1764

**Anexo III - Relação das mulheres
forras comerciantes com testamento e/ou inventário**

Num.	Nome	Localidade	Procedência	Ano	*
124	Ana da Silva Ribeiro	Ouro Preto	Mina	1791	12
86	Ana Maria do Rosário	Morro de Ramos	Mina	1779	6
95	Ana de Jesus	Antonio Dias	Mina	1781	6
94	Antonia de Menezes	Antonio Dias	Mina	1781	10
38	Catarina Alvarez da Costa	São Bartolomeu	Costa da Guiné	1757	5
72	Felipa Coelha	Santo Antonio	Minas Gerais	1768	11
36	Francisca Dias Leme	Antonio Dias	Mina	1757	6
157	Joana de Souza	Ouro Preto	Angola	1762	6
53	Joana Fernandes da Conceição	Ouro Preto	Mina	1762	9
74	Joana Ferreira da Costa	Cachoeira do Campo	Mina	1773	7
117	Josefa de Lemos	Padre Faria	Mina	1790	8
111	Josefa de Siqueira	Antonio Dias	Mina	1788	10
29	Josefa Maria de Souza	Congonhas	Guiné	1756	4
165	Quiteria de Siqueira dos Santos	Ouro Preto	Mina	1781	15
91	Luiza de Souza Coelha	Antonio Dias	Mina	1781	9
115	Luiza Felizarda da Glória	Rosário	Mina	1789	9
99	Maria Alvarez Braga	Antonio Dias	Mina	1784	6
119	Maria Cardosa	Ouro Preto	Ouro Preto	1790	6
90	Quitéria da Silva Marques	Padre Faria	Mina	1781	20
104	Rita de Freitas Ferreira	Ouro Preto	Mina	1787	6
121	Rita Maria dos Santos	Ouro Preto	Mina	1790	14
150	Rita Vaz de Carvalho	Antonio Dias	Mina	1805	15
131	Rosa Maria de Jesus	Piedade	Mina	1792	8
127	Rosa Gomes	Casa Branca	Mina	1791	10
33	Sebastiana Pinta Ferreira	Ouro Preto	Mina	1757	5
123	Tereza Ferreira	Antonio Dias	Mina	1791	10
59	Tereza Gonçalves	Ouro Branco	N/I	1763	5
116	Josefa Marques de Carvalho	Rosário	Mina	1789	10
159	Tereza Ferreira Souto	Casa Branca	Mina	1747	1
166	Leandra de Souza Coelha	Ouro Preto	crioula	1805	20
106	Joana Barbosa Arantes	N/C	Mina	1786	9
18	Francisca Ferreira da Cruz	Ouro Preto	Mina	1750	1

* Número de vezes que aparece nos registros de licença.

**Anexo IV - Relação das forras devedoras a
vendeiros ou lojistas nas Ações de Alma, 1745-1765**

Of.	Cód.	Auto	Nome do credor	S	C S	Nome do devedor	S	C S	Cor	Motivo da dívida	Ano
1º	215	3271	Antonio da Silva Gato	M	livre	Rosa Pimenta	F	forra	preta	gastos na venda	1766
1º	217	3364	Antonio Nunes	M	livre	Andréia Pereira	F	forra	parda	alugel de casas	1770
1º	217	3385	Bernardo de Araújo Franco	M	livre	Quitéria Guida	F	forra	preta	fazenda comprada	1750
1º	218	3465	João Dias Pereira	M	livre	Joana Roiz Lima	F	forra	preta	fazenda comprada	1750
1º	218	3489	João de Siqueira	M	livre	Luiza da Costa	F	forra	parda	fazenda comprada	1757
1º	218	3493	Fernando Leite Lobo	M	livre	Domingas G. Trindade	F	forra	preta	compra de uma preta	1758
1º	218	3497	Luiz da Silva	M	livre	Maria de Barros	F	forra	preta	fazenda comprada	1754
1º	242	4036	Jose Roiz Pombo	M	livre	Maria Gonçalves	F	forra	preta	fazenda comprada	1755
1º	271	5290	João Dias Pereira	M	livre	Feliciana Mina	F	forra	preta	fazenda comprada	1752
1º	272	5336	João Francisco do Sacramento	M	livre	Joana	F	forra	parda	gastos na venda	1750
1º	272	5344	Jose da Rocha Ferreira	M	livre	Catarina de Almeida	F	forra	preta	fazenda comprada	1753
1º	272	5359	João Soares de Cerqueira	M	livre	Rita Dias de Aurajo	F	forra	preta	fazenda comprada	1755
1º	274	5479	Bernardo L, de Azevedo	M	livre	Ana Maria	F	forra	crioula	alugel de casas	1767
1º	274	5502	Bento da Cunha	M	livre	Joana de Andrade	F	forra	preta	fazenda comprada	1760
1º	275	5579	Manoel Ferreira dos Santos	M	livre	Mariana	F	forra	preta	fazenda comprada	1753
1º	275	5586	Manoel Menezes Lessa	M	livre	Ana Maria de Freitas	F	forra	parda	fazenda comprada	1758
1º	275	5619	Manoel da Costa Macedo	M	livre	Ana de Barros	F	forra	preta	fazenda comprada	1760
1º	276	5677	Antonio Henriques	M	livre	Tereza Gomes Barbosa	F	forra	preta	fazenda comprada	1753
1º	276	5722	Luiz de Amorim Costa	M	livre	Ana Ramos	F	forra	parda	gastos na venda	1760
1º	277	5783	Domingos de Fraga Melo	M	livre	Damiana da Costa	F	forra	parda	alugel de casas	1765
1º	278	5796	Domingos dos Santos Machado	M	livre	Josefa de tal	F	forra	preta	fazenda comprada	1748

S = Sexo

C S = Condição :

